UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

GIOVANNA IKE COAN

**Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais
no colégio republicano paulista**

VERSÃO CORRIGIDA

São Paulo
2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOLOGIA E LÍNGUA PORTUGUESA

**Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais
no colégio republicano paulista**

Giovanna Ike Coan

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Letras.

Versão revisada e corrigida pela autora, com a anuência da orientadora.

Orientadora: Profa. Dra. Marilza de Oliveira

São Paulo
2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C652c Coan, Giovanna Ike
Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista / Giovanna Ike Coan ; orientadora Marilza de Oliveira. - São Paulo, 2017. 208 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Filologia e Língua Portuguesa.

1. Colégio Culto à Ciência. 2. Ginásio de Campinas. 3. ensino secundário republicano. 4. relações pessoais e impessoais. 5. colocação pronominal. I. Oliveira, Marilza de, orient. II. Título.

*À memória de meu pai, Walter,
e de minha avó, Shizue.
À minha mãe, Kazue.
Minha fênix.*

AGRADECIMENTOS

À professora Marilza de Oliveira, pela dedicação e competência extraordinárias na orientação desta tese. Por me auxiliar em todas as etapas do desenvolvimento do trabalho, estimular minha criatividade e senso crítico, apontar incongruências no texto e sugerir novos rumos, e por confiar no meu potencial como pesquisadora desde a iniciação científica.

À CAPES, pela bolsa concedida.

Aos professores Bruno Bontempi Jr. e Hércius Pereira, por gentilmente aceitarem participar do exame de qualificação e pelas contribuições dadas na ocasião.

Aos professores que aceitaram participar da minha banca de doutorado: Beth Brait, Bruno Bontempi Jr., Hosana dos Santos Silva, e Renato Perim Colistete. Sou muito grata pela leitura atenta que fizeram do meu trabalho e pelas sugestões, críticas, questionamentos e elogios inestimáveis que me passaram durante a arguição, os quais contribuíram bastante para o resultado final da tese.

Às Secretarias de Pós-Graduação do DLCV e da FFLCH, pelo suporte dado sempre que necessário aos estudantes.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo, do Arquivo Edgard Leurenroth, do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, do Centro de Memória Unicamp, e da Escola Estadual Culto à Ciência, pela solicitude e atenção no tratamento com os pesquisadores.

À professora Maria Cristina Menezes (FE/UNICAMP) e à diretora da Escola Estadual Culto à Ciência, Débora Seneme Gobbi, por permitirem o acesso e a consulta aos materiais do Ginásio de Campinas na Escola Estadual Culto à Ciência.

Às colegas de trabalho, orientandas da professora Marilza, Priscilla, Andrea, Érica e Fernanda, pela amizade, pelas conversas e pelos momentos de reflexão e crescimento recíprocos. Pela troca de conhecimentos e pela união no grande desafio que é fazer História Social da Língua.

À minha querida mãe, Kazue, na verdade, “mãe/pai”, pelo carinho, pelo apoio, pela paciência e pela alegria de nosso convívio diário, e por me ensinar tudo na vida.

Aos meus irmãos, Emerson e Alessandra, pelos momentos que passamos juntos e pela inspiração.

Aos meus familiares (tios, tias e primos), por torcerem sempre pelo meu sucesso.

A todos os meus amigos, pelo carinho e pela torcida de sempre.

Na véspera, tendo de ir abaixo, Custódio foi à Rua da Assembleia, onde se pintava a tabuleta. Era já tarde; o pintor suspendera o trabalho. Só algumas das letras ficaram pintadas, — a palavra Confeitaria e a letra d. A letra o e a palavra Império estavam só debuxadas a giz. [...]

Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente a república. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete dizia só isto: "Pare no D." Com efeito, não era preciso pintar o resto, que seria perdido, nem perder o princípio, que podia valer. Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes. "Pare no D". Quando o portador voltou trouxe a notícia de que a tabuleta estava pronta.

[...]

Custódio enfiou um casaco de alpaca e voou à Rua da Assembleia. Lá estava a tabuleta, [...] Custódio leu: "Confeitaria do Império". Era o nome antigo, o próprio, o célebre, mas era a destruição agora; não podia conservar um dia a tabuleta, [...].

Não teve remédio senão capitular. [...] Que nome lhe poria agora? Nisso lembrou-lhe o vizinho Aires e correu a ouvi-lo.

[...]

— Mas pode pôr "Confeitaria da República"...

— Lembrou-me isso, em caminho, mas também me lembrou que, se daqui a um ou dois meses, houver nova reviravolta, fico no ponto em que estou hoje, e perco outra vez o dinheiro.

— Tem razão...

[...]

Aires propôs-lhe um meio-termo, um título que iria com ambas as hipóteses, — "Confeitaria do Governo".

— Tanto serve para um regímen como para outro.

— Não digo que não, e, a não ser a despesa perdida... Há, porém, uma razão contra. V. Excia. sabe que nenhum governo deixa de ter oposição. As oposições, quando descerem à rua, podem implicar comigo, imaginar que as desafio, e quebrarem-me a tabuleta; entretanto, o que eu procuro é o respeito de todos.

[...]

Disse-lhe então que o melhor seria pagar a despesa feita e não pôr nada, a não ser que preferisse o seu próprio nome: "Confeitaria do Custódio". Muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação. Um nome, o próprio nome do dono, não tinha significação política ou figuração história, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regímens, e consequentemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara, menos ainda a vida do proprietário e dos empregados. [...] Gastava alguma coisa com a troca de uma palavra por outra, Custódio em vez de Império, mas as revoluções trazem sempre despesas.

Machado de Assis. **Esau e Jacó**. 1904.

RESUMO

COAN, Giovanna Ike. **Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista**. 2016. 208 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

Na passagem dos séculos XIX a XX, Campinas era um polo de produção cafeeira no interior de São Paulo. A conjugação de condições econômicas e sociais determinou o crescimento acelerado da cidade e sua modernização, além de conferir-lhe importante papel no cenário político nacional. Na década de 1870, um grupo de republicanos idealizou o Colégio Culto à Ciência, visando a difundir o saber científico e laico aos jovens campineiros. Porém, nos anos de 1890, fatores diversos levaram ao fechamento do colégio e, em 1896, o prédio em que ele funcionava passou a abrigar o Ginásio Estadual de Campinas, uma das instâncias da reforma do ensino público paulista. Neste trabalho, analisamos produções discursivas relacionadas a essas duas instituições de ensino secundário, entre o final da Monarquia e as primeiras décadas da República, de modo que não sejam entendidas apenas como escolas de prestígio no período, mas como espaços de reunião das elites econômica e intelectual, personificadas nos seus idealizadores e no corpo docente e diretor, e como símbolos do ideário republicano na área da instrução. Sob o enfoque da História Social da Língua Portuguesa, uma área de estudos interdisciplinar, a análise de textos oriundos desse espaço social é significativa para identificar tanto elementos conjunturais quanto fatos linguísticos que reflitam e refratam a realidade em transição, além do padrão linguístico culto que servia de referencial para as escolas e, por conseguinte, para os alunos. Os *corpora* examinados ao longo da tese são: o “discurso fundador” do Culto a Ciência, proferido por Campos Sales em 1874; textos escritos por lentes de Português tanto do Culto à Ciência quanto do Ginásio de Campinas; jornais dos alunos das duas instituições; e ofícios e atas produzidos no espaço do Ginásio. Os resultados destacam a relação entre as palavras e seu conteúdo ideológico (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997) no discurso republicano, fazendo emergir significações a partir de seu contexto concreto de uso; a coexistência de marcas pessoais e impessoais nas relações sociais e na língua, salientando distinção e hierarquização num contexto histórico que pressupunha a adoção de tratamentos igualitários, e.g., o tratamento por “cidadão” se opondo a “Vossa Excelência”, e o uso do imperativo (ato de comando) seguido do pronome “se” (impessoal); e, em se tratando do fenômeno sintático da colocação pronominal, a percepção do “valor social” (ECKERT, 2012) da ênclise no contexto das orações infinitivas preposicionadas, caracterizando o padrão culto do português brasileiro do período e constituindo uma marca identitária do colégio republicano paulista e daqueles que ocupavam postos de prestígio e poder na sociedade.

Palavras-chave: Colégio Culto à Ciência; Ginásio de Campinas; ensino secundário republicano; relações pessoais e impessoais; colocação pronominal.

ABSTRACT

COAN, Giovanna Ike. **From cult to culture: linguistic and social facts in the republican high school in the state of São Paulo**. 2016. 208 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

At the turn of the 19th to the 20th century, Campinas was a pole of coffee production in São Paulo. The combination of economic and social conditions determined the accelerated growth of the city and its modernization and also gave it an important role in the national political scene. In the 1870s, a group of republicans idealized the Colégio Culto à Ciência, aiming to spread scientific and secular knowledge to young inhabitants of Campinas. However, in the 1890s, several reasons led this school to close and, in 1896, the building in which it operated started to house the Ginásio de Estado de Campinas, one instance of the public education reform that took place in São Paulo. In this work, we analyze discursive productions related to these two institutions of secondary education, from the end of the Monarchy to the first decades of the Republic, in a way that they are not only seen as prestigious schools in the period, but as meeting places of the economic and intellectual elite, personified in their founders and the professor and director bodies, and as the republican ideals in the area of education. In the approach of the Social History of Portuguese, an interdisciplinary field of language studies, the analysis of texts coming from this social space is significant to identify both social elements and linguistic facts that reflect and refract the reality in transition, in addition to the standard language that served as reference for the schools and their students. The corpora examined are: the “founding discourse” of the Colégio Culto à Ciência, delivered by Campos Sales in 1874; written production by Portuguese teachers of both Culto à Ciência and Ginásio de Campinas; student periodicals from both institutions; and documents produced in the administrative space of the Ginásio. The results highlight the relationship between words and ideological content (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997) in the republican discourse, causing meanings to emerge from their concrete context of use; the coexistence of personal and impersonal marks in social relations and in language, emphasizing distinction and hierarchy in a historical context that presupposed the adoption of egalitarian treatments, e.g., treatment by “cidadão” (citizen) opposing to “Vossa Excelência” (Your Excellency), and the use of the imperative (command act) followed by the pronoun “se” (impersonal); and, regarding the syntactic phenomenon of clitic placement, the perception of the “social value” (ECKERT, 2012) of the enclisis in the context of the prepositional infinitives, characterizing the standard pattern of Brazilian Portuguese in the period and constituting an identity mark of the republican high school in the state of São Paulo and of those who occupied positions of prestige and power in society.

Keywords: Culto à Ciência; Ginásio de Campinas; republican secondary school; personal and impersonal relationship; clitic placement.

LISTA DE FIGURAS

Capítulo 1

- Figura 1 – Fotografia do Ginásio de Campinas em **A Cidade de Campinas em 1901** 48
Figura 2 – Cartão-postal do Ginásio de Campinas..... 50

Capítulo 3

- Figura 1 – Hierarquia de postos nos Ginásios de Estado..... 91
Figura 2 – Ofício do Ginásio de Campinas (05/08/1901)..... 98
Figura 3 – Ofício do Ginásio de Campinas (15/01/1906)..... 99
Figura 4 – Detalhes em ofícios do Ginásio de Campinas (I) 106
Figura 5 – Detalhes em ofícios do Ginásio de Campinas (II) 107
Figura 6 – Detalhes em ofícios do Ginásio de Campinas (III) 108
Figura 7 – Formulário da Diretoria do Interior (02/06/1909) 139
Figura 8 – Ofício do Ginásio de Campinas (19/06/1900)..... 141
Figura 9 – Burocracia e expressão do imperativo (I) 146
Figura 10 – Burocracia e expressão do imperativo (II)..... 152

Capítulo 4

- Figura 1 – Categorias de falantes do português por Júlio Ribeiro 163

LISTA DE QUADROS

Capítulo 1

- Quadro 1 – Membros da Sociedade Culto à Ciência..... 28
Quadro 2 – Alunos do Colégio Culto à Ciência (1874-1891) 30
Quadro 3 – Alunos do Ginásio de Campinas (1897-1910)..... 42

Capítulo 3

- Quadro 1 – Ofícios do Ginásio de Campinas: saudação ao interlocutor (1896-1910) 107
Quadro 2 – Ofícios do Ginásio de Campinas: identificação final do interlocutor (1896-1910)..... 111
Quadro 3 – Ofícios do Ginásio de Campinas: tratamento ao interlocutor (1896-1910) 114
Quadro 4 – saudação x identificação do interlocutor x forma de tratamento (1896-1910) 115

Capítulo 4

- Quadro 1 – Lentes de Português e Literatura do Ginásio de Campinas (1897-1910)..... 164

LISTA DE TABELAS

Capítulo 3

Tabela 1 – Construções de <i>imperativo</i> + <i>se</i> vs. tipos de verbos ilocucionários	142
Tabela 2 – Expressões de comando mais recorrentes	146

Capítulo 4

Tabela 1 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses oitocentistas (adaptado de Oliveira (2011)).....	172
Tabela 2 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores do período clássico (adaptado de Godoy (2006))	173
Tabela 3 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores brasileiros oitocentistas (adaptado de Oliveira (2011)).....	173
Tabela 4 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – intelectuais republicanos paulistas (adaptado de Santos Silva (2012))	176
Tabela 5 – Colocação pronominal orações infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência e Ginásio de Campinas (dados gerais)	181
Tabela 6 – Ênclise em infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência e Ginásio de Campinas	181
Tabela 7 – Ênclise em infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência vs. Ginásio de Campinas	183

LISTA DE GRÁFICOS

Capítulo 4

Gráfico 1 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses oitocentistas (adaptado de Oliveira (2011)).....	172
Gráfico 2 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores brasileiros oitocentistas (adaptado de Oliveira (2011)).....	174
Gráfico 3 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – correspondências de circulação pública (adaptado de Oliveira (2013)).....	175
Gráfico 4 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – intelectuais republicanos paulistas (adaptado de Santos Silva (2012)).....	176
Gráfico 5 – Colocação pronominal orações infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência e Ginásio de Campinas (dados gerais)	181
Gráfico 6 – Ênclise em infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência e Ginásio de Campinas	182

SUMÁRIO

Introdução	10
 Capítulo 1: A (re)construção da cidade e do ensino secundário: a Campinas do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Estado.....	16
1. A “Princesa do Oeste” e o Colégio Culto à Ciência: Campinas nas décadas de 1870 e 1880	17
2. A “Princesa” enferma e o Ginásio de Estado: Campinas na virada dos séculos.....	36
 Capítulo 2: Discurso e imaginário republicano no Colégio Culto à Ciência e no Ginásio de Campinas.....	53
1. O Culto à Ciência e seu discurso fundado	55
2. A mocidade e o imaginário republicano	71
 Capítulo 3: Do social ao linguístico: marcas pessoais e impessoais reveladas nos ofícios do Ginásio de Campinas	78
1. Reformas e agentes da instrução pública paulista na década de 1890.....	84
2. Os Ginásios de Estado: o ensino secundário republicano em construção	90
2.1 Ofícios do Ginásio de Campinas: locus de fórmulas republicanas	97
2. 1. 1 Do Cidadão à Excelência	102
3. Da (des)ordem à ordem: rotina, hierarquia e comando na Secretaria de Estado dos Negócios do Interior	121
3. 1 Recebendo ofícios e tomando “ <i>sciencia</i> ” dos fatos.....	126
3.2 <i>Archive</i> ou <i>Archive-se</i> ? Atos ilocucionários diretivos e o pronome <i>se</i>	133
3.3 As construções de <i>imperativo</i> + <i>se</i> nos ofícios	138
 Capítulo 4: <i>Doutos, sábios, cultos e scientes</i>: a língua portuguesa no Culto à Ciência e no Ginásio de Campinas	154
1. Júlio Ribeiro e a língua dos doutos.....	155
2. A língua portuguesa no Ginásio de Campinas	164
3. Colocação pronominal em questão: o caso das infinitivas preposicionadas.....	169
3.1 Ênclise e modelos de português culto no Colégio Culto à Ciência e no Ginásio de Campinas	179
 Conclusão	185
 Referências	193

Introdução

O conflito enfrentado por Custódio com sua tabuleta, no romance *Esau e Jacó* (1904), cujo excerto reproduzimos na epígrafe desta Tese, revela como as palavras adquirem significações diferentes a partir do contexto em que são empregadas. Para a personagem, o nome “Confeitaria do Império” que, no dia anterior, era célebre, passou a significar destruição com os eventos do 15 de novembro. Após muita discussão com seu vizinho, o Conselheiro Aires, ambos concluem que o melhor seria dar o nome do próprio comerciante à loja, pois este “não tinha significação política ou figuração histórica, ódio nem amor, nada que chamasse a atenção dos dois regímens, e consequentemente que pusesse em perigo os seus pastéis de Santa Clara”.

Entretanto, se expandirmos a leitura para além do sentido “referencial” do trecho, vemos que Machado de Assis ironiza o fato de que a abrupta mudança do regime político pouco ou nada alterava na realidade “concreta” dos habitantes – a não ser a suposta simpatia da clientela pela confeitaria ou a necessidade de se ter gastos com pinturas das tabuletas –, como também ironiza o fato de que toda incerteza e, sobretudo, toda insegurança em relação às palavras e seus significados tinham como cenário a “casa (comercial) de Custódio”.

Essa famosa passagem da obra machadiana traduz o conceito segundo o qual a palavra está sempre carregada de conteúdo ideológico (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997). Ilustra também como o signo linguístico *reflete* e *refrata* aspectos da realidade em transformação.

O período entre o final da Monarquia e os primeiros anos da República foi um momento de coexistência entre tradições antigas, arraigadas na sociedade, e tradições inventadas (HOBSBAWM, 2012) no e para o novo regime. No âmbito da palavra, os *súditos* do Imperador deram lugar aos *cidadãos* da República. De fato, não admitindo privilégios, como foros de nobreza e títulos honoríficos, e considerando todos iguais perante a lei, o “governo do *povo* pelo *povo*” adotaria o tratamento por *cidadão*, em princípio, indistintamente (CARVALHO, 2008).

Contudo, a estrutura sociopolítica do “recém destronado” Segundo Reinado correspondia a uma sociedade estratificada, em cujo ápice ficavam os grandes proprietários de terras e escravos, que detinham o monopólio de prerrogativas e recursos (ALONSO, 2002). Em outros termos, seguindo a conceituação de Norbert Elias (2000), a sociedade se dividia entre os “estabelecidos”, isto é, os grupos sociais que ocupavam posições de prestígio e poder e se orgulhavam de tal pertencimento, e os “outsiders”, os excluídos, vítimas do desprezo grupal dos primeiros¹. Assim, um dos pontos que o presente trabalho busca investigar é se, na República, essa elite, tão acostumada à hierarquização social, se consideraria *cidadãos* como todos os outros, isto é, adotaria um tratamento igualitário – relegando sua característica de ser *distinta* – ou se, ao se apropriar dessa palavra, a “preencheria” com a carga ideológica condizente com seu grupo social (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997).

A relação entre “estabelecidos” e “outsiders” também adquire significados diferentes a partir do ponto de vista em que é considerada. Os republicanos paulistas, que se tornariam os “estabelecidos” do novo regime, eram os “outsiders” durante o Império, quando comparados à sociedade da corte, o governo imperial. Com efeito, o Partido Republicano Paulista (PRP) se expressava como representante de um setor da classe dominante – os fazendeiros de café do Oeste Paulista – descontente com a excessiva centralização do regime monárquico, que impedia a participação política do setor, embora São Paulo contribuísse em grande parte para a riqueza nacional. Diante disso, os membros do PRP se encontravam em situação de dupla marginalização: distantes da sociedade de corte e aliçados do poder político (ALONSO, 2002).

A cidade de Campinas era o berço de inúmeros membros do PRP que atuaram na contestação às instituições, valores e práticas imperiais. Na passagem do século XIX ao XX, a cidade era um polo de produção cafeeira no interior da província e a conjugação de condições econômicas e sociais determinou o seu crescimento acelerado e a sua modernização.

Os republicanos paulistas propunham um programa político amplo, de cunho liberal, que apregoava a descentralização administrativa e a iniciativa privada em várias áreas, inclusive na educação. Na década de 1870, fundaram em Campinas o *Colégio Culto à Ciência*, instituição que se opunha à tradição do ensino imperial, de modelo humanístico, literário e católico, e visava a difundir o saber científico, positivo e laico, de modo a atrelar o “progresso material” pelo qual a cidade vinha passando ao desenvolvimento intelectual e moral de seus

¹ O par “estabelecidos-outsiders” traz à luz propriedades gerais de toda relação de poder na sociedade, evidenciando aspectos como superioridade social e moral, autopercepção e reconhecimento, pertencimento e exclusão, carisma e desprezo grupal; logo, o grupo dos “estabelecidos” constrói sua identidade social a partir da combinação de tradição, autoridade e influência, situando fora (“out”) dela os diferentes (alteridade), os “outsiders” (NEIBURG, 2000).

alunos. Após frequentarem o ensino secundário na instituição, a estes cabia o destino de cursarem as academias superiores, sobretudo a de Direito, tornando-se aptos a preencherem os cargos administrativos e burocráticos da República que estava por vir.

O Culto à Ciência esteve em funcionamento de 1874 a 1892. Entre os motivos que levaram a seu fechamento estão as epidemias de febre amarela que devastaram a cidade no final dos anos de 1880 e uma grave crise financeira que atingiu seu grupo mantenedor. Em 1894, o prédio em que funcionava passou à propriedade do Estado para a instalação do *Ginásio de Campinas*, inaugurado em 1896. Logo, a reconstrução da cidade foi concomitante à reconstrução do ensino secundário no local.

O fato de o Ginásio ser instalado no prédio do Culto à Ciência transmitia a identidade, o *ethos*, da antiga instituição ao novo estabelecimento. Alia-se a isso a questão de o mesmo grupo de republicanos paulistas ter se envolvido na criação do colégio e do ginásio: o primeiro surgiu no momento de propaganda das ideias republicanas, ao passo que o segundo foi fundado no período de legitimação do novo regime. Todavia, enquanto o Culto à Ciência era uma instituição *particular* de ensino, destinada principalmente aos filhos da elite campineira, o Ginásio surgia como espaço para a instrução secundária *pública*, o que, em princípio, ampliava o acesso para alunos dos demais estratos sociais.

Vale ressaltar que os republicanos tomariam a *Escola* como símbolo do seu governo. No transcorrer da década de 1890, São Paulo organizou e instaurou seu sistema educacional público, englobando todos os níveis de ensino: a Escola Normal e a Escola-Modelo, anexa a ela; o Jardim de Infância; o ensino primário e os Grupos Escolares; o ensino secundário, com os Ginásios de Estado; e o ensino superior. Nesse período, houve também um movimento em direção à racionalização da estrutura administrativa paulista, nos moldes da burocracia moderna (WEBER, 1982), inclusive no âmbito da instrução pública, com criação de secretarias, divisão de responsabilidades e hierarquização entre os setores.

Em comum, todos os fatos levantados até aqui indicam mudanças na realidade social: a passagem da Monarquia para a República, e a posterior consolidação desta; a situação inicial de marginalização política dos republicanos paulistas, seguida de sua ascensão ao poder; a destruição e a reconstrução da cidade de Campinas após as epidemias; a alteração do tipo de escola secundária presente na cidade, passando de particular para pública; o processo de racionalização da estrutura administrativo-burocrática paulista. Isso nos motiva a tentar mapear marcas linguísticas que possam refletir, refratar (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997) e legitimar essa realidade em transformação.

Assim, neste trabalho, buscamos analisar usos linguísticos inseridos nas relações sociais e articulados intrinsecamente às circunstâncias históricas, culturais e ideológicas de sua produção, considerando que a língua é *produto* e também *produtora* do contexto de que participa (RIBEIRO, 2015). O foco de atenção está sobre as duas instituições de ensino secundário campineiras, o Colégio Culto à Ciência e o Ginásio de Estado de Campinas, que não são entendidas apenas como escolas de prestígio no período, mas como espaços de reunião das elites econômica e intelectual – personificadas nos seus idealizadores e no corpo docente e diretor – e como símbolos do ideário republicano na área da instrução. A análise de textos oriundos desse espaço social é significativa para identificar tanto elementos conjunturais quanto fatos linguísticos relacionados à realidade em mutação, além do padrão linguístico culto que servia de referencial às escolas e, por conseguinte, aos seus alunos.

Nossa proposta de trabalho, inserida no campo da História Social da Língua Portuguesa, é interdisciplinar e dialoga tanto com demais áreas das Ciências Humanas – História, Antropologia, Sociologia, Educação – quanto com demais áreas dos estudos linguísticos – Análise do Discurso, Sociolinguística, Pragmática, Semântica e Sintaxe. Dialogamos com essas áreas ao longo dos capítulos, motivados pelos fatos linguísticos que emergirem da descrição dos fatos sociais, ou dos fatos sociais que surgirem do exame dos fatos linguísticos.

Baseamo-nos na proposta de Bakhtin (Voloshinov) (1997, p. 124), segundo a qual a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta. Disso decorre a seguinte ordem metodológica para o estudo da língua, que a articula ao quadro das relações sociais:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza;
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isoladamente, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal;
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual.

Os fenômenos linguísticos que analisamos serão descritos nos próximos parágrafos.

Com o intuito de compreender os motivos que levaram à criação do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, consideramos importante alinhar suas histórias à história da cidade de Campinas e ainda estabelecer relações entre suas histórias e a trajetória do movimento republicano paulista. É o que apresentamos no primeiro Capítulo desta Tese, no qual ainda damos um panorama do contexto político, social, econômico e cultural do

município de Campinas, de meados de 1870 ao início do século XX, abrangendo, portanto, o período da fundação do Culto à Ciência até os primeiros anos de funcionamento do Ginásio.

Em seguida, no Capítulo 2, intentamos mostrar como o Culto à Ciência teve sua identidade construída por seu “discurso fundador”, proferido por Campos Sales em 1874. Entrelaçando imaginação, imaginário (ideologia) e realidade, o discurso de Campos Sales construiu uma tradição de sentidos e uma memória que se perpetuaram ao longo do tempo. Ainda a partir do discurso de Campos Sales, discutimos as acepções que as palavras *povo* e *cidadão* apresentavam naquela conjuntura, revelando os fios ideológicos por que eram tecidas (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997). Neste capítulo também examinamos textos de jornais produzidos por alunos do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, procurando verificar como eles se relacionam dialogicamente entre si. Observamos ainda como os escritos contribuem para a construção e a afirmação do *ethos* das instituições e de seus estudantes.

A palavra *cidadão* é retomada no Capítulo 3, no qual apresentamos um resumo das reformas ocorridas nos âmbitos legal e administrativo-burocrático da instrução pública paulista, na década de 1890, com o intuito de compreendermos as circunstâncias e os contextos de produção e recepção dos ofícios enviados pelo Ginásio de Campinas à Secretaria de Estado de Negócios do Interior, entre os anos de 1896 e 1910. O exame dos ofícios é feito levando em conta as “duas faces” do documento: a do remetente (Ginásio de Campinas), com foco nas “fórmulas republicanas”, especialmente as relacionadas com o tratamento ao interlocutor – caso de *cidadão*; e a do destinatário (Secretaria de Estado de Negócios do Interior), com foco na expressão linguística de atos de comando – caso das construções com *imperativo* + *se* (e.g., “Archive-se”) – uma vez que a burocracia moderna se baseia no princípio da “hierarquia de postos”, que se concretiza num sistema de “mando e subordinação”, e no caráter *impessoal* das relações. Ademais, considerando que, no Brasil da virada do século XIX ao XX, ainda se manifestavam formas de relacionamento *pessoais* (HOLANDA, 1969) e marcadas pela *distinção*, verificamos se e como essa coexistência de marcas *pessoais* e *impessoais* contagiava também a língua.

O século XIX e o início do século XX também situam no Brasil o chamado “período pronominal” da língua, no qual a preocupação com a colocação do pronome oblíquo se manifestava, inclusive, em polêmicas envolvendo intelectuais como Rui Barbosa. Diante disso, no Capítulo 4, investigamos a posição do pronome em orações infinitivas preposicionadas (e.g., “para *me* ver”, “para ver-*me*”), um contexto muitas vezes obscurecido nas investigações sobre o tema, pois permite variação entre próclise e ênclise. Entretanto, entendemos que a análise desse contexto específico pode esclarecer muito acerca dos padrões

linguísticos cultos existentes no período, seguindo o paradigma indiciário de Ginzburg (1989), que propõe o exame de pormenores normalmente negligenciados, mas capazes de oferecer uma satisfatória interpretação qualitativa dos objetos. Os *corpora* examinados correspondem a textos escritos por lentes de Português tanto do Culto à Ciência quanto do Ginásio de Campinas, jornais dos alunos das duas instituições, e ofícios e atas produzidos no espaço do Ginásio. Ainda discutimos, neste capítulo, questões envolvendo o ensino de língua portuguesa nos dois colégios, enfocando, principalmente, as trajetórias dos lentes que ocuparam a cadeira, como a do gramático Júlio Ribeiro.

Os resultados linguísticos serão avaliados levando-se em conta as categorias de “estabelecidos” e “outsiders” (ELIAS, 2000) e, ainda, o conceito de “comunidade de prática” (ECKERT, 2006; 2012): conjunto de pessoas engajadas em determinada atividade comum, que constroem sua identidade como grupo ao compartilharem valores, comportamentos, opiniões e modos de falar; ou seja, a comunidade de prática é o lócus do processo de construção da identidade e da língua. Esse conceito nos é útil porque, segundo Eckert, estudos sobre comunidades de prática podem captar a interação entre a mudança social e a mudança linguística. Ademais, por ele é possível avaliar se determinadas formas linguísticas apresentam valores sociais e distintivos, relacionados ao grau de pertencimento do indivíduo ao grupo, e quais as consequências de sua reprodução na escola. Com efeito, Bakhtin (Voloshinov) (1997) expõe que o signo linguístico se vê sempre marcado “pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados” (p. 44, grifos do autor).

Por fim, retomando a noção da “palavra ideológica”, o título desta Tese “Do culto à cultura: fatos linguísticos e sociais no colégio republicano paulista” introduz um jogo semântico com as palavras *culto* e *cultura* que se mostrará recorrente no texto. Segundo Bosi (2014), as palavras *cultura* e *culto* derivam do mesmo verbo latino *colo*. *Colo* significou, em latim, “eu moro, eu ocupo a terra” e, por extensão “eu trabalho, eu cultivo o campo”. Esse é o *ethos* de Campinas na virada do século XIX ao XX, a “terra da iniciativa” e a “capital agrícola da província”, por conta da economia cafeeira. Por sua vez, *culto* se liga, por um lado, a “cultivado, produzido sobre a terra”, e, por outro, àquilo que se “venera”. Esse é o Colégio Culto à Ciência, produto da iniciativa dos campineiros que se perpetuará na memória, como *culto*. Por último, a *cultura* se associa tanto “ao que se vai trabalhar”, no futuro, quanto “ao conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social” (p. 16). Esse é o Ginásio de Campinas, resultado das reformas efetuadas pelo governo republicano paulista na instrução pública, com o objetivo de formar “cidadãos úteis à pátria”.

Capítulo 1: A (re)construção da cidade e do ensino secundário: a Campinas do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Estado

Vede a independência das idéias políticas dos Campineiros; observai o empenho com que formam as suas associações literárias; assisti às suas discussões continuadas; examinai o impulso de seus melhoramentos materiais; observai essa espécie de avidez com que ensaiam os diversos sistemas, e como que aplicam as máquinas ao aperfeiçoamento da produção agrícola; e dizei-me depois se um povo animado por tão brilhantes e úteis instintos tem ou não direito a figurar desde já como um dos núcleos mais esperançosos não só da província como do país? (ZALUAR, 1975, p. 135)

O panorama acima, elaborado no início da década de 1860 pelo viajante Augusto Emílio Zaluar, apresenta Campinas como uma cidade *em movimento*. O espaço se desenvolvia em ritmo intenso, tanto no âmbito material, com melhoramentos nas ruas e nas lavouras, quanto na esfera intelectual, com a efervescência dos debates políticos e literários. Era o prenúncio ufanista de um futuro glorioso.

Por outro lado, o autor revela, tacitamente, que Campinas estaria fora do foco do governo imperial, uma vez que era lócus de “independência de ideias políticas” e “discussões continuadas”, onde os habitantes atuavam movidos por “avidez” e “brilhantes e úteis instintos”. Estes podem ser compreendidos como impulsos espontâneos de responder e intervir, por iniciativa própria, na situação de marginalização política enfrentada.

A despeito de estar marginalizada politicamente, a marcha de desenvolvimento econômico, material e intelectual que Campinas vinha seguindo na segunda metade do século XIX conduziria o município a postos de destaque na província e no país, sobretudo em decorrência de um produto: o café.

No Brasil, a cultura do café para exportação ganha impulso entre o final do século XVIII e o começo do XIX. A região paulista do Vale do Paraíba é destaque na economia cafeeira até meados de 1850, quando principia o declínio de suas safras, devido a fatores como queda da produtividade dos cafezais, precariedade no transporte e problemas com a

mão de obra escrava. Na segunda metade do século XIX, o cenário principal da cafeicultura passa a ser o chamado Oeste Paulista¹, favorecido por abundância de terras, clima e solo adequados, e pela introdução de trabalho livre e técnicas modernas de cultivo. Desse cenário, surge uma protagonista: a cidade de Campinas, a “Princesa do Oeste”².

1. A “Princesa do Oeste” e o Colégio Culto à Ciência: Campinas nas décadas de 1870 e 1880

Campinas chega à década de 1870 projetando-se como polo principal da área cafeicultora do Oeste Paulista. A região, que antes passara pelo ciclo do açúcar³, foi palco de uma rápida transição do plantio da cana para o café, assegurada pelo capital acumulado com a economia açucareira, pela característica estrutural das unidades de produção e pelo contínuo aumento de mão de obra. A rede viária e o sistema de comercialização implantados para o açúcar também foram estratégicos para o sucesso da nova cultura (SEMEGHINI, 1991; LAPA, 1996).

Outro importante fator técnico a justificar o protagonismo de Campinas no plantio do café foi a mecanização da lavoura, aspecto destacado também na crônica do viajante Zaluar (1975). Iniciado em 1863, o processo ganhou força e passou a ser utilizado em maior escala a partir de 1866, por intermédio dos imigrantes norte-americanos protestantes que se estabeleceram na região⁴. Os bons resultados obtidos por esses colonos no trato agrícola, em termos de produtividade, economia de custo e de mão de obra e qualidade do produto beneficiado, levaram os agricultores brasileiros a aplicar o mesmo instrumental em suas

¹ A historiografia classifica a região do Oeste Paulista em dois momentos, relacionados à cronologia da expansão cafeeira: até 1886, o café é cultivado no “Oeste Paulista Velho”, em torno do eixo Campinas-Rio Claro; a partir dessa data, a produtividade ganha destaque no “Oeste Paulista Novo”, cujo núcleo é a cidade de Ribeirão Preto (SEMEGHINI, 1991; PAULA, 2012).

² Epíteto surgido na década de 1870 pelo destaque que a cidade conquistou com a economia do café (LAPA, 1996).

³ Na evolução econômica da região onde se localiza Campinas, o período do ciclo do açúcar vai de fins do século XVIII à primeira metade do século XIX (SEMEGHINI, 1991).

⁴ Na década de 1860, período da Guerra Civil Americana, o plantio de algodão desempenhou importante papel em Campinas, com aumento no valor das exportações. Esse surto algodoeiro potencializou a acumulação de capitais e contribuiu para o emprego de trabalhadores livres na região, fatores relevantes para a posterior expansão cafeeira. Em meados de 1860, um núcleo de imigrantes norte-americanos confederados instalou-se na localidade que viria a ser a cidade de Americana. Tais imigrantes trouxeram novas técnicas e instrumentos agrícolas, ocasionando enorme procura dos plantadores locais por demonstrações de seus métodos inovadores (SEMEGHINI, 1991). Em 1869, alguns americanos se mudaram para Campinas e fundaram a Igreja Presbiteriana e o Colégio Internacional, sendo o último criado pelos ministros protestantes George Nash Morton e Dr. Edward E. Lane (MORAES, 2006).

plantações. Esse tema é discutido por Manoel Ferraz de Campos Sales em artigo no **Almanak de Campinas para 1873**:

O progresso intellectual communicou seus beneficos effeitos á industria agricola.

[...]

*É um facto verificado pela observação de todos que, depois da introdução destes novos aparelhos, o nosso café, que principiava a cahir em certo descredito nos mercados consumidores por causa da má preparação, readquire agora o lugar de preferencia que de direito lhe competia pela sua qualidade excellente.*⁵

Oriundo de uma tradicional família de fazendeiros da região, Campos Sales relata, a partir da mentalidade dos cafeicultores locais, os proveitos do uso de máquinas modernas na lavoura. Para esse grupo, a adoção de novos métodos de cultivo e de processos mecânicos de beneficiamento resultava do “progresso intelectual”, isto é, da *ciência* aplicada à agricultura e, sobretudo, da *ciência* aplicada ao cultivo do café, com vistas a mantê-lo “excellent” no mercado.

O emprego da expressão “progresso intelectual” ainda deixa entrever uma crítica à aristocracia rural do Vale do Paraíba, defensora de práticas pré-capitalistas, do trabalho servil e da monarquia, pois os representantes do Oeste Paulista eram identificados por uma mentalidade empreendedora, capitalista e defensora do trabalho livre⁶ e da República (CANO, 1993; ALONSO, 2002). Ao contrário do espírito conservador e antiprogressista da política imperial, os fazendeiros de Campinas e região estavam abertos à aceitação de novas ideias e experiências, como se vê, por exemplo, na preocupação em utilizar descobertas científicas como modo de auferir maior produtividade e lucro. Vale ressaltar que a socialização com os imigrantes protestantes pode ter fortalecido no grupo a inclinação para o racionalismo econômico (WEBER, 2004).

⁵ Texto intitulado “Campinas em 1872”. In: LISBOA, José Maria. **Almanak de Campinas para 1873**. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1872, p. 73-80.

⁶ No sentido de substituição de escravos pelo suprimento de trabalhadores livres, por meio da imigração. Segundo Nogueira (1954, p. 385), “a lavoura do Oeste paulista não era tão escravocrata quanto a do Vale do Paraíba”. No entanto, isso não quer dizer que os fazendeiros do Oeste Paulista fossem abolicionistas: alguns poderiam sê-lo, mas, em geral, a substituição da mão de obra escrava era-lhes mais conveniente e econômica, pois a segunda metade do século XIX vinha assistindo à gradual redução no número de cativos e elevação de seus preços (SILVA, 1992; QUEIROZ, 1995). A opção dos republicanos paulistas foi manter uma “atitude esquiva [...] em face da questão da escravatura” (NOGUEIRA, 1954, p. 384). Paralelamente, a regulamentação das relações de trabalho livre vinha se constituindo desde a década de 1830, estimulando a substituição gradual dos escravos: uma lei de 1837 possibilitou a entrada de trabalhadores estrangeiros no Brasil; outra, de 1879, abriu caminho para a consolidação do regime de parceria agrícola, proporcionando massiva imigração a partir de 1880 (VIOTTI DA COSTA, 1985; PAULA, 2012).

A opinião acima não se restringia a Campos Sales, uma vez que “a particularização do seu pensamento implica na explicitação do pensamento do grupo republicano campineiro” (GEBARA, 1975, p. 12), e reflete a atmosfera de contestação às instituições, práticas e valores imperiais do movimento político-intelectual da geração de 1870 (ALONSO, 2002). A formação do Partido Republicano Paulista (PRP), no início da década de 1870, é uma resposta da província de São Paulo à política imperial⁷. O PRP se expressa como representante de um setor da classe dominante – os fazendeiros de café do Oeste Paulista – descontente com a excessiva centralização do regime monárquico, que impedia a participação política do setor e a decisão de questões de finanças e trabalho por meio de resoluções provinciais (ZIMMERMANN, 1984; MATTOS, 2012). Assim, embora São Paulo contribuisse em grande parte para a riqueza nacional, não via retorno desse benefício, o que salientava a dependência política e administrativa ao governo do Rio de Janeiro.

Para o PRP, a solução para esses problemas viria, pois, não com reformas na monarquia, mas com uma nova forma de poder, a República Federativa. Seus membros propunham um programa político amplo, de cunho liberal, que apregoava a descentralização administrativa e a iniciativa privada em várias áreas, inclusive na educação.

Todavia, o chamado “espírito de associação”⁸ dos campineiros conseguia unir adversários políticos, pois eles compartilhavam dos mesmos interesses econômicos. Embora conservadores, liberais e republicanos defendessem ideários e programas distintos, via-se a coexistência entre os afiliados aos três partidos nas iniciativas voltadas a empresas de melhoramentos urbanos; o mesmo ocorria em relação à defesa dos destinos da lavoura, havendo união entre os barões e os fazendeiros de vanguarda (LAPA, 1996). Logo, as mobilizações de capital privado para a execução de empreendimentos diversos na cidade foram fundamentais para o seu desenvolvimento.

Campinas tinha a estabilidade econômica assegurada por uma “poderosa teia clânica” (LAPA, 1996, p. 111), envolvendo famílias cujos troncos vinham, muitas vezes, dos pioneiros que haviam fundado a cidade e que mantiveram o controle do aparato político-administrativo até o final do século XIX, como os Souza Aranha, os Teixeira Nogueira, os Camargo e os Sales – todos grandes proprietários de terras. De fato, mais do que famílias, tais grupos

⁷ O Partido Republicano surge, em 1870, de divergências entre o grupo mais moderado e o mais exaltado do Partido Liberal, após a crise política de 1868. Esta foi provocada pela queda do gabinete liberal de Zacarias de Góes, por intervenção da vontade pessoal do Imperador (através do Poder Moderador), que deu lugar ao Partido Conservador. O Partido Republicano Paulista (PRP) surge em 1873 na reunião conhecida como Convenção de Itu, onde se reuniram membros dos vários núcleos republicanos espalhados pela província – com exceção do Vale do Paraíba, que não enviou nenhum representante (NOGUEIRA, 1954; ZIMMERMANN, 1984).

⁸ Termo utilizado por João Alberto Sales para se referir aos sucessos da iniciativa particular em Campinas, no texto “O Grupo dos Cinco”, publicado no almanaque **A Cidade de Campinas em 1901**.

formavam parentelas políticas, já que reuniam indivíduos interligados por laços de consanguinidade, casamento ou compadrio (MAGALHÃES, 1992)⁹.

Tais sobrenomes – e outros que deles derivaram por uniões matrimoniais (e.g., Souza Barros, Andrade Nogueira, Camargo Penteado, Bueno de Camargo, Moraes Sales) – representam, em grande parte, indivíduos e famílias pertencentes ao estrato superior da sociedade campineira no período de 1870 a 1910: é a elite dos 20% mais ricos no município, ou seja, aqueles que detêm as maiores riquezas acumuladas, sobretudo na forma de bens imóveis (rurais e urbanos) e ativos financeiros, como as ações e quotas de capital social de empresas (ABRAHÃO, 2015)¹⁰. Ademais, tais indivíduos da elite concentravam quase 90% do total da riqueza líquida do município, revelando que o lucro gerado pela economia cafeeira se restringia aos bolsos de pouquíssimas famílias (ABRAHÃO, 2015)¹¹.

É comum associar o conceito de *elite* àqueles que detêm o máximo de dinheiro, poder e prestígio. Contudo, seguindo a definição de Wright Mills (1981), também é preciso salientar a posição de comando que o grupo ocupa nas grandes instituições, já que os membros da elite ocupam os postos mais elevados das grandes empresas, governam a máquina do Estado (e reivindicam suas prerrogativas), e dirigem a organização militar. Diante disso, pode-se interpretar que os fazendeiros de Campinas se constituíam em “elite do poder” não só por acumularem a riqueza gerada pela economia local, mas, principalmente, por deterem o controle político-administrativo do município há gerações.

Os membros da “teia clânica” campineira eram ligados ao Partido Conservador, ao Partido Liberal e, a partir da década de 1870, também ao PRP. No rol dos conservadores e dos liberais, havia os contemplados por titulações do Império¹², como: Joaquim Antonio de Arruda, que recebeu o título de Barão de Atibaia em 1862; Joaquim Egídio de Souza Aranha,

⁹ Nomes importantes como Américo Brasiliense de Almeida Melo, Prudente de Moraes, Jorge Miranda e Rangel Pestana vinham de famílias sem tradição agrária, mas aderiram à economia do café e, por conseguinte, às parentelas políticas pelo casamento (ALONSO, 2002). Segundo Magalhães (1992), a participação de indivíduos que pertenciam a parentelas políticas tradicionais crescia na medida em que era maior a abrangência da atuação, o grau de influência e o prestígio do cargo.

¹⁰ A partir da análise de informações contidas em inventários judiciais de Campinas, entre 1870 e 1940, Abrahão (2015) define três estratos sociais: (i) o estrato superior dos 20% mais ricos; (ii) o estrato intermediário dos 20% a 50% inventariados mais ricos; (iii) o estrato inferior dos 50% dos inventariados menos ricos, a base da pirâmide social, constituído por indivíduos com propriedades relativamente de pouco valor.

¹¹ A elite campineira era composta majoritariamente por famílias brasileiras, mas havia um percentual pequeno de estrangeiros entre os mais ricos: dos 20% mais ricos entre 1870-1890, 10,3% eram alemães, como os Krug e os Bierrenbach; por sua vez, dos 20% mais ricos entre 1895-1915, 8,2% eram italianos, como os Cattani, Venere e Alberti, e 6,1% eram alemães (ABRAHÃO, 2015). Em ambos os períodos, eram famílias alemãs ou italianas que já haviam imigrado com aptidão e capital para iniciar atividades econômicas, o que, somado a laços matrimoniais com brasileiros da elite, favoreceram sua entrada nos grupos sociais mais ricos.

¹² Comparando Campinas com cidades do Vale do Paraíba, que tinham mais proximidade com a corte (não só física), enquanto Pindamonhangaba tinha nove títulos do Império, Bananal, sete, Jacareí, quatro, e Taubaté, três, no mesmo período Campinas tinha doze títulos concedidos (MAGALHÃES, 1992).

intitulado Barão de Três Rios em 1872; Joaquim Bonifácio do Amaral, que recebeu o título de Visconde de Indaiatuba em 1876; Joaquim Ferreira de Camargo Andrade, intitulado Barão de Ibitinga em 1887; e Geraldo de Souza Rezende (Barão Geraldo), que recebeu o título de Barão de Iporanga em 1889¹³.

Por outro lado, figuras como Manuel Ferraz de Campos Sales e seu irmão João Alberto Sales, Américo Brasiliense de Almeida Melo, Francisco Glicério de Cerqueira Leite e seu irmão Jorge Miranda, Francisco Quirino dos Santos, entre outros, estiveram entre os principais militantes e articuladores do PRP e inscreveram o nome da cidade na cena republicana nacional. Em sua maioria, tinham formação como bacharéis pela Faculdade de Direito de São Paulo¹⁴. O grau de bacharel, isto é, de “doutor”, tinha valor simbólico de afirmação de status e prestígio para a elite cafeeicultora, sendo “fundamental para a manutenção da posição social do grupo e para a extensão do campo da dominação” (TRIGO, 1989, p. 84). Significava, portanto, o verniz distintivo que recobria a identidade do grupo como “estabelecidos” (ELIAS, 2000).

De fato, foi a ambiência intelectual em torno da Faculdade (e não o banco escolar) que fez com que tais figuras se valessem do repertório da política científica e positivista para seus escritos e ações, representando a geração de 1870 (ALONSO, 2002); ou seja, foi a ambiência na Faculdade de Direito que as colocou em contato com o que Silvio Romero chamou de “bando de ideias novas”: “positivismo, evolucionismo, darwinismo, crítica religiosa, naturalismo, cientificismo [...], novos processos de crítica e de história literária, transformação da intuição do direito e da política” (apud BOSI, 2012, p. 257). Os bacharéis campineiros participavam ativamente da imprensa, sustentando jornais como **A Gazeta de Campinas** (1869) e **A Província de S. Paulo** (1875), e de outros núcleos de organização política, como a maçonaria¹⁵, o Clube da Lavoura (1876) e o Clube Republicano (1886). Esse modo de sociabilidade do grupo se coaduna com a observação de Wright Mills (1981) sobre a “elite do poder”:

¹³ Os exemplos dos titulados campineiros revelam como as denominações aos títulos de nobreza representam bem a particularidade da corte portuguesa na América, onde o Imperador conferia uma qualidade indígena e tropical aos velhos títulos medievais (SCHWARCZ, 2013). Vê-se também que as titulações se deram inclusive às vésperas da proclamação da República, como um modo de fortalecer o apoio a Pedro II e ao regime monárquico naquele momento crítico do Império.

¹⁴ Para se ter ideia da contemporaneidade de socialização escolar, vale citar que Campos Sales, Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Francisco Quirino dos Santos e Teófilo Ottoni pertenceram à mesma turma, de 1859 a 1863. Eles ainda compartilharam a experiência nas Arcadas com Américo de Campos (turma de 1856-1860) e Jorge Miranda (turma de 1857-1861) (ALONSO, 2002; MORAES, 2006).

¹⁵ A fundação da Loja Maçônica Independência, em 1867, seria o início do processo de aglutinação das forças antimonárquicas de Campinas (GALDINO, 2006; MORAES, 2006).

Na medida em que a elite do poder se compõe de homens de origens e educação semelhantes, na medida em que suas carreiras e estilos de vida são semelhantes, há base psicológica e social para sua unidade, fundamentada no fato de serem um tipo social semelhante e de se fundirem facilmente uns com os outros. (p. 29)

O ritmo intenso de acumulação de capital cafeeiro e o “espírito de associação” dessa elite possibilitou que o excedente fosse destinado a investimentos em ferrovias, bancos, comércio, indústria, hospitais e escolas. A iniciativa privada complementou, ou até mesmo liderou, negócios que, em grande parte, deveriam competir ao poder público. Alguns exemplos são a inauguração do trecho Jundiaí-Campinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, e do trecho Campinas-Moju Mirim da Companhia Mojiiana, em 1875, a incorporação do Banco Agrícola e Comercial de Campinas e da Companhia Campineira de Iluminação a Gás, em 1872.

No caso das redes ferroviárias, sua implantação afetou, direta e indiretamente, toda a vida da cidade. Para a construção das vias férreas e da estação, foram requisitados espaços e obras de grande porte, causando movimentação de numerosa força de trabalho e alteração no desenho urbano. O trem ainda estimulou a economia industrial, pois, por um lado, facilitou o acesso a matérias-primas, combustíveis e máquinas importadas, e, por outro, propiciou que as indústrias locais tivessem acesso a um mercado mais amplo.

A concentração de grande volume financeiro também alimentou o desenvolvimento do comércio e, juntamente com o crescimento do setor assalariado, do mercado interno¹⁶. Antes acanhado e local, o comércio campineiro projetou-se em termos regionais, atraindo vendedores e compradores não apenas do Oeste Paulista, mas atingindo outras províncias, como Goiás e o sul de Minas Gerais (LAPA, 1996). A ferrovia facilitou a circulação de pessoas e mercadorias, barateou o custo de transporte e beneficiou importações e exportações. Lojas e armazéns multiplicaram-se pela cidade, fornecendo produtos diversos, como alimentos, tecidos, papelaria, ferragens etc. Paralelamente, avultaram os serviços oferecidos por uma gama de profissionais brasileiros e estrangeiros, alocados em consultórios, clínicas, escritórios, ateliês, tais como afinadores de piano, alfaiates, chapeleiros, ourives, retratistas etc.

Como consequência, um enorme salto populacional é verificado entre os anos de 1850 e 1890: se, em 1854, Campinas ocupava o sexto lugar entre as cidades mais populosas da

¹⁶ Segundo Paula (2012, p. 194), “o mercado interno de uma região, de um país, não é dado pelo número de seus habitantes, mas pelo número dos que, entre esses, têm efetivamente, acesso à renda e à riqueza”.

província, com cerca de 14 mil habitantes, a partir da década de 1870, ela passa a apresentar o mesmo porte urbano da capital São Paulo, chegando a uma população de 41.253 habitantes em 1886 (SEMEGHINI, 1991; LAPA, 1996). Vale ressaltar que, em 1872, a população estrangeira somava 11,9% da população geral de Campinas, um percentual muito acima da média da província, que era de 2,4% (ABRAHÃO, 2015). As maiores colônias imigrantes nesse período eram de portugueses, alemães e italianos, que trabalhavam nas fazendas e nas atividades urbanas.

Entre o final do século XIX e o início do XX, o processo de modernização da cidade é acompanhado por inaugurações de grandes edifícios: Santa Casa de Misericórdia (1876), Rique de Patinação (1878), Hospital da Beneficência Portuguesa (1879), Matadouro Municipal (1881), Matriz Nova (1883), Estação de Estrada de Ferro (1884), Circolo Italiani Uniti (1884), Estação Agrônômica (1887), Cadeia Nova e Fórum (1896), entre outros (HADLER, 2007)¹⁷.

Uma sequência de melhoramentos públicos também é atestada no período, como iluminação a gás (1875), bonde a tração animal (1878), linhas telefônicas (1884), luz elétrica (1886), serviços de água e esgoto e calçamento das ruas com paralelepípedos (1891-1892), bonde elétrico (1912). Para os campineiros, esses deveriam ser benefícios do “progresso intelectual” para o espaço urbano, ou seja, era a *ciência* aplicada à cidade.

Contudo, a presença da ciência na cidade e na vida de seus moradores ia muito além dos melhoramentos públicos. É curioso notar que importantes inventos foram expostos no município pouco depois de terem sido criados no exterior: o telefone inventado por Alexander Graham Bell, em 1876, teve seu funcionamento demonstrado já em 1878 em Campinas, que, depois de Londres (1879), foi a segunda cidade do mundo a introduzir o uso do telefone; por sua vez, o cinematógrafo, exibido na Europa em 1895 pelos irmãos Lumière, foi projetado em Campinas em 1897, no Teatro São Carlos (LAPA, 1996). Além disso, a cidade se mostrava receptiva aos “homens de *sciencia*” desde pelo menos a primeira metade do século XIX: “Excetuando-se os portugueses, os primeiros europeus residentes na região eram, originalmente, membros de expedições científicas das décadas de 1820 e 1830”, como foi o caso do francês Hércules Florence, integrante da expedição liderada por Georg Langsdorff ao Brasil (ABRAHÃO, 2015, p. 20), e um dos pioneiros mundiais da fotografia (KOSSOY,

¹⁷ Muitas dessas construções foram de responsabilidade do engenheiro e arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo, que atendeu contratos de obras públicas e particulares em Campinas, sua cidade natal, entre 1879 e 1896.

2006)¹⁸. Portanto, num contexto em que o Imperador D. Pedro II, entusiasta e mecenas de assuntos ligados a ciências e tecnologia, se apropriava da palavra *ciência* e afirmava “a ciência sou eu” (SCHWARCZ, 2013, p. 126), os campineiros deveriam responder “a ciência somos nós”¹⁹.

Se o “progresso intelectual” trazia resultados positivos para o espaço urbano e para as esferas de sociabilidade, resta saber se e em que medida ele contribuía para a educação no município, isto é, se e em que medida era a *ciência* aplicada à instrução. Para isso, vale investigar as condições de oferta e demanda educacionais em Campinas, em meados da década de 1870, e relacioná-las às circunstâncias de criação do Colégio Culto à Ciência.

No período analisado, as famílias abastadas colocavam seus filhos para estudar em escolas particulares ou internatos, nos níveis de ensino primário e secundário. Também era costume contratarem professores para o ensino em casa, sobretudo no caso das meninas, com preceptoras geralmente estrangeiras. Por sua vez, a oferta de estabelecimentos de ensino público primário e secundário era escassa e restrita aos alunos do sexo masculino. No caso do secundário, para as autoridades do governo paulista, a minguada presença de alunos nos liceus não compensava os gastos públicos despendidos com a instrução de uma elite financeiramente capaz de frequentar colégios particulares²⁰. Com isso, uma lei de 1868 acabou por extinguir o ensino secundário oficial em São Paulo, passando ele a ser, automaticamente, um encargo da iniciativa privada. Impulsionada por essa lei e favorecida pela conjuntura política e econômica, a educação secundária particular se desenvolveu significativamente nos anos seguintes (MORAES, 2006).

Além desses fatores internos atuando sobre a questão da instrução secundária na província de São Paulo, em jogo estava também um importante fator externo, vindo da Corte: o governo central propunha o Imperial Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, como estabelecimento-modelo para os estudos secundários. Fundado em 1837 e tendo, até meados de 1870, caráter predominantemente humanístico e literário, o colégio visava a transmitir e consolidar uma cultura geral, voltada para a “formação integral” dos indivíduos. Assim, a

¹⁸ Foi em Campinas, a partir de 1833, que Florence inventou a técnica de reprodução fotográfica e utilizou pela primeira vez a palavra *fotografia*. Porém, como nunca publicou trabalhos com ampla divulgação sobre o invento, não foi reconhecido internacionalmente e seu nome permaneceu obscurecido na história da ciência (RIBEIRO, 1993; KOSSOY, 2006). Hércules Florence também participou da idealização do Colégio Culto à Ciência e foi presidente da Câmara Municipal de Campinas durante o Império.

¹⁹ Evidenciando como a palavra se constitui como produto ideológico (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997).

²⁰ O ensino secundário, muitas vezes, se reduzia a aulas avulsas das disciplinas exigidas para ingresso nos cursos superiores. Em 1867, por exemplo, havia quatro “aulas” de latim e francês em Mogi das Cruzes, Santos, Sorocaba e Itu; do total de 98 alunos matriculados, a frequência era de apenas 22. Na capital paulista, além das aulas do Curso Anexo à Faculdade de Direito, havia três “aulas” de latim, teologia dogmática e teologia moral, com 41 alunos matriculados e 23 frequentes (MORAES, 2006).

tônica de sua proposta pedagógica recaía sobre o estudo das letras, clássicas e modernas (Latim, Grego, Retórica, Alemão, Francês, Italiano, Inglês), e sobre disciplinas relacionadas à construção da nacionalidade, como Geografia e Corografia do Brasil, História do Brasil, Gramática Nacional e Literatura Brasileira, sob os moldes do projeto nacionalista romântico e da convenção do indianismo, que estavam intrinsecamente ligados à figura do Imperador²¹ (CUNHA JUNIOR, 2008; SCHWARCZ, 2013). Soma-se a esse elenco de disciplinas a Instrução Religiosa, um dos principais agentes da educação moral dos alunos do Pedro II, que se dava por meio de aulas e rituais – missas, orações, confissões, comunhão (CUNHA JUNIOR, 2008).

O grau de Bacharel em Letras concedido pelo Colégio Pedro II habilitava o estudante a se matricular em qualquer Academia Superior, sem ter de prestar novos exames. Entretanto, uma vez que esse “privilegio” não era atribuído aos títulos e aprovações conferidos pelas instituições provinciais secundárias, estas optavam por um currículo propedêutico, limitando-se aos conhecimentos exigidos nos exames para ingresso nos cursos superiores²², no sistema de estudos parcelados e assistemáticos (HAIDAR, 1972).

Partindo desse cenário, a cidade de Campinas apresentava as seguintes instituições particulares para ensino elementar e preparatório (secundário) em meados de 1870²³:

- Colégio Cesarino, ou Perseverança: criado em 1860 e destinado ao sexo feminino. Fundado e dirigido por professores negros, Antonio Cesarino e suas irmãs, D. Bernardina e D. Amância, funcionou até 1876. Recebia alunas brancas durante a tarde (que pagavam uma mensalidade) e mantinha aulas gratuitas para mulheres escravas à noite. Ensinava a ler, escrever, contar, gramática nacional e francesa, geografia, música e prendas domésticas;

- Colégio São João Batista: criado em 1862 por João Batista Pupo de Moraes, oferecia curso primário e dirigia-se ao sexo masculino, em regime de internato. Em seu programa constavam: ler, escrever, contar, gramática francesa, latim, geometria, geografia e doutrina cristã. Foi considerado um dos melhores do seu tempo e nele estudaram Bento Quirino dos Santos, Bernardino de Campos, Campos Sales, entre outros. O colégio fechou suas portas quando entrou em funcionamento o Colégio Culto à Ciência, em 1874;

- Colégio Florence: fundado em 1863 pela imigrante alemã D. Carolina Krug Florence, esposa de Hércules Florence, e destinado ao sexo feminino. Ensinava a ler,

²¹ Sobretudo por sua participação ativa no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

²² Os exames preparatórios exigiam os conhecimentos de Francês, Latim, Retórica, Geografia, Filosofia, Inglês, História, Aritmética, Geometria, Álgebra e Português (CUNHA JUNIOR, 2008).

²³ Para este panorama, baseamo-nos nos estudos de Ribeiro (1993), Lapa (1996), Cantuária (2000) e Moraes (2006).

escrever, contar, gramática nacional, francesa, inglesa e alemã, geografia, história pátria, aritmética, geometria, doutrina cristã, desenho, música e prendas domésticas²⁴. Tinha professores alemães e brasileiros, dentre os quais Francisco Rangel Pestana, Júlio Ribeiro²⁵, João Kopke, Miguel Alves Feitosa e Hércules Florence. Funcionou até 1889;

- Escola Elementar Alemã: fundada em 1863 e mantida pela Sociedade Alemã de Instrução, tinha proposta de propagação de cultura e moral evangélicas para ambos os sexos e também para alunos de outras nacionalidades. Em seu programa constavam: ler, escrever, contar, gramática nacional e alemã, geografia, aritmética, geometria e moral evangélica. Organizava-se segundo os princípios modernos da pedagogia alemã, adotando, por exemplo, a educação mista e processos mais criativos e menos rígidos de aprendizagem, como o método de ensino intuitivo²⁶;

- Escola Ghirlanda: criada em meados de 1870 pelo professor Malaquias Ghirlanda, afamado por sua severidade. Dirigia-se ao sexo masculino e oferecia estudos primários e secundários, apenas em regime de externato. Ensinava a ler, escrever e contar, gramática portuguesa, francês, geografia, aritmética, história do Brasil, história sagrada e doutrina cristã. Nele estudaram Júlio de Mesquita, Francisco Antônio de Sales, Antônio de Pádua Sales, Salustiano de Camargo Penteado, entre outros. Funcionou até 1900;

- Colégio Internacional: criado em 1869 pelos ministros protestantes norte-americanos George Nash Morton e Edward E. Lane, que também fundaram um seminário presbiteriano na cidade. Oferecia instrução primária e secundária para alunos de ambos os sexos, em regime de internato e externato e com anuidades bastante altas. Seu programa de ensino no secundário era inovador, pois não se limitava às disciplinas preparatórias. Ensinavam-se: doutrina cristã, matemática, aritmética, geometria, álgebra, geografia física e política, química inorgânica e orgânica, história pátria, universal e natural, caligrafia, ginástica, retórica, desenho, línguas antigas (latim e grego) e modernas (francês, alemão, inglês e português). Fizeram parte do

²⁴ É interessante observar que os currículos dos colégios femininos ofereciam às alunas uma formação básica mais completa, em comparação com os dos colégios masculinos. Pupo (1969 apud MORAES, 2006) aventa a hipótese de que, não tendo de preparar sua clientela para o ingresso nas academias, ainda vedadas às mulheres, tais colégios teriam mais liberdade de enriquecer o currículo tradicional, fugindo ao esquema do estudo parcelado.

²⁵ As figuras de Júlio Ribeiro e Rangel Pestana exemplificam o trânsito dos professores entre os colégios da cidade; o primeiro também seria docente do Culto à Ciência.

²⁶ O método intuitivo surgiu na Alemanha, no final do século XVIII, como um instrumento pedagógico capaz de reverter a ineficiência do ensino escolar identificada por seus propositores, sobretudo Pestalozzi e Froebel. Partia da valorização dos sentidos humanos como fundamento de todo conhecimento; também ficou conhecido como “lição de coisas” ou “método objetivo”. Nesse sentido, “contra a memorização e a repetição dos métodos tradicionais, Pestalozzi preconizava uma aprendizagem que deveria partir do particular para o geral, do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato” (MARCÍLIO, 2014, p. 180).

corpo docente, por exemplo, Rangel Pestana e Júlio Ribeiro, e do corpo discente, Júlio de Mesquita, Carlos Gomes, Gabriel Prestes²⁷ e Paulo de Moraes Barros. Funcionou até 1879.

Nesse panorama, chama atenção a presença de vários sobrenomes da elite campineira por entre fundadores, professores e alunos de tais estabelecimentos, como ainda de personagens que se tornariam ilustres nos cenários político e cultural brasileiros, como Bernardino de Campos, Campos Sales, Rangel Pestana, Júlio de Mesquita, Gabriel Prestes e Carlos Gomes. Também se nota o protagonismo dos imigrantes alemães e norte-americanos, sobretudo os protestantes, nas iniciativas em prol da educação na cidade e na adoção da educação mista e de programas e métodos de ensino considerados inovadores²⁸. Por exemplo, no Colégio Internacional, a inserção de áreas do conhecimento relacionadas às atividades produtivas, como desenho, ciências físicas e químicas e geometria, evidenciam características do método intuitivo, segundo o qual se deve “observar”, isto é, progredir da percepção para a ideia, dos sentidos para a inteligência, e “trabalhar”, ou seja, “fazer do ensino e da educação na infância uma oportunidade para a realização de atividades concretas, similares àsquelas da vida adulta” (VALDEMARIN, 2006, p. 92) – evocando um tipo de educação *prática*.

Ainda em relação à proposta pedagógica de “formação integral” oferecida pelo Colégio Internacional – próxima, inclusive, ao currículo do Colégio Pedro II –, esta não foi bem compreendida por algumas famílias, cujo maior interesse em relação ao ensino secundário estava na garantia de que seus filhos seriam aprovados nos exames para ingresso nos cursos superiores, sobretudo na Faculdade de Direito. Por outro lado, membros da Sociedade Culto à Ciência – entidade que idealizou o colégio homônimo em 1869 – admiravam o estabelecimento e costumavam tecer-lhe elogios na **Gazeta de Campinas**, exatamente por conta de seu programa inovador. Entretanto, o fato de o Internacional ser uma escola confessional, presbiteriana, e, portanto, não condizente com as convicções de parte da elite campineira, pode ter sido decisivo para que muitos de seus alunos migrassem para o Colégio Culto à Ciência quando este abriu suas portas, em 1874 (CANTUÁRIA, 2000).

A Sociedade Culto à Ciência era um grupo ligado à economia do café e às esferas campineiras de propaganda republicana que, conforme expresso no manifesto escrito por seus membros em 1869, tinha o objetivo de criar um estabelecimento de ensino primário e secundário, destinado a “realizar com o aperfeiçoamento possível a educação moral e

²⁷ Ex-normalista e militar, Gabriel Prestes se tornaria diretor da Escola Normal da Capital entre os anos de 1891 e 1898 (RIBEIRO, 2015).

²⁸ Na década de 1880, imigrantes protestantes alemães também criaram o Colégio Koelle, em Rio Claro, para atender os jovens de ascendência alemã e suíça da região e oferecer um programa de ensino particular em consonância com os princípios modernos da pedagogia.

intelectual dos alunos”, para suprir carências que dificultavam a educação dos “filhos do município” (PAULA, 1946)²⁹.

O idealizador da fundação do Colégio Culto à Ciência foi Antônio Pompeu de Camargo, grande fazendeiro do município de Campinas e um dos principais acionistas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro³⁰. Entre os membros da Sociedade Culto à Ciência, incluíam-se outros (sobre)nomes da elite campineira, que, como nos demais empreendimentos da iniciativa privada na cidade, se associavam independentemente de suas ligações aos Partidos Conservador, Liberal ou Republicano – era o já mencionado “espírito de associação”. O quadro abaixo traz alguns dos associados³¹:

Quadro 1 – Membros da Sociedade Culto à Ciência

Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral (<i>depois Visconde de Indaiatuba</i>)	Antônio Carlos Pacheco e Silva
Comendador Joaquim Egydio de Souza Aranha (<i>depois Marquês de Três Rios</i>)	Domingos Leite Penteado
Antônio Pompeu de Camargo	Elizeu Leite de Barros
Floriano de Camargo Penteado	Cândido José Leite Bueno
Álvaro Xavier de Camargo Andrade	Franciso Glicério de Cerqueira Leite
Floriano de Camargo Campos	Jorge Ludgero de Cerqueira Miranda
Cândido Ferreira da Silva Camargo	Manoel Ferraz de Campos Sales
Antônio Leite de Camargo Barros	Diogo de Moraes Sales
Floriano Ferreira de Camargo Andrade	Bento Quirino dos Santos
Francisco de Campos Andrade	Francisco Quirino dos Santos
	Eliseu Teixeira Nogueira
	Jorge Henrique Krug

fonte: Moraes (2006)

Com a proposta de se opor à tradição do ensino imperial, de modelo humanístico, literário e católico, o Colégio Culto à Ciência visava a difundir o saber científico, positivo e laico (MORAES, 2006), de modo a atrelar o chamado “progresso material” pelo qual a cidade

²⁹ A Sociedade Culto à Ciência apresentava-se como uma associação benemerita, ou seja, uma empresa que não reservava para si nenhum lucro pecuniário.

³⁰ Antônio Pompeu de Camargo atuou também no comércio e na política. Foi eleito vereador pelo Partido Liberal, em 1857, e, em 1877, elegeu-se novamente, mas pelo Partido Republicano (MORAES, 2006).

³¹ Moraes (2006) apresenta a relação de sócios da Sociedade Culto à Ciência no ano de 1873. São 116 associados, incluindo quatro mulheres, todas de famílias da elite campineira e relacionadas a algum associado: D. Thereza Miquelina do Amaral Pompeu (irmã do Visconde de Indaiatuba), D. Maria Luiza de Souza Aranha (mãe do Marquês de Três Rios) e sua filha D. Maria Brandina de Souza Aranha, e D. Cândida Maria Ferraz de Barros.

vinha passando ao desenvolvimento intelectual e moral de seus alunos, isto é, à difusão das “luzes” do saber, conforme descreve Campos Sales:

*De ha muito que se não contestava a nossa superioridade na ordem dos progressos materiaes, e agora, depois de tantos commettimentos de um alcance tão significativo para a civilização dos povos, já se reconhece com justiça que aqui, na provincia de S. Paulo, a iniciativa particular, supprindo a acção governamental opéra grandes resultados na ordem moral tambem, utilizando os mais proficuos esforços no generoso intuito de espalhar a instrucção e levar a luz a todas as almas.*³²

Para seus idealizadores, o Colégio deveria cumprir o papel de ser a *ciência* aplicada à instrução. Com efeito, no projeto político republicano, a educação de verniz “científico” era considerada um dos seus principais pilares, como expressa o “Programa dos Candidatos” do PRP:

*Admittida a liberdade de ensino, entendemos que o estado (ou provincia ou municipio) deve ministrar a instrucção sob o ponto de vista positivo. O ensino official não póde estar sujeito á influencia de escolas philosophicas: deve ser integral, concreto, tão completo quanto possível como recapitulação das verdades affirmadas pela sciencia.*³³

Para os republicanos paulistas, as “verdades affirmadas pela sciencia” deveriam superar as verdades afirmadas pela filosofia metafísica ou pela religião. Logo, nada mais apropriado do que nomear o resultado de um projeto republicano na área da instrução de *Culto à Ciência*.

Um “culto à Ciência” que vinha também em oposição ao “culto ao Imperador”, praticado na adoração ao monarca Pedro II e ao Colégio Pedro II. Tido como “a menina dos olhos do Imperador”³⁴, o estabelecimento vivia sob sua direção imediata e pessoal, de modo que o monarca se orgulhava de dizer: “Eu só governo duas coisas no Brasil: a minha casa e o Colégio Pedro II” (SCHWARCZ, 2013, p. 150). Por outro lado, a instituição tinha o objetivo de formar os filhos da elite imperial brasileira, “jovens que, no futuro, após passarem pelas Academias Superiores, poderiam ocupar o mundo do governo imperial, garantindo, assim, a

³² “Culto Á Sciencia”. In: **Almanach Litterario Paulista para 1876**. São Paulo: Typ. da Província de S. Paulo, 1875, p. 177-181.

³³ Partido Republicano. **Programa dos Candidatos** – Eleições na Província de São Paulo. São Paulo: Typ. Jorge Seckler, 1881, p. 20 (apud ZIMMERMANN, 1984, p. 80). Foi Francisco Rangel Pestana quem se incumbiu do capítulo referente ao ensino no Programa do PRP (REIS FILHO, 1981).

³⁴ FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. RJ: José Olympio, 1974. p. 165-166 (apud ANDRADE, 2011).

expansão Saquarema” (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 23). Dessa forma, cabia aos republicanos paulistas também pensar na formação e no futuro da “sua mocidade”.

O Colégio Culto à Ciência inaugurou-se em janeiro de 1874, cinco anos após ter sido idealizado³⁵. Destinava-se a estudantes do sexo masculino, nas formas de pensionistas (internos), meio-pensionistas e externos, e, embora fosse um estabelecimento de ensino particular, admitia gratuitamente “alunos pobres”³⁶. Uma vez que os custos das pensões eram elevados, é de se inferir que a maior parte de sua clientela pertencesse ao estrato mais alto da sociedade, sobretudo porque essa camada estava presente no corpo de idealizadores e mantenedores do colégio. De fato, examinando listas de alunos que frequentaram o Culto à Ciência entre os anos de 1874 e 1891, nota-se que muitos tinham sobrenomes de famílias da elite campineira, conforme mostra o quadro a seguir³⁷:

Quadro 2 – Alunos do Colégio Culto à Ciência (1874-1891)

Euclides Egídio de Souza Aranha	Rodrigo Monteiro de Barros	Mário de Moraes Salles	Luciano Teixeira Nogueira
Olavo Egídio de Souza Aranha	Lucas Monteiro de Barros	Celso de Moraes Salles	
Pedro Alcântara de Souza Aranha		José de Moraes Salles	Antonio Pupo Nogueira
Joaquim Egídio de Souza Aranha	Abelardo Pompeu do Amaral	Antonio de Campos Salles	Artur Leite de Barros
Cândido Egídio de Souza Aranha	Celso Pompeu do Amaral	Carlos de Campos Salles	Ladislau Leite de Barros
Clóvis Egídio de Souza Aranha	Druzo Pompeu do Amaral	Luís de Campos Salles	Juvenal Leite Penteado
Álvaro Egídio de Souza Aranha	Múcio Pompeu do Amaral*	Alfredo de Campos Salles	Francisco de Assis Barros Penteado*
Silvino C. de Souza Aranha	Fernão Pompeu de Camargo	Antonio de Pádua Salles*	Heitor Teixeira Penteado*
Lafaiete Egídio de Souza Camargo	Floriano Novais de Camargo Andrade	Jorge de Moraes Barros*	Abelardo de Cerqueira César
		Antonio José de Moraes Barros*	

³⁵ O intervalo de cinco anos compreendeu a construção do prédio do estabelecimento, mas também abarcou períodos de crise na lavoura, que causaram prejuízos e dívidas aos acionistas da Sociedade.

³⁶ Os estudantes “não protegidos por acionistas” da Sociedade Culto à Ciência deveriam pagar uma joia “em benefício do fundo de reserva da sociedade”. Acresciam-se ainda os pagamentos dos gastos com materiais de estudo e com a lavagem das roupas no estabelecimento. O número de alunos bolsistas ficava a juízo da diretoria da sociedade e era decidido anualmente (MORAES, 2006). Aprofundaremos a discussão sobre o público alvo do Culto à Ciência no Capítulo 2 desta Tese.

³⁷ Consideramos os sobrenomes arrolados por Abrahão (2015) para o estrato dos 20% mais ricos (elite) de Campinas, entre 1870 e 1940. As listas de estudantes foram obtidas nos estudos de Paula (1946) e Moraes (2006), mas não trazem a relação completa do corpo discente no período enfocado. Os nomes marcados com asterisco (*) indicam alunos que posteriormente se formaram na Faculdade de Direito de São Paulo.

Joaquim Álvaro de Souza Camargo*	Joviano Ferreira de Camargo Andrade	Cândido Moraes Bueno	Cincinato César da Silva Braga*
Mauro Álvares de Souza Camargo	Francisco Ferreira de Camargo	Bento Pereira Bueno*	Adolpho Corrêa Dias*
Bernardo de Souza Campos*	Octávio Pacheco e Silva	João César Bueno Bierrenbach*	Rafael Sampaio Vidal*
Otaviano de Souza Bueno	Silvano Pacheco e Silva	Ignacio de Queiroz Lacerda*	Ernesto Gustavo Pujol
Antônio Francisco de Paula Souza	Luis Quirino dos Santos Jr.	Antonio Álvares Lobo*	Luis Vitorino Moretzsohn
			Alberto Santos Dumont

fonte: Paula (1946), Moraes (2006)

Comparando as listagens dos quadros 1 e 2, há correspondência entre a maioria dos sobrenomes arrolados, indicando que o objetivo dos membros da Sociedade Culto à Ciência, ao criarem o colégio homônimo, se voltava não à educação dos “filhos do município” de modo genérico, mas à educação de seus próprios filhos. Nesse sentido, o Colégio Culto à Ciência visava aos jovens oriundos de famílias ligadas à cafeicultura e que mantinham o controle do aparato político-administrativo de Campinas – a “poderosa teia clânica” (LAPA, 1996, p. 111) que envolvia os Souza Aranha, os Camargo, os Sales, os Teixeira Nogueira, e outros tantos sobrenomes derivados destes por laços matrimoniais – todos com insígnia de família e pertencentes ao grupo dos “estabelecidos” (ELIAS, 2000). Ademais, alguns sobrenomes elencados correspondem às famílias mais abastadas da província no período, as quais mantinham fazenda no interior e residência na capital, como os Monteiro de Barros³⁸, os Leite Penteado, além dos já mencionados Souza Aranha (HOMEM, 1996).

Frequentando o ensino secundário no Culto à Ciência e, em seguida, cursando as academias superiores, sobretudo a Faculdade de Direito, a essa “mocidade” caberia, no futuro, perpetuar a ordem estabelecida na cidade – o poder nas mãos de fazendeiros e bacharéis –, e também preencher cargos políticos, administrativos e burocráticos da República, representando e defendendo os interesses dos republicanos paulistas além das fronteiras de Campinas – como viria a ocorrer, por exemplo, com os “futuros ex-alunos” Bento Pereira Bueno (Secretário de Estado dos Negócios do Interior³⁹), Heitor Teixeira Penteado

³⁸ Os Monteiro de Barros descendiam de Lucas Antônio Monteiro de Barros, o Visconde de Congonhas do Campo, nomeado o primeiro Presidente da Província de São Paulo, em 1823.

³⁹ A figura de Bento Bueno, como Secretário de Estado dos Negócios do Interior, será retomada no Capítulo 3.

(Presidente interino do Estado de São Paulo), Cincinato César da Silva Braga (deputado estadual e federal), Abelardo de Cerqueira César (senador estadual), e Rafael Sampaio Vidal (Ministro da Fazenda), entre outros⁴⁰. Dessa forma, o ensino secundário era

[...] o nível de ensino responsável pela educação dos segmentos dominantes da sociedade e, como tal, o marco divisório das classes sociais, aquele que agiria no sentido de transmitir conhecimentos que, uma vez apropriados apenas pelas “elites”, as discriminassem culturalmente do restante da sociedade, contribuindo assim para sua reprodução social e, portanto, para sua continuidade como classe dominante. (MORAES, 2006, p. 64)

Por outro lado, a criação do Colégio Culto à Ciência fazia parte de uma estratégia dos republicanos paulistas de oferecer cursos preparatórios de bom nível na província, evitando a transferência para a Corte – sobretudo ao Colégio Pedro II – ou para o exterior, “denotando uma tendência à socialização endógena e discrepante da elite imperial” (ALONSO, 2002, p. 151).

Em sua fase de implantação (1874-1875), a direção do estabelecimento ficou a cargo dos professores suíços Ferdinando Boeschstein e Daniel Ullmann, provenientes do Colégio Ypiranga, de Araraquara, e discípulos das ideias de Pestalozzi e do método intuitivo. A escolha de tais sujeitos pode ter sido motivada pelo valor que os idealizadores do Culto à Ciência conferiam às propostas da chamada “pedagogia moderna” – haja vista os elogios que teciam na imprensa ao Colégio Internacional. Segundo Valdemarin (2006), buscando reverter a ineficiência do ensino escolar, que se alicerçava em práticas mnemônicas, na abstração e na imposição de conteúdos sem exame ou discussão, a divulgação do método intuitivo no Brasil permitia projetar o objetivo de um país moderno, por inseri-lo “no movimento de circulação das idéias européias e americanas sobre a necessidade da renovação pedagógica e direcionando o conteúdo escolar para a prática produtiva por meio do ensino da ciência” (p. 26). De fato, por apreciarem os programas e métodos de ensino estrangeiros, os republicanos paulistas pretendiam aplicá-los aos seus projetos de instrução no país, em vez de continuarem com a tradição de enviar os jovens ao estrangeiro para concluírem seus estudos. Sobre isso comenta Francisco Quirino dos Santos:

[...] devemos examinar e apreciar as instituições estranhas como norma, os seus sistemas como exemplos, para a organização dos nossos, nunca para

⁴⁰ Sem deixar de salientar que um dos ex-alunos mais célebres do Culto à Ciência foi o aeronauta e inventor Alberto Santos Dumont.

mandar a países de fora os nossos filhos, que certamente não queremos para franceses, para ingleses ou para turcos, senão para brasileiros”⁴¹.

Passada a fase inicial de implantação, de 1875 a 1878, a direção do Culto à Ciência foi assumida pelo bacharel Francisco Xavier Moretzsohn. De 1879 a 1892, foram diretores do colégio: Melquíades da Boa Morte Trigueiro (ex-professor da Escola Normal da Capital); Alfredo Augusto Campos da Paz; José Nápoles Teles de Meneses, Amador Bueno Florence, filho de Hércules Florence; o bacharel Jorge Miranda; e o educador Hipólito Pujol, também adepto do método intuitivo⁴² (PAULA, 1946).

O panorama acima revela uma alternância entre pedagogos e bacharéis no cargo de diretor do Colégio Culto à Ciência. Mais do que isso, pode-se dizer que há, metonimicamente, a alternância entre dois tipos de *ciências*: as ciências pedagógicas modernas e as ciências jurídicas clássicas⁴³. Entretanto, ao invés de se oporem, esses dois tipos de ciências se combinavam na construção do *ethos*⁴⁴ do Culto à Ciência: o educador trazia as novas ideias, programas e métodos pedagógicos, que representavam o “progresso intelectual” que a instituição buscava, ao passo que a figura do bacharel representava, além de status e prestígio⁴⁵, a continuação da dominação tradicional que a instituição (re)produzia – era a legitimação da “elite do poder” (WRIGHT MILLS, 1981), formada por fazendeiros e bacharéis. Seria como se ao educador-diretor coubesse desenvolver a esfera pedagógica, dando-lhe verniz “científico” e transmitindo uma imagem “moderna” ao colégio, enquanto que ao bacharel-diretor cabia desenvolver a esfera simbólica, alimentando o sentimento de pertença ao grupo dominante e corroborando para a “socialização endógena” (ALONSO, 2002) do mesmo.

No entanto, o exame do currículo do curso secundário revela que o Culto à Ciência não oferecia nenhuma disciplina voltada às Ciências Naturais (Química, Física, História Natural), limitando seu programa de estudos às disciplinas exigidas nos exames preparatórios

⁴¹ *Gazeta de Campinas*, 21/11/1869 (apud MORAES, 2006, p. 30).

⁴² Franco-catalão radicado no Rio de Janeiro, foi professor e diretor do Culto à Ciência entre os anos de 1888 a 1892. Seus conhecimentos especializados em pedagogia moderna embasaram a escrita das **Notas devendo servir para a reforma do ensino do Colégio Culto à Sciencia** (1890), que pregam o método intuitivo e o espírito de observação e ciência na prática escolar.

⁴³ A Faculdade de Direito era marcada pela obsolescência do ensino, pautado no jusnaturalismo clássico e avesso às novas correntes de filosofia jurídico-política (ADORNO, 1988). Nos fins dos anos 1870, o aluno de Direito encontrava-se praticamente no mesmo curso que na década de 1850: “o método de ensino oral, com ênfase nas letras e na retórica, no aprendizado de línguas mortas, ausentes as ciências” (MORAES, 2006, p. 121).

⁴⁴ Entendemos o *ethos* como “a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 220). De fato, para exercer um poder de captação, o *ethos* deve estar afinado com a conjuntura ideológica (MAINGUENEAU, 2005).

⁴⁵ Era aquele considerado pela sociedade o “sábio de título positivo”, nas palavras do não-bacharel Júlio Ribeiro, conforme discutiremos no Capítulo 4 desta Tese.

e tendo caráter predominantemente humanístico e literário – o que revela uma grande contradição com sua proposta (e propaganda) de difundir o “saber científico, positivo e laico” e se opor ao Colégio Pedro II. Em 1883, eram dadas as seguintes aulas: Português, Francês, Inglês, Alemão, Latim, Aritmética, Álgebra, Geometria, Geografia, História Universal e do Brasil, Filosofia, Retórica, Desenho e Ginástica (MORAES, 2006). Nesse sentido, o colégio tinha a *ciência* apenas na ordem do *culto* e não da *cultura* (BOSI, 2014), como seu próprio nome o diz⁴⁶.

Por outro lado, foi inserida no programa a matéria de Instrução Cívica, na gestão do diretor Jorge Miranda, um dos chamados “republicanos históricos”, com o intuito de “formar o ‘caráter do cidadão’, o que se traduzia no ‘amor da pátria, [n]o respeito às leis’”⁴⁷. Essa foi, de fato, uma inovação curricular do Culto à Ciência, em oposição pedagógico-ideológica à Instrução Religiosa do Colégio Pedro II.

Em suma, o Colégio Culto à Ciência cumpria a função de ser uma iniciativa simbólica, como se o seu sucesso no campo da instrução fosse prenúncio do sucesso do regime que seus fundadores pretendiam ver implantado (CANTUÁRIA, 2000). Sua excelência e seu prestígio o tornaram “afamado em todo o Império” (HAIDAR, 1972, p. 195) e o fizeram ser (re)conhecido pelo próprio Imperador Pedro II, nas visitas que fez a Campinas nas décadas de 1870 e 1880.

Graças à economia do café, Campinas se torna a “capital agrícola da província” entre os anos de 1870 e 1886, com estrutura de serviços e aparato cultural que encontravam paralelo na cidade de São Paulo. A situação ainda contribuiu para espessar as ligações comerciais do município com a corte e com o mercado externo (SEMEGHINI, 1991; MAGALHÃES, 1992). Como consequência, a cidade é dotada “das virtudes, do porte e da indumentária de uma princesa – a Princesa do Oeste – que é como seus moradores a sentem, cortejam e desejam diante das demais cidades” (LAPA, 1996, p. 110).

Embora fosse um lócus republicano, isso não significava que Campinas não estabelecesse contato com os monarquistas, e vice-versa. A concessão de títulos a campineiros era uma das formas de o monarca reconhecer o valor da cidade na conjuntura político-econômica brasileira da segunda metade do século XIX. Outra forma seria vendo-a de perto, em viagens oficiais: era o Imperador visitando a “Princesa”.

⁴⁶ Lapa (1996) menciona que o colégio contava com um gabinete de Física, montado em 1882 pelo professor de História Natural, João Kopke, com aparelhos vindos dos Estados. Porém, Moraes (2006) afirma não ter encontrado nenhum documento que confirmasse tal dado e a introdução dessa disciplina nos planos de estudos do período.

⁴⁷ **Preceitos Escholares Coleccionados especialmente para o Collegio Culto á Sciencia**, 1886, p. 29 (apud LAPA, 1996, p. 174).

Durante a fase em que se destacou como protagonista da cafeicultura no Oeste Paulista, Campinas recebeu quatro visitas de Pedro II, nos anos de 1875, 1876, 1878 e 1886. Apesar de serem viagens curtas, muitas vezes de passagem pela região, as paradas em Campinas revelam a importância da cidade não apenas para a província de São Paulo, mas também no cenário nacional, o que a justificava ficar sob a mira dos olhos da corte. As visitas (ou vistorias) a estabelecimentos indicativos da modernização urbana legitimavam o rumo do “progresso” que a cidade vinha tomando no último quartel do século XIX; por exemplo, as visitas nos anos de 1875 e 1876 foram motivadas pela inauguração de trechos da linha Campinas-Moji-Mirim da Companhia Mojiana de Estradas de Ferro.

Por outro lado, por ser um grande reduto de propaganda republicana, Campinas deveria ser um destino guiado por interesses políticos, como se a presença física do Imperador criasse no imaginário popular a ideia de que a monarquia permanecia inabalável, com seus valores, práticas e instituições, o que é possível inferir pelo fato de as viagens serem próximas umas das outras, na década de 1870⁴⁸.

O monarca aproveitava a estadia na cidade para visitar estabelecimentos de prestígio, como a Matriz Nova, a Santa Casa de Misericórdia, o Gabinete de Leitura, o Gasômetro, o Colégio Internacional e o Colégio Culto à Ciência, onde esteve nos anos de 1876, 1878 e 1886. O fato de essas visitas terem ocorrido a partir da década de 1870 as coloca em concomitância com as alterações sofridas no currículo do “alter ego” do Imperador, o Colégio Pedro II, que deram maior desenvolvimento ao ensino das ciências físicas e naturais na instituição. A reforma de Carlos Leôncio de Carvalho (1878), por exemplo, visava ao “preparo científico do aluno”, de modo que foram implantados gabinetes de Física, Química e História Natural (HAIDAR, 1972), seguindo as prescrições do método intuitivo. Já Silvio Romero, lente de Filosofia, modificou o programa da disciplina, em 1880, trocando a Metafísica pela Lógica, com o objetivo de oferecer aos estudantes secundaristas “o conhecimento prático das leis e regras do raciocínio” (CUNHA JUNIOR, 2008, p. 121). Com isso, o Colégio Pedro II se afastava de seu próprio modelo humanístico e literário de ensino, colocando em prática (*cultura*) o que o colégio campineiro mantinha apenas como *culto*.

O ano de 1886 marca a última visita de Pedro II a Campinas. Nesse período, a cidade deixava de ser a “capital agrícola da província” e o centro de convergência do processo de

⁴⁸ Nas diversas visitas feitas a Campinas, Pedro II foi recepcionado pela população com manifestações de carinho e respeito (LAPA, 1996). Contudo, no caso de Itu, outro locus republicano paulista da região, há relatos de que o monarca foi recebido com pouca simpatia na cidade e com frieza no Colégio das Irmãs de São José (Colégio do Patrocínio). Uma possível causa desse tipo de recepção seria porque Itu congregava um grande número de igrejas e o clero andava desgostoso com a Monarquia, por conta da Questão Religiosa (NOGUEIRA, 1954).

expansão territorial (SEMEGHINI, 1991). Isso porque a primazia nas funções urbanas da economia cafeeira se transferia definitivamente para a cidade de São Paulo e a ocupação do território paulista desloca a fronteira agrícola cada vez mais para o Oeste, definindo-se novos e importantes centros regionais, como Ribeirão Preto e Bauru⁴⁹, onde os cafezais, mais jovens, se mostram mais produtivos.

O ano de 1886 ainda registra a fundação do Clube Republicano de Campinas, idealizado pelo PRP para debates, planejamentos de estratégias e propaganda das doutrinas democráticas, mediante a promoção de cursos e conferências sobre ciências políticas⁵⁰. Quase às vésperas da proclamação da República, era mais um núcleo de organização política dos republicanos, preocupados com a imagem do movimento e com o futuro do partido (MORAES, 2006; RIBEIRO, 2006).

Três anos depois, em 1889, um novo cenário surgiria: enquanto a soberania do Imperador perdia lugar para o novo regime, a soberania de Campinas era abalada não só pela perda da posição na economia do café, mas pela ação de um adversário devastador: as epidemias de febre amarela.

2. A “Princesa” enferma e o Ginásio de Estado: Campinas na virada dos séculos

Progresso! Progresso!
Seja a nossa divisa.
Progresso! Progresso!
Seja a nossa divisa.
Porvir!
Das indústrias no enorme Congresso.
Precisamos galhardos agir.
*Precisamos galhardos agir.*⁵¹

⁴⁹ O período de 1886 a 1897 marca a emergência plena do complexo cafeeiro capitalista em São Paulo, já inteiramente baseado no trabalho livre (SEMEGHINI, 1991).

⁵⁰ O presidente do clube era Prudente de Moraes e entre seus membros estavam Campos Sales, Alberto Sales, Bernardino de Campos, Rangel Pestana, Cerqueira César e Pereira Barreto. Todos fizeram conferências explicando cientificamente a urgência da república (ALONSO, 2002).

⁵¹ Trecho inicial do hino da cidade de Campinas, composto, em 1885, por Antônio Carlos Gomes e com letra de Carlos Augusto Ferreira (ZAITUNE, 2008).

A marcha de desenvolvimento que Campinas vinha seguindo na segunda metade do século XIX conduziu o município e seus “filhos” a postos de destaque na província e no país. O *ethos* de “progresso” exclamado na abertura do hino da cidade, em 1885, prenunciava o símbolo nacional que surgiria em 1889: a bandeira republicana com a divisa política positivista “Ordem e Progresso”. Por outro lado, prenunciava uma fase difícil da história da cidade, iniciada também em 1889: os momentos decisivos do movimento republicano flagrariam uma Campinas destruída e paralisada (RIBEIRO, 2006), que dependeria de muita força para se reconstruir e para que o “progresso” voltasse a dominar.

Embora Campinas tivesse perdido o posto de capital agrícola da província, na metade final da década de 1880, sua história econômica e urbana permaneceria condicionada pela evolução do complexo cafeeiro, onde sua inserção se redefinia. Características geradas na fase anterior continuaram a proporcionar o desenvolvimento da cidade, como a conformação de uma agricultura estruturada em bases capitalistas e de um núcleo urbano onde as funções secundárias e terciárias haviam alcançado importante grau de implantação e diferenciação. Ademais, a evolução das regiões sob influência campineira, nos eixos das estradas de ferro Mojiana e Paulista, trazia reflexos significativos para a sua economia (SEMEGHINI, 1991). Por isso, no imaginário da população, Campinas permaneceria soberana diante das demais cidades, conservando o *ethos* e o cognome monárquico de “Princesa”, o que nem a mudança de regime político conseguiria apagar (LAPA, 1996).

Porém, diferentemente do que os republicanos vinham prospectando para Campinas, o decênio que se seguiu à proclamação da República representou um hiato no processo de modernização da cidade, sendo um período de recuperação das devastações causadas pelas epidemias de febre amarela ocorridas no período de 1889 a 1897⁵².

Além de alto índice de mortalidade⁵³, as consecutivas epidemias provocaram êxodo de muitas famílias abastadas para a capital do Estado e decréscimo do fluxo imigratório, levando os serviços públicos e particulares a uma situação caótica. Casas comerciais e fábricas foram obrigadas a fechar, o que gerou significativa perda econômica.

Também as escolas tiveram de suspender suas atividades, como foi o caso do Colégio Culto à Ciência. Com o intuito de não paralisar suas aulas, tentativas foram feitas de transferir os cursos para outros espaços, como uma fazenda no município ou até mesmo Jundiaí, mas a diretoria, na época representada por Hipólito Pujol, não obteve sucesso. No ano de 1890, por

⁵² Mais precisamente, as epidemias ocorreram nos anos de 1889, 1890, 1892, 1896 e 1897 (LAPA, 1996).

⁵³ O número de mortos decaiu ao longo dos surtos epidêmicos: em 1889, mais de mil pessoas foram vitimadas pela doença; em 1896, foram registrados 787 óbitos, e, em 1897, 325 (LAPA, 1996).

exemplo, o colégio se conservou fechado por seis meses, reduzindo o ano letivo a apenas cinco meses (PAULA, 1946). Junto com os problemas de saúde pública, a intermitência das epidemias resultou em uma grave crise financeira para os acionistas da Sociedade Culto à Ciência e, por conseguinte, para a instituição que mantinham. Assim, em 1892, houve a dissolução da Sociedade e o patrimônio do colégio passou à municipalidade de Campinas. Em 1894, o prédio em que funcionava o estabelecimento tornou-se propriedade do Estado de São Paulo para a instalação de um ginásio de ensino secundário, que foi inaugurado em 1896 como Ginásio de Estado de Campinas⁵⁴.

Os surtos de febre amarela ocasionaram mudanças na vida urbana e na morfologia de Campinas com relação a políticas públicas de saúde, higiene e saneamento básico, contando com a mobilização do governo nos níveis municipal, estadual e nacional. Ao longo da década de 1890, providências foram tomadas para prevenir e combater a moléstia, a partir do conhecimento médico-científico de que se dispunha na época. Vale destacar a participação do médico sanitarista Emílio Ribas, chefe da Comissão Sanitária de Campinas de 1896 a 1898, no processo de higienização da cidade, por meio de um projeto que incluía a limpeza permanente das ruas e praças, desinfecções de locais públicos e particulares e drenagem do solo, com vistas a espantar o mosquito transmissor da infecção (LAPA, 1996). A preocupação com a saúde pública também resultou na criação de uma rede de hospitais, enfermarias, clínicas, asilos e estabelecimentos de isolamento, sempre liderados pela iniciativa particular. Era a *ciência* aplicada à saúde.

Ao lado de Ribas, outros médicos brasileiros, em sua maioria formados e vindos do Rio de Janeiro, e um número elevado de médicos estrangeiros formavam um quadro profissional que assessorava o poder local nas suas políticas públicas ou exercia diretamente esse poder, quando eleitos vereadores ou deputados estaduais (LAPA, 1996). Havia ainda uma aliança de colaboração entre esses médicos com farmacêuticos e cientistas, brasileiros ou estrangeiros, residentes em Campinas, configurando, assim, a sociabilidade de tais “homens de *sciencia*”.

As inúmeras iniciativas de combate à insalubridade que foram implementadas, a altos custos, nos anos 1890, deram fim às epidemias de febre amarela, procurando resgatar a

⁵⁴ Após a proclamação da República, o governo do Estado de São Paulo criou três estabelecimentos oficiais de ensino secundário: o Ginásio de Estado da Capital (criado em 1892), o Ginásio de Estado de Campinas e o Ginásio de Estado de Ribeirão Preto (criado em 1906). Aprofundaremos a questão da reforma da instrução pública paulista no Capítulo 3 desta Tese.

qualidade de vida dos campineiros e retomar o processo de modernização da cidade. Sobre esse ponto, conclui Henrique de Barcelos⁵⁵:

*Pois foi dessa tremenda catastrophe que a energia campineira, symbolizada nos seus mais illustres filhos, trouxe a esta terra o mais importante melhoramento com o magnífico systema de exgottos e canalização de agua potável, systema sem igual neste Estado.*⁵⁶

No trecho, o autor destaca tanto a capacidade de superação dos campineiros diante de tamanho infortúnio quanto o retorno de Campinas à posição de protagonista no cenário do “progresso” paulista, pois, ao menos em relação ao sistema de esgotos e à canalização de água potável, o município estava “sem igual neste Estado”.

De fato, o período posterior às epidemias será marcado pelo “discurso do progresso” (RIBEIRO, 2006) e pela imagem de Campinas como uma ave fênix renascendo das próprias cinzas – figura presente inclusive no brasão de armas da cidade⁵⁷.

Nesse momento, buscava-se a recuperação de uma imagem positiva da cidade, em contraposição àquela de espaço devastado, enfermo, dos anos anteriores. Sentimentos de esperança e entusiasmo em relação ao futuro animavam os moradores, como pode ser lido nos seguintes comentários de Barcelos:

*Qual será o futuro reservado a esta terra, a terra classica das fortes iniciativas?
Especialmente para os que conhecem a cidade ha vinte e seis annos e a consideram no que é actualmente; apesar dos revezes locais e das crises economicas que têm affligido o paiz; para esses não é difficil prognosticar qual o futuro de uma cidade, cujos filhos demonstraram sempre o maior amor á sua terra, contribuindo para a prosperidade della com energia, traço característico dos descendentes dos bandeirantes, a energia que tudo vence quando é nobre e justo o fim que se tem em mira.*⁵⁸

Barcelos previa um futuro de prosperidade para Campinas, porque seus habitantes lhe haviam construído um *ethos* de “terra clássica das fortes iniciativas”, no sentido de ser um

⁵⁵ Português dos Açores, Henrique de Barcelos (1854-1911) chegou a Campinas em 1873. Foi comerciante, jornalista e lente de língua portuguesa do Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, onde também foi diretor.

⁵⁶ “Campinas actual”. In: **A Cidade de Campinas em 1901**. Campinas: Typ. da Casa Livro Azul, 1900, p. 39-40.

⁵⁷ Este foi aprovado pela Câmara Municipal em 30 de dezembro de 1889, logo após ocorrer a primeira epidemia de febre amarela. O brasão é composto por um escudo azul em cujo centro se encontra a imagem da fênix em voo ascensional sobre uma fogueira ardente. Acima do escudo há uma coroa mural e, na base, vê-se um listel azul com a inscrição latina *Labore virtute civitas floret* (“Pelo trabalho e pela virtude a cidade floresce”) (CAMPINAS, 2008).

⁵⁸ “Campinas actual”. In: **A Cidade de Campinas em 1901**, p. 41-42, grifos originais.

espaço onde o desenvolvimento material e intelectual se efetuava a partir do esforço de atuação dos próprios campineiros – “[uma cidade] cujos filhos demonstraram sempre o maior amor á sua terra, contribuindo para a prosperidade della com energia”. Esse aspecto remete ao “espírito de associação” sob o qual se realizaram mobilizações de capital privado para empreendimentos na área urbana e nas lavouras, nas décadas anteriores. Com o término das epidemias, seria provável que as “fortes iniciativas” retornassem, garantindo a continuidade do desenvolvimento que estivera em curso.

O estrangeiro Barcelos levanta outra causa para seu prognóstico positivo ao identificar o *ethos* dos campineiros: eles acreditavam descender dos bandeirantes e deles ter herdado uma energia “inquebrantável”. O autor evoca a imagem heroica e mitificada do bandeirante, notável por seus atributos de desbravador, destemido, leal e líder inato. Tal figura havia sido retomada no imaginário social em fins do século XIX para simbolizar o povo de São Paulo, num momento em que o Estado, “berço dos bandeirantes”, desfrutava de grande poder econômico e político no cenário nacional, e em que os paulistas se reconheciam como sucessores, guardiões e legítimos continuadores dos feitos gloriosos de seus antepassados (De LUCA, 1999; SCHWARCZ, 2008). Além disso, havia sido construída uma forte identificação entre os bandeirantes e os fazendeiros do Oeste Paulista, uma vez que estes se destacavam pelo pioneirismo e pela adesão a novas ideias e experiências:

É a psicologia do bandeirante que permanece “o inovador, o renovador, o experimentador por excelência”. [...] Era preciso muita ousadia e coragem, espírito de aventura e de jogo, para se “abrir” uma fazenda no Oeste paulista, na região que figurava nos mapas do século passado [século XIX] como “zona de índio”, para transformar a mata selvagem numa paisagem humanizada, com extensos cafezais, prédios de residência e construções de colônias, em locais isolados, longe das vias de comunicação. (NOGUEIRA, 1954, p. 397)

A valorização da genealogia bandeirante, a figura da fênix e o “discurso do progresso” ganharam força num contexto em que, exterminada a febre amarela, era tempo de revigorar a “febre intensa de progresso material e intelectual”, nas palavras de Alberto Sales⁵⁹. Quanto ao “progresso material”, Campinas foi reordenada com base em postulados que visavam à garantia de um ambiente saudável e moderno, a ser usufruído pela população. O novo século também permitiria a continuidade no uso dos melhoramentos públicos realizados nas décadas anteriores e viabilizaria a criação de novos serviços e estabelecimentos. Já em relação ao “progresso intelectual”, o desenvolvimento de atividades intelectuais avigorou-se na virada do

⁵⁹ “O Grupo dos Cinco”. In: **A Cidade de Campinas em 1901**, p. 44.

século, por exemplo, com a inauguração do Ginásio de Campinas, em 1896, e a fundação do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA), em 1901.

O Ginásio era uma das instâncias da reforma do ensino público proposta pelo governo paulista, após 1890, e se destinava ao “ensino secundário de alunos externos que se quiserem habilitar em matérias científicas e literárias”⁶⁰. Com isso, a principal função do secundário permanecia sendo a de servir de curso preparatório aos estudos superiores (MORAES, 2006).

O fato de o Ginásio de Campinas estar “bem instalado em um vasto e antigo prédio do Colégio Culto à Ciência”⁶¹ transmitia o *ethos* da antiga instituição ao novo estabelecimento, além de ter sido o mesmo grupo de republicanos paulistas que se envolveu na criação do colégio e do ginásio: o primeiro surgiu no momento de propaganda das ideias republicanas, enquanto que o segundo foi fundado no período de legitimação do novo regime. Contudo, enquanto o Culto à Ciência era uma instituição *particular* de ensino, destinada aos filhos da elite campineira, o Ginásio surgia como espaço para a instrução secundária *pública*, o que, em princípio, ampliava o acesso para alunos dos demais estratos sociais.

De acordo com o Regulamento dos Ginásios de Estado (1895), para ser admitido à matrícula, o candidato deveria comprovar: idade superior a 12 anos; aprovação em todas as matérias do curso preliminar; ter sido vacinado ou afetado de varíola; não padecer de moléstia contagiosa ou repugnante; pagamento de taxa de 50\$000. Se o candidato aspirasse a uma vaga gratuita, deveria provar “as condições de inteligência, pobreza e aplicação, ficando sujeito à classificação de preferência” (artigo 77). Destaca-se a exigência de o candidato comprovar ser “saudável”, sobretudo num período pós-epidemias e de efervescência das políticas públicas de saneamento, higiene e prevenção e combate de doenças (SCHWARCZ, 2008).

Os sobrenomes dos alunos que frequentaram o Ginásio de Campinas entre os anos de 1897 e 1910 revelam uma clientela mais heterogênea, se comparada ao cenário do Culto à Ciência (cf. Quadro 2), cujos alunos provinham majoritariamente de famílias da elite. No quadro a seguir há uma amostragem dos sobrenomes encontrados⁶²:

⁶⁰ **Regulamento dos Ginásios de Estado**, aprovado em 22 de maio de 1895 (decreto n. 293/1895).

⁶¹ Relatório do Secretário do Interior Dr. João Batista de Melo Peixoto, 1898 (apud MOACYR, 1942, p. 209).

⁶² Os nomes dos estudantes foram obtidos no estudo de Paula (1946), que oferece apenas uma lista fragmentária de nomes, e na **Relação Nominal dos Alunos matriculados neste Gymnasio no anno lectivo de 1903 nos diferentes cursos do anno**, disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Os nomes marcados com asterisco (*) indicam alunos que posteriormente se formaram na Faculdade de Direito de São Paulo.

Quadro 3 – Alunos do Ginásio de Campinas (1897-1910)

Antonio Souza Nogueira	João de Castro Pupo Nogueira	Carlos Ribeiro Martins Leão*	Vítor Brenneisen*
José Teixeira Nogueira	Julieta Pupo Nogueira		José Berthaud Gouveia
Alanco de Souza Bueno	Frederico Pupo	Agostinho Pires do Amaral*	José Theodoro Bayeux*
	Jayme de Salles Pupo	Luis Maragliano	Mario Damy
Francisco Pompeu de Camargo	Sylvio de Moraes Salles*	Amleto Cenzo	Sven Nielsen
Alberto Pompeu de Camargo	Jayme de Moraes Salles*	José Juliano Vanzolini	Paulo Décourt
Dario Pompeu de Camargo Jr.	Felix de Moraes Salles	Eugênio Sbragia	Carlos Décourt
			Eugênio Décourt
João Batista Pompeu de Lacerda	José Bonifácio de Almeida Salles	Armênio Borelli	Maria Noemie Décourt
	Eliseu de Queiroz Telles	Adolpho Marracini	Maria Hennings
Hygino Barros de Camargo		Estevam Pucci Jr	Margarida Pereira
Homero Ferreira de Camargo*	Alberto Pinto de Moraes*	Manoel Giongo	Odete Pinheiro
		João Machin	Dulce Pinheiro
Antonio de Arruda Camargo	Florianio Bicudo Teixeira	Affonso Luporini	Joana Rangel Alvarenga
Elysiario Duarte Camargo	Augusto Cezar Lobo	Eugenio Magorno	Celina de Godoi Duarte
	Pelágio Álvares Lobo*	Orestes Franceschini	Valentina Lapa Penteadó
Horácio Aranha Orestes Aranha	Ludgero da Cunha Motta	Paulino Muniz Filho	Noêmia dos Santos Teixeira
		Gustavo Armbrust	
Aristides Leite de Barros	Aristides Candido de Mello e Souza	Luis Faber	Zuleika Cerqueira
Fausto Leite Penteadó	João Ribas d'Ávila*	Ramiro Falque	Estela Cerqueira
Mario Leite Penteadó			
Aníbal Vieira Bueno	Edmundo Pimenta*		

fonte: Paula (1946), APESP

Por essa lista, nota-se a presença de sobrenomes da “poderosa teia clânica” (LAPA, 1996) campineira, como Teixeira Nogueira, Moraes Sales, Leite Penteadó, Pompeu de Camargo, Souza – mas não Souza Aranha –; porém, é uma presença bastante reduzida, quando cotejada com os alunos do Culto à Ciência. Pode-se inferir que a causa dessa redução

tenha sido o êxodo das famílias abastadas para a capital paulista, no contexto das epidemias de febre amarela.

Nesse sentido, a clientela do Ginásio era heterogênea por apresentar, em conjunto com esses membros da elite, alunos com sobrenomes brasileiros não relacionados à “teia clânica” e um número elevado de estudantes com sobrenomes estrangeiros, sobretudo italianos. Vale lembrar que, a partir da segunda metade do século XIX, Campinas recebeu grandes levas de imigrantes europeus, principalmente após 1886, quando a imigração passou a ser subsidiada pelo governo. Durante esse período, algumas famílias chegaram a ascender aos grupos sociais mais ricos, principalmente as alemãs e italianas (ABRAHÃO, 2015)⁶³. Ademais, o cenário das epidemias, na virada para o século XX, propiciara a vinda de médicos e demais profissionais da saúde estrangeiros à cidade (LAPA, 1996), de modo que eles poderiam colocar seus filhos para estudar na instituição. Logo, a clientela do Ginásio deveria incluir elementos da elite (brasileira e, possivelmente, estrangeira), como também jovens provenientes do estrato social intermediário. Nos termos de Elias (2000), agregava “estabelecidos” e “outsiders”.

E, em se tratando de “outsiders”, é importante ressaltar a inserção de alunas no corpo discente ginásial. Antes restrito ao sexo masculino, o ensino secundário republicano possibilitou o ingresso feminino, embora o fizesse com ressalvas. Segundo Nadei (1987), as solicitações de matrículas de meninas no Ginásio da Capital eram, muitas vezes, negadas por meio de explicações objetivas, como, por exemplo, falta de condições materiais e estruturais que permitissem a coeducação⁶⁴, sendo que as primeiras alunas a se formarem no estabelecimento foram identificadas em 1907. As primeiras matrículas femininas no Ginásio de Campinas ocorreram no ano de 1909 (PAULA, 1946)⁶⁵.

Quanto à exclusão do estrato social inferior no corpo de estudantes, este se justificaria pelo caráter elitista da formação secundária, voltada ao encaminhamento do aluno para o ingresso no ensino superior e para as carreiras e profissões de prestígio – advogados, médicos e engenheiros (NADAI, 1987). Com base na Tabela 3, constata-se que diversos estudantes se tornariam, posteriormente, bacharéis de direito. Mas há também exemplos de alunos que se

⁶³ Retomando que, para Abrahão (2015), o estrato superior (elite) correspondia aos 20% inventariados mais ricos de Campinas, e o estrato intermediário, aos 20% a 50% mais ricos, entre 1870 e 1940.

⁶⁴ Embora o Regulamento dos Ginásios de Estado não proibisse o acesso feminino à escola (NADAI, 1987).

⁶⁵ As solicitações dessas matrículas podem ser comprovadas no ofício enviado pela Diretoria do Ginásio de Campinas à Secretaria de Estado de Negócios do Interior em 09/04/1909 (acervo: APESP, caixa CO6972).

consagrariam na medicina: Ludgero da Cunha Motta⁶⁶ e Aristides Candido de Mello e Souza⁶⁷.

A futura formação de profissionais da saúde se alinha à atmosfera da cidade, no contexto posterior às epidemias, e também ao caráter científico assumido pelo currículo secundário republicano. Já no Regulamento dos Ginásios de Estado, de 1895, definia-se que:

Artigo 9º. O ensino de Física e Química terá por base repetidas experiências em gabinetes e laboratórios, acompanhando a exposição e explicação metódica das respectivas teorias.

Artigo 10º. O ensino de História Natural será completado, sem prejuízo das aulas, com excursões científicas, e visitas a museus, para conhecimento prático das exposições que forem feitas.⁶⁸

Esses pontos seriam mais bem desenvolvidos após a equiparação do programa de ensino dos Ginásios paulistas ao do Ginásio Nacional, do Rio de Janeiro. Com a reforma promovida por Benjamin Constant, em 1890, o antigo Colégio Pedro II passou a se chamar Ginásio Nacional e foi convertido em estabelecimento padrão de estudos secundários (HAIDAR, 1972)⁶⁹. No caso do ginásio campineiro, o decreto de equiparação foi assinado em fevereiro de 1901, após a instituição ter realizado alterações em suas instalações e no seu currículo, sendo que as adaptações mais significativas se deram em relação ao ensino das ciências naturais (MELONI, 2010), seguindo os princípios do método intuitivo de haver a educação prática, articulando observação acurada e trabalho⁷⁰. Ofícios remetidos pela Diretoria do Ginásio de Campinas à Secretaria de Estado de Negócios do Interior comprovam a preocupação com a montagem e o armazenamento do acervo de livros e materiais adquiridos para os laboratórios e gabinetes das disciplinas⁷¹:

É com justa satisfação que, com este, junto dous conhecimentos e facturas consulares relativos às encomendas de livros, para a bibliotheca e de utensilios chimicos, para o respectivo laboratorio, deste Gymnasio, por

⁶⁶ Graduou-se em Medicina, no Rio de Janeiro, em 1911. Foi professor e diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, responsável pelo início da construção do prédio do Hospital das Clínicas.

⁶⁷ Pai de Antonio Candido, era médico reumatologista e foi convidado pelo governo de Minas Gerais a remodelar e modernizar os serviços termas de Poços de Caldas. Passou temporadas de estudo na Europa e escreveu artigos sobre crenoterapia, terapêutica pelas águas minerais (CANDIDO, 2004; SUGIMOTO, 2004).

⁶⁸ **Regulamento dos Ginásios de Estado**, aprovado em 22 de maio de 1895 (decreto n. 293/1895).

⁶⁹ Com a equiparação, as instituições de ensino secundário poderiam credenciar seus alunos ao ensino superior sem a necessidade de novos exames (HAIDAR, 1972).

⁷⁰ A reforma da instrução pública paulista da década de 1890 consolidou definitivamente a presença do ensino intuitivo nas escolas, marcado por apelo à observação, à experiência e ao dado concreto. Por isso, destacam-se a aquisição de novos materiais didáticos (e suas aplicações), a montagem de laboratórios e museus pedagógicos, além da criação de novas atividades nas salas de aulas (VALDEMARIN, 2004).

⁷¹ Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP) – caixa CO6965.

intermedio da Caza dos Snr^s. Charles Levy & C^{ia}. desta cidade, conforme fui auctorizado por V. Ex^{cia}. [...] (ofício, 28/11/1901)

Tendo este Gymnasio recebido ultimamente da Secretaria do Interior, dusentos e onse exemplares de animaes para o seu gabinete de Historia Natural, e não havendo em [ilegível] gabinete armarios proprios não só para bem guardal-os e conserval-os como aos outros exemplares de zoologia, botanica e mineralogia já aqui existentes, tenho a honra de solicitar de V. Ex^a. a necessaria auctorisação para mandar construir pela verba geral de fornecimentos do Almoxarifado da Instrucção Publica, os seis moveis de que ha mister, [...] de accordo com as prescripções da Pedagogia e para aproveitamento util dos alumnos nas aulas de Historia Natural. (ofício, 10/04/1907)

Com efeito, o acervo que o Ginásio de Campinas dispunha para as aulas de Física, Química e História Natural o colocava entre os colégios mais bem equipados do Estado de São Paulo, indicando que a organização dessa estrutura atraía grande atenção do poder público, além de sinalizar uma política de transformação da educação, no sentido da valorização das ciências da natureza (MELONI, 2010). Portanto, pode-se inferir que, se no Colégio Culto à Ciência a *ciência* se mantinha na ordem do *culto*, no Ginásio, ela era realmente praticada, cultivada, ou seja, se fazia *cultura*.

Mas a valorização das ciências não se dava apenas dentro dos muros da escola. Muitos dos lentes do Ginásio eram sócios do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA), espaço que, respaldado nos ideais republicanos e nas inspirações positivistas, reunia a intelectualidade local para o debate e a difusão de conhecimentos em todos os ramos das ciências, letras e artes (TAKAMATSU, 2011). Entre as atividades realizadas pelo centro estavam organizar conferências públicas instrutivas, manter uma vasta biblioteca e um museu de ciências naturais, publicar uma revista dedicada a temas científicos, históricos e literários e estabelecer relações com instituições congêneres no Brasil e no exterior (MONTEIRO, 1976; RIBEIRO, 2006), como o IHGB, o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e a Academia Brasileira de Letras. Nos papéis de fundadores ou colaboradores do CCLA, encontram-se nomes como Campos Sales, Jorge Miranda, Henrique de Barcelos, e de docentes do Ginásio de Campinas, como Coelho Neto (lente de Literatura), Gustavo Enge (lente de Geografia), Álvaro Miller (lente de Antropologia) e César Bierrenbach (lente de História Universal). Já a lista de sócios-correspondentes continha nomes ilustres do meio intelectual brasileiro, como Afonso Arinos,

Benedito Calixto, José Veríssimo, Nina Rodrigues, Olavo Bilac, Rui Barbosa, Silvio Romero, Machado de Assis e Euclides da Cunha⁷².

Espaços como o CCLA ilustram os modos de sociabilidade dos intelectuais e de circulação dos saberes científicos no início do século XX, período em que “a ciência significava a força motriz do progresso e do desenvolvimento humano” (TAKAMATSU, 2011, p. 33). O CCLA exemplifica também como o período de consolidação da República foi marcado pela separação entre o mundo da política e o universo intelectual, representando o fim do engajamento político dos intelectuais que havia marcado a geração de 1870 (SEVCENKO, 2003; ALONSO, 2002). Com efeito, em artigo para a *Revista do CCLA* no qual descreve os objetivos da associação campineira, Henrique de Barcelos é categórico:

*Obra ingente essa, [...], pondo-a no convívio das mais altas mentalidades contemporâneas por meio desta Revista reveladora de que aqui existe um núcleo singular, donde é impiedosamente banida a Política, onde é reverentemente acatada a Ciência, onde se presta fervoroso culto às Artes e às Letras.*⁷³

Logo, enquanto o Ginásio de Campinas *cultivada a ciência*, o CCLA a *cultuava*.

Além disso, para a cidade de Campinas, as contribuições das ciências trariam consequências inclusive para a percepção do mundo físico (RIBEIRO, 2006).

O século XX se iniciou marcado pelo “discurso do progresso”, que, sendo uma prática social, política e ideológica, atingia as mais diversas esferas da sociedade, indo do discurso do poder público ao discurso da imprensa e das escolas. Por outro lado, ele era expresso também pelas imagens fotográficas: “a reconstrução física de Campinas se fez acompanhar, então, da reafirmação simbólica da sua vocação para a modernidade através desse ícone do que era moderno em 1900, que é a fotografia” (GURAN, 2006, p. 12).

Tanto o discurso do poder público quanto o discurso das fotografias impressas em cartões-postais, álbuns e periódicos estavam comprometidos com a divulgação de imagens oficiais de Campinas, isto é, de imagens que intencionalmente transmitissem um modelo idealizado da cidade. Dessa forma, ocultavam-se da paisagem urbana quaisquer resquícios das epidemias, ao mesmo tempo em que eram exibidos, de modo enfático, os melhoramentos

⁷² Nas revistas da instituição, há uma lista com as “Comissões Auxiliares da Directoria do CCLA”. Estas englobam inúmeras áreas de conhecimento (Matemática e Astronomia; Engenharia; Física, Química e Mineralogia; Botânica; Agricultura e Zootecnia; Ciências Médicas; Ciências Sociais e Econômicas; Ciências Jurídicas; Letras e Artes; entre outras) e agregam a “nata” da intelectualidade de Campinas e do Estado de São Paulo.

⁷³ **Revista do CCLA**, n. 2, 1902, p. 9-10 (grifos nossos).

adotados para a saúde, a higiene e o saneamento básico. Realizavam-se, pois, mecanismos de seleção, controle e exclusão sobre os aspectos recortados da realidade⁷⁴ através da fotografia de caráter oficial. Por conseguinte, tais imagens corroboravam com o discurso das elites locais, as quais, “no anseio de construir a imagem de uma cidade moderna, atestam a vitória da ‘civilização’ perante outras cidades do Estado de São Paulo” (RIBEIRO, 2006, p. 21)⁷⁵.

Podem-se citar como meios oficiais de divulgação dessas imagens os almanaques **A Cidade de Campinas em 1900** e **A Cidade de Campinas em 1901**. Com baixos custos de produção e, portanto, acessíveis a um grande público, os almanaques exerceram importante papel na propagação do *ethos* construído pelas camadas dominantes para o município⁷⁶. Embora impressas em baixa qualidade, dezenas de fotografias de caráter ilustrativo e publicitário foram inseridas nos almanaques campineiros, incluindo uma do Ginásio de Campinas e uma do Grupo Escolar. A presença de fotografias de duas instituições de ensino públicas revela a intenção de dar visibilidade e difundir o papel que a escola cumpria na República, como símbolo do novo regime. A seguir está a fotografia do Ginásio de Campinas presente no almanaque **A Cidade de Campinas em 1901** (p. 278):

⁷⁴ O processo fotográfico é aqui entendido como um duplo recorte: um externo, marcado pela eleição de um tema, e um interno, caracterizado pela escolha dos elementos que compõem o tema eleito (RIBEIRO, 2006).

⁷⁵ Ribeiro (2006) e Kossoy (2014) ressaltam a questão da “desmitificação da objetividade fotográfica”, em contraposição à “credibilidade na verossimilhança”, de modo que a fotografia deva ser sempre analisada como uma interpretação do mundo, e não uma cópia fidedigna e imparcial da realidade. De fato, ela é uma construção sujeita às convenções ideológicas e artísticas e às intenções discursivas que geraram a seleção do objeto e a escolha do ângulo de tomada do registro fotográfico, relacionadas às condições sociais de sua produção e recepção.

⁷⁶ Misto de jornal, livro e revista (CRUZ, 2000), o almanaque reunia o maior volume possível de dados, conhecimentos e estatísticas sobre a cidade, veiculando também textos de cronistas e memorialistas (formadores de opinião), além de anúncios publicitários.

Figura 1 – Fotografia do Ginásio de Campinas em **A Cidade de Campinas em 1901**

Três páginas da publicação são dedicadas ao Ginásio de Campinas, nas quais há informações sobre a fundação, o corpo docente e administrativo e o número de alunos matriculados, além da descrição das atividades ali realizadas. A fotografia do edifício encabeça a seção, vindo acima do título “Gymnasio de Campinas”, e, dessa forma, atrai de imediato a atenção do leitor para a página. A imagem cumpre a função de ilustrar a matéria do texto escrito, mas, por si só, expressa a monumentalidade do estabelecimento. Isso se dá pela perspectiva utilizada pelo fotógrafo, Luiz de Souza⁷⁷, que captou a fotografia de modo a permitir a visualização de toda a fachada do edifício, destacando tanto a arquitetura neoclássica quanto a integração harmoniosa do prédio com o jardim. Em tempos de recuperação pós-epidemias e de discursos sanitaristas, a proximidade com a natureza e a presença de grandes janelas, que facilitariam a circulação do ar no ambiente, foram

⁷⁷ Luiz de Souza foi o autor das fotografias publicadas no almanaque **A Cidade de Campinas** e de algumas imagens dos álbuns da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas (RIBEIRO, 2006).

intencionalmente enfatizados pelo fotógrafo⁷⁸. Sem contar que as janelas também traziam contribuições para a pedagogia “moderna”, pois, para se obter um bom resultado na utilização do método intuitivo, o ambiente escolar deveria ser claro e arejado (VALDEMARIN, 2006).

Na fotografia, nota-se ainda o destaque conferido à palmeira na paisagem, situada bem em frente ao edifício do colégio. Mais conhecida como palmeira-real ou palmeira-imperial, a planta era um dos símbolos do Império⁷⁹. Pode-se inferir que sua manutenção nos jardins do Ginásio no início da República significasse que, durante um período, práticas, tradições e valores monárquicos coexistiriam com os republicanos em Campinas, do mesmo modo que os titulares do Império haviam coexistido (de forma “harmoniosa”) com os propagandistas do novo regime na fase anterior a 1889 – era a marca da alteridade. De fato, a imponência ostentada tanto pelo edifício quanto pela palmeira-imperial exprime o jogo de forças entre as duas formas de governo: embora o prédio seja extenso e ocupe a maior parte da imagem, no eixo horizontal, a planta prejudica uma parte de sua visão na fotografia e, assim, marca sua presença no cenário, pelo eixo vertical.

As fotografias do Ginásio, enquanto imagens oficiais de Campinas, também contavam com outro meio de divulgação eficaz: os cartões-postais. Com a evolução dos processos técnicos de impressão de imagens, o início do século XX é considerado a época de ouro do cartão-postal. Prática surgida na *Belle Époque* europeia, a produção de cartões-postais conquistou enorme sucesso ao desembarcar em terras brasileiras, com destaque para as fotografias de paisagens bucólicas e cenários urbanos (SCHAPOCHNIK, 2008). Imagens de capitais, como Rio de Janeiro, São Paulo e Manaus, e de famosas estâncias turísticas, como Petrópolis e Poços de Caldas, foram amplamente reproduzidas, colocadas à venda e divulgadas, inclusive em âmbito internacional.

De modo geral, os editores e fotógrafos dos cartões-postais tinham a intenção de sublinhar os espaços canônicos do belo turístico e do progresso e civilização urbanos – estes valorizados por ferrovias, edifícios públicos, igrejas, monumentos, praças, ruas e avenidas. Portanto, os locais divulgados promoveram não só a homogeneização de cada cidade, como também a uniformização das cidades em geral (RIBEIRO, 2006). Como não podia ficar de

⁷⁸ É interessante observar que essa mesma fotografia está publicada no **Almanach Histórico e Estatístico de Campinas de 1912**, embora o prédio do Ginásio tivesse sofrido reformas que alteraram sua fachada no intervalo de 1900 a 1911. Outra diferença em relação ao almanaque de 1901 diz respeito ao espaço em que a fotografia é inserida na publicação, pois se encontra ao final da seção “A Instrução pública e particular”, na qual é feito um breve panorama do ensino na cidade. Ilustrar a instrução de Campinas apenas com a imagem do Ginásio simboliza o prestígio que a instituição mantinha com a população e com o poder público.

⁷⁹ Planta não nativa do Brasil, o primeiro exemplar foi trazido das Antilhas e plantado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro por D. João VI em 1809, e desse exemplar descendem todas as palmeiras-imperiais do Brasil (SCHWARCZ; STARLING, 2015).

fora desse índice de modernidade, Campinas também investiu na produção de cartões-postais como forma de autoprojeção do município.

Na primeira década do século XX, surgem séries de postais impressas pelas tipografias campineiras Casa Mascotte, Casa Livro Azul e Casa Genoud, retratando, por exemplo, o Bosque dos Jequitibás, a Estação da Cia. Paulista, o Mercado Municipal, o Monumento a Carlos Gomes, a Matriz de Santa Cruz, o Grupo Escolar Francisco Glycerio, entre outros espaços. A seleção de tais espaços para a reprodução em postais é efetuada por meio de operações simbólicas que definem as “coisas visíveis” na cidade, e, por consequência, lhe conferem uma identidade visual, seguindo os postulados urbanísticos de países europeus e o modelo de organização da sociedade proposto no ideário republicano.

O cartão-postal abaixo retrata o Ginásio de Campinas, sendo identificado no verso como pertencente a uma “Edição Especial da Casa Genoud - Campinas” e impresso a partir da década de 1910⁸⁰:

Figura 2 – Cartão-postal do Ginásio de Campinas

⁸⁰ O cartão-postal pertence ao acervo do Arquivo Edgard Leurenroth (AEL), do IFCH/UNICAMP. Uma vez que as informações sobre a data de produção do item são imprecisas, estimamos que ele tenha sido impresso no período entre 1911 e o início dos anos 1940, pois o aspecto do edifício corresponde à fachada adquirida com a reforma de 1911, que seria alterada novamente em 1944 (AFFONSO; PINTO, 1986).

O cartão-postal apresenta a fachada principal do Ginásio, fotografada por uma perspectiva frontal a uma distância que permitiu capturar toda a edificação e parte do seu entorno, composto por áreas que se assemelham a jardins, sem prejudicar por completo a leitura da inscrição <*CULTO Á SCIENCIA*>, localizada no alto da fachada. Acima do edifício, é possível identificar um céu claro com nuvens. Os jardins margeiam uma longa passarela que dá acesso à entrada principal do prédio, e, por conta de sua centralização na página, essa passarela parece conduzir o leitor/observador da imagem em direção ao edifício.

Comparando esta fotografia com aquela publicada no almanaque **A Cidade de Campinas em 1901** (Figura 1), observam-se, além das mudanças na fachada, alterações no projeto paisagístico do estabelecimento. A principal relaciona-se à palmeira-imperial, que foi extirpada da paisagem. Dessa forma, o símbolo monárquico que ainda marcava presença no cenário do Ginásio foi completamente eliminado, dando a entender que naquele momento somente os valores, práticas e tradições republicanos dominariam em Campinas – do mesmo modo que é apenas a figura do edifício que predomina na fotografia⁸¹.

Pertencer a uma série de cartões-postais legitima a condição de “coisa visível” ao Ginásio de Campinas, isto é, situa-o como um dos emblemas da cidade que mereciam ser contemplados, exibidos e reproduzidos (no papel e no concreto). Ademais, a ampla divulgação da fotografia do colégio fazia propagar a imagem de uma instituição monumental, exemplar, representativa do poder do Estado de São Paulo na instrução pública e do ideário republicano ligado à educação, sobretudo pela identificação do nome *Culto á Sciencia* na fachada do edifício. O nome remete ao prestígio do antecessor do Ginásio, de modo que, afora as diferenças entre as duas instituições (uma sendo particular e a outra, pública), o prédio era o mesmo e, por conseguinte, a essência do Colégio Culto à Ciência iria se preservar também.

Portanto, a perenidade da inscrição na fachada do edifício simboliza que o nome *Culto á Sciencia* estará para sempre gravado na memória do estabelecimento, exatamente como *culto* (BOSI, 2014). Mais do que isso, o *ethos* do Culto à Ciência será imanente ao Ginásio de Campinas⁸².

No entanto, se, em termos de programa de ensino, o Colégio Culto à Ciência tinha a *ciência* apenas na ordem do *culto*, o Ginásio apresentava a *ciência* enquanto *cultura*, isto é, prática. Isso se relaciona ao fato de o Culto à Ciência ter sido um *projeto* de escola *para* a República, um devir educacional, ao passo que o Ginásio era o *produto* das reformas

⁸¹ Revestida de sentido ideológico, a palmeira operava, de fato, como um signo ideológico (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997).

⁸² De fato, o nome da instituição foi alterado de Ginásio de Estado de Campinas para Colégio Estadual Culto à Ciência, em 1947 (AFFONSO; PINTO, 1986). Atualmente, chama-se Escola Estadual Culto à Ciência.

executadas na instrução pública paulista *na* República. Nesse sentido, o Culto à Ciência inventou uma tradição (HOBBSBAWM, 2012) para o ensino secundário – i.e., a difusão do saber científico, positivo e laico –, mas sua concretização só foi ocorrer com o advento do novo regime.

Ademais, as palavras “colégio” e “ginásio” já indiciam as tônicas de cada iniciativa. “Colégio” significa reunião, congregação de pessoas da mesma categoria ou voltadas a um mesmo interesse, ou seja, faz remeter à “Sociedade Culto à Ciência”. Esta era a sociedade dos “estabelecidos” da cidade, dos membros da “poderosa teia clânica”, da “elite do poder” que, através da iniciativa privada, se uniu e criou um estabelecimento de ensino para os “seus filhos” – evitando, assim, que eles se transferissem à corte ou ao estrangeiro e assegurando sua “socialização endógena”. Era ainda a sociedade que fazia o *culto* à *ciência* aplicada à agricultura, ao cultivo do café, à cidade e à política, mas não à *ciência* aplicada à instrução nem à saúde – haja vista as epidemias que ocorreram na passagem do século. Por outro lado, “ginásio” significa, originalmente, lugar onde se pratica ginástica, mas, com o tempo, tornou-se lugar onde se pratica a educação (em geral), e, no caso campineiro, onde se pratica também a *cultura científica*⁸³.

⁸³ De modo que o lócus do *culto* à ciência havia se transferido, após 1900, ao CCLA.

Capítulo 2: Discurso e imaginário republicano no Colégio Culto à Ciência e no Ginásio de Campinas

Senhores: Em presença do fato que hoje solenizamos, quem há que não pressinta através do futuro a grande luz, a luz que ilumina toda a humanidade: o progresso?

O cidadão já não se limita a esperar do Estado aquilo que pode fazer por si e que constitui uma indeclinável necessidade sua. Os meios não faltam. Quando a vontade individual não basta, convoca-se o esforço comum e forma-se a associação para levantar a escola.¹

Foi com essas palavras que Manoel de Campos Sales iniciou seu discurso no ato solene de inauguração do Colégio Culto à Ciência, em janeiro de 1874, anunciando não apenas a abertura de mais uma escola em Campinas, mas a concretização de um ideal.

Conforme visto no capítulo anterior, a Sociedade Culto à Ciência, que deu suporte à criação do colégio homônimo, era um grupo ligado à elite cafeicultora campineira e às esferas de propaganda republicana (e.g., Clube da Lavoura, maçonaria, imprensa) que, sob o chamado “espírito de associação”, se voltou à causa da educação, num momento em que a iniciativa privada se dedicava a empreendimentos para a modernização da cidade. Segundo consta do manifesto escrito pela associação em 1869², seu objetivo era criar, sem fins lucrativos, um estabelecimento de ensino primário e secundário destinado a “realizar com o aperfeiçoamento possível a educação moral e intelectual dos alunos”. Nesse intuito, o Colégio Culto à Ciência oferecia um curso preparatório de bom nível no Oeste Paulista, o que, por conseguinte, evitava a transferência dos estudantes para a corte, sobretudo para o Imperial Colégio Pedro II, ou sua ida ao estrangeiro.

Na década de 1870, embora o Oeste Paulista estivesse em franco crescimento econômico, os ricos fazendeiros da região estavam descontentes com a excessiva centralização administrativa e tributária do governo monárquico, que lhes impedia a participação política, e com a consequente falta de investimentos na província

¹ O texto do discurso foi obtido na monografia histórica de Paula (1946).

² “Manifesto da Sociedade Culto à Ciência”, 06/02/1869, apud Paula (1946).

(ZIMMERMANN, 1984; ALONSO, 2002). De fato, no excerto acima, Campos Sales, dando voz ao grupo republicano paulista, coloca em pauta a “autoria” da iniciativa educacional que se concretizava, ao salientar que “Quando a vontade individual não basta”, isto é, quando o poder *pessoal* do Imperador não se mostra atuante, os “cidadãos” se unem e, convocando seu “esforço comum”, realizam as ações necessárias. Esse “esforço comum” pode ser entendido como as frequentes mobilizações de capital privado para a execução de empreendimentos na cidade – o chamado “espírito de associação” dos campineiros.

O orador Campos Sales inicia o discurso dizendo que todos estavam ali solenizando o *fato* da inauguração do Colégio Culto à Ciência. Esse discurso legitima a identidade criada para o estabelecimento pela Sociedade Culto à Ciência, ao mesmo tempo em que forma uma nova tradição de sentidos (HOBSBAWM, 2012). Ressignificando o que veio antes e instituindo uma memória outra (ORLANDI, 1993; MAINGUENEAU, 2000), o *discurso fundador* do Colégio Culto à Ciência constrói o imaginário necessário para dar uma “cara” à instituição em formação, para concebê-la em sua especificidade como um objeto simbólico.

Partindo do discurso de Campos Sales, neste capítulo também examinamos textos de jornais produzidos por alunos do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas. Buscamos analisar as condições de produção e recepção desses discursos, levando em conta o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2007), e verificar como os textos se relacionam dialogicamente entre si, em se tratando de temas como “instrução”, “patriotismo” e “papel da mocidade” e ao emprego da “metáfora das luzes vs. trevas”, já que “todo discurso se delinea na relação com outros discursos: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”³ (ORLANDI, 2007, p. 43). Observamos ainda como os escritos contribuem para a construção e a afirmação do *ethos* das instituições e de seus estudantes.

Dessa forma, investigamos a presença de elementos tanto do ideário republicano, elaborado na fase anterior a novembro de 1889, quanto do imaginário republicano, construído no momento de concretização das lutas e de legitimação do novo regime. Uma vez que o ato da proclamação em si fora feito de surpresa, através do golpe militar, e as ideologias republicanas permaneceriam enclausuradas no fechado círculo das elites esclarecidas, a legitimação da República brasileira dependeria de um arsenal de símbolos, alegorias, rituais e mitos que atingiriam mais facilmente o povo e seu imaginário – com suas aspirações, medos e esperanças (CARVALHO, 2008). E uma forma efetiva de disseminar e fortalecer esse arsenal

³ Uma relação denominada interdiscurso (ORLANDI, 2007). Segundo Maingueneau (2000, p. 5), “a identidade de um discurso se constitui e se alimenta através de outros discursos: falar é sempre falar com, contra ou por meio de outros discursos, outras vozes”.

seria por meio de sua presença nas escolas e na educação cívica dos alunos, isto é, da *mocidade*.

1. O Culto à Ciência e seu discurso fundador

A idealização do Colégio Culto à Ciência era uma resposta de membros da elite cafeeicultora campineira àquilo que interpretavam ser a “inércia e o descaso”⁴ do governo central para com a instrução nas províncias, sobretudo no caso da educação secundária⁵. Essa era a pedra de toque para o acesso às academias de ensino superior, mas, por ser oferecida majoritariamente por instituições particulares, tinha clientela restrita às elites. Sobre esse tema, Campos Sales comenta em seu discurso:

[...] na bárbara lei do privilégio, a educação intelectual [...] [é] antes um luxo da classe aristocrática, do que uma necessidade dos povos.

Embora os fundadores do Culto à Ciência pertencessem às classes dominantes, eles não se identificavam com a elite imperial, pois representavam os cafeeicultores do Oeste Paulista e sua mentalidade empreendedora, capitalista e burguesa. Distinguiam-se também da aristocracia cafeeira do Vale do Paraíba, defensora de práticas pré-capitalistas e mais atrelada à monarquia. Assim, apesar de o capital econômico e social permitir-lhes chegar às academias, os paulistas do Oeste se encontravam em situação de dupla marginalização, estando distantes da sociedade de corte e aliados do poder político (ALONSO, 2002)⁶. Pelos termos de Elias (2000), seriam os “outsiders” paulistas em oposição aos “estabelecidos” da corte.

⁴ Retomando as palavras do próprio Campos Sales, em artigo publicado no **Almanak de Campinas para 1873**.

⁵ No entanto, Marilza de Oliveira (comunicação pessoal) relativiza a ideia de “descaso do governo central” com a causa da instrução. Na leitura de cartas de Gonçalves Dias, a pesquisadora notou que existia preocupação por parte do Imperador com a questão, pois encontrou a informação de que Pedro II havia encomendado um trabalho a Gonçalves Dias, escritor vinculado ao IHGB, no qual este deveria verificar a situação das escolas na Europa e, em seguida, enviar-lhe um relatório.

⁶ Lapa (1996) salienta a contradição que essa postura dos republicanos envolvia: na questão do ensino, a extirpação do privilégio, como símbolo do regime monárquico, seria efetuada pela própria classe detentora do privilégio. Por outro lado, entendemos que o objetivo do grupo não seria extirpar o privilégio, mas criá-lo em terras paulistas, como um desdobramento do que ocorrera em 1828, com a inauguração da Faculdade de Direito. Em contraposição ao Colégio Pedro II, que formava futuros perpetuadores do governo saquarema, o Culto à Ciência era projetado para ser a base da educação da elite intelectual de São Paulo, que, em seguida, cursaria a Academia e, por fim, ocuparia os cargos administrativos no regime republicano.

O grupo dos republicanos paulistas marcava sua identidade fazendo uso da categoria *cidadão*, como se vê logo no início da fala de Campos Sales:

O cidadão já não se limita a esperar do Estado aquilo que pode fazer por si e que constitui uma indeclinável necessidade sua.

Os “cidadãos” a que Campos Sales se refere correspondiam a uma parcela restrita da população, pois eram aqueles com poder suficiente para “fazer por si”, isto é, para se dedicarem a empreendimentos através da iniciativa privada, ao invés de esperarem pelas ações do Estado, como meros “súditos”. De fato, desde a Constituição de 1824, havia a distinção entre dois tipos de cidadãos, originária do constitucionalismo francês: os *cidadãos ativos* ou *plenos*, que possuíam os direitos civis e os direitos políticos (direito de voto); e os *cidadãos inativos* ou *simples*, que possuíam apenas os direitos civis (CARVALHO, 2014)⁷.

Portanto, Campos Sales fala em nome dos cidadãos *ativos*, especificamente, dos poucos indivíduos que tinham o direito de ser *eleitores*, por serem os grandes proprietários de terras e escravos da região (ALONSO, 2002). Conforme aponta Carvalho (2014, p. 44), “o voto era concedido àqueles a quem a sociedade julgava poder confiar sua preservação”. Durante o Império, as eleições eram indiretas (em dois turnos) e censitárias: no primeiro turno, os *votantes* escolhiam os *eleitores*; no segundo, estes elegiam os deputados e senadores. Podiam ser votantes os homens com mais de 25 anos que tivessem renda mínima de 100 mil-réis, inclusive os libertos e os estrangeiros naturalizados; por sua vez, os eleitores deveriam ter renda a partir de 200 mil-réis (CARVALHO, 2013). Opunha-se a “massa” dos votantes ao seleto grupo dos eleitores⁸, ficando totalmente excluídos dos direitos políticos os escravos, os mais pobres, as mulheres, os menores de idade, os filhos-família, os soldados, os membros de ordens religiosas e os criminosos.

No decorrer do Segundo Reinado, sobretudo depois de 1870, surgiram propostas de reformas que visavam a “moralizar” o sistema eleitoral⁹, com discussões girando em torno da

⁷ Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à segurança individual; direitos políticos referem-se à participação do cidadão no governo da sociedade (fazer demonstrações políticas, organizar partidos, votar, ser votado) (CARVALHO, 2013). Além deles, Marshall (1967) distingue os direitos sociais, os quais garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva (direito à educação, ao trabalho, à saúde etc.).

⁸ O termo “massa” aparece na própria Constituição de 1824 para remeter aos participantes das eleições indiretas. O número elevado de votantes decorre do fato de a maioria da população trabalhadora ganhar mais de 100 mil-réis por ano. Contudo, é importante ressaltar que “o votante não agia como parte de uma sociedade política, de um partido político, mas como dependente de um chefe local [...]. O voto era um ato de obediência forçada, ou, na melhor das hipóteses, um ato de lealdade e de gratidão” (CARVALHO, 2013, p. 35).

⁹ Haja vista que os pleitos eleitorais eram marcados por muitas fraudes e corrupção (MAGALHÃES, 1992).

aprovação da eleição direta¹⁰, do término do critério censitário para o alistamento e da extensão do voto ao analfabeto (MAGALHÃES, 1992). A legislação eleitoral até 1880 aglutinava uma série de discriminações, mas nenhuma contra o analfabeto, possivelmente porque o índice de analfabetismo correspondia a mais de 80% da população no período. A condição de alfabetização tornou-se um requisito para os eleitores somente a partir de 1882, mantendo-se em vigor durante a República¹¹.

É possível aventar a ideia de que a alfabetização tivesse valor significativo no projeto político dos republicanos paulistas: quanto mais pessoas fossem instruídas, mais cidadãos *ativos* poderiam ser formados – e, por conseguinte, maior seria a possibilidade de existirem aqueles que votassem nos defensores do novo regime. Disso resulta que, insatisfeitos com a condição do ensino oficial, homens como os membros da Sociedade Culto à Ciência viam na iniciativa privada um caminho para a solução do problema da instrução.

O Colégio Culto à Ciência foi concebido para ser um estabelecimento de ensino cuja filosofia seria contrária a que a “educação intelectual” fosse restrita à “bárbara lei do privilégio”, nas palavras de Campos Sales. Por isso, em seu discurso, o orador destaca a importância do que designava por “instrução popular”:

E se é certo que hoje a necessidade da instrução popular é entre nós um ponto livre de controvérsia, e se é esta a verdade universalmente proclamada, cumpre, porque o momento urge, fazê-la baixar do realismo doutrinário para a realidade prática.

De mãos dadas com o movimento de contestação às instituições, práticas e valores monárquicos, o grupo republicano paulista empenhava-se em colocar o ideal da “instrução popular” em prática. Logo, no combate à soberania real, os republicanos também selecionaram a categoria *povo/ popular*¹² para compor o seu discurso, pois o conceito de República, ou seja, o “governo do povo pelo povo”, é próprio a essa categoria, em oposição ao “governo de todos por um” (BLANCO, 1995). E é nesse tom que Campos Sales encerra sua fala, bradando:

¹⁰ O projeto das eleições diretas (que eliminou a categoria dos votantes) só foi aceito em 1881, ficando conhecido como Lei Saraiva.

¹¹ “Logo depois de proclamada da República, o Governo Provisório extinguiu a exigência de renda mínima para votar. Seriam eleitores todos os homens brasileiros no gozo de seus direitos civis e políticos que soubessem ler e escrever, excluídos os menores de 21 anos, com exceção dos casados, oficiais militares, bacharéis formados, doutores e clérigos de ordens sacras. Não podiam votar, além dos analfabetos e dos menores, os filhos-família e os soldados” (MAGALHÃES, 1992, p. 97).

¹² Não dissociamos o substantivo *povo* do adjetivo *popular*.

Não se espere, pois, indolente pela ação oficial. Que o povo se associe para educar o povo.

Para compreender a real dimensão da categoria *povo* e do adjetivo *popular* e evitar uma interpretação anacrônica e superficial do texto, devemos questionar os significados que lhes atribuíam Campos Sales e, por conseguinte, os republicanos paulistas naquele contexto; em outras palavras, cabe perguntar que tipo de povo ou de cidadão se buscava. Uma vez que a palavra é tecida por fios ideológicos (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997), é ilusório pensar que a noção de *povo* tenha uma espécie de transparência de sentido, “como se todos – enunciadore e receptore – já soubessem de antemão a respeito de quem se está falando” (FALCON, 2000, p. 30). Levando em conta as condições de produção do discurso¹³, é preciso atentar ao “multifacetamento da categoria *povo* no interior das falas republicanas, que suscitou várias interpretações e, (por que não?) projetos políticos diferentes” (BLANCO, 1995, p. 97).

Diante disso, indagamos: seria o *povo* a que se refere Campos Sales toda a população brasileira? Ou estaria o termo restrito a determinados indivíduos da sociedade?

No trecho acima, o desejo de que o “povo se associe” para realizar o feito educacional, em vez de esperar pela ação do Estado, remete ao chamado “espírito de associação” dos campineiros, a partir do qual membros das famílias abastadas se reuniam para mobilizar capital privado para a execução de empreendimentos na cidade ou na lavoura. Por esse viés, a categoria *povo* possuiria um sentido restritivo.

Ademais, pode-se deduzir que o *povo*, na concepção de Campos Sales e seu grupo, correspondia à categoria de *cidadão ativo* da época, isto é, àquele que detinha, além dos direitos civis, o direito de voto¹⁴. Essa correspondência dos termos também é observada no seguinte texto de Campos Sales, escrito em 1872, no qual ele critica o procedimento eleitoral do governo:

O povo está cansado de ouvir promessas de liberdade: o que ele quer, o que ele pede a brados é garantia sólida e eficaz para o livre exercício de

¹³As condições de produção do discurso compreendem fundamentalmente os sujeitos, o contexto – imediato, como as circunstâncias de enunciação, e amplo, incluindo o contexto sócio-histórico, ideológico –, e a memória discursiva, isto é, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do já-dito que está na base do dizível (ORLANDI, 2007).

¹⁴Diferindo-se, pois, de outras acepções, a depender do contexto. Por exemplo: “povo” como sinônimo de “população”, conjunto dos habitantes de um país ou território; “povo” como segmento ou grupo social distinto e equivalente, no esquema trifuncional, ao “terceiro estado”; ou “povo” como ralé ou “plebe”, sinônimo de massa de indivíduos pertencentes aos estratos inferiores da sociedade (FALCON, 2000).

*seus direitos... porque de há muito que o povo está acostumado a dar de encontro às bayonetas do governo ao aproximar-se das urnas.*¹⁵

O *povo* que exigia a garantia de seus direitos e que estava “acostumado a dar de encontro às bayonetas do governo ao aproximar-se das urnas” era a parcela de indivíduos politicamente participantes no regime monárquico – os votantes e, sobretudo, os eleitores. A crítica de Campos Sales recai sobre o fato de que, até a década de 1870, o eleitorado da província de São Paulo se concentrava nos distritos da região do Vale do Paraíba, embora o Oeste Paulista estivesse em franco desenvolvimento. Isso avigorava o sentimento de exclusão dos proprietários rurais das zonas cafeeiras mais novas, que se sentiam politicamente minimizados (MAGALHÃES, 1992), ou seja, alijados do “livre exercício de seus direitos”¹⁶.

Por outro lado, embora os republicanos paulistas fizessem parte dos *eleitores*, o grupo ainda não pertencia à categoria dos *eleitos*. Isso porque, até 1876, o PRP não concorria aos pleitos eleitorais com o Partido Conservador e o Partido Liberal (ZIMMERMANN, 1984), o que lhes conferia a posição de marginalização política¹⁷.

Assim, é possível concluir que a elite republicana fez uso da categoria *povo* em seu discurso e a “preencheu” com sua carga ideológica (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997), dando-lhe o sentido restrito de ser o conjunto de *cidadãos* marginalizados politicamente (posto que não podiam ser eleitos), mas não marginalizados socialmente (pois eram eleitores). Uma vez que a identidade é construída a partir da alteridade, essa camada social faz um duplo movimento para marcar a diferença: por um lado, cria a oposição entre eles, o *povo/ cidadãos*, e a nobreza da corte imperial¹⁸; por outro, cria a oposição entre eles, o *povo/ cidadãos*, e a plebe. E esse duplo movimento se justifica porque, conforme analisa Carvalho (2014, p. 60), “cidadania é cálculo, é pacto, é construção, é defesa de interesses”.

A acepção conferida pelos republicanos a *povo/ cidadão* remete à compreensão *hierárquica* de cidadania propagada no século XVIII, na monarquia portuguesa e no Brasil colonial, segundo a qual “o cidadão é o ‘homem bom’, que se distingue dos demais por uma posição superior, garantida pela hereditariedade ou alcançada por mecanismos de

¹⁵ “A Eleição”. In: **Gazeta de Campinas**, 29/08/1872 (apud BLANCO, 1995, p. 98).

¹⁶ Foi somente com a divisão eleitoral das províncias contida na Lei Saraiva, de 1881, que os colégios eleitorais do Oeste passaram a predominar na província. Para duas sedes eleitorais do Vale (Taubaté e Lorena), passaram a existir cinco do Oeste: três do “Oeste Velho” (Itu, Itapetininga e Campinas), e duas do “Oeste Novo” (Rio Claro e Casa Branca) (MAGALHÃES, 1992).

¹⁷ Em 1876, o PRP concorre aos pleitos eleitorais em várias localidades da província, mas obtém poucas vitórias. Américo Brasiliense explica que o partido não esperava outro resultado visto ser um partido novo, ainda em período de organização, pois fora fundado em 1873 (ZIMMERMANN, 1984).

¹⁸ Com efeito, segundo Blanco (1995), a despeito dos vários sentidos dados à categoria *povo*, em comum, os discursos do período a definem como sendo a “antítese da monarquia”.

enobrecimento” – que não se confundem com o pertencimento à nobreza (SANTOS; FERREIRA, 2009, p. 46). Logo, os cidadãos do período, isto é, os “homens bons”, correspondiam ao “conjunto dos chefes de família abastados e respeitáveis habilitados a votar” (PEREIRA, 2009, p. 204) – situação que permaneceu no século XIX, já que a estrutura sociopolítica do Império manteve a cidadania plena como uma prerrogativa de um grupo circunscrito, que eram os senhores de terras e escravos (ALONSO, 2002)¹⁹.

Se o substantivo *povo* é definido dessa forma pelos republicanos paulistas, pode-se cogitar que o adjetivo *popular*, de “instrução popular” tivesse dois sentidos possíveis²⁰:

(i) se derivado de *povo*, seria a modalidade de educação limitada a essa camada, às elites republicanas paulistas;

(ii) se destinada à *plebe*, representaria a ação das escolas de transformarem “não-cidadãos” em *cidadãos*.

Essa hipótese será testada com a investigação do público alvo a que se remetia a “instrução popular” oferecida pelo Colégio Culto à Ciência.

Conforme constam como princípios capitais dos estatutos da Sociedade Culto à Ciência, o colégio tinha caráter pioneiro pois foi fundado por uma “associação benemerita”, isto é, uma empresa voltada para a tarefa exclusiva de servir à instrução, sem auferir para si qualquer lucro pecuniário, e por admitir “gratuitamente alunos pobres”. Campos Sales discorre sobre esses pontos, não na fala proferida na solenidade de inauguração do estabelecimento, mas em texto no qual o descreve no **Almanach Litterario Paulista para 1876**:

O collegio é custeado com producto das suas proprias rendas, tiradas das pensões dos alumnos que não estiverem nas condições prescriptas pelo art. 34 dos estatutos já citados, isto é, que não forem reconhecidamente pobres (art. 36).

Desta salutar combinação, resulta que aquelles que são favorecidos pelos meios pecuniarios, ao mesmo tempo que recebem a instrucção contribuem

¹⁹ Por outro lado, o ideário iluminista do mesmo século XVIII passou a difundir uma concepção *igualitária* de cidadania, ligada às retóricas dos direitos subjetivos e da soberania popular – um conceito que, no Brasil, ganhou força nos movimentos de contestação da ordem colonial, nos anos finais do século XVIII e início do XIX, e coexistiu com a acepção hierárquica de cidadania desde então (SANTOS; FERREIRA, 2009).

²⁰ Aqui estendemos a interpretação que Falcon (2000, p. 37) faz para a categoria *povo* ao adjetivo *popular*: “seria um tanto arriscado apostar na hipótese de uma espécie de consensualização semântica, ou seja, supor que o termo “povo” [*popular*] possuía então uma transparência de sentido tal que qualquer ambiguidade seria indispensável”.

*para que ella seja dada em partilha igual aos pobres, sem que entretanto tenham de soffrer o menor prejuizo nos seus interesses.*²¹

A partir desse excerto, pode-se inferir que a clientela do colégio correspondesse, em primeiro lugar, aos alunos “favorecidos pelos meios pecuniarios”, isto é, aos seletos filhos da elite – pertencentes à categoria *povo* e representantes dos cidadãos *ativos*²². Eram jovens provenientes de famílias capazes de arcar com os altos custos das anuidades exigidas. Em segundo lugar, a instituição atenderia aos alunos classificados como *pobres*, que poderiam corresponder aos cidadãos *inativos* campineiros. Para melhor compreender esse ponto, é preciso examinar o que representava a proposta do Culto à Ciência em relação a outras iniciativas contemporâneas na área da educação.

Muitos dos membros da Sociedade Culto à Ciência também estiveram envolvidos na fundação de escolas primárias gratuitas, escolas técnicas e agrícolas e cursos de alfabetização de adultos, a partir de ações empreendidas nos demais núcleos de propaganda republicana a que pertenciam²³. Na década de 1870, a Loja Maçônica Independência²⁴ fundou a Sociedade Propagadora da Instrução, cujo objetivo era sustentar uma aula gratuita de ensino primário; também criou uma aula noturna para instruir não só “homens pobres de condição livre, mas também os escravos”²⁵. Como evidência dos bons resultados alcançados, outra escola noturna foi aberta pela maçonaria, em 1880, mas direcionada a alunos mais adiantados, a maioria formada por operários. Esses aprendiam desenho linear, francês, escrituração mercantil, gramática nacional, aritmética e geografia, o que indica a preocupação de organizar um curso voltado para a preparação de mão de obra requisitada pelas demandas de um mercado que se abria (MORAES, 2003)²⁶.

Para o bom funcionamento de suas escolas, os maçons aspiravam a atingir uma quantidade cada vez maior de trabalhadores, incluindo os imigrantes. Porém, ainda

²¹ “Culto Á Sciencia”. In: **Almanach Litterario Paulista para 1876**. São Paulo: Typ. da Província de S. Paulo, 1875, p. 177-181.

²² Cf. Capítulo 1 desta Tese.

²³ O Clube da Lavoura tinha como um de seus fins primários a instrução agrícola. Esta viria a solucionar algumas das causas apontadas como impeditivas de maior produtividade nos cafezais, tais como a falta de pessoal idôneo para a administração e o trabalho e a insuficiência dos meios de produção (MORAES, 2006). Vale salientar que, do total de 45 membros do Clube da Lavoura, 23 pertenciam também à Sociedade Culto à Ciência.

²⁴ A grande maioria dos fundadores, diretores e professores do Culto à Ciência pertenciam à maçonaria, ocupando inclusive o grau mais alto da sociedade secreta (grau 33), tais como Campos Sales, Jorge Miranda, Antônio Pompeu de Camargo, Américo Brasiliense e Bento Quirino dos Santos (MORAES, 2003; 2006).

²⁵ Em 1875, contava com 42 alunos, de 5 a 56 anos. Em 1878, tinha 214 alunos, sendo 23 escravos e 191 livres – entre os quais, carpinteiros, pedreiros, marceneiros e ferreiros. Ensinavam gramática portuguesa, aritmética, geometria, geografia e história pátria (MORAES, 2003).

²⁶ Com efeito, o ensino é também parte das reformas propostas pelo PRP para efetivar a reorganização do mercado de trabalho (ZIMMERMANN, 1984).

precisavam vencer a resistência de alguns em frequentar as aulas noturnas, como revela o seguinte trecho de um discurso proferido por Campos Sales na Loja Regeneração III: “É preciso que todos compreendam que têm necessidade indeclinável e dever ao mesmo tempo de instruir-se”²⁷. A preocupação de Campos Sales e seu grupo se pautava não só na finalidade que tais iniciativas tinham como “propagadoras da instrução”, mas, sobretudo, na sua finalidade como “propagadoras da ideologia”, uma vez que esse tipo de escola, voltada ao público adulto, era “um ambiente de proselitismo a favor do pensamento republicano” (NOGUEIRA, 1954, p. 382). Por conseguinte, a um povo “instruído” sob tais formas não caberia mais aceitar ser governado pelo sistema monárquico, no qual imperava a vontade de um só homem, legitimado por uma pretensa aprovação divina (BRESCIANI, 1976).

Mas não era só aos adultos que as iniciativas apoiadas pela Sociedade Culto à Ciência se destinavam. Na década de 1880, seus associados também inauguraram escolas visando ao “ensino gratuito das crianças destituídas de recurso” (MORAES, 2006, p. 71). Uma delas era a Escola Ferreira Penteado, a chamada “Escola do Povo”, criada a expensas do Comendador Joaquim Ferreira Penteado (Barão de Itatiba). Nela se ofereciam, além das primeiras letras, aulas de português, francês, aritmética, geografia, história pátria. Já a Escola Corrêa de Mello, sustentada pelo Coronel Joaquim Quirino dos Santos, oferecia um curso elementar, que ensinava leitura, caligrafia e a prática das quatro operações fundamentais, e um curso “superior”, que ministrava gramática portuguesa, aritmética, geografia e história do Brasil.

Esse panorama leva a crer que as aulas noturnas e as escolas técnicas e agrícolas se dirigiam às camadas mais baixas, àqueles que eram mais marginalizados socialmente – ou seja, eram iniciativas em prol da “instrução popular” destinadas à *plebe*²⁸. Uma vez que existia a oferta de aulas gratuitas oferecidas por tais estabelecimentos, que se direcionavam a um amplo público alvo – crianças e adultos (homens livres e escravos) – e ainda tinham enfoque no preparo para o mercado de trabalho, não deveriam ser esses os alunos *pobres* visados pelo Colégio Culto à Ciência.

Isso porque o Colégio Culto à Ciência era parte de uma estratégia dos republicanos paulistas de oferecer “cursos de excelência” para os filhos do grupo social emergente com o café do Oeste Paulista e cursos preparatórios de bom nível na província, evitando a transferência para a corte ou a ida para o estrangeiro, o que também denotava uma “tendência à socialização endógena e discrepante da elite imperial” (ALONSO, 2002, p. 151).

²⁷ **Gazeta de Campinas**, 21/12/1879, p. 2 (apud MORAES, 2006, p. 73).

²⁸ E “instrução popular” corresponderia à acepção (ii) que formulamos na página 60.

Dessa forma, os *pobres* – na acepção dos idealizadores do Culto à Ciência – comporiam uma camada social distinta daquela atendida pelas escolas técnicas e agrícolas. É provável que fossem alunos provenientes do estrato intermediário da sociedade campineira²⁹, cujos pais exerciam as ocupações de produtores rurais, proprietários, investidores, comerciantes, industriais, artesãos e prestadores de serviços³⁰. Fazendo parte do mercado interno da cidade, tinham acesso à renda e à riqueza, podendo, inclusive, ascender socialmente, mas não a ponto de se compararem aos elementos das elites cafeicultoras – os “estabelecidos” (ELIAS, 2000) –, levando-os a serem categorizados como “outsiders”. Nesse sentido, os *pobres* eram aqueles que tinham certas posses, mas lhes faltava a insígnia de família³¹. Ademais, essa camada social almejava que seus filhos cursassem o ensino superior, como forma de adquirirem capital simbólico, e, por isso, viam as aulas gratuitas do Culto à Ciência como uma oportunidade para consegui-lo³². Um texto publicado na **Gazeta de Campinas**, em 1886, destaca esse aspecto:

*(...) desde o princípio da instituição frequentam gratuitamente as aulas diversos alunos que não estão nos casos de pagar. Alguns moços que, nessas condições, receberam as luzes intelectuais, hoje em dia ocupam posição distinta em nossa sociedade.*³³

Em meados da década de 1870, os *pobres* correspondiam à categoria dos cidadãos *ativos*, pois sua condição econômica lhes permitia ser votantes e, até mesmo, eleitores. Todavia, a categoria marcava sua identidade ao se opor, de um lado, ao *povo*, isto é, aos cidadãos *ativos* marginalizados política mas não socialmente (pois tinham a insígnia de família), e, de outro, à *plebe* que frequentava as escolas noturnas, agrícolas e técnicas, camada equivalente aos cidadãos *inativos* por não possuir a renda mínima para votar.

²⁹ No estudo de Abrahão (2015), o estrato intermediário compunha-se dos 20% a 50% inventariados mais ricos, entre 1870 e 1940. Era um estrato formado majoritariamente por brasileiros, mas também agrupava estrangeiros e seus descendentes. Por exemplo, de 1895 a 1915, 62,3% eram brasileiros, 19,5% eram italianos e 14,3% eram alemães.

³⁰ São essas as ocupações mais comuns para os inventariados do estrato intermediário nos períodos de 1870-1890 e 1895-1915 (ABRAHÃO, 2015).

³¹ Também pertenciam à clientela escolar dos *pobres* os apadrinhados (MORAES, 2006). Além disso, se para ingressar no curso secundário do Culto à Ciência o candidato tivesse de apresentar proficiência em saberes que a instrução primária pública não garantia a seus egressos, supõe-se que os “pobres” só poderiam ser os filhos daqueles que conseguissem pagar pela instrução preparatória.

³² A partir da teoria de Pierre Bourdieu (2014), o “capital simbólico” relaciona-se ao prestígio que permite identificar os agentes ou grupos no espaço social – onde são distribuídos em função das dimensões do capital econômico e do capital cultural. Segundo o autor, os títulos que sancionam os resultados de exames ou concursos se apresentam como certificados de competência social, muito próximos dos títulos de nobreza.

³³ **Gazeta de Campinas**, 09/05/1886 (apud MORAES, 2006, p. 189).

Logo, no discurso dos republicanos paulistas, estão em jogo três camadas sociais que se contrapõem à elite imperial e se distinguem entre si por um traço de marginalização. Seguindo os tipos de cidadania debatidos por Carvalho (2013, 2014), as experiências de marginalização abordadas por Alonso (2002), e aplicando a linguagem da semântica formal, chega-se à seguinte esquematização:

povo: { x : x é cidadão ativo e x é marginalizado apenas politicamente }
pobre: { x : x é cidadão ativo e x é marginalizado politicamente e socialmente }
plebe: { x : x é cidadão inativo e x é marginalizado política, social e economicamente }

As distinções que propomos entre essas três camadas sociais assemelham-se ao seguinte retrato da estrutura sociopolítica do Segundo Reinado:

Era uma sociedade do antigo regime: possuía uma estrutura estamental e uma sociedade de corte. A sociedade se estratificava, tendo em seu ápice o estamento senhorial: os grandes proprietários de terras e escravos, cidadãos plenos do Império. Esta camada detinha o monopólio de prerrogativas e recursos inatingíveis e mesmo impensáveis para os grupos inferiores na hierarquia. Num segundo plano, ficavam os pequenos proprietários, o funcionalismo público, os comerciantes, toda a sorte de letrados. Na base estavam os homens livres pobres. (ALONSO, 2002, p. 59)

Valendo-se da opacidade de sentido que, desde o final do século XVIII, rondava o conceito de *povo*, os republicanos paulistas se colocavam como porta-vozes dessa categoria, afirmada como esteio basilar de uma sociedade democrática (FALCON, 2000) – “governo do povo pelo povo” –, em oposição à monarquia – “governo de todos por um”. Porém, a apropriação que faziam de *povo*, como também de *cidadão*, tinha significado excludente, já que os termos estariam se referindo apenas a uma minoria, isto é, àqueles em situação de marginalização política por não poderem ocupar os cargos administrativos no governo imperial. Constata-se, pois, que os republicanos construíam sua retórica a partir do jogo entre as acepções *hierárquica* e *igualitária* de cidadania. E faziam também um jogo metonímico dos termos, tomando “a parte pelo todo”, ou seja, visando ao *povo* no sentido restritivo (“só membros do estrato superior”), mas dando a entender que miravam ao *povo* no sentido amplo (“toda a população”).

E era aos filhos do *povo* (oriundo da classe superior) que se dirigia a iniciativa do Colégio Culto à Ciência – haja vista a presença de diversos sobrenomes da elite campineira

em seu quadro de alunos, representando a “poderosa teia clânica” (LAPA, 1996, p. 111) que mantinha o controle do aparato político-administrativo da cidade. Frequentando o ensino secundário no Culto à Ciência e, em seguida, cursando as academias superiores, sobretudo a de Direito, essa “mocidade” estaria apta a preencher os cargos administrativos e burocráticos da República e a exercer sua cidadania plena, tornando-se “cidadãos úteis à pátria”, conforme expresso no artigo de Campos Sales para o **Almanach Litterario Paulista para 1876**:

*Mas entre nós, confessamol-o com profunda mágua, agora começa-se apenas a comprehender que só na escola é que se póde formar cidadãos uteis á patria.*³⁴

Dessa forma, os idealizadores do Colégio Culto à Ciência se preocupavam em “atender à necessidade de formar a nova geração proveniente das frações da classe dominante, fazendo que dela surgissem representantes ‘capazes e competentes’” (MORAES, 2006, p. 63).

No entanto, o focalizador “só”, em “só na escola é que se pode formar cidadãos úteis à pátria”, joga luz no grande valor que a instituição *Escola* recebia, no projeto político e social dos republicanos paulistas, enquanto locus de formação de “cidadãos úteis à pátria”. Estes poderiam se forma(ta)r “só” na escola, e em nenhum outro local: não no governo imperial, não na nobreza da corte, não na Igreja, não no Exército, não nas ruas, não em casa etc. Assim, a depender da iniciativa educacional lançada pelos republicanos, de seus fins e de seu público-alvo, buscava-se a formação de determinado *tipo* de “cidadãos úteis à pátria”³⁵.

O Culto à Ciência, por exemplo, visava a formar a mocidade representada pelos filhos do *povo* (elite campineira) e, abrindo uma concessão (mínima), pelos filhos dos *pobres* (estrato intermediário), os quais se mostrariam “úteis à pátria” ao terem ciência de seus direitos e deveres cívicos, ao exercerem sua cidadania *ativa*, sobretudo os direitos políticos (voto), a favor da República, e ao servirem para o bom funcionamento das instituições do novo regime (MONARCHA, 1999). Ficava excluída de sua clientela a *plebe* (estrato inferior), pois a estes não caberia o destino de ser *povo* e lhes eram reservadas outras iniciativas na cidade, mantidas inclusive por membros da Sociedade Culto à Ciência. Porém, essa *plebe* que frequentava as aulas noturnas e as escolas agrícolas e técnicas era foco da formação de outro tipo de “cidadãos úteis à pátria”, qual seja, a mão de obra preparada para as demandas do mercado, os funcionários que comporiam os níveis inferiores das hierarquias institucionais na

³⁴ **Almanach Litterario Paulista para 1876**, p. 180.

³⁵ Da mesma forma que Carvalho (2014, p. 69), ao examinar testemunhos que diziam que “o Brasil não tem povo”, na década de 1880, questiona se “a percebida inexistência de povo não era consequência antes do tipo de povo ou de cidadão que se buscava”.

burocracia republicana, e os “cidadãos” que, com o fim do voto censitário, formariam o “curral eleitoral” dos republicanos.

E a união de *povo*, *pobre* e *plebe* formaria a *pátria*, que, “o próprio nome o diz – é família, é sentimento, é integração, é comunidade”, e difere, portanto, de *cidadania*, que remete a cálculo, pacto, construção e defesa de interesses (CARVALHO, 2014).

Pode-se ainda depreender que, se no Rio de Janeiro a proclamação da República se daria de maneira abrupta, assistida pelos “bestializados” (CARVALHO, 2014), em São Paulo isso não poderia não ocorrer, pois já estavam em processo a desconstrução da Monarquia e o preparo das estruturas para o novo regime, como a “formação de cidadãos úteis à pátria”³⁶. Para o grupo idealizador do Culto à Ciência, o investimento em “instrução popular” era a previsão de um futuro próspero, conforme Campos Sales manifestara ao iniciar sua fala na inauguração do estabelecimento:

Em presença do fato que hoje solenizamos, quem há que não pressinta através do futuro a grande luz, a luz que ilumina toda a humanidade: o progresso?

Embora a expressão “instrução popular” parecesse indicar um ensino acessível à camada menos favorecida, e, portanto, garantidor de um futuro de “progresso” a todos, no sentido de desenvolvimento intelectual e material, o Culto à Ciência visava àqueles considerados pelos seus idealizadores como pertencendo à categoria social do *povo*³⁷, ao mesmo tempo em que abria uma concessão aos *pobres*³⁸. Disso resultaria uma aparente contradição ao princípio de o Colégio se opor a que a “educação intelectual” fosse restrita à “bárbara lei do privilégio”, conforme avaliavam os republicanos, no discurso, em relação ao ensino imperial. Na prática, a educação secundária teria caráter “aristocrático” quer num projeto político-ideológico quer noutro (NADAI, 1987). Mas a estratégia que os republicanos tinham para legitimar seu discurso e encobrir tais prerrogativas era jogar com os traços de inclusividade e exclusividade das categorias *povo/ popular* e *cidadão*, e, por conseguinte, da expressão “instrução popular”. Como aponta Bakhtin (Voloshinov) (1997, p. 37), “a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica”.

³⁶ Porém, pode-se pensar que os republicanos paulistas também ficaram “bestializados” porque a proclamação se deu repentinamente por um golpe de Estado comandado pelos militares.

³⁷ Ou seja, “instrução popular” corresponderia à acepção (i) que formulamos na página 60.

³⁸ Não foram encontradas estatísticas que mostrem o percentual de alunos *pobres* em relação aos que pagavam as pensões. Entretanto, infere-se que os *pobres* compusessem uma pequena parcela do alunado.

Entretanto, a imagem passada no discurso oficial da instituição Culto à Ciência, que se propagou ao longo do tempo, é a que toma a expressão “instrução popular” em seu sentido comum, livre de ambiguidades, ou seja, que indica a acessibilidade de todos ao Colégio, isto é, *povo, pobres e plebe*³⁹. Isso porque, no *discurso fundador*, há uma indistinção entre imaginação, imaginário (ideologia) e realidade, de modo que “não são os enunciados empíricos, são suas imagens enunciativas que funcionam” (ORLANDI, 1993, p. 12). Dessa forma, as imagens enunciativas suprimem a determinação do enunciado – neste caso, a limitação do sentido que o termo “instrução popular” teria para os idealizadores do Culto à Ciência – e o enunciado se expande, tornando-se a versão que fica na memória, que vira *culto* (BOSI, 2014).

A permanência do discurso fundador na memória institucional do Culto à Ciência e sua reverberação em enunciados futuros fundamentam-se também em elementos textuais que dão força ao sentido almejado, como a “metáfora da iluminação”⁴⁰, que opõe as “luzes do saber” às “trevas da ignorância”. E é assim que Campos Sales finaliza a fala proferida na inauguração do Colégio Culto à Ciência:

Eu conheço, disse um profundo pensador, uma força maior que todas as forças: – é a força do espírito humano quando ele é esclarecido; e uma fraqueza, a mais incurável de todas as fraquezas: é a ignorância. Não se espere, pois, indolente pela ação oficial. Que o povo se associe para educar o povo.

A partir desse desfecho, é possível interpretar que, para Campos Sales, o “espírito humano” se conservava na ignorância durante o Império, mas, tornando-se esclarecido pela educação, ganharia “força” e alcançaria o “progresso”. O orador ressignifica os conceitos de “luz” e “trevas” dentro do contexto da década de 1870: no Império do presente, marcado pela “ignorância”, havia “penumbra”, “trevas”; ao passo que o feito do Colégio colocaria as bases do “saber”, onde predominariam as “luzes”. De fato, “na visão elaborada pelas diferentes consciências revolucionárias, o regime monárquico seria o crepúsculo que encerrava uma época e, com ela, instituições, modo de vida e forma de pensar” (MONARCHA, 1999, p. 167), inclusive no que concerne ao tipo de formação oferecido pelo ensino imperial.

³⁹ Com efeito, a literatura historiográfica sobre o Culto à Ciência não questiona o que seriam os “alunos pobres” aceitos pela instituição, nem seu princípio de “instrução popular”.

⁴⁰ Contrapondo as *luzes* às *trevas*, a metáfora da iluminação é recorrente durante o movimento filosófico do Iluminismo, do século XVIII, que se caracterizava pela confiança no progresso e na razão e pelo incentivo à liberdade de pensamento.

Inseridos em tal conjuntura sócio-histórica, esses usos metafóricos revelam que, muito além da visão tradicional que reduz a metáfora a uma figura de linguagem com função ornamental, seu emprego está fortemente articulado a uma dimensão político-ideológica. Portanto, ela é um fato de discurso, ou seja, uma escolha linguística transmissora de ideologia, pautada em saberes partilhados por uma coletividade, além de ser uma estratégia argumentativa construtora de significado (LUQUES, 2010; VEREZA, 2010). No caso em questão, a atualização da “metáfora da iluminação” (conceito antigo) dentro da realidade vivida em 1874 (situação presente) contribuiu para que o orador tivesse mais meios de convencer seu auditório do valor positivo que a ação dos republicanos paulistas exerceria sobre a causa da educação no Brasil. O emprego “atualizado” da metáfora ainda representa “a utilização de elementos antigos na elaboração de novas tradições inventadas” (HOBSBAWM, 2012, p. 13).

O remate do discurso de Campos Sales é o já analisado brado: “Que o povo se associe para educar o povo”. Por ser uma peça oratória proferida em público, haveria certa teatralização gestual e vocal, criando a impressão de que a plateia do Culto à Ciência demonstrava, na forma de aplausos, a anuência e a coesão com as ideias do orador – mesmo porque a plateia era composta pelo *povo*. No enunciado empírico expresso por Campos Sales, era esse *povo*, identificado com a elite republicana campineira, que poderia tirar o país das “trevas” do presente e conduzi-lo a um destino de “luz”.

Por representar o discurso fundador do Colégio, a fala de Campos Sales em 1874 cumpre a função de construir a identidade e o *ethos* do Culto à Ciência, naquele contexto de combate às instituições, práticas e valores imperiais. Essa imagem criada para a instituição também foi divulgada por Campos Sales em artigo para o **Almanach Litterario Paulista para 1876**, que, tendo distribuição por toda a província, ampliaria a recepção dos efeitos de sentido almejados em seu discurso.

Portanto, num momento em que cresciam as esferas de propaganda republicana pela província, como associações e órgãos de imprensa, o Colégio Culto à Ciência surge para representar uma iniciativa republicana no campo da instrução. Para seus idealizadores, era a proposta de um caminho, uma “vereda”, a ser seguido com destino à “educação moral e intelectual dos alunos”. É nesse tom que Campos Sales conclui o artigo do almanaque:

Mas muito resta ainda a fazer-se para que possamos levantar a tenda do trabalho e descansar á sombra dos louros colhidos. O bem estar da geração futura requer novos e perseverantes esforços. Está descoberta a

*vereda, mas falta-nos realizar a grande jornada que nos conduzirá á meta desejada.
A instrucção é um meio, o fim é – a liberdade.*

O desfecho “A instrucção é um meio, o fim é – a liberdade” evidencia o protagonismo da educação no projeto político republicano e expressa a ideia de que “o advento da República representa uma revolução política que relaciona o novo com a ideia de liberdade” (MONARCHA, 1999, 167)⁴¹. Liberdade esta articulada à extinção do voto censitário, à separação entre o Estado e a Igreja, à secularização do ensino, à liberdade de culto religioso, à liberdade econômica, à soberania do poder civil (em vez do poder *pessoal* do monarca) e ao fim da dependência política e administrativa ao governo central, que barrava o pleno desenvolvimento das províncias; em suma, a liberdade de não estar sujeito às regras imperiais, que cerceavam ações e movimentos (NADAI, 1987)⁴².

A figura de Campos Sales estaria para sempre ligada ao Colégio Culto à Ciência e, posteriormente, ao Ginásio de Campinas – assim como o *ethos* do Culto à Ciência ficaria imanente ao Ginásio. Com efeito, na ocasião de sua eleição como Presidente da República, em 1898, os membros da Congregação do Ginásio enviaram-lhe um ofício no qual, além de parabenizá-lo, salientavam o vínculo de sua pessoa à cidade de Campinas, sua terra natal, e às duas instituições de ensino secundário:

*Os abaixo assignados, membros da Congregação do Gymnasio de Campinas, veem respeitosamente saudar-vos ao pisardes o solo paulista, juntando assim as suas boas vindas a daquelles em que em vós saudam a esperança da Patria, em dias de prosperidade e grandeza no nosso governo de paz, de tolerancia e de liberdade. Foi sob a vossa honrada administração neste glorioso Estado que o Gymnasio de Campinas abriu as suas portas, como um atrio de luz, à mocidade da vossa terra natal; vosso nome acha-se, portanto vinculado duplamente a esta casa de ensino; quando ella era um brilhante symbolo da energia da iniciativa particular de Campinas; depois quando por acto vosso se constituiu a sua corporação docente, iniciou o Gymnasio sua benefica esphera de acção. Considerando isto a Congregação do Gymnasio, em sessão extraordinária, expressamente convocada, deliberou em apresentar-vos as suas homenagens, e testemunhar-vos os seus votos sinceros, de que o eminente campineiro que o suffragio elevou à presidencia da Republica cubra o seu nome, de brilho, cubrindo de gloria a Patria Brasileira.*⁴³ (grifos nossos)

⁴¹ Muitos intelectuais do período recorrem à metáfora da “aurora da liberdade” ao tratarem da proclamação do novo regime, ligando-a à “metáfora da iluminação”, que vimos anteriormente.

⁴² Tais acepções de liberdade ecoam aquelas listadas no Manifesto Republicano de 1870 com relação à ausência de liberdade no regime monárquico (apud FERNANDES, 2006). Nessa listagem, a questão da libertação dos escravos é deliberadamente omitida, deixando clara a postura esquivada, quando não ambígua, dos republicanos em face da questão da escravatura (cf. NOGUEIRA, 1954; FERNANDES, 2006).

⁴³ Livro de Actas da Sessão da Congregação do Gymnasio de Campinas, 30/08/1898, folha 19 (acervo: EECC).

O texto associa a eleição de Campos Sales, pelo “suffragio”, com a conquista do governo “de paz, de tolerancia e de liberdade” – a liberdade estabelecida como “fim” pelo projeto republicano, que levaria à “República dos sonhos”. Reitera também o fato de o Culto à Ciência ter sido resultado da iniciativa liderada pela elite cafeeira do município – grupo ao qual o novo presidente pertencia –, ao passo que o Ginásio representava um “atrio de luz” direcionado à “mocidade” de Campinas, uma “luz” que correspondia ao “saber” proporcionado pelas escolas do novo regime, que visavam a formar “cidadãos úteis à pátria” – conforme afirmara Campos Sales.

É necessário atentar ao fato de que “todo discurso se delinea na relação com outros discursos: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória” (ORLANDI, 2007, p. 43). Assim, os textos de Campos Sales estão interligados a toda produção do movimento republicano paulista, tanto em sua fase de propaganda, de 1870 a 1889, quanto em sua fase de concretização das lutas, após a proclamação. Eles pertencem, então, à formação discursiva desse grupo, conceito definido como “aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2007).

Diante disso, buscamos identificar, na próxima seção, elementos de tal formação discursiva / ideológica em produções textuais dos alunos do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas⁴⁴, a “mocidade” das instituições, e de que maneira o discurso fundador do Culto à Ciência nelas ecoa e reverbera, como memória e como “a voz do outro” (BAKHTIN, 2010), em se tratando de tópicos⁴⁵ como a “metáfora da iluminação” e o “papel da mocidade”. Ademais, investigamos a presença de elementos do imaginário social republicano, composto por um arsenal de símbolos, mitos, heróis e rituais que contribuíam para legitimar o novo regime (CARVALHO, 2008) e as tradições inventadas para ele (HOBSBAWM, 2012).

⁴⁴ A lista de jornais consultados encontra-se nas “Fontes documentais”, ao final da Tese.

⁴⁵ Do grego *tópos* (plural, *topoi*), que corresponde ao latim *locus communis*, de que resulta *lugar-comum*. Uma tópica é um sistema empírico de coleta, produção e tratamento da informação para finalidades múltiplas (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

2. A mocidade e o imaginário republicano

Assim como o Colégio Culto à Ciência fora idealizado para ser um lócus de “esclarecimento” no período monárquico, o Ginásio de Campinas cumpria a função de representar as reformas que o governo estadual estava conduzindo no ensino público, com o propósito de multiplicar as “luzes” e legitimar seu poder⁴⁶. Isso é evidente no trecho a seguir, que noticia a inauguração do Ginásio e foi publicado em jornal destinado aos alunos da instituição:

Ao abrirem-se em 1897 as aulas do Gymnasio desta cidade, grande satisfação se apoderou de nós, que viamos nesse facto a realização de um justo desejo.

D’ora avante teríamos neste recanto do futuroso Estado de S. Paulo, uma casa de instrucção que nos poderia esclarecer o espirito, espancando as trevas da ignorancia que nol-o obumbravam.
[...]

(“Conferências”, **Gymnasio de Campinas**, 07/09/1901, p. 4)

O texto, que não vem assinado, comenta o início do ano letivo de 1897⁴⁷ e salienta a sensação dos alunos diante do acontecimento: “grande satisfação se apoderou de nós, que viamos nesse facto a realização de um justo desejo”. Pode-se inferir que esse sentimento expressava não um, mas vários anseios da sociedade campineira que estariam se concretizando naquele momento: o “retorno” de um colégio de prestígio à cidade – relacionando a abertura do Ginásio no mesmo prédio do Culto à Ciência a uma “continuidade” deste⁴⁸; a instalação de um estabelecimento de ensino secundário oficial em Campinas, de forma que o empreendimento, feito em seguida à criação do Ginásio de Estado da Capital (1892), revelasse a importância que o município tinha fora de suas fronteiras; o poder de reconstrução e a recuperação da imagem positiva da cidade ainda no período de “trevas” das epidemias de febre amarela, pois a inauguração do ginásio simbolizaria o reinício da era de prosperidade.

O uso da primeira pessoa do plural demarca não só que o texto representaria a voz coletiva dos estudantes do Ginásio, mas, num sentido mais amplo, que expressaria a voz

⁴⁶ Trataremos da reforma da instrução pública paulista no Capítulo 3 desta Tese.

⁴⁷ O Ginásio de Campinas foi inaugurado em 4 de dezembro de 1896, mas suas aulas só iniciaram no ano seguinte (PAULA, 1946).

⁴⁸ Haja vista que o trecho “que viamos nesse facto a realização de um justo desejo” pode ser lido como um espelho da frase inicial do discurso de Campos Sales: “Em presença do fato que hoje solenizamos”.

coletiva dos campineiros naquele momento. Além disso, também é possível identificar a voz coletiva dos paulistas e seu otimismo quanto à condição do Estado na virada do século, que, em pleno desenvolvimento econômico e com a vitória dos republicanos, teria um destino promissor, isto é, “futuroso”.

Por representar a vitória das “luzes” no progresso material, a superação de problemas da história da cidade harmoniza-se com a ideia de que a instrução escolar (materializada no Ginásio de Campinas) seria o caminho de “luzes” que extirparia a ignorância e conduziria ao “progresso intelectual”: “uma casa de instrução que nos poderia esclarecer o espírito, espancando as trevas da ignorância que nol-o obumbravam”.

Com efeito, esse trecho traz em seu bojo o ideal expresso quando da abertura do Colégio Culto à Ciência, que era o de esclarecimento do “espírito humano” através da escola. Logo, ele explicita que inerente ao texto está um tipo de memória especial, o interdiscurso: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2007, p. 31). Além disso, torna-se evidente que a metáfora, como fato do discurso e veículo de ideologia, também tem seu lugar nesse tipo de memória, mostrando-se usual nos textos dos alunos em todos os periódicos analisados.

O excerto a seguir foi extraído de artigo publicado no jornal **O Culto á Sciencia**, de 07/04/1888, e foi escrito pelo aluno Ernesto Corrêa:

[...]

Findo o periodo das guerras infecundas, das luctas sem proveito, a unica e mais justa guerra que o presente está a nos impor com a brutalidade imperiosa dos grandes acontecimentos – é a guerra de exterminio do saber contra a ignorancia vil, que levanta o collo serpentino, opprimindo a maioria dos espiritos, é a guerra justissima da luz contra o montão de trevas que ainda pisa sobre as diversas camadas inferiores da sociedade.

Esta é a guerra que nós todos devemos com insistencia desejar e querer com ardor.

Guerra nobre, guerra justa, dos espiritos elevados, ella tem por fim derribar todos os despotismos, para entronisar a tyrannia da verdade scientifica – unica legitima e supportavel.

Á mocidade de hoje está confiada esta honrosa tarefa.

Faz se urgentissima a emancipação dos espiritos.

[...]

Á mocidade compete travar a guerra do saber contra a ignorancia.

Á mocidade cumpre cheia de altivez e coragem civica abordar os problemas que se referem ao nosso desenvolvimento, ao nosso progresso, proclamando com justiça o reinado da sciencia.

(Ernesto Corrêa, “Uma guerra justa”, **O Culto á Sciencia**, 07/04/1888, p. 1-

Ernesto Corrêa recorre às forças antagônicas de “luz contra o montão de trevas”, seguindo o uso metafórico que vimos analisando, mas também se utiliza da metáfora bélica para se referir ao embate ideológico que se passava na sociedade, sobretudo nos meios intelectuais, onde conviviam os “espíritos elevados”, esclarecidos. Segundo o autor, a “guerra justa” que dá título a seu texto é aquela vivenciada no momento presente (de sentido figurado), ou seja, não é uma guerra física, entre povos e civilizações, mas “é a guerra de extermínio do saber contra a ignorância vil [...] é a guerra justíssima da luz contra o montão de trevas que ainda pisa sobre as diversas camadas inferiores da sociedade”. O fato de citar as camadas inferiores da sociedade parece remeter ao projeto de expansão da “educação intelectual”, presente na ideologia democrática dos republicanos – e, de forma manipulada, no discurso de Campos Sales –, pois a instrução deixaria de ser (ao menos em princípio) um privilégio aristocrático para se tornar acessível às outras camadas sociais.

Por sua vez, ao mencionar que a “guerra justa” teria por fim “derribar todos os despotismos, para entronizar a tyrannia da verdade científica – única legítima e suportável”, é possível inferir uma postura de oposição à monarquia e ao seu “despotismo”, sobretudo no que diz respeito ao modelo de ensino imperial, que deveria ser “destronado” pelo modelo do Culto à Ciência. Nota-se ainda uma relação interdiscursiva com o trecho do “Programa dos Candidatos do PRP” em que os autores propunham que o ensino oficial deveria ser a “recapitulação das verdades afirmadas pela ciência”⁴⁹.

Já na passagem “Esta é a guerra que nós todos devemos com insistência desejar e querer com ardor”, Corrêa se coloca como porta-voz do pensamento dos estudantes do Colégio ao utilizar a primeira pessoa do plural (“plural de modéstia”), dando a ideia de que aquela “guerra justa” teria como principais “soldados” os jovens. Por isso, em seguida, enumera quais seriam os papéis atribuídos a eles: “Á mocidade compete travar a guerra do saber contra a ignorância; Á mocidade cumpre cheia de altivez e coragem cívica abordar os problemas que se referem ao nosso desenvolvimento, ao nosso progresso, proclamando com justiça o reinado da ciência”. Há, ao mesmo tempo, a expressão de ideais cívicos e o louvor à ciência.

Se à “mocidade”, representada pelos alunos do Culto à Ciência, competia a tarefa de travar a guerra do saber contra a ignorância, pode-se supor que o cenário dessa peleja fossem os bancos escolares. O foco na preparação dos “cidadãos da pátria”, almejado pela instituição, formaria jovens contestadores do *status quo* imperial e defensores da República. Por outro

⁴⁹ cf. Capítulo 1 desta Tese.

lado, ao deixarem o ensino secundário, os alunos do Culto à Ciência poderiam ingressar nas academias⁵⁰ e, posteriormente, ocupar cargos políticos e administrativos no futuro governo. Dessa forma, o campo da “guerra” se ampliaria para demais espaços sociais, como os do poder público, e o combate à “ignorância” teria prosseguimento.

Em suma, o artigo de Ernesto Corrêa demonstra como a ideologia republicana era reproduzida e ganhava peso no (e pelo) discurso dos próprios estudantes do Colégio.

Os demais textos publicados por alunos em jornais do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas revelam outros temas “dizíveis” da formação discursiva e ideológica dos republicanos paulistas, temas estes que fortaleciam o sentimento pátrio e contribuíam na elaboração do imaginário popular republicano. São exemplos disso a valorização de datas cívicas e de heróis nacionais (CARVALHO, 2008), conforme ilustram os excertos a seguir.

Foi a 15 de novembro de 1897 que um grupo de jovens esperançosos, congregateados por um mesmo ideal, installou uma associação literaria. O programma dessa novel sociedade estava traçado, de modo eloquente e bem frisante, na escolha de seu nome e da data de sua inauguração.

De facto. O nome do dr. Cesario Motta é por si só um programma. Espirito eminente, acostumado a pairar nas elevadas regiões de um patriotismo extremo de qualquer outra ambição, que não fosse a de ser um factor de progresso de sua Patria, concebeu e traçou um plano admiravel do combate gigantesco que se devia travar entre duas poderosas forças antagonicas – a ignorancia e o saber.

[...]

Que outra data mais expressiva ha que a de 15 de novembro para a inauguração de uma sociedade, cujo fim unico e patriotico é o de fortalecer os seus associados no amor da Patria, na admiração dos feitos grandiosos de seus ancestraos, na veneração dos vultos eminentes dos antepassados – ao mesmo tempo que os iniciava nas pelejas intellectuais, tendo como armas a penna e a palavra!

(“Um anniversario”, **Gymnasio de Campinas**, 15/11/1903, p. 1-2)

Esse texto é um editorial, assinado pelo aluno Carvalho e Silva, cujo tema é o aniversário da associação literária do Ginásio, chamada “Club Literário dr. Cesário Motta”. Obviamente, o autor tece elogios à associação e aos seus fins; todavia, a maior parte da redação é dedicada ao enaltecimento da data em que o clube fora criado (e data de publicação do periódico), 15 de novembro, e sobretudo da figura daquele que lhe dava nome, o “dr. Cesário Motta”. Médico paulista e deputado republicano, quando ocupou o cargo de Secretário de Estado de Negócios do Interior, Cesário Motta Júnior participou da reforma da

⁵⁰ Com efeito, o nome de Ernesto Corrêa consta da lista de alunos aprovados no curso anexo à Faculdade de Direito em 1890 (PAULA, 1946).

instrução pública paulista e da fundação do Ginásio, mas viria a falecer poucos anos depois, em 1897. Ele é evocado por representar virtudes cívicas e por seu empenho em prol da educação: “Espírito eminente, acostumado a pairar nas elevadas regiões de um patriotismo extremo de qualquer outra ambição, [...], concebeu e traçou um plano admirável do combate gigantesco que se devia travar entre duas poderosas forças antagonicas – a ignorancia e o saber”. Nota-se que, mais uma vez, a metáfora da iluminação e a bélica são recuperadas da formação discursiva/ ideológica republicana.

A valorização de figuras históricas, isto é, a retomada do “mito do herói”, é uma tradição positivista que ganhou espaço no imaginário republicano no momento de legitimação do regime, de afirmação da identidade nacional e dos valores cívicos (CARVALHO, 2008) e de invenção de tradições (HOBSBAWM, 2012). Logo, tais personagens serviriam de imagem e exemplo para os membros da comunidade – neste caso, a instituição de ensino e seus alunos.

Nos jornais do Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, além de Cesário Motta, são *cultuadas* as figuras de Tiradentes, “colendo martyr mineiro”⁵¹, José Bonifácio, “Patriarcha da independencia, modelo sublime de exaltado patriotismo”⁵², Benjamin Constant, um dos “espíritos superiores que constituíram a pleiade heroica dos propagandistas”⁵³, e “os illustres paulistas: Prudente de Moraes, Campos Salles e Rodrigues Alves”⁵⁴.

Essas últimas figuras, “heróis” recentes, são evocadas no seguinte texto, que trata da importância da educação cívica na conjuntura do início da República:

[...]

Ostenta-se hoje engalanada a Capital do Estado para solemnisar a grande data da nossa Independencia.

[...]

Cuidar da educação civica é completar esse bello padrão de gloria do Governo que tanto se tem empenhado pela instrucção publica.

Ensinar aos moços os gloriosos feitos dos nossos heróes, abrindo-lhes as paginas brilhantes da nossa historia, honrar nossas tradicções, commemorando-as dignamente, é fazer obra de grande patriotismo.

Sem instrucção não ha nação forte, assim comprehendeu o patriotico governo que tanto tem se empenhado pela educação popular.

[...]

E nós outros que cursamos as aulas de um dos estabelecimentos gymnasianos do Estado, como brasileiros e como moços, batendo palmas ao patriotismo e sympathico movimento do Governo, deante da commemoração

⁵¹ *Gazeta Gymnasial*, 15/11/1904, p. 1.

⁵² *Gazeta Gymnasial*, 07/09/1904, p. 1.

⁵³ *Gymnasio de Campinas*, 15/11/1903, p. 1.

⁵⁴ *Gazeta Gymnasial*, 07/09/1904, p. 3.

a mais solemne das datas nacionaes, nos associamos ás festas de hoje com vivo entusiasmo, porque acreditamos que o futuro da Patria nos pertence!

(“Chronica”, **Gazeta Gymnasial**, 07/09/1904, p. 3)

Nesse texto, o estudante Ludgero da Cunha Motta glorifica outra data nacional, o dia da Independência, e se apropria do espaço reservado em seu jornal para as comemorações do 7 de setembro para enaltecer São Paulo e seus feitos em prol da educação e do patriotismo.

O aluno remete ao *ethos* construído pelo governo paulista republicano, em que se afirmava que, no Brasil, São Paulo seria o estado protagonista das reformas no ensino público, visando a reverter a situação de precariedade existente. Portanto, na visão de Ludgero Motta, a um “patriótico governo”, como o paulista, era indissociável promover a educação cívica nas escolas. E, para isso, fazia-se necessário ensinar aos jovens “os gloriosos feitos dos nossos heróis” e “honrar nossas tradições, commemorando-as dignamente” – conforme seria realizado nas escolas públicas republicanas por meio de festas e celebrações cívicas⁵⁵.

No final do artigo, Ludgero Motta volta-se para o grupo ao qual se incluía, isto é, para a mocidade que frequentava o Ginásio de Campinas: “E nós outros que cursamos as aulas de um dos estabelecimentos gymnasianos do Estado, como brasileiros e como moços”.

O uso simultâneo de um pronome de primeira pessoa (“nós”), representando identidade, e de um indefinido (“outros”), indicando alteridade, sugere que a mocidade do Ginásio, cujo porta-voz era o aluno Motta, tinha *distinção* dentro do conjunto formado por toda mocidade brasileira. Nesse sentido, esses estudantes comporiam uma “outra mocidade”. Essa distinção se justifica pela oração subordinada adjetiva restritiva que segue os pronomes: “nós outros que cursamos as aulas de um dos estabelecimentos gymnasianos do Estado”, de modo a significar que a “outra mocidade” era aquela definida como sendo o corpo discente do Ginásio de Estado de Campinas. Dotados do capital cultural oferecido pela instituição e, consequentemente, exibindo também capital simbólico, essa mocidade se mostrava especial e, por isso, cabia-lhe o papel de servir de modelo para os “outros”, os demais jovens do país – o que pode ser inferido ao se assumirem como “brazileiros e moços”, na continuação do período.

O desfecho do texto elucida o *ethos* construído e (re)afirmado pelos alunos do Ginásio de Campinas ao longo dos anos – rememorando também a fase do Colégio Culto à Ciência – de que aos estudantes daquele “distinto” espaço educacional estava reservado um porvir

⁵⁵ Teles (2014) analisa a celebração de festas cívicas nos Grupos Escolares paulistas do período.

glorioso: “[nós outros] nos associamos às festas de hoje com vivo entusiasmo, porque acreditamos que o futuro da Patria nos pertence!”.

Em suma, através do discurso, a *mocidade* que frequentava o Colégio Culto à Ciência e o Ginásio de Campinas revelou como concepções políticas e ideológicas podem ser transmitidas e reproduzidas em ambiente escolar, com os intuitos de legitimar um regime e manter a ordem estabelecida, haja vista a *Escola* ser um dos símbolos da República (SOUZA, 1996; MONARCHA, 1999). Por meio dos exemplos levantados, observamos como o ideário e o imaginário republicanos estavam presentes não apenas no discurso fundador do Culto à Ciência, que instaurou a identidade e o *ethos* da instituição e lhe assinalou uma memória histórica, mas ecoaram também nos textos de alunos desse colégio e do Ginásio de Campinas.

O último texto analisado fala da importância da educação cívica para o regime republicano. Segundo Althusser (1980), a educação cívica é um dos meios de inculcar a ideologia dominante no estado puro. De fato, essa disciplina esteve presente no currículo dos dois colégios⁵⁶, como ritual (*culto*) – por meio da veneração de datas históricas e figuras heroicas – e como prática (*cultura*) – na reprodução desse aspecto ideológico pelo discurso dos alunos, como ainda na promoção de festas e celebrações cívicas.

Também por estar presente nos dois colégios, ela atingia tanto o *povo* quanto os *pobres*, ou seja, “estabelecidos” e “outsiders” (ELIAS, 2000) da elite campineira⁵⁷, o que favorecia os mecanismos de legitimação do novo regime.

Por fim, vale ressaltar que, com a República, a expressão “instrução popular” foi substituída por “instrução pública”. Pode-se inferir que a causa para essa alteração estivesse na ambivalência que a primeira tinha na formação discursiva e ideológica dos republicanos, ligando-se, por um lado, a *povo*, no sentido restritivo e hierárquico de corresponder às elites – como a clientela desejada para o Culto à Ciência –, e, por outro, a *plebe*, àqueles que eram mais marginalizados socialmente. Dessa forma, a escolha e a fixação do termo “instrução pública” se alinharia à imagem transmitida de *res-publica* enquanto governo democrático, voltado ao interesse de *todos*, não de estratos sociais específicos (*alguns*).

⁵⁶ Veremos mais sobre a educação cívica no Ginásio no próximo capítulo.

⁵⁷ Retomando a análise da clientela dos dois colégios apresentada no Capítulo 1.

Capítulo 3: Do social ao linguístico: marcas *pessoais* e *impessoais* reveladas nos ofícios do Ginásio de Campinas

Incontestável é o progresso de S. Paulo em todas as esferas da atividade social. O aumento das suas rendas, o desenvolvimento das estradas de ferro, a criação de novas indústrias, tudo atesta o desdobramento das forças, da riqueza deste Estado.

Em um ponto, entretanto, não se pode desconhecer a lentidão com que tem marchado: - é em relação à instrução popular.

O coeficiente da frequência da população escolar é pequeno, e quiçá diminuindo de quadros anteriores.

Não possuímos estabelecimentos de ensino na proporção das necessidades do povo. As escolas são sem mobília, em geral, e sem condições higiênicas. Os professores não encontram estímulo. Nada indica desenvolvimento da educação.

[...]

Daí proveio a ideia de reformar-se a instrução pública, mas fazê-lo de um modo racional e completo. Tomar a criança logo que possa dispensar os cuidados da família, e dirigi-la sistemática, progressiva, fisiologicamente no seu desenvolvimento; facilitá-lo mesmo, respeitando as leis biológicas, até atingir à fase em que pode funcionar a sua cerebração independente de auxílio estranho, fazer assim adquirir por si os conhecimentos do mundo em que vive, ir gradualmente fazendo-a conhecer tudo que a rodeia, até que, chegando à idade de poder escolher uma profissão, em que aplique a sua atividade, prestando serviço à coletividade, determine-se com discernimento.

(MOTTA JÚNIOR, 1893¹ apud REIS FILHO, 1981, p. 94)

O excerto acima pertence a um relatório no qual o Secretário de Estado dos Negócios do Interior Cesário Motta Júnior² descreve a situação do ensino público em São Paulo no início da década de 1890. Sendo médico, Cesário Motta diagnosticou uma “doença” afetando o “bem-estar” que o Estado parecia gozar “em todas as esferas da atividade social”: era a carência de investimentos na “instrução popular”, que se manifestava em sintomas como baixa frequência de alunos nas escolas, escassez de escolas, más condições físicas e higiênicas

¹ MOTTA JÚNIOR, Cesário. Relatório de 7 de abril de 1893.

² Natural de Porto Feliz (SP), formou-se em Medicina, no Rio de Janeiro, em 1876. Foi um dos signatários do Manifesto Republicano, de 1870, e um dos primeiros republicanos a serem eleitos deputados provinciais em São Paulo, na legislatura 1878-1879 (REIS FILHO, 1981).

dos estabelecimentos, e desestímulo dos professores. Porém, exercendo a outra face da clínica médica, Motta também prescreveu o que seria a “cura” para tal “doença”: reformar a “instrução pública” paulista³. E, para isso, indicou um “tratamento” que, embora demandasse longo prazo e procedimentos especiais, tinha tudo para ser eficaz: fazer a reforma “de um modo racional e completo”, abrangendo a educação de crianças a adultos: “tomar a criança logo que possa dispensar os cuidados da família, e dirigi-la sistemática, progressiva, fisiologicamente no seu desenvolvimento”; “ir gradualmente fazendo-a conhecer tudo que a rodeia”, até que chegue “à idade de poder escolher uma profissão, em que aplique a sua atividade, prestando serviço à coletividade”⁴.

De fato, quando nomeado ao cargo de Secretário dos Negócios do Interior pelo Presidente do Estado Bernardino de Campos, em 1893, Cesário Motta Júnior foi incumbido da tarefa de colocar em vigor a nova legislação do ensino, que propunha um conjunto de reformas na área. Se, durante o Império, a excessiva centralização política, administrativa e tributária do governo monárquico justificaria sua postura de “inércia e descaso”⁵ para com a instrução pública nas províncias, resultando na situação de precariedade atestada no relatório, com a proclamação da *República* e com os republicanos paulistas no poder, o prognóstico era de haver “(preocupação)” dos governantes com e no desenvolvimento do ensino *público* estadual⁶ – ao menos no discurso. As reformas da década de 1890 viriam para trazer ordem e regularidade a esse intento, conforme veremos a seguir.

Os republicanos tomariam a *Escola* como símbolo do seu governo, pois ela seria a força propulsora que dismantalaria “o atraso e o obscurantismo da população” (MARCÍLIO, 2014, p. 135). Ademais, seria “um centro multiplicador das luzes, que colocam as ideias em marcha, impulsionando a história em direção ao progresso e à liberdade” (MONARCHA, 1999, p. 172). Assim, tomar a *Escola* como símbolo evidencia tanto a prática da manipulação do imaginário social – importante em momentos de mudança política, de legitimação de um novo regime e de redefinição de identidades coletivas – quanto a inspiração que os

³ O autor usa indistintamente as expressões “instrução popular” e “instrução pública”. Mas, como vimos no Capítulo 2, dependendo da apropriação de sentido, alicerçada na formação ideológica, elas poderiam não ser sinônimas.

⁴ O “tratamento” prescrito por Cesário Motta segue os princípios do método intuitivo, que havia ganhado notoriedade em fins do século XIX, e fora incluído como metodologia de ensino obrigatória nas escolas públicas pela Lei n. 88/1892. Aliando observação e trabalho numa mesma atividade, o método intuitivo pretendia “direcionar o desenvolvimento da criança de modo que a observação [gerasse] o raciocínio e o trabalho [preparasse] o futuro produtor, tornando indissociáveis pensar e construir” (VALDEMARIN, 2006, p. 93).

⁵ Retomando as palavras de Campos Sales, em artigo publicado no **Almanak de Campinas para 1873**.

⁶ A primeira Constituição Republicana, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, deixou aos Estados Federados o encargo de organizar a instrução pública, com a única exigência de que o ensino fosse leigo (REIS FILHO, 1981).

republicanos brasileiros buscaram na simbologia da Revolução Francesa, segundo a qual a educação pública significava “formar almas” (CARVALHO, 2008).

No transcorrer da década de 1890, São Paulo organizou e instaurou seu sistema educacional público, englobando todos os níveis de ensino: a Escola Normal e a Escola-Modelo, anexa a ela; o Jardim de Infância; o ensino primário e os Grupos Escolares; o ensino secundário, com os Ginásios de Estado; e o ensino superior⁷. Colocava-se em prática o “tratamento” receitado pelo médico Cesário Motta, de se fazer uma reforma “de modo racional e completo”.

Por outro lado, no trecho em que Motta prescreve que a “instrução pública” deveria se encarregar do aluno até este chegar “à idade de poder escolher uma profissão, em que se aplique a sua atividade, prestando serviço à coletividade”, a palavra “coletividade” ecoa a acepção igualitária de *cidadania* (SANTOS; FERREIRA, 2009), enquanto o intento de que o adulto “prestasse serviço à coletividade” dialoga com o juízo de que “só na escola é que se pode formar cidadãos *úteis* à pátria”, presente no discurso de Campos Sales e no ideário republicano de educação na década de 1870⁸. Dialoga também com a proposta de reforma educacional de Rangel Pestana, de 1890, segundo a qual “quanto mais solidamente é um povo instruído, tanto mais forte e produtor se torna” (apud REIS FILHO, 1981, p. 34)⁹. Conforme explica Souza (1996, p. 17),

Um amplo projeto civilizador foi gestado nessa época [últimas duas décadas do século XIX] e nele a educação popular foi ressaltada como uma necessidade política e social. [...] Além disso, a educação popular passa a ser considerada um elemento propulsor, um instrumento importante no projeto prometido de civilização da nação brasileira. Neste sentido, a educação se articula com o processo de evolução da sociedade rumo aos avanços econômico, tecnológico, científico, social, moral e político alcançados pelas nações mais adiantadas, tornando-se um dos elementos dinamizadores dessa evolução.

Logo, independentemente do nível que cursassem nas instituições públicas – primário, secundário ou superior –, os estudantes se forma(ta)riam como “cidadãos úteis à pátria”, nos variados sentidos que essa expressão pode trazer: compondo a mão de obra necessária para as demandas do mercado; servindo para o bom funcionamento das instituições do novo regime

⁷ Para um estudo da relação entre língua e sociedade na Escola Normal e no Ginásio da Capital, ver Ribeiro (2010, 2015); para os Grupos Escolares, ver Teles (2014).

⁸ **Almanach Litterario Paulista para 1876**, p. 180.

⁹ In: **O Estado de São Paulo**, 4 e 10 de janeiro de 1890. Para Reis Filho (1981, p. 34), a proposta de Pestana “é a reafirmação das teses do período de propaganda: ensino sim, mas o que habilita, pelo conhecimento fornecido pela ciência, o homem para o trabalho. É bem o espírito prático do capitalismo nascente”.

(MONARCHA, 1999), ocupando postos em diferentes níveis hierárquicos da administração burocrática; tendo ciência de seus direitos e deveres cívicos ao exercerem a cidadania *ativa*, sobretudo os direitos políticos (CARVALHO, 2014)¹⁰. O serviço prestado “à coletividade” seriam as contribuições que esses “cidadãos” dariam para a manutenção da “ordem” (econômica, social, política) e do “progresso” (material, intelectual) do Estado.

Quanto ao ensino secundário, aos alunos que colassem grau nos Ginásios de Estado cabiam as possibilidades de já entrar no mercado de trabalho – atuando, por exemplo, no comércio ou como funcionários públicos –, ou de prosseguir os estudos nas academias superiores – embora esta fosse uma opção restrita a uma minoria (REIS FILHO, 1981; NADAI, 1987). Em seguida, essa minoria poderia vir a exercer profissões liberais (advogados, médicos, engenheiros, jornalistas, professores) e/ou a preencher cargos políticos, administrativos e burocráticos da República. Vê-se, no entanto, que a burocracia era um destino possível a ambas as trajetórias. Assim, no contexto dos egressos dos Ginásios, pode-se atribuir um novo sentido à frase de Joaquim Nabuco de que a burocracia é “vocação de todos”¹¹ (apud CARVALHO, 2014b).

Se burocracia significa administração da coisa pública, não é de surpreender que, no Brasil, o trabalho burocrático ganharia nova dimensão após a proclamação da República, pois esta é a organização política que, ao menos em teoria, visa a servir à coisa pública (em latim *res publica*), ao interesse comum, de forma *impessoal*. Porém, suas raízes estão fincadas em fases anteriores da história do Brasil, o que faz revelar características de ruptura e de continuidade ao longo do tempo.

A expansão do aparato burocrático se deu no século XIX, principiada com a transferência da corte e da burocracia real para o Brasil. Nesse período inicial, a elite política e burocrática (portuguesa e brasileira) se caracterizava pela homogeneidade ideológica, decorrente, sobretudo, da formação jurídica em Coimbra. Após a Independência, a elite brasileira reproduziu tal anseio de coesão ao concentrar a formação de seus futuros membros nas escolas de direito de Recife e de São Paulo, e, em seguida, fazê-los passar pela magistratura, circular por vários cargos políticos e pelas províncias. De fato, o excesso de bacharéis formados, e a conseqüente concorrência na atuação profissional como advogados, resultou na “busca desesperada do emprego público por esses letrados sem ocupação, o que iria reforçar também o caráter clientelístico da burocracia imperial” (CARVALHO, 2014b, p. 87).

¹⁰ Lembrando que, na República, a condição de alfabetização era requisito para os eleitores.

¹¹ NABUCO, Joaquim. **O Abolicionismo**. São Paulo: Ed. Nacional, 1938 [1883].

Durante o século XIX, a burocracia coexistiu com a tradicional administração patrimonial, de modo que, no limite entre as duas, se estabeleceu uma “burocracia patrimonial”, marcada pela “irracionalidade”, isto é, pela “carência de um uso sistemático e economicamente (tecnicamente) eficiente dos recursos à sua disposição” (URICOECHEA, 1978, p. 95). A normatividade patrimonial (*pessoal*) também teria criado obstáculos para a institucionalização efetiva da lei positiva necessária para a ordem burocrática racional – lei esta que tem por característica “o fato de seu caráter obrigatório ser independente da pessoa que exija sua execução”, ou seja, de ser aplicada de modo *impessoal* (Ibid., p. 278).

A ênfase na *pessoalidade* remete ao poder *pessoal* do Imperador, representado pelo Poder Moderador (MATTOS, 2012), e revelado por outra característica da burocracia imperial: sua exagerada centralização política e administrativa – a “macrocefalia” –, que gerava “acúmulo de funcionários e atividades administrativas no nível do governo central, sua reduzida presença no nível provincial e quase ausência no nível local” (CARVALHO, 2014b, p. 152), e, assim, também se marcava pela “irracionalidade”. Esse era um dos principais focos de contestação por parte dos republicanos federalistas de São Paulo.

Uricoechea (1978) ainda aponta que, até meados da década de 1860, o arbítrio patrimonial vinha expresso, nas correspondências destinadas a autoridades imperiais, pela fórmula de encerramento: “V. Ex.^a, porém, ordenará o que for de justiça”, ou “o que for servido”, ou “o que julgar de justiça”. No entanto, posteriormente, tal fórmula foi alterada para: “V. Ex.^a, entretanto, mandará como julgar conveniente”, ou “deliberará como entender conveniente”. Segundo o historiador, a justificativa para a mudança da fórmula estaria na

[...] afinidade adequada e significativa entre ela [a mudança da fórmula] e a direção das mudanças estruturais que estão ocorrendo simultaneamente na sociedade em geral. As novas fórmulas, que ganham grande aceitação literária nas décadas de 1870 e 1880, não fazem mais depender da instância burocrática a definição do que é justiça ou lei positiva. O *arbítrio* burocrático agora se restringe simplesmente à oportunidade *conveniente* de sua aplicação. De um ponto de vista legal, o caráter instrumental da autoridade não é mais definido arbitrariamente, apenas arbitrariamente empregado, por assim dizer. (URICOECHEA, 1978, p. 280, grifos do autor)

A conclusão de que a mudança da fórmula estaria afinada com a direção das mudanças estruturais que ocorriam na sociedade ecoa a explicação que Bakhtin (Voloshinov) (1997) dá sobre como o signo linguístico (e ideológico) *reflete e refrata* aspectos da realidade em transformação, sobretudo das relações sociais – um ponto que consideramos fundamental para a compreensão dos fenômenos linguísticos abordados nesta Tese.

Em se tratando de mudanças estruturais, Uricoechea (1978) também destaca o impacto racionalizador produzido pelo desenvolvimento da indústria cafeeira e pelo conflito com o Paraguai, fatores que, gradualmente, foram restringindo a área de competência das formas patrimoniais de administração no Brasil. Desse modo, o último quartel do século XIX iniciou-se com uma organização estatal em vias de se tornar mais moderna, mais burocrática e mais racional, dando indícios de ruptura com o estágio anterior. Porém, não se eliminaram totalmente as orientações normativas típicas do patrimonialismo, mantendo-se relação de continuidade com as formas tradicionais de legitimação do poder, marcadas por privilégio e arbítrio.

A administração imperial também estava longe do modelo de burocracia moderno definido por Weber (1982), pois a classificação de cargos era precária, a divisão de atribuições era pouco nítida, os salários eram variáveis, e as nomeações e promoções muitas vezes se davam à base do apadrinhamento, não por mérito (CARVALHO, 214b). Tais pontos só seriam alterados pela administração de verniz burocrático-racional adotada na República.

Com a proclamação do novo regime, o federalismo foi a primeira das reformas a serem implementadas, contemplando demanda do Partido Republicano Paulista (PRP) (MATOS, 2012). Acabava-se, assim, a centralização que marcara o governo da corte. No caso do Estado de São Paulo, houve um movimento em direção à racionalização e burocratização de sua estrutura administrativa já nos primeiros anos, com criação de secretarias, divisão de responsabilidades e hierarquização entre os setores (PAULO, 2007). Isso se deu inclusive no âmbito da “instrução pública” – haja vista Cesário Motta Júnior ter proposto fazer a reforma “de um modo *racional* e completo”¹².

A seguir, apresentamos um resumo das reformas ocorridas nos âmbitos legal e administrativo-burocrático da instrução pública paulista, na década de 1890, que será importante para compreendermos as circunstâncias e os contextos de produção e recepção dos ofícios enviados pelo Ginásio de Campinas à Secretaria de Estado de Negócios do Interior, entre os anos de 1896 e 1910, foco deste capítulo.

Com base em características da burocracia moderna levantadas por Weber (1982), procuramos observar os princípios da “hierarquia de postos” e dos “níveis de autoridades”, que se concretizam num sistema de “mando e subordinação”, além da questão da *(im)pessoalidade*, uma vez que o “caráter impessoal do trabalho burocrático, com sua

¹² Como exemplo, tem-se que a implantação da escola primária graduada (grupo escolar) configurava uma nova organização pedagógica moderna e racional, composta por uma estrutura coerente, durável e adequada à universalização do ensino primário, tendo em vista que “a instituição de ritmos simultâneos de aprendizagem e a graduação dos programas obedeceram aos princípios de eficiência e racionalidade” (SOUZA, 2006, p. 45).

separação entre a esfera privada e a esfera oficial do cargo, facilita a integração do funcionário nas condições funcionais objetivas dadas para sempre pelo mecanismo baseado na disciplina” (Ibid., p. 243).

Mas, ultrapassando o âmbito da repartição pública, a ordenação *impessoal* do Estado burocrático dividia espaço, no Brasil da virada do século XIX ao XX, com as relações de sociabilidade *pessoais* e cordiais, típicas do mundo patriarcal (HOLANDA, 1969). É de se inferir que a coexistência de marcas *pessoais* e *impessoais* também contagiaria a língua – e é esse o fenômeno linguístico a ser investigado neste capítulo.

1. Reformas e agentes da instrução pública paulista na década de 1890¹³

Na passagem do Império para a República, a administração pública paulista organizava-se em torno de uma única Secretaria, a Secretaria de Governo. Nela se decidiam as mais diversas questões, relacionadas a tesouro, obras públicas, imigração, instrução pública, além da supervisão direta de entidades como hospícios e penitenciárias; era como que um espelhamento da “macrocefalia” do governo central. Com a promulgação da Constituição Paulista, em 14 de julho de 1891, houve a reestruturação dos serviços administrativos de São Paulo, processo que culminou com o desmembramento da Secretaria de Governo em quatro novas repartições: a Secretaria de Estado da Justiça, a Secretaria de Estado da Fazenda, a Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, e a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior.

As atribuições conferidas à Secretaria dos Negócios do Interior referiam-se a assuntos de ordem política (por exemplo, relações com os Congressos Federal e Estadual, as Câmaras Municipais, os Ministérios da Marinha e da Guerra) e assuntos de ordem social, voltados à saúde, educação e cultura da população residente no Estado. Pelo Decreto n. 28, de 1 de março de 1892, a Secretaria foi organizada em uma Diretoria e três Seções, de modo que a instrução pública (primária, secundária e superior) ficou sob a incumbência da Terceira Seção, que também cuidava dos estabelecimentos particulares de ensino, dos institutos de educação especial e profissional, das bibliotecas e associações literárias, além do serviço da Repartição de Estatística, do Arquivo do Estado e do Diário Oficial – ou seja, a questão da

¹³ As informações contidas nesta seção foram coletadas das obras de Nascimento (1980), Reis Filho (1981), Tavares (2004) e Paulo (2007).

instrução pública continuou a ser tratada em conjunto com outros aspectos sociais (relacionados ao ensino ou não).

Entre os anos de 1892 e 1893, o arcabouço legislativo da instrução pública paulista foi alterado substancialmente com as leis n. 88, de 8 de setembro de 1892, e n. 169, de 7 de agosto de 1893¹⁴. Tais documentos

[...] representam a formalização racional-legal que os republicanos históricos buscaram imprimir ao ensino estadual. Neles se encontram princípios e normas relativas aos níveis de ensino, aos tipos de escolas, ao plano curricular, categorias de professores, etc., com indicações bastante detalhadas sobre o *que* e como *deveria ser* o ensino público em geral. (TAVARES, 2004, p. 30, grifos do autor)

Conforme a legislação de 1892/1893, as atribuições referentes à direção e à fiscalização do ensino distribuíam-se entre a Presidência do Estado, a Secretaria dos Negócios do Interior, o Conselho Superior, a Secretaria Geral da Instrução Pública, as Inspetorias Distritais, e as Câmaras Municipais. As propostas, discussões e aprovações das leis da educação cabiam ao Congresso Estadual, que ainda supervisionava o exercício dos órgãos executivos do governo paulista e orientava a ação da Presidência do Estado¹⁵.

Nota-se que, embora a Secretaria dos Negócios do Interior (em sua Terceira Seção) passasse a cuidar da instrução pública com a nova legislação, já existia um órgão específico no governo de São Paulo para tratar do assunto, a Secretaria Geral da Instrução Pública.

Entidade apensa à Secretaria do Interior e remanescente da antiga administração escolar paulista, a Secretaria Geral, chefiada pelo Diretor Geral da Instrução Pública, era responsável pela análise, tramitação e arquivamento de documentos relativos ao ensino público paulista, além da elaboração de normas referentes à administração da rede. Compunha-se de quatro seções, sendo que as escolas normais, os ginásios e o curso superior eram incumbências da Segunda Seção¹⁶. Ao Diretor Geral cabiam vinte e quatro atribuições, dentre as quais: mandar publicar anualmente o programa detalhado de cada cadeira das escolas normais; propor ao Congresso Estadual a criação ou supressão de cadeiras e o orçamento anual das despesas com a instrução pública; inspecionar, em conjunto com os inspetores distritais, o trabalho dos professores; apresentar anualmente ao Secretário do

¹⁴ A Lei n. 88 foi regulamentada pelo Decreto n. 144-B, de 30 de dezembro de 1892, e a Lei n. 169 foi regulamentada pelo Decreto n. 218, de 27 de novembro de 1893.

¹⁵ Não é nosso foco aqui detalhar as atribuições de cada órgão. Para isso, ver Nascimento (1980) e Paulo (2007).

¹⁶ A Primeira Seção cuidava das escolas preliminares e complementares; à Terceira Seção correspondia todo o serviço do Conselho Superior, do ensino privado e da estatística escolar do Estado; a Quarta Seção incumbia-se do almoxarifado da repartição.

Interior relatório circunstanciado sobre a situação do ensino; providenciar a publicação de uma revista anual que tratasse dos progressos do ensino; requisitar de quaisquer funcionários ou repartições os esclarecimentos necessários para fundamentar decisões ou informações; receber queixas, reclamações e representações e tomar as devidas providências.

Por sua vez, o Secretário de Negócios do Interior tinha vinte atribuições no que concerne à instrução, das quais se destacam: presidir as sessões do Conselho Superior; nomear as comissões examinadoras dos concursos; nomear empregados da repartição da instrução pública e dos estabelecimentos de ensino; ser intermediário entre o Diretor Geral e o Congresso Estadual das propostas de orçamento e das despesas com a instrução pública; ser intermediário entre o Diretor Geral e o Presidente do Estado das propostas de aposentadorias, permutas e remoções; tomar conhecimento e julgar os recursos sobre os julgamentos proferidos pelos diretores e pelas congregações dos ginásios e escolas normais; resolver sobre assuntos administrativos quando consultado pelos diretores das escolas normais e ginásios.

Nesse cenário, as decisões do Diretor Geral da Instrução Pública e suas propostas às autoridades superiores ficavam, muitas vezes, na dependência da mediação do Secretário do Interior para serem efetivadas, o que acabava “esvaziando a responsabilidade do funcionário na escala hierárquica da administração” (REIS FILHO, 1981, p. 105), isto é, do Diretor Geral, na resolução de determinados assuntos. Não por acaso, o cargo de Diretor Geral seria eliminado em pouco tempo, em lei de 1896¹⁷. Tal lei extinguiu a Secretaria Geral da Instrução Pública, de modo que as quatro seções que a compunham foram reduzidas a três e subordinadas à Segunda Subdiretoria da Secretaria de Estado de Negócios do Interior.

As razões que levaram à supressão da Secretaria Geral decorriam, por um lado, do fato de ela estar “embaraçando a ação do Governo nos assuntos referentes ao ensino público e provocando a duplicidade do processo de todas as matérias que por ela deveriam passar” (NASCIMENTO, 1980, p. 147), possivelmente devido à indefinição de atribuições compartilhadas entre os diferentes níveis hierárquicos que atuavam sobre a educação, conforme também apontou Reis Filho (1981). Em relatório sobre os anos de 1896 e 1897, o Secretário do Interior Antonio Dino da Costa Bueno, declara que, com a efetivação de tal medida, “muito lucrou a presteza dos negócios” (MOACYR, 1942, p. 47), ou seja, a eliminação de uma instância gerou agilidade nos processos – atributo essencial na burocracia moderna (WEBER, 1982).

¹⁷ Lei n. 430, de 1 de agosto de 1896, regulamentada pelo Decreto n. 382, de 3 de setembro de 1896.

Apesar de tal causa objetiva, *impessoal*, não se descartam motivações político-ideológicas e *pessoais* para tal reestruturação. O pretexto para o desmonte da Secretaria Geral teria sido a aposentadoria do Diretor Geral Arthur César Guimarães, monarquista que estivera no cargo desde 1885. Identificando o órgão com o seu responsável, o Secretário do Interior Dino Bueno afirma que a supressão da referida entidade baseou-se em recomendação feita por Alfredo Pujol, seu antecessor no posto, que teria dito que “elementos maus” estariam instalados na repartição, prejudicando o seu serviço, e, por isso, fazia-se “indispensável reformá-la para o benefício do interesse público” (apud TAVARES, 2004, p. 94).

O processo de reestruturação dos órgãos ligados à instrução pública, iniciado em 1896, foi concluído em 1898¹⁸. As atribuições referentes à direção e fiscalização do ensino continuaram distribuídas entre a Presidência do Estado e a Secretaria dos Negócios do Interior, e o Congresso Estadual permaneceu supervisionando o exercício dos órgãos executivos do governo paulista e orientando a ação da Presidência. Por outro lado, extinguiu-se o Conselho Superior de Instrução Pública, de modo que suas competências passaram para o governo e seus agentes. O posto de Inspetor Distrital também foi suprimido e, em seu lugar, surgiram os cargos de Inspetor Geral da Instrução Pública¹⁹, Inspetores Escolares e Inspetores Municipais – cargos de fiscalização burocrática (REIS FILHO, 1981). Essa estrutura permaneceu praticamente inalterada até 1910.

Portanto, as seguidas reformas do aparato administrativo-burocrático do ensino paulista, ocorridas na década de 1890, evidenciam “surto pragmáticos de reorganização, correção e redefinição da ordem hierárquica” (URICOECHEA, 1978, p. 36), visando à eficiência e ao controle técnicos, à precisão e à rapidez dos trabalhos. Cabe a nós verificar se eles também se refletiriam na língua.

Na hierarquia de cargos que controlavam a instrução pública, o topo era ocupado pelo Presidente do Estado; logo abaixo vinha o Secretário de Estado de Negócios do Interior, a quem se endereçavam a maioria dos ofícios emitidos pelas instituições escolares, como os ginásios, para comunicar assuntos diversos, relacionados ao seu funcionamento e à gestão do corpo docente e administrativo – evidenciando o controle e a disciplina exigidos pela

¹⁸ Decreto n. 518, de 11 de janeiro de 1898, que aprovou a execução da Lei n. 520, de 26 de agosto de 1897. As atribuições específicas de cada órgão podem ser conferidas em Nascimento (1980) e Paulo (2007).

¹⁹ No período de 1898 a 1910, a administração escolar esteve entregue à Inspetoria Geral da Instrução Pública e às seções e diretorias da Secretaria do Interior. A Inspetoria Geral da Instrução Pública foi criada pela Lei n. 520/1897 e era considerada entidade anexa e apensa à estrutura administrativa da Secretaria de Negócios do Interior. Mantinha, com essa, relação de dependência (burocrática) em diversos assuntos. Destinada a gerir o ensino público elementar do Estado, a ação da Inspetoria Geral também se estendia, em alguns casos específicos, aos grupos escolares, escolas modelos, escolas complementares, Escola Normal e Ginásios, “numa relação que esteve longe de poder ser considerada pacífica” (TAVARES, 2004, p. 104).

autoridade superior (WEBER, 1982). No período de 1896 a 1910, foram Secretários do Interior²⁰:

- Antonio Dino da Costa Bueno (1896-1897): bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma de 1875); membro do PRP; deputado federal e líder da Câmara dos Deputados; diretor da Faculdade de Direito de São Paulo (1908 a 1912); Presidente do Senado de São Paulo (1924-1930); Presidente interino do Estado de São Paulo (1927);

- João Baptista de Mello Peixoto: bacharel pela Faculdade de Direito do Recife; teve carreira jurídica em Pernambuco; secretário de diversas pastas do Estado de São Paulo, como Fazenda e Justiça; senador estadual;

- José Pereira de Queiróz: bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma de 1885);

- Bento Pereira Bueno (1900-1904): cursou o ensino secundário no Colégio Culto à Ciência; bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma de 1893); sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Diretor do Ginásio de São Paulo por seis meses, em 1894, tendo pedido exoneração para ocupar o cargo de chefe da Polícia Estadual; Secretário da Justiça e Segurança Pública; Ministro do Tribunal de Contas de São Paulo²¹;

- José Cardoso de Almeida (1904-1905): bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma de 1890); membro do PRP; deputado estadual e federal; chefe da Polícia Estadual; Secretário da Fazenda de São Paulo; Presidente do Banco do Brasil;

- Gustavo de Oliveira Godoy (1905-1908): formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1872; membro do PRP; vereador; Secretário interino da Agricultura, Comércio e Obras Públicas; Presidente do Senado de São Paulo (1915, 1924); deputado federal; fez parte da Comissão de Instrução Pública, no Rio de Janeiro;

- Carlos Augusto Pereira Guimarães (1908-1911): bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma de 1883); membro do PRP; vereador; Presidente da Câmara Municipal de Campinas; deputado estadual; Presidente da Câmara de Deputados de São Paulo; Vice-Presidente do Estado de São Paulo (1912-1916).

²⁰ As informações levantadas sobre os Secretários foram obtidas no Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930), do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) da Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>.

²¹ Segundo o memorialista Jorge Americano (2004, p. 192), Bento Bueno era considerado “o melhor partido” para casamento em São Paulo, pois era “tão moço e já [estava] numa posição tão brilhante” – sobre o fato de ele ter se bacharelado em Direito em 1893 e, já em 1894, ter sido nomeado Diretor do Ginásio de São Paulo e chefe da Polícia.

Notam-se muitas semelhanças entre os sujeitos que ocuparam o cargo de Secretário de Negócios do Interior no período focado, refletindo uma “socialização endógena” dos mesmos (ALONSO, 2002): na maioria, eram bacharéis pela Faculdade de Direito de São Paulo, filiados ao PRP, e tiveram circulação por altos cargos administrativos nas hierarquias do governo estadual e federal. Nesse sentido, o topo da burocracia se identifica com a elite política (CARVALHO, 2014b) e reflete como as estruturas de partido são essenciais para chances de apropriação de cargos numa base racional, burocrática (URICOECHEA, 1978). Evidencia-se ainda como tais sujeitos representam a “elite do poder”, que, na definição de Wright Mills (1981), “é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências, [...] pois comandam as principais hierarquias e organizações da sociedade moderna” (p. 12).

Vale ressaltar a figura de Bento Bueno, cuja insígnia de “estabelecido” (ELIAS, 2000) também vinha gravada com a passagem como estudante no Colégio Culto à Ciência.

Com a nova estruturação da Secretaria de Negócios do Interior, o órgão passou a contar com duas Subdiretorias, cada qual composta por três seções: à Primeira Subdiretoria cabiam os serviços de organização política e divisão administrativa do Estado; a Segunda Subdiretoria se encarregaria dos serviços relativos à instrução pública primária, secundária e superior, além de associações literárias e estabelecimentos congêneres, bibliotecas e museus – ou seja, mais uma vez, a instrução pública era tratada em meio a outros aspectos sociais e culturais.

Logo, a Segunda Subdiretoria da Secretaria de Estado de Negócios do Interior era a repartição a que se encaminhavam os ofícios emitidos pelos estabelecimentos de ensino e onde ficariam arquivados. Cabe salientar a relevância que a organização burocrática confere à escrita e à preservação dos documentos escritos (como os ofícios) em arquivos, com vistas a reunir e conservar para o futuro todos os registros de tarefas executadas na e pela repartição pública (WEBER, 1982; STELLA, 2006).

Nas próximas seções deste capítulo, buscamos marcas linguísticas *pessoais* e *impessoais* nos ofícios do Ginásio de Campinas, a serem analisadas em sua relação com o contexto sócio-histórico e ideológico. Esse exame será feito levando em conta as “duas faces” do documento:

- face A – remetente (Ginásio de Campinas): aspectos de organização administrativo-burocrática da instituição, características formais do documento, foco nas “fórmulas republicanas” redigidas nos ofícios, especialmente as relacionadas ao tratamento ao interlocutor;

- face B – destinatário (Secretaria de Estado de Negócios do Interior): aspectos de organização administrativo-burocrática do órgão (especificamente, da Segunda Subdiretoria), foco na expressão linguística de atos de comando.

2. Os Ginásios de Estado: o ensino secundário republicano em construção

Com a reforma efetuada pela legislação de 1892/1893, previa-se a criação de três ginásios no Estado de São Paulo, destinados ao ensino de nível secundário. O primeiro a ser inaugurado foi o Ginásio da Capital (16 de outubro de 1894); no ano seguinte, foi criado o Ginásio de Campinas, que se inaugurou em 4 de dezembro de 1896; uma década depois foi estabelecido o terceiro Ginásio de Estado, em Ribeirão Preto (1 de abril de 1907).

Pode-se entender que, enquanto o Colégio Culto à Ciência tinha caráter exclusivo, sendo empreendimento único na província, o Ginásio de Campinas era um entre três produtos do governo estadual para a educação secundária. Essa poderia ser uma resposta dos republicanos ao antigo modelo imperial, centralizado no espaço do Colégio Pedro II. Por outro lado, com a solução tríplice, o Estado de São Paulo criava estabelecimentos para atender às demandas de suas regiões mais ricas no período: a capital, Campinas (o “Oeste Paulista Velho”) e Ribeirão Preto (o “Oeste Paulista Novo”)²², e ampliava a difusão das *luzes* pelo seu território.

Os ginásios contavam com regulamentos, que se traduziam na legislação básica que daria corpo e significado ao funcionamento das instituições (NADAI, 1987)²³. De fato, entre os elementos que constituem a autoridade burocrática está o princípio segundo o qual as áreas de jurisdição são ordenadas de acordo com regulamentos, ou seja, leis ou normas administrativas (WEBER, 1982), nas quais são determinados direitos, obrigações e responsabilidades inerentes a cada cargo ou *status* hierárquico (MERTON, 1971).

O primeiro Regulamento dos Ginásios do Estado foi aprovado em 22 de maio de 1895 (decreto n. 293), sendo reformulado duas vezes nos anos seguintes: em 1897 (decreto n. 503) e em 1900 (decreto n. 858). De modo geral, o Regulamento trazia disposições relativas:

²² Deixando a região do Vale do Paraíba de fora, que, embora pujante no Império, perdera seu destaque na economia e na política paulistas depois de 1870. Nesse sentido, os republicanos excluem do poder a região que mais tinham proximidade com a corte (não só física).

²³ Mas vale ressaltar que colégios do Império, como o Pedro II, já eram regidos por regulamentos.

- à organização dos ginásios: fins, programa de ensino, divisão do curso, deveres de congregações, diretores e pessoal docente;
- ao regimento interno dos ginásios: matrículas, ano letivo, regime das aulas, promoções, exames, títulos, polícia escolar (admoestações e penas);
- aos auxiliares da administração: atribuições de secretário, bibliotecário, amanuense e demais funcionários;
- além de dispositivos sobre vencimentos, licenças e faltas.

Cada Ginásio do Estado era composto pela seguinte organização hierárquica de cargos, divididos entre as esferas administrativa e pedagógica²⁴:

Figura 1 – Hierarquia de postos nos Ginásios de Estado

Comparando os regulamentos de 1895 e 1900, constata-se o valor simbólico e social da autoridade hierárquica (WEBER, 1982), uma vez que somente os cargos administrativos de Diretor e Secretário obtiveram aumento de salário, o que comprova “que aqueles que

²⁴ Esquema adaptado de Nadai (1987) e ordenado por base nos vencimentos anuais dos funcionários, presentes nos regulamentos. Os amanuenses, porteiros e contínuos eram nomeados pelo governo; os serventes eram designados e dispensados livremente pelo Diretor do Ginásio.

concentraram poder nas mãos não deixaram de se beneficiar monetariamente com isso” (NASCIMENTO, 1980, p. 175)²⁵.

Os Regulamentos prescreviam que os Diretores deveriam ser nomeados livremente pelo governo, podendo ser escolhidos entre os lentes catedráticos dos Ginásios. Obviamente, não eram escolhas arbitrárias, mas motivadas por questões como trajetória intelectual, profissional e política, teia de relações sociopessoais, além de prestígio na cidade ou no estado. Sobre esse tipo de escolhas, comenta Souza (1996, p. 66)²⁶:

[...] vemos, assim, a configuração de uma estrutura administrativa paradoxal onde conviviam elementos da racionalização burocrática com outros pautados nas relações pessoais, resquícios, por um lado, do patrimonialismo do Estado monárquico e da estrutura de poder oligárquica implantada com a República. (grifos nossos)

No período de 1896 a 1910, foram Diretores do Ginásio de Campinas:

- Mário Bulcão (1896-1897): bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma de 1891); lecionou Francês e Italiano no Ginásio de Campinas; foi nomeado Inspetor Geral do Ensino Público, em 1898, ficando no cargo até 1907²⁷.

- Henrique de Barcelos (1898-1901): português dos Açores, chegou a Campinas em 1873, aos dezenove anos; dedicou-se ao comércio e ao jornalismo, sendo fundador e diretor dos jornais **Diário de Campinas**, **Correio de Campinas** e **Comércio de Campinas**; lecionou Português no Colégio Culto à Ciência (1876-1884) e no Ginásio de Campinas.

- Jorge Miranda (1901-1903): era de tradicional família da aristocracia rural campineira (Cerqueira Leite); bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma de 1861); maçom (grau 33); membro do grupo dos chamados “republicanos históricos”, assim

²⁵ O fato de os Secretários terem salários mais altos se justifica por eles exercerem também as funções de bibliotecários.

²⁶ Embora a autora enfoque a nomeação dos diretores dos Grupos Escolares paulistas, entendemos que os mecanismos de escolha pelo governador eram os mesmos que os aplicados aos diretores dos Ginásios.

²⁷ Entidade apensa à estrutura administrativa da Secretaria de Negócios do Interior, a Inspetoria Geral do Ensino Público foi criada pela Lei n. 520/1897. É relevante notar que o governo tenha preferido nomear ao cargo de Inspetor Geral um bacharel, Mário Bulcão, aos professores da Escola Normal de São Paulo (Gabriel Prestes e Oscar Thompson), que vinham se destacando como líderes dos movimentos pela reforma do ensino e dos debates que resultaram nas leis n. 88/1892 e n. 169/1893. Isso pode ter ocorrido devido à discordância de Prestes e Thompson com ações do governo, sobretudo em relação a vantagens profissionais que estavam garantidas pela lei, mas não vinham sendo postas em prática. Nesse sentido, a escolha por Mário Bulcão deve ter sido decidida em razão das boas relações que mantinha, enquanto Diretor do Ginásio de Campinas, com a equipe governante (TAVARES, 2004). Seu trabalho como Inspetor Geral foi marcado “pelos princípios da racionalidade jurídica, exarada em regulamentos e normas, baseada na fidelidade a uma autoridade superior e sendo pouco envolvido com as questões da cultura pedagógica”, alimentada pelo grupo da Escola Normal; era um “funcionário burocrático” (Ibid., p. 107).

como seu irmão, Francisco Glicério, Campos Sales e Alberto Sales (RIBEIRO, 2006); foi idealizador e diretor do Colégio Culto à Ciência (1885-1888); exonerou-se do cargo de Diretor do Ginásio de Campinas para ocupar o posto de Procurador Geral do Estado.

O papel de destaque de Jorge Miranda no cenário republicano e na causa da instrução é salientado pela Congregação do Ginásio de Campinas em sua apresentação como novo diretor do colégio, conforme registrado em ata:

[...] o snr. presidente dá a palavra ao snr. Bento Ferraz para saudar em nome da Congregação, ao novo director, o que é feito pelo orador, em breve, incisivo e eloquente allocução, em q. salienta as virtudes do dr. Jorge Miranda como educacionista e como político militante e propagandista da Republica, representando, pois, o acto do Governo, que o nomeou director do Gym^{sio}., uma justa e merecida consagração.[...].²⁸

- Adolpho Sampaio (1903-1906): bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo (turma de 1882); deputado estadual pelo PRP na década de 1890; foi nomeado Diretor da Repartição de Estatística e Arquivo do Estado, em 1906.

- Arnaldo de Oliveira Barreto (1906-1910): diplomado pela Escola Normal de São Paulo (1891); autor de textos de literatura infantil e de obras destinadas à alfabetização, como **Cartilha das Mães** (1895) e **Cartilha Analytica** (1909); foi Diretor da Escola Normal (1924-1925).

Nota-se que os diretores apresentavam trajetórias intelectuais de prestígio – três em cinco eram bacharéis, um era normalista, e outro fizera carreira na imprensa da cidade. A presença do normalista Arnaldo de Oliveira Barreto, entre os anos de 1906 e 1910, sucedendo uma sequência de bacharéis, é um indício de como a Escola Normal só ganhou prestígio (pelo seu envolvimento com o ensino público paulista) em meados da primeira década do século XX²⁹. Por outro lado, a maioria dos diretores do Ginásio de Campinas era vinculada à causa republicana e, depois da atuação no estabelecimento, alcançaram altos postos em órgãos administrativos do Estado, inclusive no âmbito da instrução pública. Isso demonstra o valor social e simbólico que a função de Diretor de Ginásio do Estado agregava no período, servindo de “trampolim” para cargos públicos superiores, o que possibilitaria, posteriormente, a inserção de tais sujeitos na “elite do poder” (WRIGHT MILLS, 1981), ao lado do Secretário de Negócios do Interior.

²⁸ Livro de Actas da Congregação do Gymnasio de Campinas, 10/01/1901, folha 38 (acervo: EECC).

²⁹ Observação feita pelo professor Bruno Bontempi Jr. (informação verbal) em sua arguição a esta Tese.

Os diretores representavam oficialmente os Ginásios, cabendo-lhes, além de outras atribuições: convocar e presidir as sessões das Congregações³⁰; executar e fazer cumprir as disposições das Congregações e do Regulamento; exercer a inspeção geral dos respectivos Ginásios e do ensino, assistindo às aulas, sempre que lhes fosse possível; abrir e encerrar diariamente o ponto do pessoal docente e administrativo; assinar as folhas mensais de pagamento; impor penas disciplinares; ordenar as despesas autorizadas; expedir aos pais dos alunos boletins mensais do seu aproveitamento; fazer propostas de nomeação para preenchimento das cadeiras; apresentar ao Secretário de Negócios do Interior um relatório do movimento e das despesas anuais dos estabelecimentos.

Segundo o Regulamento de 1900, a correspondência entre o diretor e os lentes deveria ser feita por meio de ofícios, e a do diretor com os empregados por portarias. Com essa determinação, “objetivava-se desenvolver entre os servidores um comportamento *impessoal*, formal, procurando controlar o envolvimento de assuntos particulares com assuntos de interesse da administração e da instrução” (NASCIMENTO, 1980, p. 177, grifo meu) – ou seja, era a prática da separação entre a esfera privada e a esfera oficial do cargo, necessária para a eficiência técnica, a presteza e a disciplina rigorosas da burocracia (WEBER, 1982; MERTON, 1971).

Abaixo dos diretores na hierarquia da esfera pedagógica ficavam os lentes catedráticos, que eram vitalícios e inamovíveis³¹. Nos Regulamentos dos Ginásios de Estado, entre seus deveres estavam: comparecer às aulas com a maior pontualidade; promover e acompanhar o progresso dos alunos; manter ordem e disciplina em suas aulas; empregar o máximo desvelo na instrução de todos os alunos, indistintamente (i.e., *impessoalmente*); apresentar à Congregação notas mensais do aproveitamento de cada aluno. Tais pontos indicam como características do controle burocrático estavam firmemente inseridas nas escolas republicanas, como modo de auferir eficácia, regularidade, disciplina e ordem, e de estar em conformidade com o ideal de reforma “racional e completa” da instrução pública, proposto por Cesário Motta. Ademais,

A disciplina e a utilização do tempo, rigidamente estabelecidos e ordenados nos regimentos das escolas, impuseram a alunos e professores, mas igualmente ao diretor, aos funcionários e até às famílias um comportamento novo: a racionalização do tempo, próprio das relações capitalistas que

³⁰ As Congregações dos Ginásios eram compostas pelos lentes catedráticos, sob a presidência dos diretores.

³¹ Perdiam as cadeiras se fossem exonerados, a seu pedido, se tivessem incapacidade física ou intelectual comprovada, salvo o direito à jubilação, e se fossem condenados em processo disciplinar no Ginásio ou em julgamento por crime atentado contra as leis da República ou do Estado.

progrediam então. Cumpriram eles, além disso, uma função educativa, hábitos de civilidade e sociabilidade, de ordem, limpeza e disciplina. A escola acabou por impor novo uso de tempo não apenas à criança, mas à sociedade como um todo. (MARCÍLIO, 2014, p. 179)

Outro dever dos lentes salientado nos Regulamentos era “inspirar aos alunos sentimentos morais e cívicos”. De fato, o Regulamento de 1895 determina que, “nos dias anteriores aos feriados em honra à pátria ou à humanidade” (artigo 97), o lente que desse a última aula de cada turma deveria fazer “uma breve alocução em linguagem moderada, lembrando os fatos que se relacionem com a data comemorada e visando sobretudo a educação cívica dos alunos”. Aqui o papel dos lentes é servir de exemplo para os estudantes e contribuir com o propósito de a escola ser instrumento de transmissão e reprodução da ideologia dominante (ALTHUSSER, 1980), ou, nos termos de Carvalho (2008), de “formação das almas”.

No entanto, em um dos ofícios enviados ao Secretário de Estado de Negócios do Interior, o Diretor Jorge Miranda reclama exatamente da falta de postura cívica de alguns lentes do Ginásio de Campinas:

[...] Ora, se é da educação cívica, que se trata, cuja cultura urge impulsionar, é elementar, em pedagogia, que a licção pouco aproveitará sem ser ladeada do exemplo.

Isto é, dizer aos alumnos os lentes que é um dever sagrado commemorar os fastos da humanidade e da patria, quando os mesmos lentes deixam de cumpril-o, não comparecendo ao acto da commemoração, é quasi affirmar a pouca importancia desse mesmo dever.

*É o que se dá neste Gymnasio: as prelecções alusivas aos feriados em honra da patria e da humanidade são frequentadas, apenas por tres ou quatro lentes. [...]*³²

Jorge Miranda pertencera ao grupo dos “republicanos históricos”, participando incisivamente da propaganda republicana. Assim, deveria compreender que, em 1902, momento de consolidação do regime e de legitimação do imaginário social re-elaborado pelos novos valores (CARVALHO, 2008), a educação cívica deveria ser praticada de maneira tão intensa quanto no momento de transição dos governos, a fim de garantir a estabilidade e a ordem³³.

³² Ofício do Ginásio de Campinas, 15/07/1902 (acervo: APESP, caixa CO6835).

³³ Vale lembrar que quando Jorge Miranda foi diretor do Culto à Ciência, na década de 1880, ele instituiu a matéria de Instrução Cívica no currículo do colégio (LAPA, 1996).

A crítica de Jorge Miranda recai sobre um ponto que, além de constar das atribuições dos lentes, estava presente nos Regimentos através das chamadas “fórmulas de compromisso”:

Fórmulas de Compromisso (1895)

Diretores e lentes

“Prometo ser fiel à causa da República, observar e fazer observar as suas leis e regulamentos e ser exato no cumprimento dos deveres inerentes a meu cargo.”

Auxiliares do ensino e da administração

“Prometo ser fiel à causa da República e exato no cumprimento dos meus deveres.”

Bacharelados

“Prometo cooperar na medida das minhas forças para a prosperidade da República dos Estados Unidos do Brasil e para elevação e honra do título que me foi conferido.”

As “fórmulas de compromisso” também deveriam compor o arsenal de símbolos, mitos e rituais que construíram o novo conjunto de valores sociais, ideológicos e políticos da República (CARVALHO, 2008) e as tradições inventadas para o novo regime (HOBSBAWM, 2012). Por meio delas, os atores situados no cenário escolar comprometiam-se e juravam fidelidade à causa republicana, em vez de o fazerem a Deus ou ao Imperador³⁴. Por outro lado, juravam também lealdade ao cargo ocupado na instituição. Esses dois tipos de fidelidade – e de *culto* – se articulam porque, segundo Weber (1982), “é decisivo para a natureza da fidelidade moderna ao cargo que [...] ele não estabeleça uma relação *pessoal*, como era o caso da fé que tinha o senhor ou o patriarca nas relações feudais ou patrimoniais” (p. 232, grifo do autor).

Além disso, as “fórmulas de compromisso” vinham fixar a formação ideológica do grupo que, com a Proclamação da República, passou a fazer parte dos “estabelecidos” (ELIAS, 2000). No caso específico da fórmula dos bacharelados, no trecho em que se diz “Prometo cooperar na medida das minhas forças para a prosperidade da República dos Estados Unidos do Brasil”, há ressonância com a frase de Campos Sales (1876), que simboliza o ideário republicano de educação: “só a escola pode formar cidadãos úteis à pátria”, e também com a finalidade da instrução pública prescrita por Cesário Motta, segundo a qual a jornada escolar levaria a que o adulto “prestasse serviço à coletividade”.

³⁴ Haja vista que a instrução cívica veio a substituir a instrução religiosa, das escolas imperiais.

No próximo item, investigamos outras fórmulas identificadas nos ofícios do Ginásio de Campinas que fazem transparecer a ideologia republicana como *culto* e como *cultura* (BOSI, 2014).

2.1 Ofícios do Ginásio de Campinas: lócus de fórmulas republicanas

Nesta seção, analisamos ofícios produzidos no espaço do Ginásio de Campinas e enviados à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, órgão responsável pela instrução pública no Estado de São Paulo, no período de 1896 a 1910³⁵.

Os ofícios expedidos pelo Ginásio de Campinas estão escritos em letra cursiva preta por amanuenses, isto é, funcionários públicos contratados para manter a escrita e os registros dos documentos em ordem³⁶, e vêm assinados pelo Diretor da instituição ou, em alguns casos, por seu Secretário. É o Diretor que estabelece o objetivo da escrita dos ofícios, comunicando, pedindo, remetendo ou acusando recebimento. Embora o amanuense seja quem, de fato, redige o documento, consideramos como “locutor” o Diretor da instituição, remetente do ofício, ao passo que o “interlocutor” é o Secretário de Estado de Negócios do Interior, destinatário da correspondência³⁷.

Os conteúdos abordados nos ofícios vão desde o informe da frequência e/ou alteração do corpo docente e administrativo, o requerimento de materiais para as aulas, a prestação de contas dos gastos do estabelecimento, a solicitação de recursos financeiros para a realização de obras, a informação sobre concursos para provimento de cadeiras, o relato de ocorrências diversas, até o convite às autoridades para comparecerem a eventos solenes no colégio.

Os documentos abaixo ilustram as características físicas e temáticas dos ofícios do Ginásio de Campinas³⁸:

³⁵ Foram coletados 327 ofícios de seis caixas de documentos do acervo da “Secretaria de Estado de Negócios do Interior”, conservados no Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP). Os ofícios reproduzidos neste capítulo, em fotografias ou transcrições, virão com a identificação da caixa em que se encontram.

³⁶ Conforme atestado nos “Mappas das faltas de comparecimento do pessoal administrativo e docente do Gymnasio de Campinas” (APESP), no período de 1896 a 1903 o amanuense do Ginásio é o Tenente Balthasar Carneiro. Não encontramos o nome de seu substituto.

³⁷ Adotamos o conceito de “locutor” como a pessoa que fala, isto é, a que produz um ato de linguagem em uma situação de comunicação e que se define em oposição ao “interlocutor”, o destinatário do sujeito falante (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004).

³⁸ Para os propósitos desta seção, transcrevemos apenas o texto redigido na folha por integrantes do Ginásio de Campinas. Na seção 3 deste capítulo, analisamos as anotações feitas no âmbito da Secretaria de Negócios do Interior, bem como a cronologia dos carimbos presentes.

Ofício 1³⁹:

Figura 2 – Ofício do Ginásio de Campinas (05/08/1901)

Directoria do Gymnasio de Campinas

5 de Agosto de 1901

Nº. 15

Cidadão

Havendo terminado no dia 3 do corrente o ultimo dos concursos realizados neste estabelecimento para o preenchimento das cadeiras vagas do mesmo, tenho a honra de nesta data remetter a V. Ex^{cia}. a inclusa relação dos examinadores que serviram nas respectivas bancas, com declaração dos dias em que trabalharam, cumprindo assim a determinação de V. Ex^{cia}. contida em officio sob nº. 25 de 21 de Junho ultimo.

Saude e fraternidade

Ao Exmº. Snr. Dr. Bento Bueno, M. D. Secretario de Estado dos Negocios do Interior.

³⁹ APESP, caixa CO6967.

O Director
Jorge Miranda

Ofício 2⁴⁰:

Figura 3 – Ofício do Ginásio de Campinas (15/01/1906)

Directoria do Gymnasio de Campinas

15 de Janeiro de 1906

Nº.

Illustra Cidadão

Sendo de urgente necessidade alguns melhoramentos no edificio, em que funciona este Gymnasio, taes como rebocamento e pintura da parte externa das paredes principaes; empapelamento das paredes e pintura do tecto, portas e batentes de algumas salas de aula; [embouçamento] de parte do telhado; construcção de um pavilhão para abrigo dos alumnos; e

⁴⁰ APESP, caixa CO6965.

o fechamento, a muro de tijollos, de todo o terreno pertencente ao Gymnasio, assim como outros pequenos reparos, - solicito-vos apellando para a vossa reconhecida dedicação á causa do ensino, as necessarias providencias, afim de serem executadas, com brevidade, taes obras.

Saude e fraternidade

Ao Illustre Cidadão Dr. J. Cardoso de Almeida, D. D. Secretario dos Negocios do Interior.

*Arnaldo de Oliveira Barreto,
Director*

Representando as correspondências de caráter oficial do Ginásio de Campinas, os ofícios são marcados pela *formalidade*, em múltiplos aspectos:

(i) composição padronizada do documento: timbre e cabeçalho (órgão expedidor, data e número do ofício), saudação inicial, texto, saudação final, informações sobre o destinatário, assinatura e cargo do remetente;

(ii) presença do brasão da República no canto superior esquerdo da página;

(iii) estilo de escrita formal, representando o padrão linguístico culto utilizado e propagado pela instituição⁴¹;

(iv) redação do texto pautada em objetividade, clareza e concisão, permitindo uma única interpretação do conteúdo (AQUINO, 2011);

(v) tratamento cerimonioso e reverencial ao interlocutor – e.g., “V. Ex.^{cia}”, “Exm^o. Snr. Dr.”, “Illustre Cidadão”, “M. D.” (Mui Digno), “D. D.” (Digníssimo);

(vi) emprego de fórmulas linguísticas, isto é, expressões lexicais de uso maciço e repetitivo (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004), convencionalizadas pelo grupo social e pela formação discursiva e ideológica a que tais textos pertencem.

Em conjunto, esses aspectos formais já apontam para os atributos de ordem, precisão, rigor, rotina, clareza e subordinação hierárquica, típicos da burocracia moderna (WEBER, 1982).

Com relação ao último item, nos ofícios em questão, destacam-se as fórmulas de interlocução “Cidadão” e “Illustre Cidadão” e de saudação final “Saúde e Fraternidade”, as quais inscrevem marcas republicanas no documento, fazendo emergir tradições inventadas

⁴¹ A questão do padrão linguístico culto no Colégio Culto à Ciência e no Ginásio de Campinas será abordada no Capítulo 4 desta Tese.

(HOBSBAWM, 2012) no e para o novo regime⁴². Como mencionamos anteriormente, para a legitimação de qualquer regime político e a construção de seu conjunto de valores sociais, políticos e ideológicos, é de fundamental importância o uso (e abuso) de símbolos, alegorias, rituais, mitos (CARVALHO, 2008), e, acrescentamos, fórmulas. Nesse sentido, o momento de transição da Monarquia para a República envolveu esforços na criação de um mito de origem para o novo regime – posto que o ato da proclamação se deu por um golpe militar – e na re-elaboração dos símbolos nacionais, como o brasão de armas, a bandeira, o hino e o panteão de heróis cívicos, que deveriam atingir e se fixar no imaginário popular⁴³. A simbologia da Revolução Francesa serviu de inspiração para os republicanos brasileiros levarem a cabo a manipulação desse imaginário social:

Não só a *Marselhesa* era tomada de empréstimo. A alegoria feminina da República já era utilizada mesmo antes da proclamação; o barrete frígio aparecia invariavelmente, isolado ou cobrindo a cabeça da figura feminina; o tratamento por cidadão foi adotado – cidadão presidente, cidadão ministro, cidadão general –, substituindo o solene, imperial e católico “Deus guarde Vossa Excelência” da correspondência oficial; foi introduzido o “Saúde e Fraternidade”. (CARVALHO, 2008, p. 13)

A seguir, examinamos mais detidamente algumas fórmulas republicanas frequentes nos ofícios do Ginásio de Campinas, como “(Illustre) Cidadão” e “Saúde e Fraternidade”. A presença de tais expressões em documentos oficiais do estabelecimento paulista revela não só o seu alinhamento com as novas tradições instauradas com a República como também que o esforço de educação cívica mediante símbolos e rituais, isto é, de “formação das almas” (CARVALHO, 2008), e a “inculcação” da ideologia do grupo dominante (ALTHUSSER, 1980) faziam-se presentes nas mais variadas instâncias da *Escola*, inclusive no âmbito administrativo-burocrático.

Caberá verificar ainda se, ao longo dos anos, o emprego de tais fórmulas se revelará estável, conforme prevê a ordenação racional burocrática, pautada na regularidade, ou mostrará indícios de instabilidade – que poderão se relacionar com aspectos realidade social (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997; STELLA, 2006).

⁴² Ressaltamos que a noção de “cidadão” não é exclusiva da República, aparecendo, por exemplo, já na Constituição de 1824. Logo, sua apropriação pelos republicanos se enquadra no conceito de tradição inventada por ser uma prática que visa “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado” (HOBSBAWM, 2012, p. 8).

⁴³ O adjetivo “popular” é aqui utilizado no sentido de se referir a toda a população brasileira, indistintamente, e se opõe à acepção “aristocrática” do termo, restrita às camadas superiores da sociedade, que analisamos no Capítulo 2 desta Tese.

2. 1. 1 Do Cidadão à Excelência

O “discurso fundador” do Colégio Culto à Ciência, proferido por Campos Sales na década de 1870, revelou que os republicanos paulistas haviam se apropriado das categorias *povo* e *cidadão* e as ressignificado a partir de atributos e objetivos próprios a seu grupo, isto é, com base em sua formação discursiva e ideológica, conferindo-lhes o sentido restrito de corresponderem ao conjunto de indivíduos marginalizados politicamente (posto que não podiam ser eleitos), mas não marginalizados socialmente (pois eram eleitores). Distinguiu-se, portanto, o *povo* da *plebe*, ou seja, os cidadãos *ativos* – possuidores de direitos civis e direitos políticos – dos cidadãos *inativos* – possuidores somente de direitos civis (CARVALHO, 2014). E era aos filhos desse *povo* (a elite republicana paulista) que se destinava o ensino primário e secundário do Culto à Ciência, um colégio particular⁴⁴.

Logo, estava em jogo a manipulação das acepções *hierárquica* e *igualitária* de cidadania, implicando, de um lado, uma “cidadania restritiva”, relativa apenas àqueles que detinham privilégios, e, de outro, uma “cidadania irrestrita”, ampliada à população. Naquele período anterior à Proclamação, o significado atribuído pelos republicanos a *povo/ cidadão* dialogava com a compreensão *hierárquica* de cidadania, propagada no século XVIII, segundo a qual “o cidadão é o ‘homem bom’, que se distingue dos demais por uma posição superior” (SANTOS; FERREIRA, 2009, p. 46), uma vez que pertence ao “conjunto dos chefes de família abastados e respeitáveis habilitados a votar” (PEREIRA, 2009, p. 204). Contudo, já no século XVIII, esse conceito passou a coexistir com uma concepção *igualitária* de cidadania, oriunda do ideário iluminista e ligada às retóricas dos direitos subjetivos e da soberania popular (SANTOS; FERREIRA, 2009), de modo que, ao final do XIX, ambas as acepções se encontravam “disponíveis” para serem apropriadas pelos discursos políticos, a depender da “conveniência” às suas propostas de manutenção ou reforma da ordem política e/ou social⁴⁵. Esse duplo movimento também se justifica porque, conforme analisa Carvalho (2014, p. 60), “cidadania é cálculo, é pacto, é construção, é defesa de interesses”.

Durante a fase de propaganda republicana, como também ao proclamarem o novo regime e buscarem sua legitimação, os republicanos encobriram a significação hierárquica de

⁴⁴ Conforme análise apresentada no Capítulo 2 desta Tese.

⁴⁵ A historiografia aponta não existir grande disparidade entre os pontos de vista conservador e liberal sobre o tema: se, para os conservadores, prevalecia a ideia de ser necessário demarcar as diferenças entre os membros da sociedade, “atualizando e legitimando na nova ordem as prerrogativas que haviam organizado o Antigo Regime português” (SANTOS; FERREIRA, 2009, p. 59), para os liberais, “a formação do grande povo cidadão era uma realidade transposta para o futuro e a manutenção da distinção entre ‘povo’ e ‘plebe’ permanecia, portanto, fundamental” (PEREIRA, 2009, p. 216).

povo e *cidadão* e se apossaram do sentido igualitário dos termos, cristalizado na expressão “governo do povo pelo povo” – em oposição a “governo de todos por um” – e patente nas promessas democratizantes feitas nos comícios, nas conferências públicas e na imprensa radical (CARVALHO, 2014), o que fez despertar, em vários setores da população, a expectativa de expansão dos direitos políticos, isto é, da cidadania *ativa*. E, uma vez que a “manipulação do imaginário social é particularmente importante em momentos de mudança política e social, em momentos de redefinição de identidades coletivas” (CARVALHO, 2008, p. 11), transmitia-se a ideia de que, com a República, o “súdito” sairia de cena para dar lugar a um novo personagem: o “cidadão” consciente de seus direitos e deveres para com o Estado e capaz de organizar-se para agir em defesa de seus interesses.

Vale destacar que a Constituição Brasileira promulgada em 1891 declara, no Título IV “Dos Cidadãos Brasileiros”, artigo 72:

§ 2º. Todos são iguais perante a lei.

A República não admite privilégio de nascimento, desconhece foros de nobreza, e extingue as ordens honoríficas existentes e todas as suas prerrogativas e regalias, bem como os títulos nobiliárquicos e de conselho.

Não admitindo privilégios – como foros de nobreza e títulos honoríficos – e considerando todos iguais perante a lei, justifica-se que, na República, o tratamento por *cidadão* tenha sido adotado, em princípio, indistintamente: “cidadão presidente, cidadão ministro, cidadão general” (CARVALHO, 2008, p. 13), como a transparecer a acepção *igualitária* de cidadania⁴⁶.

Logo, surgem-nos as seguintes perguntas:

- Se, no discurso fundador do Colégio Culto à Ciência, a conjuntura político-ideológica e os interesses defendidos propiciaram haver um jogo semântico envolvendo as significações hierárquica e igualitária do termo *cidadão*, nos ofícios do Ginásio de Campinas, também devem ser esperadas apropriações e ressignificações da palavra seguindo esses dois sentidos⁴⁷;

⁴⁶ Embora a proclamação da República resultasse de um golpe de Estado conduzido por militares que defendiam o modelo político da ditadura positivista, era o modelo liberal federalista (do PRP) que estava na base da constituição aprovada (MATTOS, 2012).

⁴⁷ Uma vez que assumimos que a identidade do Culto à Ciência era imanente ao Ginásio de Campinas, já que ambos foram criados pelo mesmo grupo de republicanos paulistas.

- Ou, por ser uma instituição de ensino *pública* criada no e para o novo regime, o Ginásio empregaria apenas o significado igualitário do termo, de modo a corroborar com a retórica do “governo do povo pelo povo”, como aparece na Constituição?

Para responder a essas questões e considerando a palavra enquanto signo ideológico (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997), analisamos as ocorrências de “cidadão” nos ofícios do Ginásio de Campinas, expressas quer no tratamento ao interlocutor – na já mencionada fórmula republicana “(Illustre) Cidadão” – quer na referência a uma terceira pessoa, no corpo do texto – casos em que a palavra “cidadão” vem anteposta a nomes próprios e atua como qualificativo⁴⁸.

De maneira geral, ofícios estabelecem a comunicação escrita oficial entre órgãos públicos, entre órgãos públicos e particulares, e entre subalternos e autoridades (BELLOTO, 2002). Tendo sido remetidos pelo Diretor do Ginásio de Estado de Campinas ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior, os ofícios do Ginásio configuram casos de comunicação “entre subalternos e autoridades”, isto é, de inferiores para superiores na hierarquia administrativa (cf. Figura 1).

O vínculo entre posição hierárquica e tratamento entre interlocutores remete ao trabalho pioneiro de Brown e Gilman (1960), que articula formas de tratamento com traços da organização social. Nessa pesquisa, os autores apontam ser característica comum a inúmeras línguas, desde a latina, a existência de dois pronomes de tratamento referentes à segunda pessoa do singular, simbolizados genericamente por *T* e *V*: enquanto *T* expressa intimidade, *V* exprime distanciamento, polidez ou reverência⁴⁹. Em português, *T* e *V* equivaleriam, em princípio, à oposição entre o “tu” e o “vós”, mas podem abranger demais formas pronominais e nominais de tratamento – e.g., você, senhor, Vossa Mercê, Vossa Excelência, entre outras (BIDERMAN, 1972; RUMEU, 2004).

Analisando a relação entre estrutura social, ideologia e formas de tratamento, Brown e Gilman (1960) propõem as dimensões do *poder* e da *solidariedade*. A semântica do *poder* se

⁴⁸ Seguindo a proposta de análise de Stella (2006), que examina livros de registro da correspondência da Escola Complementar e Grupo Escolar de Itapetininga, entre os anos de 1905 a 1911.

⁴⁹ As línguas investigadas são o latim, o inglês, o francês, o italiano, o espanhol e o alemão. Segundo Brown e Gilman (1960), no latim, a forma originariamente plural “vos” passou a funcionar como tratamento a uma única pessoa no século IV, quando dirigida ao imperador. Naquele período, havia, de fato, dois imperadores (um no Oriente, com capital em Constantinopla; e um no Ocidente, com trono em Roma), mas, por conta da reforma de Dioclesiano, o império era visto como unificado e, por isso, palavras remetidas a um imperador eram, implicitamente, remetidas aos dois. Por outro lado, o uso de “vos” nesse contexto também pode ser explicado pela noção de pluralidade implícita ao imperador, considerado o representante de todo o seu povo, e como símbolo da grandeza e do poder de suas funções.

manifesta pelo uso assimétrico e não recíproco da forma de tratamento por indivíduos situados em posições diferentes em uma dada hierarquia (rei-súdito, pai-filho, patrão-empregado, oficial-soldado etc.), que têm “poder” desigual. Assim, o interlocutor hierarquicamente superior se dirige ao interlocutor inferior por *T*, mas é tratado por *V*. Já a semântica da *solidariedade* é definida pelo uso simétrico e recíproco da forma de tratamento por indivíduos do mesmo nível hierárquico, os quais apresentam “poder” equivalente. Caracteriza esse tipo de relacionamento “entre iguais” o uso mútuo de *T-T* ou de *V-V*, a depender da classe social dos falantes, do nível de intimidade dos mesmos ou do grau de formalidade da situação.

Segundo os autores, a semântica do *poder* está ligada a uma estrutura social relativamente estática, na qual o poder é conferido pelo direito de nascimento e não está sujeito à redistribuição – como ocorria nos sistemas feudais e senhoriais. É possível aproximarmos tal conceito à acepção *hierárquica* de cidadania, segundo a qual os direitos civis e políticos são prerrogativas apenas dos indivíduos das camadas sociais superiores, os “homens bons”. Por outro lado, uma vez que a semântica da *solidariedade* teria se desenvolvido quando a mobilidade social se tornou possível e a ideologia igualitária passou a ser disseminada, sobretudo no século XIX (BROWN; GILMAN, 1960), podemos articular essa dimensão com a acepção *igualitária* de cidadania, marcada pela ampliação dos direitos à população.

Portanto, pretendemos verificar também se as formas pelas quais o remetente do ofício, o Diretor do Ginásio de Campinas (hierarquicamente inferior – subalterno), se dirige ao seu destinatário (hierarquicamente superior – autoridade), o Secretário de Estado de Negócios do Interior, correspondem à dimensão do *poder* (uso assimétrico e não recíproco) ou à dimensão da *solidariedade* (uso simétrico e mútuo)⁵⁰.

O exame dos ofícios do Ginásio de Campinas revelou que, no período de 1896 a 1910, foram utilizadas três formas para saudar o interlocutor: “Cidadão”, “Ilustre Cidadão” e “Exm. Snr.”. De pronto, notam-se diferenças entre as saudações: enquanto a fórmula “Cidadão” traduz a acepção igualitária de cidadania e pressupõe uma relação simétrica e recíproca entre locutor-interlocutor, os vocativos “Ilustre Cidadão” e “Excelentíssimo Senhor” implicam haver *distinção* de certos indivíduos naquela esfera social de trabalho (o que os faz merecer tais insígnias), acarretando uma visão hierárquica de cidadania e uma relação assimétrica e

⁵⁰ Ressaltamos que não tivemos acesso a correspondências enviadas pelo Secretário ao Diretor e, por isso, a questão da (não) reciprocidade será inferida a partir do tratamento do Diretor ao Secretário, se este tiver conotação de polidez, reverência ou distinção. Outros fatores também serão considerados no decorrer da análise.

não recíproca entre os interlocutores – e isso parece contradizer o princípio republicano de tratamento igualitário (CARVALHO, 2008).

Os vocativos “Cidadão” e “Exm. Snr.” já vinham impressos no papel timbrado, junto com o brasão da República, o nome do órgão expedidor do documento (“Directoria do Gymnasio de Campinas”), e as linhas para data e número do ofício, como comprovam as imagens abaixo:

Figura 4 – Detalhes em ofícios do Ginásio de Campinas (I)

Por sua vez, a saudação “Illustre Cidadão” se formava quando o amanuense acrescentava, de próprio punho, o adjetivo “Illustre” à saudação “Cidadão”, conforme se vê no Ofício 2 (Figura 3), reproduzido anteriormente e copiado em detalhe abaixo, ou em casos nos quais o ofício era todo redigido à mão, em papel comum, não timbrado:

Figura 5 – Detalhes em ofícios do Ginásio de Campinas (II)

O fato de o vocativo vir, na grande maioria das vezes, estampado na folha reduzia as chances de ocorrerem variações entre formas diferentes num mesmo ano, com exceção dos casos em que há a inserção de “Illustre” à expressão “Cidadão” (Figura 5), ou em momentos de transição entre um modelo de ofício antigo e um novo. De fato, de 1896 a 1910 foram identificados apenas quatro ofícios com a saudação “Illustre Cidadão”, sendo dois no ano de 1896 (redigidos em papel comum, não timbrado), um em 1906 e um em 1908, ambos representando redações em modelo anterior de ofício, pois já se encontravam em uso as folhas iniciadas por “Exm. Snr.”. Além disso, a impressão do termo no ofício denota que seu emprego era previamente dado, ou “imposto”, tirando a liberdade do remetente de utilizar a saudação que lhe conviesse.

Uma vez que nosso propósito seja interpretar o uso das expressões linguísticas em relação com a conjuntura social, política e ideológica da qual decorrem, não trazemos uma análise quantitativa dos dados, mas, sim, qualitativa, atentando para a distribuição das expressões utilizadas para saudar o interlocutor/ destinatário, o Secretário dos Negócios do Interior, ao longo dos anos. O quadro a seguir representa as fórmulas de saudação ao interlocutor observadas entre os anos de 1896 e 1910:

Quadro 1 – Ofícios do Ginásio de Campinas: saudação ao interlocutor (1896-1910)

	<i>Illustre Cidadão</i>	<i>Cidadão</i>	<i>Exm. Snr.</i>
1896	X	X	
1897		X	
1898		X	
1899		X	
1900		X	
1901		X	

1902		X	
1903		X	X
1904			X
1905			X
1906	X		X
1907			X
1908	X		X
1909			X
1910			X

Os resultados revelam que as formas “Cidadão” e “Ilustre Cidadão” coexistiram no ano de 1896, mas não de modo equivalente, pois a última foi aplicada em apenas dois ofícios, conforme mencionado anteriormente. A fórmula “Cidadão” teve uso categórico como saudação ao interlocutor entre 1897 e 1902, e em 1903 passou a dividir espaço com “Exm. Snr.”. De 1904 a 1910, “Exm. Snr.” é o vocativo empregado nos ofícios, com exceção das já citadas ocorrências de “Ilustre Cidadão” (uma em 1906 e uma em 1908).

O ano de 1903 representa, assim, o momento-chave na mudança do uso das saudações, com a transição de “Cidadão” para “Exm. Snr.” como fórmulas impressas nas folhas de ofícios.

Essa mudança de uma fórmula a outra pode ter gerado confusão para os amanuenses e/ou diretores – escreventes e remetentes dos ofícios, respectivamente. Pressupõe-se isso porque, em um ofício de 1903, as duas saudações aparecem na folha concomitantes, embora não justapostas, como mostra a figura abaixo⁵¹:

Figura 6 – Detalhes em ofícios do Ginásio de Campinas (III)

⁵¹ APESP, caixa CO6835. Esse dado nos faz lembrar da passagem sobre a “tabuleta”, no romance *Esau e Jacó*, que comentamos na Introdução desta Tese, e os conflitos decorrentes da escolha dos nomes.

Todavia, a simultaneidade de saudações em um mesmo ofício ocorreu apenas uma vez no *corpus*. Ao longo do período analisado, a fórmula “Cidadão” foi substituída por duas expressões formadas por qualificativos que exprimem distinção: *ilustre*, em “Ilustre Cidadão”, e *excelentíssimo*, em “Exm. Snr.”.

O adjetivo “ilustre” denota um sujeito eminente, célebre, notável, com qualidades dignas de louvor (FERREIRA, 2004); mas também indica aquele que tem *luz*. Esse atributo alude à “metáfora da iluminação”, que opõe “trevas” a “luzes” e se tornou recorrente no discurso republicano em diversas apropriações de sentido (MONARCHA, 1999). Representando as “trevas”, em sentido negativo, estariam: o passado; o atraso; o Império – com suas instituições, práticas e valores; a ignorância; a falta de iniciativas em prol da instrução; o ensino humanista, literário e religioso. Em contrapartida, simbolizando as “luzes”, em conotação positiva, ficariam: o futuro; o progresso; a República – com suas instituições, práticas e valores; o saber e a ciência; a instrução; o ensino científico, positivo e laico⁵².

Desse modo, pode-se inferir que aquele tratado por “*Ilustre Cidadão*” se distinguia dos demais cidadãos tanto por ser um representante da República, ocupando cargo político ou administrativo hierarquicamente elevado – a “elite do poder” (WRIGHT MILLS, 1981) –, quanto por ser “ilustrado”, “esclarecido”, nos sentidos de instruído (i.e., formado em academias superiores, sobretudo a de Direito), ciente de seus direitos como cidadão *ativo* e dos deveres cívicos, conhecedor das questões políticas, sociais e culturais de seu tempo, e ainda “doutrinado” pelo ideário republicano. Ademais, uma vez que “ilustre” remete a “iluminado” (pela luz elétrica), estando em consonância com as ideias de progresso e a modernidade, o “*Ilustre Cidadão*” seria o “cidadão moderno”, isto é, republicano⁵³.

Mas teria sido a expressividade da *luz*, para os republicanos, tão forte a ponto de “encobrir” a acepção que o adjetivo “ilustre” também tem de “nobre, fidalgo”? Em pleno processo de consolidação da República, é curioso o emprego de um termo que remete, mesmo que indiretamente, a “privilegio de nascimento, foros de nobreza e ordens honoríficas” – tudo o que o novo regime não admitia, inclusive em artigo da Constituição de 1891 (artigo 72), o mesmo a afirmar que “todos são iguais perante a lei”, ou seja, “cidadãos”.

De fato, as contradições não param por aí. Se a fórmula “Cidadão” pressupõe uma relação simétrica e recíproca entre os interlocutores e é consoante com a semântica da *solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960) e com a acepção *igualitária* de cidadania,

⁵² Conforme analisado no Capítulo 2 desta Tese.

⁵³ Marilza de Oliveira (comunicação pessoal).

combiná-la com o qualificativo “Illustre”, em “Illustre Cidadão”, contraria o sentido original, implicando distinção e reverência, que, por sua vez, acarretam assimetria e hierarquia – a semântica do *poder*. Essa pode ter sido a razão para que, nas folhas de ofício, até o ano de 1903, viesse impresso (i.e., fixo, imposto, já-dado) o vocativo “Cidadão”, sem nenhum qualificativo, representando a única opção disponível para saudar o interlocutor, haja vista que, pela ideologia do discurso republicano, esse tratamento deveria ser adotado indistintamente, para presidente, ministro, general (CARVALHO, 2008).

Como foram atestados somente quatro casos de “Illustre Cidadão” nesse contexto, é possível considerá-los “exceções” às regras, isto é, aos padrões vigentes no ano em questão. No entanto, podem ser deduzidas motivações estilísticas que levariam o locutor/remetente do ofício a empregar tal forma.

As ocorrências de “Illustre Cidadão” dos anos de 1906 e 1908 são singulares, até mesmo anacrônicas, pois se deram em período de uso constante de ofícios iniciados por “Exm. Snr.”. Tendo em mãos folhas de ofício “antigas”, impressas com a saudação “Cidadão”, é provável que o amanuense tenha acrescentado, de próprio punho, o adjetivo “Illustre”, formando “Illustre Cidadão”, por paralelismo à saudação corrente (e de verniz distintivo), “*Excelentíssimo Senhor*”.

Por sua vez, as duas ocorrências do ano de 1896 foram redigidas em papel não timbrado, suporte no qual não estava disponível a fórmula corrente “Cidadão” para saudar o interlocutor, propiciando a livre inserção do atributo “Illustre” para marcar o tratamento cerimonial ao Secretário de Negócios do Interior. A opção por “Illustre Cidadão”, em vez de apenas “Cidadão”, sugere que o locutor (o Diretor do Ginásio de Campinas) poderia se ver numa relação assimétrica e não recíproca com o interlocutor (BROWN; GILMAN, 1960), já que este possuía cargo hierarquicamente superior ao seu. Corrobora essa interpretação o fato de as ocorrências terem se dado na época em que o Ginásio era dirigido por Mário Bulcão, cujas qualidades como funcionário público eram ter bom relacionamento com a equipe governante e “fidelidade a uma autoridade superior” (TAVARES, 2004, p. 107).

Outra possível motivação para o emprego de “Illustre Cidadão” nos ofícios de 1896 seria por paralelismo, e coerência, com o modo pelo se identificava o interlocutor/destinatário ao final do ofício naquele período: “Ao Ilustre Cidadão...”. Com efeito, de 1896 a 1910, são utilizadas apenas duas fórmulas para a identificação do destinatário, conforme ilustram os exemplos a seguir:

(1) *Ao Illustre Cidadão* Dr. J. Cardoso de Almeida, D. D. Secretario dos Negocios do Interior.

(2) *Ao Exm^o. Snr.* Dr. Bento Bueno, M. D. Secretario de Estado dos Negocios do Interior.

Nesse sentido, aventamos a hipótese de que, por paralelismo e coerência entre as formas, quando “Cidadão” passa a dar lugar a “Exm. Snr.”, como saudação inicial, a expressão “Ao Illustre Cidadão” é substituída por “Ao Exm. Snr.”, no desfecho do ofício.

O quadro 2 traz os resultados dessa etapa da análise:

Quadro 2 – Ofícios do Ginásio de Campinas: identificação final do interlocutor (1896-1910)

	<i>Ao Illustre Cidadão</i>	<i>Ao Exm. Snr.</i>
1896	X	
1897	X	
1898	X	
1899	X	
1900	X	
1901		X
1902		X
1903		X
1904		X
1905		X
1906		X
1907		X
1908		X
1909		X
1910		X

O ano de 1901 situa o momento em que a forma de identificar o destinatário do ofício passa de “Ao Illustre Cidadão” para “Ao Exm. Snr.”.

Comparando as informações dos quadros 1 e 2, nota-se que, entre 1896 e 1900, a saudação inicial (vocativo) “Cidadão” coexistiu com a fórmula de identificação final do destinatário “Ao Illustre Cidadão”. Por outro lado, entre os anos de 1901 a 1903, o vocativo

“Cidadão” foi simultâneo à identificação final “Ao Exm. Snr.”, contrariando nossa hipótese de que a alteração da saudação inicial levaria, paralelamente, à troca da outra expressão. A partir de 1903, o tratamento “Exm. Snr.” passa a ser empregado nos dois contextos vistos, seja na saudação inicial, seja na identificação final, permanecendo assim até 1910.

Há que se lembrar que a identificação final do destinatário não vinha impressa na folha do ofício, sendo, portanto, redigida de próprio punho pelo amanuense. Portanto, as fórmulas utilizadas para esse fim seriam mais “livres”, e até “inovadoras”, quando comparadas às saudações iniciais, “já-dadas”. Além disso, nelas, a referência à pessoa é feita indiretamente (“Ao...”), de modo que o “Exm. Snr.” constitui a terceira pessoa (“ele”), e não o “tu” implícito no vocativo. O uso inicial de “*Excelentíssimo*” para qualificar a terceira pessoa poderia ter sido uma motivação para o emprego de “Exm. Snr.” como forma de tratamento, isto é, em referência direta ao interlocutor.

Em comum, ambas as expressões de identificação final ressaltam a *distinção* do interlocutor: “Ao *Illustre* Cidadão” e “Ao *Excelentíssimo Senhor*”. Retomando uma questão levantada anteriormente, pode-se aventar que a substituição do qualificativo “*Illustre*” tenha ocorrido por conta da acepção que ele tem de “nobre, fidalgo”, o que o relacionaria à monarquia, de modo que a expressividade da “luz”, na formação discursiva e ideológica (ORLANDI, 2007) dos republicanos, não teria sido tão forte a ponto de “apagar” esse sentido.

Já interpretamos os significados (e contradições) expressos por “*Illustre Cidadão*”; cabe agora investigar os sentidos de “Exm. Snr.”.

Primeiramente, nota-se a entrada em cena de “Senhor”, uma forma de tratamento que, por si só, denota reverência, cortesia e *poder*, opondo-se à semântica de *solidariedade* inerente à palavra “Cidadão”, no sentido apropriado pelo discurso oficial republicano. O tom reverencial é amplificado pelo adjetivo superlativo absoluto “*excelentíssimo*”, expressando que o referido “Senhor” apresenta a qualidade de ser “excelente”, ou de ter “excelência”, em elevado grau. Tal “excelência” poderia relacionar-se a características profissionais e/ou sociais que davam ao indivíduo o privilégio não só da distinção, mas da distinção em nível muito alto, ou até máximo (posto que superlativo), dentro do grupo a que pertencesse. Justifica-se, assim, que “Exm. Snr.” seja o tratamento dado a indivíduos de alto posto na hierarquia social e/ou institucional – a “elite do poder” (WRIGHT MILLS, 1981) –, e, nos ofícios do Ginásio de Campinas, tenha sido utilizado para saudar e identificar o interlocutor Secretário de Estado de Negócios do Interior⁵⁴.

⁵⁴ Com efeito, o foco na qualidade, isto é, no substantivo “excelência”, é o mecanismo que deu origem à forma de tratamento cerimoniosa “Vossa Excelência”, nas cortes portuguesas do século XV, como também a “Vossa

Nos ofícios remetidos pelo Diretor do Ginásio de Campinas ao Secretário de Estado de Negócios do Interior, o emprego de “Exm. Snr.” na saudação inicial e na identificação do destinatário é quase simultâneo ao uso de “Vossa Excelência” (“V. Ex.^a”) como forma de tratamento predominante ao interlocutor, em substituição ao pronome “vós”, que, fazendo referência a uma só pessoa, também expressa cortesia, cerimônia. Porém, o “vós” poderia ser entendido como tratamento cerimonioso “generalizado” na burocracia, isto é, utilizado nas comunicações oficiais por qualquer funcionário subalterno que estabelecesse contato com qualquer superior (relação assimétrica), ou por entre funcionários do mesmo nível hierárquico como modo de expressar respeito e formalidade (relação simétrica). Logo, o uso do “vós” faria parte da rotina da escrita burocrática republicana, integrando as fórmulas empregadas nos ofícios. É o que nos revela o amanuense Lima Barreto⁵⁵:

Quando, de manhã, novo ou velho no emprego, a gente se senta na sua mesa oficial, não há novidade de espécie alguma e, já da pena, escreve devagarinho: “Tenho a honra” etc. etc.; ou, republicanamente, “Declaro-vos, para os fins convenientes” etc. etc. (BARRETO, 2011, p. 474, grifos meus)

Assim, teria ocorrido a especialização da forma de tratamento “V. Ex.^a”, que se restringiria ao trato de indivíduos de alta posição hierárquica na burocracia. Em comum, “Exm. Sr.” e “V. Ex.^a” marcam a *distinção* do interlocutor, sua superioridade na escala laboral e/ou social, e seu caráter exclusivo, de “excelência”.

Vejamos alguns exemplos de usos de “vós”⁵⁶ e “V. Ex.^a” nos ofícios:

- (3) Levando ao vosso conhecimento que a cerimonia da instalação deste Gymnasio está resolvida para o dia 4 de Dezembro proximo, esta Directoria tem a subita honra de vir vos significar o seu fervoroso desejo de ver a mesma solemnidade honrada com a vossa illustre presença. [...] Nesse intuito pede licença para vos dirigir o presente convite [...] (28/11/1896)

Mercê”, “Vossa Alteza”, “Vossa Senhoria” (CINTRA, 1986). Era um modo de tratamento indireto, como prova de respeito e polidez, que consistia em “fingir que se dirigia a palavra a um atributo ou qualidade eminente da pessoa de categoria superior, e não a ela própria” (SAID ALI, 1931, p. 93). Todas essas formas de tratamento surgiram especializadas, isto é, com aplicação adequada somente a determinados membros ou camadas da corte (rei, rainha, príncipes, infantes), mas, com o tempo, seu emprego se estendeu à nobreza e, posteriormente, à alta burguesia.

⁵⁵ Lima Barreto trabalhou como amanuense da Secretaria da Guerra durante quinze anos.

⁵⁶ Para os propósitos desta análise, consideramos o pronome na forma reta (“vós”) e na oblíqua átona (“vos”). De fato, a variação entre “vós” e “V. Ex.^a” tornou-se saliente quando investigávamos a posição do pronome átono na fórmula burocrática “Tenho a honra de” – e.g., “Tenho a honra de remetter-vos” vs. “Tenho a honra de vos remetter”. Notamos que, ao longo dos anos, as ocorrências desse tipo de construção com o “vos” se tornaram escassas, sendo substituídas por construções com a forma “V. Ex.^a”, o que nos motivou a investigá-la mais a fundo. A colocação pronominal é o fenômeno linguístico que discutimos no Capítulo 4 desta Tese.

- (4) Tenho a honra de solicitar-**vós** providencias afim de que pela Repartição competente, sejam executados os reparos e concertos que abaixo cito. (09/02/1899)
- (5) Julgo do meu dever, como funcionario publico que sou, trazer oficialmente á **V. Exc.^a** o facto que em seguida relato e que ja tive occasião de referir-lhe pessoalmente. (07/12/1903)
- (6) Não solicitei de **V. Ex.^{cia}** a necessaria auctorisação para esse serviço, não só porque tratava-se de serviço de natureza urgente, como também porque, quando reconheci a sua necessidade já não dispunha de tempo para solicital-a pelo que espero que **V. Ex.^{cia}** approval-a-ha, ordenando o seu respectivo pagamento. (05/12/1904)
- (7) [...] tenho a honra de propor a **V. Ex.^{cia}** para regel-a interinamente o lente cathedratico de Physica e Chimica [...] (09/04/1906)

O quadro abaixo traz a distribuição dos usos de “vós” e “V. Ex.^a” ao longo dos anos:

Quadro 3 – Ofícios do Ginásio de Campinas: tratamento ao interlocutor (1896-1910)

	<i>vós</i>	<i>V. Ex.^a</i>
1896	X	
1897	X	
1898	X	
1899	X	
1900	X	
1901	X	X
1902		X
1903		X
1904		X
1905		X
1906		X
1907		X
1908		X
1909		X
1910		X

Os resultados mostram que, de 1896 a 1900, o tratamento por “vós” foi predominante nos ofícios. O ano de 1901 situa o momento em que “vós” passa a coexistir com a forma de tratamento “V. Ex.^a”. E esta se torna a opção prevalecente de 1902 a 1910.

Comparando as informações dos quadros 1, 2 e 3, tem-se cronologicamente que:

- (i) entre 1896 e 1900, são simultâneos: a saudação inicial “Cidadão”, a fórmula de identificação final do destinatário “Ao Illustre Cidadão”, e o tratamento por “vós”;
- (ii) em 1901, o tratamento por “vós” coexiste com o tratamento por “V. Ex.^a”;
- (iii) entre 1901 e 1903, a saudação “Cidadão” coexiste com a identificação final “Ao Exm. Snr.”;
- (iv) em 1903, a saudação “Cidadão” coexiste com a saudação “Exm. Snr.”;
- (v) de 1902 a 1910, a forma de tratamento “V. Ex.^a” é a opção predominante;
- (vi) de 1904 a 1910, são simultâneos: a saudação inicial “Exm. Sr.”, a fórmula de identificação final do interlocutor (“Ao Exm. Snr.”), e o tratamento por “V. Ex.^a”.

Aplicando essas constatações a uma linha do tempo, temos:

Quadro 4 – saudação x identificação do interlocutor x forma de tratamento (1896-1910)

	1896 a 1900	1901 1902 1903	1904 a 1910
saudação inicial	“Cidadão”	“Cidadão” “Exm. Snr”	“Exm. Snr”
identificação do interlocutor	“Ao Illustre Cidadão”	“Ao Exm. Snr.”	“Ao Exm. Snr.”
forma de tratamento	vós	vós V. Ex. ^a . V. Ex. ^a . V. Ex. ^a .	V. Ex. ^a .

Observando os itens ordenados cronologicamente, nota-se uma periodização das fórmulas e formas, havendo um extremo, 1896 a 1900, marcado por itens que pressupõem uma relação simétrica e recíproca entre os interlocutores (“Cidadão” e “vós”), embora já seja constatada a ideia de assimetria na identificação do interlocutor (“Ao Illustre Cidadão”), na qual o qualificativo tem verniz distintivo; uma fase de transição, 1901 a 1903, em que as formas mais “igualitárias” coexistem com outras formas mais “hierárquicas” (“Ex. Snr.” e “V. Ex.^a”), já se efetuando a mudança na forma de identificação distintiva do interlocutor (“Ao Exm. Snr.”), que não mais remete a “Cidadão”, mas destaca a “excelência” do “Senhor”; e um

extremo, 1904 a 1910, no qual predominam as formas e fórmulas que salientam a “excelência” do interlocutor, ou seja, que parecem revelar uma relação assimétrica entre os interlocutores, pois eles ocupam níveis desiguais na hierarquia de postos.

Intrigada por essa questão, decidimos verificar, no conteúdo dos ofícios, se e como a palavra “Cidadão” (ou “cidadão”) era utilizada para fazer referência a uma terceira pessoa (professores e funcionários do Ginásio, pais de alunos, autoridades), precedendo seu nome e atuando como qualificativo, conforme sugerido pelo trabalho de Stella (2006).

O exame dos ofícios do Ginásio de Campinas revelou que, de 1896 a 1910, a palavra “cidadão”, na função de qualificativo, ocorreu apenas diante de nomes de funcionários no cargo de servente, conforme ilustram os seguintes casos:

- (8) [...] demiti, á pedido, o **cidadão** Antonio Ferreira de Godoy, no lugar de servente neste Gymnasio de Campinas, e em igual data nomeei para seu lugar o **cidadão** Nunes Gonçalves (21/12/1896)
- (9) [...] exonerado o servente Herculano José dos Santos, contractou o **cidadão** José Joaquim dos Santos (01/12/1902)
- (10) [...] servente o **cidadão** Cesar de Mattos em substituição ao **cidadão** Manoel Gonçalves (17/06/1903)

Em contrapartida, para fazer referência a demais funcionários do colégio, pais de alunos ou autoridades, os nomes geralmente vinham antecidos pelas abreviaturas “Snr.”, “Snr. Dr.”, “Dr.”; alguns exemplos:

- (11) [...] informações relativas ao exercicio do lente da cadeira de latim e noções de grego, **Doutor** Eduardo Gê Badaró [...] [lente] (14/12/1896)
- (12) **snr. dr.** Augusto Xavier Bueno de Andrade [Secretário] (11/01/1907)
- (13) **Snr.** João Mariano da Costa Lobo [contínuo] (07/12/1903)
- (14) [...] agressão soffrida pelo **Snr.** João von Atzingen, lente da 6ª. cadeira e secretario interino deste Gymnasio, [...] por parte do **Snr.** José Pedroso da Silva, pai do ex-aluno deste estabelecimento, João Pedroso da Silva. [lente / pai de aluno] (31/08/1906)

Portanto, a palavra “cidadão” tinha uso restrito para a identificação dos serventes, os funcionários alocados no nível hierárquico mais baixo entre os cargos do Ginásio de

Campinas (cf. Figura 1), e, conseqüentemente, aqueles que recebiam o menor salário⁵⁷. Era um uso restrito também à terceira pessoa (referente/ “ele”). Esse resultado justificaria a presença de marcas de *distinção* no tratamento à segunda pessoa, o interlocutor, que não se via e não era visto como um “mero cidadão”.

Ademais, num diálogo com o estudo de Stella (2006), nossos resultados evidenciam a estabilidade na constituição hierárquica do locutor (Diretor do Ginásio), que se colocava, no eixo do discurso, em posição de *subordinação* no tratamento ao interlocutor (Secretário do Interior), mas em posição de *mando* na referência aos serventes. De fato, os serventes eram os únicos funcionários designados e dispensados livremente pelo Diretor, ao passo que os demais, assim como ele próprio, eram nomeados pelo governo. Por esse fato, pode-se deduzir que o Diretor se considerasse em posição de *simetria* aos demais funcionários e, assim, fazia uso das formas respeitosas, porém recíprocas, “Snr.”, “Snr. Dr.”, “Dr.”, ao se referir a eles.

Nesse ponto, retomamos que a ideologia republicana transmitia a ideia democrática de que, sendo “todos iguais perante a lei” e não se admitindo privilégio de nascimento, foros de nobreza e ordens honoríficas (art. 72 da Constituição de 1891), o tratamento por “Cidadão” deveria ser adotado indistintamente (CARVALHO, 2008). Era a ideologia que embasava o regime da *res publica* (coisa pública), o “governo do povo pelo povo”. Dessa forma, o uso de “Cidadão” fazia transparecer a acepção *igualitária* de cidadania e, nos termos de Brown e Gilman (1960), a semântica da *solidariedade* – muito próxima, por sinal, de fraternidade (“fraternité”). E era evidente que os republicanos brasileiros se inspiravam na simbologia da Revolução Francesa para a manipulação do imaginário popular (CARVALHO, 2008).

Na França, a semântica do *poder* era dominante até o momento da Revolução, quando o “Comité du Salut Public” condenou o uso de “vous”, considerado um resquício feudal, e ordenou o uso do “tu”, recíproco e universal. No período revolucionário, a “fraternité” levou a que todo tratamento se fizesse de maneira mútua, solidária, entre os interlocutores, através do “tu” e do “Citoyen”: o “tutoyement” era o símbolo da igualdade entre os cidadãos (BRUNOT, 1953⁵⁸ apud BIDERMAN, 1972, p. 349). Todavia, o decreto oficial não conseguiu mudar os costumes arraigados nos franceses, e, posteriormente, a semântica da *solidariedade* recuou, de modo que as diferenças de poder que sempre existiram na sociedade voltaram a ser expressas pela língua – “vous” e “tu” continuaram lado a lado (BROWN; GILMAN, 1960; BIDERMAN, 1972).

⁵⁷ Segundo os vencimentos anuais descritos nos Regulamentos dos Ginásios de Estado.

⁵⁸ BRUNOT, Ferdinand. **La Pensée et la langue**. 3ème. ed. revue. Paris: Masson, 1953.

Situação semelhante parece ter ocorrido no Brasil, após alguns anos da República, uma vez que observamos a substituição da fórmula “Cidadão” e do tratamento por “vós”, que pressupõem simetria e reciprocidade – i.e., *solidariedade* –, pelas formas “Illustre Cidadão” e “*Excelentíssimo Senhor*” e o tratamento por “V. Ex.^a”, que acarretam um tipo de relação assimétrico entre interlocutores que pertencem a classes sociais ou a níveis hierárquicos diferentes – i.e., *poder*⁵⁹.

Era um retorno da forma “V. Ex.^a”, que tivera amplo emprego durante o Império (RUMEU, 2004), denotando polidez, reverência e distinção, inclusive no âmbito burocrático (URICOECHEA, 1978). Segundo Schwarcz (2001),

Entre os titulares brasileiros, outras hierarquias vingavam: todos eram nobres, apenas alguns eram “grandes do Império”. Esse privilégio, basicamente honorífico, era reconhecido a todos os duques, marqueses e condes, mas apenas aos viscondes e barões *com grandeza*. Era esse pequeno grupo de elite que, segundo o *Almanaque Laemmert*, ia à frente nos cortejos reais, ou acompanhava de perto Suas Altezas Imperiais e recebia o tratamento de “Excelência”. (p. 39, grifos da autora)

Pode-se inferir que, assim como ocorrera no século XVI, quando o tratamento por “Vossa Excelência”, originalmente destinado à corte portuguesa, se “espraiou” para a nobreza e a alta burguesia (CINTRA, 1986), aqui no Brasil o uso de “V. Ex.^a” também se estendeu dos nobres para a elite considerada de modo geral – no sentido de serem os que detinham dinheiro, poder, prestígio e posição de comando nas grandes instituições (WRIGHT MILLS, 1981).

Na já sedimentada República, o tratamento por “V. Ex.^a” é empregado não para indicar os nobres ou aqueles que iam “à frente nos cortejos reais”, mas é ressignificado para designar os que tinham “excelência”, isto é, aqueles que se distinguiam socialmente, os “estabelecidos” (ELIAS, 2000), distantes, portanto, dos “outsiders”, ou seja, dos “homens comuns”, da plebe, dos “cidadãos” (na acepção generalizante do termo) – o que demarca a persistência da cultura patrimonialista da elite. De fato, o desejo dos “estabelecidos” de se esquivarem do tratamento por “cidadão” é atestado em uma crônica do período: “que

⁵⁹ Mas que também caracterizam o tipo de relacionamento “entre iguais”, quando usados mutuamente por indivíduos que ocupam mesmo nível na escala social ou de trabalho, trazendo um outro grau de *solidariedade* (RUMEU, 2004).

tratamento dar a um homem respeitável que não é doutor nem honorário? Chamá-lo de cidadão é compará-lo a qualquer badameco”⁶⁰.

Conforme aponta Alonso (2002), o novo regime não ocasionou a subversão das estruturas de poder da sociedade, mas, pelo contrário, “suscitou uma rearticulação do próprio *establishment*, desembocando numa mudança muito mais moderada do que visavam os contestadores” (p. 325). Relacionando as mudanças nas formas da língua com as mudanças nas relações sociais (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997), a fase de transição que identificamos (1901 a 1903), em que as formas mais “igualitárias” coexistiram com outras formas mais “hierárquicas”, corresponde ao momento de consolidação da República, entre os governos civis de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906), quando há a ascensão de uma corrente conservadora na gestão política e econômica. A chamada “República dos Conselheiros” derivava, por um lado, da adesão dos monarquistas ao novo regime vitorioso e, por outro, da reversão dos republicanos militantes ao conservadorismo mais tacanho (SEVCENKO, 2003)⁶¹. Nesse sentido, a semântica do *poder* voltava a se sobrepor à semântica da *solidariedade*.

E, se o trabalho na burocracia moderna é marcado pela *impessoalidade* e por ser “vocação de *todos*” (CARVALHO, 2014b), o uso de “V. Ex.^a”, como também de “Exm. Snr.” e “Ilustre Cidadão”, imprime uma carga de *pessoalidade* às relações e salienta a “distinção de *alguns*”.

Ainda na esfera da burocracia, o “V. Ex.^a” estivera presente, durante todo o Império, nas correspondências oficiais através do encerramento “Deus guarde a V. Ex.^a”. Porém, nesse contexto, o tratamento cortês não sobreviveu ao novo regime, diante do surgimento de uma nova fórmula: “Saúde e Fraternidade”.

A proclamação da República instaurou um estado laico e positivo; logo, não fazia sentido manter uma fórmula de verniz católico. Além disso, tal como o tratamento por “cidadão”, o “Saúde e Fraternidade” havia sido tomado de empréstimo da simbologia da Revolução Francesa para a construção do imaginário social republicano no Brasil.

Carvalho (2008) salienta ter havido uma polêmica semântica em torno da saudação: “Os críticos do positivismo ortodoxo arguíam que era tradução malfeita do francês *Salut et Fraternité*. O correto, segundo eles, seria dizer ‘Saudação e Fraternidade’” (p. 143). Por sua

⁶⁰ **Jornal do Comércio**, 25/11/1900 (apud SEVCENKO, 2003, p. 57). A palavra “badameco” tem o sentido pejorativo de indicar “sujeito sem importância; João-ninguém; pessoa sem préstimo” (HOUAISS, 2001, p. 374).

⁶¹ Bosi (2014, p. 304) recorre a uma metáfora sagaz ao comentar sobre o período: “O velho conservadorismo saquarema não morreu de todo: foi absorvido, como o açúcar no café, pela rotina dos partidos republicanos estaduais durante a República Velha”.

vez, Stella (2006, 2012) vai além da questão tradutológica e interpreta que a escolha pelo termo “Saúde” refletiria a grande preocupação nacional com os problemas de saúde pública no período, envolvendo questões de higiene, saneamento e combate a doenças. Essa chave de leitura é bastante apropriada para o contexto de Campinas, no período posterior às epidemias de febre amarela que devastaram o município, na virada do século XIX ao XX, e momento também de implantação do Ginásio na cidade⁶².

Por outro lado, Stella (2012) relaciona o uso da palavra “saúde” nos ofícios redigidos pelas escolas republicanas com o ambiente ideológico de sua produção, concluindo que “dizer saúde, nesse contexto, é dizer que o órgão de instrução pública funciona perfeitamente em relação aos outros órgãos públicos, constituindo o todo necessário à sobrevivência da República” (p. 189), e, pode-se acrescentar, que o projeto de reforma da instrução pública paulista se concretizava eficazmente, i.e., de maneira “salutar” – seguindo a “prescrição” do médico Cesário Motta Júnior, mencionada na introdução deste capítulo.

Nos ofícios enviados pelo Ginásio de Campinas à Secretaria de Estado de Negócios do Interior, a fórmula de encerramento “Saúde e Fraternidade” tem emprego quase categórico, pois há uma ocorrência de “Que Deus guarde a V.Ex.”, em ofício redigido pelo Diretor Interino Ernesto Luiz d’Oliveira, em 21/09/1906. Embora seja um caso único, é interessante que tal dado tenha sido produzido no mesmo período em que o tratamento distintivo predominava nos ofícios, podendo ser mais um “índice” (GINZBURG, 1989) da reativação do conservadorismo político.

A ocorrência da antiga fórmula ainda revela que, embora a organização racional burocrática pretendida pelo Estado se pautasse em princípios de regularidade, ordem e precisão, que garantiriam o funcionamento eficiente e *estável* das instituições e órgãos, notam-se, através dos ofícios, indícios de *instabilidade*, que se relacionam a aspectos estruturais da sociedade (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997; STELLA, 2006).

Como veremos na próxima seção, essa “instabilidade” se fazia presente também no funcionamento da Secretaria de Estado de Negócios do Interior, órgão destinatário dos ofícios.

⁶² Cf. Capítulo 1 desta Tese.

3. Da (des)ordem à ordem: rotina, hierarquia e comando na Secretaria de Estado dos Negócios do Interior

O exame dos ofícios recebidos e arquivados pela Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, no período de 1896 a 1910, também revela indícios de como era a rotina na Segunda Subdiretoria e de como se distribuía os serviços pelas seções e cargos.

Com a legislação de 1896/1898, a Secretaria de Estado de Negócios do Interior passou a controlar todo o expediente burocrático do ensino público paulista: nomeação de professores e funcionários, prestação de contas, informação sobre assiduidade de professores e alunos, pedidos de materiais e subvenções, entre outras ações.

Vimos, anteriormente, que as razões que levaram à supressão da Secretaria Geral da Instrução Pública decorriam, por um lado, de causas objetivas e *impessoais*, ligadas à agilidade conseguida nos processos tramitados com a eliminação de uma instância, e, por outro, de causas subjetivas, *pessoais*, uma vez que o Diretor Geral Arthur César Guimarães, que estivera no cargo desde 1885, era monarquista. Polêmica à parte, a extinção da Secretaria Geral da Instrução Pública significou, de fato, sobrecarga de serviços para a Segunda Subdiretoria da Secretaria de Negócios do Interior, pois esta não se encontrava pronta para assumir uma gama maior de responsabilidades além daquelas com que já se defrontava. Tal situação está nitidamente descrita no relatório enviado pelo Subdiretor Thomaz Paulo do Bom Sucesso Galhardo ao seu superior, Secretário de Negócios do Interior, o “Exmo. Sr. Dr.” Álvaro de Toledo, em 1897:

Para o Relatório que tem [de] ser apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Presidente do Estado coligi os apontamentos juntos, que tenho a honra de passar às vossas mãos, os quais dão minuciosa conta do movimento dos serviços afetos a esta Sub-Diretoria durante o ano findo.

Com a reforma determinada pela Lei n. 430, de 1º de agosto do ano passado, ficou esta Subdiretoria com todos os serviços relativos à instrução primária, secundária e superior, Museus, Bibliotecas, Associações Literárias e Seminários de Educandas.

Associando-se a isto todos os serviços do Conselho Superior, que, por si só, ocupariam a atividade de uma Seção e o penosíssimo trabalho do Almoxarifado da Instrução, que deveria achar-se completamente separado dos serviços da Secretaria, pois não é próprio que empregados de carteira, ocupados, hora por hora, em dar conta do enorme expediente que diária e ininterruptamente dá entrada na Subdiretoria, o que pode ser verificado pela simples inspeção dos protocolos, ainda possam ocupar-se da aquisição e expedição de móveis, livros e objetos escolares para os Estabelecimentos de ensino do Estado, ver-se-á que, só com um esforço supremo, puderam os quinze empregados que constituem esta Subdiretoria,

peçoal ainda desfalcado pelas licenças, faltas, comissões e férias, trazer em dia o expediente das Seções.

A extinta Repartição da Instrução Pública [...] apenas tratava da inspeção do ensino primário, com ingerência muitíssimo diminuta, quase nula, no ensino secundário e a atual Sub-Diretoria tem a seu cargo o ensino primário, serviço técnico e administrativo, ministrado por 1.013 escolas providas, além dos assentamentos relativos a 1.233 escolas vagas, 72 Cursos Noturnos, grande número de Grupos Escolares, com o seu pessoal administrativo e docente, 5 Escolas Modelo, 4 Escolas Complementares, Escolas Normais, Jardim de Infância, Ginásios, Escola Politécnica, Museu, Seminário de Educandas, Bibliotecas e Associações Literárias.

[...]

(apud TAVARES, 2004, p. 95-97)

Em conformidade com o decreto n. 382/1896, ao Subdiretor cabia a obrigação de “prestar ao Secretário todos os esclarecimentos necessários ao bom andamento dos serviços”. Logo, nesse relatório, o Subdiretor Thomaz Galhardo retrata em detalhes a rotina de trabalho de sua repartição um ano após a reforma da Secretaria do Interior. A Segunda Subdiretoria é caracterizada pela aglutinação de serviços de ordens diversas:

todos os serviços relativos à instrução primária, secundária e superior, Museus, Bibliotecas, Associações Literárias e Seminários de Educandas

+

todos os serviços do Conselho Superior

+

o (penosíssimo) trabalho do Almoxarifado da Instrução

que deveriam ser realizados por um reduzido número de funcionários: “os quinze empregados que constituem esta Subdiretoria, pessoal ainda desfalcado pelas licenças, faltas, comissões e férias”. Nessa matemática, o excesso de serviços para servidores escassos resultava em trabalho ininterrupto (que deveria estar sempre em dia), extensão nas horas do expediente diário e condução desordenada das tarefas, o que revertia negativamente na qualidade do trabalho apresentado – irregular e imperfeito –, ou seja, fora dos padrões idealizados pela burocracia moderna (WEBER, 1982).

Em suma, é essa a matéria do texto de Galhardo. No entanto, mais do que um relatório objetivo, impessoal e esmiuçado dos fatos, o Subdiretor redige uma espécie de desabafo, expressando críticas e insatisfação diante das mudanças ocorridas na sua repartição com a reforma dos órgãos administrativos da instrução pública paulista. Pautando-se em artifícios da retórica, a descrição do dia a dia de trabalho na Segunda Subdiretoria é construída de modo a

informar, convencer e comover o interlocutor, o Secretário do Interior, além de servir para (re)afirmar o *ethos* de Galhardo na instituição.

As críticas de Galhardo são carregadas de adjetivação, que caracteriza de modo subjetivo os elementos descritos pelo locutor e aumenta a expressividade dos enunciados. Por meio dessa caracterização dos serviços na Segunda Subdiretoria, seu relato é marcado por um ponto de vista subjetivo sobre os fatos. Contudo, há trechos em que a descrição é essencialmente objetiva, com foco na precisão dos dados e números, o que torna a veracidade dos fatos inquestionável: “a atual Sub-Diretoria tem a seu cargo o ensino primário, serviço técnico e administrativo, ministrado por *1.013 escolas providas*, além dos assentamentos relativos a *1.233 escolas vagas*, *72 Cursos Noturnos*, *grande número de Grupos Escolares*, [...], *5 Escolas Modelo*, *4 Escolas Complementares* [...]” (grifos meus). De fato, esses números elevados e precisos dão mostra da amplitude da reforma educacional efetuada pelo governo de São Paulo na década de 1890.

A oscilação dos pontos de vista subjetivo, *pessoal*, e objetivo, *impessoal*, é igualmente observada em outros trechos do relatório, quando o Subdiretor aborda o seu próprio trabalho na instituição, havendo variação entre a auto-referência através da primeira pessoa (*eu*) e da terceira pessoa (*o Segundo Subdiretor*):

Além disso, não dispõe o Segundo Subdiretor de tempo algum para estudar as múltiplas e difíceis questões que se agitam quotidianamente em relação ao ensino, sobre interpretação de Leis e Regulamentos, de modo a poder emitir conscienciosamente seus pareceres e dar suas informações perfeitamente baseadas, pois que tem de atender às inúmeras consultas que lhe são feitas todos os dias, na Repartição e em sua residência particular, por inspetores, professores e demais empregados da instrução, além das informações urgentes que, extra-expediente, tem de prestar ao Gabinete ou à Diretoria, a cujos chamados deve também atender, embora como interrupção de qualquer serviço importante que esteja a elaborar. (grifos meus)

Aqui a enunciação é sui-referencial, isto é, a fala do locutor se dobra sobre si mesma (BRANDÃO, 1994): Galhardo fala de si não como um *eu* explícito, mas como *ele*, um referente, criando, com isso, uma ilusão de objetividade. Esse distanciamento tem o efeito de abrandar a *mea-culpa* que o Subdiretor faz, pois, no trecho, ele justifica que, devido à sobrecarga de atribuições (cumpridas na repartição e em sua casa) e à consequente falta de tempo, não haveria como “estudar as múltiplas e difíceis questões que se agitam quotidianamente em relação ao ensino, sobre interpretação de Leis e Regulamentos” para “emitir conscienciosamente seus pareceres e dar suas informações perfeitamente baseadas”.

Em outras palavras, a *mea-culpa* sobre tais defeitos de conduta profissional recai sobre o cargo (Segundo Subdiretor) e não sobre a *pessoa* que o ocupa (Thomaz Galhardo).

Com efeito, entre as atribuições do Subdiretor (decreto n. 382/1896), havia tanto a obrigação de fornecer relatórios periódicos ao Diretor e ao Secretário do Interior quanto o dever de zelar pelo “bom andamento” dos trabalhos na repartição, em termos de ordem e disciplina rígidas: “distribuir os serviços pelas seções; fiscalizar a execução dos trabalhos; guiar, aconselhar e instruir os empregados na execução de suas tarefas; manter a ordem e o silêncio na repartição, evitando que os empregados tratassem de matéria estranha ao serviço durante as horas de expediente”. Além disso, não bastassem tantos afazeres, o Subdiretor deveria “tomar para si os trabalhos que julgasse conveniente, tendo em vista a natureza e a importância dos mesmos”, o que significa que o serviço se tornava uma questão *pessoal*, não mais *impessoal*, como pressupõe a atividade burocrática, sobretudo porque eram trabalhos considerados importantes e o Subdiretor ocupava posição de mando na hierarquia da instituição.

Diante disso, Galhardo assume um discurso pessoal (*eu*) no relatório quando destaca seus anos de trabalho em órgãos da instrução pública paulista e de dedicação extrema à regularidade e à excelência dos serviços:

Falo com experiência de 25 anos de serviços prestados à instrução pública do Estado; falo com a experiência do mais antigo dos empregados atuais da Secretaria do Interior e, usando dessa franqueza de paulista, eu que, em breve, alquebrado como estou, mais pela dedicação ao serviço público, em que rapidamente encaneci, do que pelos anos de existência, solicitarei o favor da Lei para os servidores inválidos, outra intenção não tenho senão prestar os meus melhores anos de vida, e talvez o último serviço que lhe possa fazer: o de tornar a Repartição central do ensino capaz de um trabalho regular e perfeito.

A repetição “*Falo com experiência de 25 anos de serviços prestados à instrução pública do Estado; falo com a experiência do mais antigo dos empregados atuais da Secretaria do Interior*” é um recurso enfático que dá legitimidade ao relato de Galhardo e (re)afirma seu *ethos* de “funcionário fiel” da instituição, em exercício desde antes da proclamação da República e das reformas nas instâncias do governo paulista, que culminaram com a criação de sua atual repartição, a Segunda Subdiretoria⁶³. Portanto, é a *pessoa* (Thomaz Galhardo) e

⁶³ De fato, Thomaz Galhardo teve uma intensa carreira profissional ligada à instrução pública paulista: foi aluno da primeira turma da Escola Normal de São Paulo, exerceu o magistério, participou de comissões examinadoras, representou o professorado no Congresso Pedagógico do Rio de Janeiro, foi Secretário Geral da Instrução Pública, e, a pedido do Secretário do Interior em 1892, Cesário Motta Júnior, organizou as secretarias do Ginásio

não o *cargo* (Segundo Subdiretor) que ganha corpo no excerto. Com isso, o interlocutor (Secretário do Interior) fica em contato com a “voz da experiência / autoridade”, com opiniões abalizadas de um locutor cuja imagem (*ethos*) é de alguém que realmente entende do serviço e merece confiança e reconhecimento. No âmbito do *poder* e da *solidariedade* (BROWN; GILMAN, 1960), pode-se inferir que a experiência e a “excelência” de Galhardo o colocavam em relação de *simetria* com o interlocutor, embora este ocupasse um cargo superior hierarquicamente ao seu.

Para comover e convencer, são evocadas estratégias clássicas da retórica, como as tópicos da autoridade, da realização, do reconhecimento e da sinceridade – esta sobretudo quando Galhardo afirma estar “usando dessa franqueza de paulista”, o que o faz captar a estima do leitor pela transmissão do *ethos* de “paulista legítimo” e, por tabela, do *ethos* do paulista como “homem leal” e “alguém que não tem desejo de enganar”, uma imagem arraigada culturalmente desde os tempos dos bandeirantes⁶⁴.

O cenário idealizado por Thomaz Galhardo, no qual a repartição conduziria “um trabalho regular e perfeito”, se contrapõe à realidade do local, descrita em outro parágrafo: “Nessas condições, o serviço é feito todo atropeladamente, na plena e absoluta impossibilidade de imprimir-lhe direção, ordem e método, condições imprescindíveis da sua regularidade”. Ou seja, a sobrecarga de serviços na Segunda Subdiretoria fazia com que a imagem real, empírica, desse órgão burocrático – revelando *desordem* e *irregularidade* – também ficasse distante da imagem ideal almejada pelos republicanos paulistas para a burocracia estadual – de *ordem* e *regularidade* – na empreitada de racionalização de sua estrutura administrativa, na década de 1890. E, ironicamente, tal desordem na Segunda Subdiretoria (órgão republicano) só existia porque a atual configuração do setor resultava da extinção da Secretaria Geral da Instrução Pública (considerada um órgão “monarquista”) e da consequente reestruturação da Secretaria de Negócios do Interior.

Ademais, no trecho em que Galhardo revela que “o serviço é feito todo atropeladamente, na plena e absoluta impossibilidade de imprimir-lhe direção, ordem e método”, o uso de construções sem agente explícito – i.e., a passiva analítica “o serviço é

de Estado da Capital e da Escola Politécnica. Nos anos de 1880, publicou a **Cartilha da infância: ensino de leitura**, baseada no método da silabação, e ganhou reconhecimento, pois a obra teve sucessivas edições e foi considerada a cartilha que alfabetizou o maior número de brasileiros em sua época (SANTOS, 2007). Por sua dedicação à causa educacional, Galhardo recebeu o título de Comendador pelo Imperador D. Pedro II (MARCÍLIO, 2014).

⁶⁴ A “linguagem franca” dos paulistas, no sentido de ser direta, clara e sem ornamentos, era tida como uma tradição que remontava ao falar “rústico” dos bandeirantes e se associava também à cultura “caipira”. Esse traço identitário dos habitantes de São Paulo era salientado, por exemplo, em cartas enviadas por leitores a jornais paulistas no século XIX (cf. OLIVEIRA; KEWITZ, 2009).

feito” e o infinitivo impessoal “impossibilidade de Ø *imprimir-lhe*” – indica que tais ações poderiam ser assim executadas tanto pelo Subdiretor, dado como antecedente no discurso, quanto pelos demais funcionários da repartição, que compartilhavam da excessiva carga de serviço atribuída ao local – e do tempo restrito para executá-la. Logo, nota-se um vínculo estreito entre as características do espaço e das relações sociais com sua manifestação pela língua.

A materialidade dos ofícios encaminhados à Segunda Subdiretoria, com seus carimbos e anotações feitas por diversas mãos, poderá revelar indícios (GINZBURG, 1989) de como se davam a interação verbal, a rotina e a tramitação dos serviços pelas seções e cargos da repartição pública, confirmando ou contrariando o testemunho de Galhardo.

3. 1 Recebendo ofícios e tomando “*sciencia*” dos fatos

A Segunda Subdiretoria era composta por três seções⁶⁵ e pela seguinte hierarquia de postos: Subdiretor, Chefe de Seção, Primeiro Oficial, Segundo Oficial, Amanuense; além de Porteiro, Contínuo e Servente. Acima do Subdiretor, encontravam-se o Diretor Geral⁶⁶ e o Secretário de Estado de Negócios do Interior.

Abaixo estão exemplos de ofícios do Ginásio de Campinas, seguidos dos pareceres escritos no verso da folha por funcionários da Secretaria do Interior. Em cada lado da folha, destacam-se as marcações de carimbos e o conteúdo de anotações feitas por outras mãos.

Ofício 3⁶⁷:

Directoria do Gymnasio de Campinas

Campinas 10 de outubro de 1896

Illustrre cidadão

Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que, de conformidade com o artº. 24 §16 do Dect. nº. 23 de 22 de Maio de 1895, nomeei para o lugar de

⁶⁵ Pela legislação de 1896 não ficaram definidas as atribuições de cada seção que compunha as subdiretórias (PAULO, 2007).

⁶⁶ O cargo de Diretor Geral existe até setembro de 1901, quando a Secretaria sofre por uma nova estruturação e passa a agrupar também a pasta da Justiça e do Serviço Eleitoral. O posto é, então, dividido em Diretor do Interior, que comandaria as duas Subdiretórias e respectivas seções que vimos estudando, e Diretor da Justiça, responsável por uma Subdiretoria e três seções.

⁶⁷ APESP, caixa CO6966.

servente deste Gymnasio o cidadão Antonio Ferreira de Godoy, o qual se acha desde esta data em exercicio.

Para este meu acto solicito vossa approvação e as necessarias providencias no sentido de ser solicitada a verba para o respectivo salario, de accordo com a tabela de vencimentos annexa ao referido decreto.

Saude e fraternidade

Ao Illustre cidadão Dr. Antonio Dino da Costa Bueno, M. D. Secretario de Estado dos Negocios do Interior.

*O Director
Mario Bulcão*

1. Anotações na margem esquerda⁶⁸:

a) Anotação a lápis:

Á 2ª Subd.

13-10-96

A. Dino [rubrica]

b) Anotação à tinta:

Off.: Fazenda – 15-10-96

c) Anotação à tinta:

[Ap.] 348 Por acto de 25-11-96

2. Carimbos⁶⁹:

a) Arquivo do Estado S. Paulo

b) 2ª. Sub-Diretoria | Á 1ª. Secção

c) Secretaria do Interior | 14 Out. 96 | Á 2 Sub-Diretoria | São Paulo

Verso da folha

2ª. Subdiretoria

1ª. Secção

N. 63

O art. 25 §16 do Reg. de 22 de Maio de 1895 dá ao director do Gymnasio a attribuição de admitir e despedir serventes, parecendo por isso estar no caso de ser approvado o acto do officiente nomeando o cidadão Antonio Ferreira de Godoy para aquelle cargo.

Conforme a tebella annexa áquelle Reg., compete ao nomeado o vencimento de 1:200\$000 por anno.

Secretaria [x], 14 de Outubro de 1896.

O 1º. official, servindo de chefe de secção,

J.A. Toledo [rubrica]

1. Anotações abaixo do parecer:

⁶⁸ Cada item das anotações se refere a uma “mão” distinta. Entre colchetes e em itálico estão palavras ou trechos de difícil leitura nos documentos.

⁶⁹ Os carimbos estão elencados na ordem em que aparecem nas folhas, não na ordem cronológica.

a) Anotação à tinta:

De accordo

Servindo de Sub-Director

J.B. Alvarenga [rubrica]

b) Anotação à tinta:

Visto. O Director, A. Toledo [rubrica]

2. Anotação no canto superior esquerdo:

[Interior.]

[Comm.]

14-10-96

3. Carimbos:

d) Secretaria do Interior | 15 Out. 96 | Á 2 Sub-Diretoria | São Paulo

e) 2ª. Sub-Diretoria | Á 1ª. Secção

Pela observação dos textos, anotações e carimbos, é possível propor a cronologia da circulação do documento na Secretaria do Interior: (i) em 10 de outubro de 1896, o diretor do Ginásio de Campinas, Mário Bulcão, envia o ofício solicitando ao Secretário do Interior, Antonio Dino da Costa Bueno, que aprove a nomeação e o pagamento do salário do novo servente do colégio, Antonio Ferreira de Godoy; (ii) em 13 de outubro, o Secretário recebe o ofício e o encaminha à Segunda Subdiretoria (“Á 2ª Subd”), assinando a anotação com sua rubrica “A. Dino”; (iii) em 14 de outubro, o ofício é dirigido à Segunda Subdiretoria e à Primeira Seção (carimbos “c” e “b”) e é redigido o parecer (verso do ofício) por funcionários da Segunda Subdiretoria, com a aprovação das solicitações do Diretor do Ginásio; (iv) em 15 de outubro, o ofício é encaminhado à Secretaria da Fazenda (“Off.: Fazenda”), que concluiria os trâmites para o pagamento do salário do novo servente. Logo, vê-se que a tramitação do serviço se dava com celeridade, como propõe a burocracia moderna (WEBER, 1982).

A materialidade do documento também revela indícios sobre o expediente da Segunda Subdiretoria, em termos da hierarquia de postos e atribuições. A resposta ao ofício do Diretor do Ginásio, com o parecer da 1ª. Seção, é redigida pelo Primeiro Oficial, João Aureliano de Toledo, “*servindo de chefe da secção*”, ou seja, executando um trabalho que caberia a seu superior. De fato, o Primeiro Oficial deveria “auxiliar o Chefe na direção geral da seção; elaborar pareceres e qualquer outro trabalho de redação solicitado pelo Chefe” (decreto n. 382/1896). Porém, retomando o cenário descrito no relatório do Segundo Subdiretor Thomaz Galhardo, de que a repartição comportava um volume excessivo de serviços, é possível inferir que o Primeiro Oficial realizasse tarefas no lugar do Chefe da Seção porque este também tinha de cumprir diversas responsabilidades de cunho disciplinar no local, as quais deveriam

consumir seu tempo: “controlar, dirigir, fiscalizar e promover os trabalhos da seção; observar a disciplina dos empregados, a execução correta da escrituração e o fluxo dos papéis, trazendo os serviços da seção sempre em dia; aplicar ou propor a aplicação de penas a seus subordinados” (decreto n. 382/1896). Ainda por base no relatório de Galhardo, outra hipótese para que um funcionário assumisse o posto de outro seria devido à ausência deste no expediente, pois a repartição, que já tinha empregados em número insuficiente, vivia com pessoal “desfalcado pelas licenças, faltas, comissões e férias”.

Abaixo da resposta do Primeiro Oficial, encontram-se declarações escritas por seus superiores que certificam o parecer e validam a decisão tomada por ele: o “De acordo”, de João Batista de Alvarenga, “*Servindo de Sub-Diretor*”⁷⁰, e o “Visto” do Diretor Álvaro Toledo. Característica dos textos burocráticos, a presença desse tipo de anotações evidencia que o documento foi examinado e aprovado por diversos sujeitos, alocados em graus hierárquicos distintos na instituição, até que se expedisse o despacho final.

Situação semelhante é verificada no ofício a seguir⁷¹:

Ofício 4⁷²:

Directoria do Gymnasio de Campinas

21 de Dezembro de 1896

Nº. 20

Cidadão

Tenho a honra de levar a vosso conhecimento que em data de 20 do corrente mez de Dezembro demitti, á pedido, o cidadão Antonio Ferreira de Godoy do lugar de servente deste Gymnasio de Campinas e em igual data nomeei para seu lugar o cidadão Nunes Gonçalves o qual tomou posse e entrou em exercicio na mesma data supra.

Estes meus actos forão praticados de accordo com o §16 do art. 25 do Regulamento dos Gymnasios – Dect. n. 293 de 22 de Maio de 1895; para elles vos solicito a necessaria approvação e providencias.

Saude e fraternidade

Ao Illustre Cidadão Doutor Antonio Dino da Costa Bueno M. D. Secretario de Estado dos Negocios do Interior

*O Director
Mario Bulcão*

⁷⁰ Alvarenga era, provavelmente, o Chefe da Seção e, por ter posto imediatamente abaixo do Subdiretor na hierarquia da Secretaria, assumia as funções deste quando necessário.

⁷¹ Como o foco aqui é o comando final do Secretário do Interior, não reproduzimos o conteúdo de pareceres e carimbos presentes nesse ofício.

⁷² APESP, caixa CO6966.

1. Anotações na margem superior esquerda:

a) Anotação a lápis:

Sciente –

Tome-se nota –

Communique-se –

Responda-se –

22-12-96

A. Dino [rubrica]

b) Anotação à tinta:

Respondido

em 24-12-96

No ofício de 21 de dezembro de 1896, o Diretor do Ginásio, Mario Bulcão, comunica a demissão do servente Antonio Ferreira de Godoy e a nomeação de Nunes Gonçalves para seu cargo, solicitando aprovação e providências do Secretário dos Negócios do Interior, Antonio Dino. Um dia depois (22/12), o Secretário lê o documento e redige suas anotações na página, que iniciam com a palavra “Sciente”. Esta funciona como se fosse uma rubrica (ou carimbo) comprovando que o leitor/ Secretário tomara conhecimento do conteúdo do ofício. Com efeito, uma das atribuições do Secretário do Interior era “tomar conhecimento e decidir dos recursos que lhe forem interpostos” (decreto n. 518/1898), e, por isso, muitas correspondências a ele endereçadas iniciam com as fórmulas “Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento” e “Tenho a honra de comunicar-vos”.

Mas, no caso em análise, além de se mostrar ciente, Antonio Dino também redige ordens a seus subordinados relacionadas ao assunto do documento: “Tome-se nota | Communique-se | Responda-se”, sendo que o último comando tem sua garantia de execução atestada no dia seguinte, com a nota “Respondido | em 24-12-96”. Tais ações referem-se ao pedido do remetente do ofício, o Diretor do Ginásio de Campinas: “vos solicito a necessaria aprovação e providencias”. Apesar de essa solicitação partir de um locutor específico (*pessoa*), Mario Bulcão (o Diretor), e se dirigir a um interlocutor igualmente específico (*pessoa*), Antonio Dino (o Secretário), as construções imperativas revelam que o Secretário, de fato, delega a incumbência da aprovação do ato e da resposta ao documento a outro(s) funcionário(s), ao invés de ele mesmo as realizar.

Em comum, no “desfecho” dos fatos reportados pelos ofícios 3 e 4 e por suas respectivas notas, há dois pontos interessantes a observar:

(i) os comandos do Secretário do Interior são expressos por verbos no modo imperativo seguidos do pronome de terceira pessoa *se* (“Tome-*se* nota”, “Comunique-*se*”, “Responda-*se*”), em vez de ocorrerem formas típicas de imperativo, sem o pronome (i.e., “Tome nota”, “Comunique”, “Responda”)⁷³;

(ii) a inscrição “Respondido” não contém uma rubrica indicando o funcionário que executou a ação, diferentemente das anotações do tipo “Visto” e “De acordo”.

Com relação ao primeiro caso, o pronome *se* representa a terceira pessoa de valor indeterminado, pela razão de “nem implicar nem incluir necessariamente qualquer das três pessoas do discurso”⁷⁴ (ILARI et al. 1996, p. 108). Seu uso no contexto do imperativo parece estranho, uma vez que, nesse modo verbal, o locutor se dirige a um interlocutor que é, em geral, um indivíduo específico⁷⁵. Todavia, nos ofícios que circulavam pela Secretaria do Interior, as construções com *imperativo* + *se* são bastante frequentes e ocorrem com diferentes verbos, além dos levantados acima, tais como: “Archive-*se*”, “Officie-*se*”, “Approve-*se*”, “Requisite-*se*”, entre outros.

Logo, surgem-nos algumas perguntas:

- Diante de um comando do tipo “Responda-*se*” ou “Archive-*se*”, quem (qual funcionário) deveria executar a ação? Que fatores relacionados à rotina de trabalho na repartição levariam o Secretário a expressar seu comando dessa forma?

- E, para as réplicas “Respondido”, por que não haveria necessidade de rubricar as notas?

Baseando-se em um sistema com hierarquia de cargos e organizado na relação de *mando e subordinação*, característico da burocracia moderna (WEBER, 1982), onde também imperam as relações de caráter *impessoal*, o espaço social da Secretaria de Negócios do Interior se mostra um contexto ideal para investigarmos a expressão de atos de comando, isto é, das formas de imperativo no português, e a contribuição semântico-pragmática que o *se* traz a esses casos.

A expressão gramatical do imperativo tem sido objeto de diversos estudos sobre o

⁷³ Assumimos que essa estrutura com o *se* é imperativa, e, portanto, não propicia leitura reflexiva ou passiva, como pode parecer à primeira vista.

⁷⁴ Distinguindo-se, pois, da terceira pessoa determinada, expressa pelo pronome *ele(a)*.

⁷⁵ Conforme prescreve a Gramática Tradicional (GT), “Como no imperativo o indivíduo que fala se dirige a um interlocutor, só admite este modo as pessoas que indicam *aquele a quem se fala*, isto é: a) as 2^{as}. pessoas do singular e do plural; b) as 3^{as}. pessoas do singular e do plural, quando o sujeito é expresso por pronome de tratamento, como *você, o senhor, Vossa Senhoria* etc.; c) a 1^a. pessoa do plural [com valor inclusivo]” (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 490, grifos dos autores).

Português Brasileiro (PB), sobretudo no que concerne à variação entre as formas do chamado “imperativo verdadeiro” (o imperativo com morfologia e sintaxe próprias, e.g., “Canta, bebe”) e as do “imperativo supletivo” (derivado do subjuntivo, e.g., “Cante, beba”), nas perspectivas sincrônica e diacrônica e, mormente, com recorte diatópico (cf. SCHERRE, 2005; CARDOSO, 2006; SCHERRE et al., 2007, entre outros)⁷⁶.

No entanto, tais investigações não têm focado o tipo de expressão imperativa que identificamos nos ofícios da Secretaria do Interior – o imperativo seguido do pronome *se* –, que também é muito comum na escrita e na fala do PB: por exemplo, “Leia-*se*, veja-*se*, imagine-*se*”, “durma-*se* com um barulho desses!” –, fenômeno mencionado por Hawad (2002) ao tratar da voz passiva e da indeterminação do agente em português⁷⁷. Esse tipo de construção, a que denominamos *imperativo + se*, nos desperta interesse porque não é devidamente abordado nem por linguistas nem por gramáticos, embora seja frequente e se estruture através de uma aparente “mistura de pessoas do discurso”: um verbo que exprime uma ordem do locutor ao interlocutor, isto é, um comando da primeira à segunda pessoa, combinado com um pronome de terceira pessoa, o *se*:

$$\text{“Imperativo + se”} = \text{verbo (2ª. pessoa)} + \text{se (3ª. pessoa)}$$

Soma-se a isso o fato de que, na dimensão semântica, o *se* constitui a terceira pessoa de valor *indeterminado*.

Evidencia-se, pois, uma lacuna relevante tanto nos estudos sobre as formas imperativas, que não voltam atenção à presença desse *se* e suas implicações morfológicas e/ou semântico-pragmáticas na construção, quanto nas pesquisas que abordam as construções com *se* na história do PB, pois estas não têm elencado o imperativo como objeto de análise.

Na próxima seção, revisamos brevemente dois temas importantes para a compreensão do fenômeno: os atos de comando, i.e., atos ilocucionários diretivos, e o pronome *se*.

⁷⁶ Utilizamos os termos “imperativo verdadeiro” e “imperativo supletivo” com base na nomenclatura gerativa adotada por Cardoso (2006) e Scherre et. al. (2007). Esse contraste, porém, não é estranho à GT, que prescreve que o imperativo tem “formas próprias” somente para as segundas pessoas (*tu* e *vós*), enquanto que as demais pessoas (e também o imperativo negativo) são expressas pelas formas correspondentes do presente do subjuntivo (BECHARA, 2002; CUNHA; CINTRA, 2008), ou seja, por “formas supletivas”.

⁷⁷ Hawad (2002) conclui que o sujeito na construção com o clítico *se* corresponde a um participante ativo e, por essa razão, é possível a co-ocorrência de *se* com o imperativo (“imagine-se, tome-se, entenda-se”). A autora, porém, não aprofunda a reflexão sobre tais formas.

3.2 *Archive* ou *Archive-se*? Atos ilocucionários diretivos e o pronome *se*

Segundo Austin (1990[1962]), existe um tipo particular de enunciados que não consiste, ou não consiste apenas, em *dizer* algo, mas em *fazer* algo: são os enunciados *performativos*. Esse é o caso da promessa, do juramento, da aposta, do agradecimento, do pedido de desculpas, da ordem etc., em que não há possibilidade de realizar as ações senão as enunciando⁷⁸.

Por não descreverem estados de coisas – como o fazem os enunciados *constatativos* –, os performativos não estão sujeitos à verdade ou à falsidade, mas a “condições de felicidade”, que explicam seu sucesso ou fracasso. Logo, para que a ação correspondente a um performativo seja efetivamente realizada, é necessário não apenas que ele seja enunciado, mas também que as circunstâncias de enunciação sejam adequadas:

(i) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito e que inclua a enunciação de certas palavras, por certas pessoas, e em determinadas circunstâncias;

(ii) As pessoas e as circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado;

(iii) O procedimento tem de ser executado por todos os participantes de modo correto e completo;

(iv) Nos casos em que o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, aquele que participa do procedimento e o invoca deve ter, de fato, tais pensamentos e sentimentos, e os participantes devem realmente se conduzir de maneira adequada, adotando o comportamento implicado pelo ato de enunciação⁷⁹.

Havendo a transgressão de uma dessas regras, o performativo será malogrado⁸⁰.

⁷⁸ A promessa é o tipo de performativo que ocorre nas “fórmulas de compromisso” que apresentamos no item 2 deste capítulo.

⁷⁹ Adaptado de Austin (1990, p. 31).

⁸⁰ Seja porque as pessoas ou as circunstâncias não são convenientes para a realização do enunciado em questão (e.g., não se efetua um casamento se o irmão da noiva, e não o padre, disser “Declaro-vos marido e mulher”), seja pelo uso incorreto de uma fórmula (e.g., um batismo não ocorre se o padre disser “Eu te perdoo” no lugar de “Eu te batizo”), seja pelo não cumprimento do procedimento pelos participantes (e.g., em uma aposta, todos os envolvidos devem enunciar que aceitam participar do ato; do contrário, a aposta não tem sucesso), seja ainda pela insinceridade do sentimento ou intenção (e.g., se a pessoa diz “Prometo que virei amanhã” sem a intenção de vir, o performativo realiza-se verbalmente, mas não efetivamente).

Denominam-se performativos *explícitos* os enunciados com verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa (“Eu prometo que virei amanhã / Peço-lhe desculpas / Ordeno que você vá”), ao passo que enunciados que não contêm um verbo performativo nessa forma, como “Eu virei amanhã”, “Vá”, “Pode sair”, “Proibido fumar”, são chamados performativos *implícitos* (ou “primários”), pois expressam a mesma performatividade que os primeiros, mas de maneira subentendida. São também considerados mais primários porque transmitem certa “ambiguidade” ou “caráter vago”; por exemplo, no enunciado “Vá”, abstraído da circunstância de enunciação, parece incerto se o locutor está dando uma ordem ou aconselhando, incentivado seu interlocutor.

Austin discute mais profundamente a questão de que *dizer* algo é *fazer* algo ao desenvolver sua teoria dos atos de fala. Nela, propõe que, quando se diz alguma coisa, realizam-se três tipos de atos: o ato *locucionário*: o ato *de* dizer algo, que se dá enunciando os elementos linguísticos componentes de uma frase; o ato *ilocucionário*: o ato efetuado *ao* dizer algo – por exemplo, informar, ordenar, prevenir, avisar, comprometer-se etc.; e o ato *perlocucionário*: o ato efetuado *por* dizer algo – por exemplo, convencer, persuadir, impedir, surpreender, confundir etc. Austin ainda reconhece que todo enunciado é dotado da chamada *força ilocucionária*.

A proposta de Austin é sistematizada e aprofundada por Searle (2002[1979]), que distingue cinco categorias de atos ilocucionários: atos assertivos, atos diretivos, atos compromissivos, atos expressivos, e declarações⁸¹.

Os *atos ilocucionários diretivos* – categoria na qual se incluem as expressões imperativas – são tentativas do falante de levar o ouvinte a fazer uma ação futura. Podem ser “tentativas muito tímidas, como quando o convido a fazer algo ou sugiro que faça algo, ou podem ser tentativas muito veementes, como quando insisto em que faça algo” (SEARLE, 2002, p. 21) – variando, nesses casos, a força ilocucionária da emissão. Logo, o ato diretivo pode expressar não apenas uma ordem ou comando, mas também um pedido, uma súplica, uma sugestão, um conselho, um convite.

Em português, atos ilocucionários diretivos realizam-se a partir de:

- frases imperativas ou seus substitutos⁸²;

⁸¹ Conforme discutiremos mais à frente, Austin (1990) propõe, de maneira experimental, uma taxonomia dos verbos ilocucionários em cinco classes. Searle (2002) faz várias críticas a essa categorização, sobretudo porque ela se baseia nos *verbos* e não nos *atos* ilocucionários. Nesta seção, enfocaremos apenas os atos do tipo diretivo.

⁸² Os substitutos podem ser uma frase nominal (“Silêncio!”), com o infinitivo (“Não fumar”), o gerúndio (“Andando!”), ou frases interrogativas (“Poderia servir o jantar?”) (CARDOSO, 2006).

- verbos ilocucionários diretivos – por exemplo, “Eu exijo / mando / obrigo / proíbo / imploro / peço / espero / convido a” etc. (MATEUS et al., 1983)

Determinam a escolha de forma e conteúdo semântico do ato diretivo tanto a intenção comunicativa dos interlocutores quanto o tipo de controle exercido pelo locutor sobre o interlocutor, isto é, a relação social locutor-interlocutor (MATEUS et al., 1983). Nesse sentido, retomando o espaço social da Secretaria de Estado de Negócios do Interior, uma vez que a organização burocrática se embasa na hierarquia de postos e na relação de mando e subordinação, como também em procedimentos convencionalmente aceitos (AUSTIN, 1990), a posição ou o cargo ocupado pelo locutor na instituição pode acarretar diferenças na força ilocucionária da emissão (i.e., pedido, ordem etc.)⁸³.

Na representação linguística da relação locutor-interlocutor, esta pode ser de dois tipos (MATEUS et al., 1983, p. 378):

(i) relação em que o interlocutor é, no processo de interação, uma categoria específica e determinada (tu, vós, vocês), situação que permite a produção de frases simples de expressão de ordem com sujeitos nulos, e onde a flexão verbal exprime uma modalidade com referência ao interlocutor;

(ii) relação em que o interlocutor não é uma categoria específica e determinada, na situação de interação, o que implica a produção de frases simples de expressão de ordem com sujeitos plenos (“alguém”, “ninguém”), e a flexão verbal é regulada pela semântica do respectivo sujeito.

Esses dois tipos de relação são exemplificados pelas seguintes construções imperativas⁸⁴:

- (15) Come a sopa!
- (16) Come a sopa, Joana!
- (17) Joana, come a sopa!
- (18) Alguém (que) beba qualquer coisa!
- (19) Ninguém arreda pé!

⁸³ Referindo-se à hierarquia nas organizações militares, Searle (2002:08) dá o seguinte exemplo: “Se o general convida o soldado raso a limpar o quarto, trata-se, muito provavelmente, de um comando ou ordem. Se o soldado raso convida o general a limpar o quarto, é provável que se trate de uma sugestão, proposta ou pedido, mas não uma ordem ou comando”.

⁸⁴ Exemplos coletados de Mateus et. al. (1983, p. 378-383).

Nas frases com sujeito nulo (16) e (17), nota-se a presença de um vocativo, que funciona como uma âncora discursiva ou operador pragmático (SCHERRE et al., 2007) e serve de referente para o sujeito nulo. Já no caso (15), a ausência do vocativo não interfere na interpretação de que a ordem é dirigida a um indivíduo específico, situado na interação verbal.

Quanto aos exemplos (18) e (19), Mateus et al. (1983) definem que o recurso ao sujeito pleno representado pelos pronomes indefinidos “alguém” e “ninguém” seria a única maneira de expressar o fato de o interlocutor não ser “uma categoria específica e determinada”, isto é, de ele ter referência indeterminada. Embora o trabalho de Mateus et al. tenha sido realizado há mais de três décadas, a definição que limita o interlocutor indeterminado no imperativo aos sujeitos plenos “alguém” e “ninguém” não tem sido explorada nem questionada pela literatura nos últimos anos.

Isso nos intriga a refletir sobre a contribuição semântico-pragmática do *se* na expressão do imperativo em casos como os copiados abaixo, pois, tal como os pronomes indefinidos, o *se* deixa vaga a referência do agente verbal, que pode incluir genericamente qualquer das pessoas do discurso.

(20) Archive-*se*

(21) Responda-*se*

Ao descreverem o quadro pronominal do PB, Ilari et al. (1996) fazem distinções no interior da terceira pessoa – ou “não-pessoa”, nos termos de Benveniste (1995) –, subcategorizando-a na dimensão semântica. Assim, o pronome *ele* constitui a “não-pessoa determinada” e se opõe ao *se*, a “não-pessoa indeterminada”, já que este pode abranger, indistintamente, as três pessoas do discurso, denotando um “quem quer que seja” ou “seja quem for” (ILARI et al., 1996). Os autores dão como exemplo frases do tipo “Vive-*se* bem aqui”, “Falava-*se* muito sobre o alto custo de vida”.

O esquema abaixo, adaptado de Ilari et al. (1996), ilustra essa proposta de categorização das pessoas do discurso⁸⁵:

- *pessoa* - primeira: *eu*
 - segunda: *você / tu*
- *não-pessoa* - determinada: *ele*
 - indeterminada: *se*

⁸⁵ Esse esquema é eficaz para localizar o *se* entre os pronomes pessoais, mas, como os próprios autores esclarecem, esconde o fato de a referência indeterminada poder atingir também a primeira e a segunda pessoas, em enunciados de interpretação genérica com “nós”, “a gente” e “você”, por exemplo.

Construções com verbo na terceira pessoa do singular ligado ao pronome *se* configuram enunciados com alto grau de indeterminação – portanto, *impessoais* –, não encerrando qualquer marcação de pessoa, isto é, dispensando o falante da obrigatoriedade de decidir pela inclusão de alguma das pessoas do discurso (HAWAD, 2002). Desse modo, justifica-se o emprego do *se* em situações discursivas nas quais “aquele que exerce a ação” (o *agente*) não é ou não deve ser especificado, individuado. Isso se dá tanto em contextos mais genéricos, como nos exemplos de Ilari et al. (1996), quanto nos casos em que a ação verbal é executada por indivíduos (no sentido de “qualquer pessoa”) dentro de um universo referencial (e social) delimitado (COAN, 2011)⁸⁶.

Paralelamente à dimensão semântico-pragmática, as construções com *se* têm sido objeto de diversos estudos com viés morfossintático, em perspectivas sincrônicas e diacrônicas. A passagem do século XIX para o XX foi palco de grandes mudanças na sintaxe do Português Brasileiro (TARALLO, 1993) e um instante de grande efervescência no que diz respeito a dois tipos de construção com “o famigerado *se*” – seguindo a designação dada por Nunes (1990): de um lado, a construção que traz concordância entre o verbo e o argumento interno plural, e.g., “Vendem-se móveis”, e, de outro, aquela em que não há concordância, e.g., “Vende-se móveis”.

Como é de se supor, os gramáticos de então prescreviam a concordância, pois, no seu entender, a conjugação é passiva e tem o mesmo sentido da estrutura analítica (cf. RIBEIRO, 1889; PEREIRA, 1907), por exemplo, “Afinam-se pianos (= pianos são afinados)”. Entretanto, no PB, a não concordância provocada pela leitura ativa da sentença ganhava peso, sendo vista como tendência e caracterizando o vernáculo (SAID ALI, 1908). Polêmicas à parte, independentemente de haver concordância ou não, o fato é que, em tais construções, o *se* designa um agente indeterminado⁸⁷, o que denota *impessoalidade*.

Além disso, outro fenômeno interessante é observado no período entresséculos: a inserção do pronome *se* junto a verbos infinitivos – e.g., “É impossível *se* estudar aqui” vs. “É impossível Ø estudar aqui” (cf. NUNES, 1990; GALVES, 2001; CAVALCANTE, 2006;

⁸⁶ Isso ocorre, por exemplo, quando lemos o enunciado “Aceita(m)-se encomendas”, em um anúncio de estabelecimento comercial, e entendemos que a ação de aceitar encomendas é realizada por qualquer pessoa que trabalhe naquela loja, não importando quem seja. Devido a essa delimitação de universo referencial, distinguimos esses casos daqueles que propiciam a leitura genérica.

⁸⁷ Essa questão é discutida em minha dissertação de Mestrado (COAN, 2011), na qual descrevo e analiso construções com *se* em anúncios publicitários de revistas paulistanas dos anos de 1890 a 1920, relacionando tais construções com o traço social de oscilação entre *pessoalidade* e *impessoalidade*.

COLSATO, 2007; DUARTE, 2008) –, para marcar a referência indeterminada e romper o elo referencial entre a categoria vazia e um antecedente dado no discurso⁸⁸.

Logo, partimos do pressuposto de que os casos de *imperativo + se* também façam parte do cenário linguístico de efervescência em que se encontram as construções com *se* no PB, na passagem do século XIX ao XX. O exame dos dados coletados nos textos burocráticos paulistas, como “Responda-se” e “Arquive-se”, poderá fornecer pistas para a compreensão desse quadro. Por outro lado, uma vez que expressam atos ilocucionários diretivos no âmbito da burocracia, aventamos a hipótese de que tais formas imperativas sejam uma marca da hierarquia nas instituições.

3.3 As construções de *imperativo + se* nos ofícios

Nos documentos examinados, a representação linguística dos atos de comando (ou atos ilocucionários diretivos) geralmente se dá através de anotações curtas escritas em letra cursiva, muitas vezes a lápis azul, que se destacam graficamente na folha. A maioria das anotações são compostas apenas pela expressão de comando (como a construção de *imperativo + se*), sem nenhum outro comentário, exigência ou detalhamento sobre a ação ordenada, e seguem datadas e rubricadas pelo Secretário de Estado de Negócios do Interior.

Essa descrição é ilustrada pela seguinte imagem:

⁸⁸ A construção com *se* + infinitivo não é uma inovação brasileira do século XIX, mas, conforme atesta Cavalcante (2006), existe desde o Português Clássico (a partir do século XVI).

Figura 7 – Formulário da Diretoria do Interior (02/06/1909)

Transcrevemos o conteúdo do documento e de suas anotações abaixo:

Formulário 1⁸⁹:

(Informação)

Directoria do Interior
2ª. Subdiretoria
Secção 3ª.
Nº. 914
Em 2 de Junho de 1909.

O director do Gymnasio de Campinas pede o pagamento de
2:500\$000, a Senhori Victorio, por serviços effectuados no respectivo
edificio.

Tratando-se de despesa effectuada com auctorização de V. Ex^{cia}.,
constante de offº. de 1º. de Abril ultimo, a Secção offerece á vossa
assignatura a inclusa requisição de pagamento.

B. Salles Guerra

1. Anotações abaixo do parecer:

a) Anotação à tinta:

Visto

A. Toledo [rubrica]

⁸⁹ APESP, caixa CO6965.

b) Anotação à tinta:

Visto

C. Reis [rubrica]

2. Anotação acima do parecer:

Anotação a lápis azul:

Pague-se

G. G. [rubrica de Gustavo Godoy]

3. Anotação na lateral esquerda:

Anotação à tinta:

Off. a Agricultura em / 2-6-909 enviando-se / as contas.

No documento, o funcionário da Diretoria do Interior, B. Salles Guerra, redige parecer sobre o pedido de pagamento feito pelo Diretor do Ginásio de Campinas, Arnaldo de Oliveira Barreto (ofício de 01/06/1909), a um servidor que realizara consertos, reformas e pinturas no estabelecimento. Guerra ainda recorda ao Secretário do Interior, Gustavo Godoy, que ele já havia autorizado tal despesa anteriormente. Demais funcionários, com postos superiores ao de Guerra na hierarquia da repartição, validam a decisão assinalando o “Visto”. O documento chega, então, às mãos do Secretário Gustavo Godoy, que, concordando com o parecer e expressando a “última palavra”, despacha a ordem “Pague-se”. Por fim, a solicitação é oficiada à Secretaria de Estado da Agricultura, Comércio e Obras Públicas⁹⁰.

O comando “Pague-se” é visualmente atrativo por estar salientado pela cor azul do lápis, o tamanho da letra e a localização na folha. Pode-se dizer que é o primeiro elemento visual a chamar a atenção do leitor, embora tenha sido um dos últimos a serem escritos.

Situação semelhante é observada no ofício a seguir:

⁹⁰ Esse encaminhamento ocorre porque uma das atribuições do Secretário do Interior era “resolver, de acordo com o Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, sobre a escolha dos planos das construções escolares” (decreto n. 518/1898).

Figura 8 – Ofício do Ginásio de Campinas (19/06/1900)

Reproduzindo o texto em azul, lemos:

Archive-se

18-9-900

B. B. [rubrica de Bento Bueno]

Nesse exemplo, além de grafar a construção imperativa, o lápis azul sublinha passagens do ofício, como a destacar informações consideradas importantes pelo leitor/Secretário. Ademais, o “Archive-se” ganhou bastante ênfase pelo tamanho da letra em que está escrito e pela localização na página.

Tanto o “Archive-se” quanto o “Pague-se” têm em comum também o fato de virem seguidos pela rubrica do Secretário do Interior na ocasião, Bento Bueno e Gustavo Godoy, respectivamente. A rubrica é uma assinatura abreviada e faz aparecer sobre o suporte escrito um indício da presença daquele que a redigiu, sendo uma marca *pessoal*: “O ‘eu’ que está realizando a ação, entra, assim, essencialmente em cena” (AUSTIN, 1990, p. 62). Dessa forma, é um indicador da dêixis, pois remete ao sujeito, ao lugar e ao tempo da enunciação – este evidenciado, no caso acima, pela data “18-9-900”. Tal como a assinatura, a rubrica tem caráter híbrido, sendo “signo marcante que conjuga a função de um nome próprio – ela designa um indivíduo – à força ilocucionária de um ato de linguagem – assinar é fazer – e se

comporta como um dêitico, uma vez que fornece ao escrevente uma ancoragem situacional” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 68).

Portanto, a força ilocucionária do ato diretivo expresso pelo *imperativo + se* pode vir acrescida pela força ilocucionária da rubrica, deixando explícita a performatividade do enunciado, isto é, que ele consiste em *fazer algo*, em oposição a simplesmente dizer algo.

O exame das “escritas em azul” presentes nos ofícios revelou que as construções com *imperativo + se* são bastante frequentes nesse tipo de material e ocorrem com diferentes verbos. A categorização que apresentamos a seguir baseia-se na proposta de Austin (1990) para os tipos de verbos ilocucionários⁹¹.

Tabela 1 – Construções de *imperativo + se* vs. tipos de verbos ilocucionários⁹²

EXERCITIVOS	EXPOSITIVOS	COMPORTAMENTAIS
Nomeie-se <i>o sr.</i> ... (4)	Responda-se (5)	Agradeça-se (1)
Faça-se <i>decreto</i> (1)	Informe-se (2)	
Archive-se (8)	Comunique-se (1)	
Autorize-se <i>a aquisição</i> (1)	Oficie-se <i>ao Director</i> (4)	
Approve-se (2)		
Providencie-se (1)		
Pague-se (1)		
Exija-se <i>o sello</i> (1)		
Requisite-se (5)		
Peça-se (1)		
Tome-se <i>nota</i> (1)		

Segundo Austin (1990), a classe dos verbos “exercitativos” consiste no exercício de poderes, direitos ou influências – e.g., nomear, demitir, ordenar, exigir, rogar, proclamar, declarar aberta etc. Logo, emitir um exercitativo é decidir que algo tem de ser de determinada maneira; é uma sentença. No âmbito da Secretaria de Negócios do Interior, a natureza das ações listadas acima requer que o locutor ocupe posições particulares na instituição, isto é,

⁹¹ Embora Austin (1990) considere apenas os verbos ilocucionários na forma de performativos explícitos, isto é, conjugados na primeira pessoa do singular do presente do indicativo da voz ativa, estendemos a análise aos verbos no modo imperativo, os quais, na proposta do autor, representam performativos implícitos. Assim, “Arquive-se” equivaleria a “*Ordeno que se archive*”.

⁹² Entre parênteses, depois de cada item, está o número de ocorrências da estrutura no *corpus*. Austin distingue mais duas classes de verbos, que não trataremos aqui: verbos *veriditivos*, que consistem em emitir um juízo, dar um veredicto (e.g., absolver, condenar, determinar, avaliar, considerar etc.); e verbos *comissivos*, que se caracterizam por assumir uma obrigação ou declarar uma intenção, comprometendo a pessoa a fazer algo (e.g., prometer, comprometer-se a, estar decidido a, pretender, apostar, defender etc.).

tenha “excelência” e detenha o *poder* de nomear / fazer decreto / aprovar / autorizar / requisitar etc. por se situar nos níveis mais altos da organização hierárquica e desempenhar determinado cargo (Secretário, Subdiretor etc.). Só assim, partindo *de* e se dirigindo às pessoas adequadas, é que os atos poderiam ser realizados com sucesso, ou seja, teriam suas “condições de felicidade” satisfeitas.

De fato, as duas primeiras construções com verbos exercitivos da lista:

(22) *Nomeie-se o sr.* [nome do funcionário]

(23) Para já. Urgente | *Faça-se decreto* | modificando a | disposição do Reg. | dos Gymnasios, de | accordo com o | aviso federal de | 13 de [outubro] 1902

reproduzem competências do Secretário do Interior atribuídas no decreto n. 518/1898⁹³.

O exame do *corpus* revelou que os cargos da Secretaria do Interior que detinham poderes para emitir comandos com verbos exercitivos eram: o Secretário de Negócios do Interior, que proferiu a maioria dos casos coletados; o Subdiretor e o Chefe da Seção, que redigiram os enunciados (24) e (25), respectivamente:

(24) *Exija-se* | o sello primeiramente [rubrica: A. Toledo]

(25) *Archive-se* [rubrica: F. Botelho]

Portanto, aqueles que ocupavam os postos mais altos na hierarquia da instituição (posições de *mando*) eram os que produziam tais construções de imperativo + *se*, com o pronome *se* denotando o “corpo de funcionários” em posição de *subordinação*.

Já os verbos “expositivos” consistem na expressão de opiniões, razões, argumentos e comunicações – e.g., declarar, afirmar, negar, destacar, responder, avisar etc. (AUSTIN, 1990). As ocorrências da tabela indicam que verbos desse tipo também eram comuns nas construções imperativas do *corpus*, sugerindo haver um processo regular de tramitação e transmissão de informações e mensagens por entre as instâncias da Secretaria do Interior e em resposta aos remetentes dos ofícios, no caso, o Diretor do Ginásio de Campinas.

A última classe de verbos destacada, a dos “comportamentais”, relaciona-se a atitudes e comportamentos sociais – e.g., pedir desculpas, agradecer, felicitar, lamentar, abençoar, protestar etc. Nos dados de imperativo+ *se*, encontrou-se apenas um caso de verbo desse tipo, “Agradeça-se”, representando um contexto no qual o Secretário do Interior não manifesta, ele

⁹³ Mais especificamente: “§10. Nomear comissões examinadoras; §11. Nomear substitutos para a regência das escolas preliminares e intermediárias, cujos professores se tornarem impedidos e não tenham adjuntos; §12. Nomear comissões médicas para inspecionarem os professores que alegarem incapacidade física para continuar no magistério; §19. Mandar fazer a codificação das leis, regulamentos e regimentos de ensino”.

mesmo, gratidão ao interlocutor pelo assunto abordado no ofício, mas ordena que esta seja expressa por outrem – haja vista o emprego do pronome *se*⁹⁴.

Quanto aos aspectos morfossintáticos, a análise dos dados revelou que os verbos empregados nas estruturas de imperativo + *se* têm complemento expresso ou nulo recuperável pelo contexto (e.g., “Tome-se *nota*” vs. “Approve-se $\emptyset$ ”) e ocorrem apenas com o chamado “imperativo supletivo” – aquele derivado do subjuntivo –, nas três conjugações (e.g., *Autorize-se* [autorizar], *Responda-se* [responder], *Peça-se* [pedir]).

No que se refere à frequência dos itens levantados na tabela, a construção mais recorrente no *corpus* é “Archive-*se*”, redigida, em geral, por aqueles que, na ocasião, ocupavam o cargo de Secretário de Negócios do Interior⁹⁵, Antonio Dino, Bento Bueno ou Gustavo Godoy. Tal comando é expresso em ofícios do Ginásio de Campinas nos quais o Diretor da instituição: acusa recebimento de material (1 caso); pede autorização para realizar ações já solicitadas em correspondências anteriores (3 casos); relata ocorrências no Colégio (2 casos); e trata de assunto classificado como “Reservado” (2 casos). A anotação “Reservado” é escrita, por exemplo, em um ofício no qual o Diretor Eduardo Gê Badaró presta informações sobre a idoneidade de alguns mestres do Ginásio, dizendo cumprir recomendação do Secretário Bento Bueno.

Uma vez que não são demandadas providências imediatas do Secretário, o comando para que esses ofícios fossem arquivados segue a característica dos órgãos burocráticos de preservar os documentos em arquivos, com vistas a reunir e conservar para o futuro todos os registros de tarefas executadas na e pela repartição (WEBER, 1982)⁹⁶. A presença de comentários ou informações adicionais junto à construção “Archive-*se*” corrobora a ideia de que o arquivamento concluiria a tramitação dos ofícios:

- (26) Respondido por carta | em 25-9-906 | *Archive-se*
 (27) *Archive-se*, por falta | de fundamento

Entretanto, conforme exposto anteriormente, apenas os atos diretivos “Nomeie-*se* o sr...” e “Faça-*se* decreto” reproduzem competências do Secretário do Interior atribuídas em decreto. Logo, as demais ações expressas pelo imperativo + *se* são mais pragmáticas, isto é,

⁹⁴ Aprofundaremos a discussão sobre os performativos com o verbo “Agradecer” mais à frente.

⁹⁵ Um dos casos foi redigido pelo Chefe da Seção, Francisco Botelho.

⁹⁶ De fato, entre as atribuições do Segundo Oficial da Segunda Subdiretoria, estavam “organizar e manter atualizado o arquivo” e “empacotar os papéis segundo a ordem cronológica e o assunto, a fim de serem encaminhados à Repartição de Estatística e ao Arquivo do Estado” (decreto n. 382/1896), sendo o envio desses documentos uma incumbência do Subdiretor.

mais ligadas aos conteúdos específicos dos documentos do que às incumbências gerais do Secretário, como visto no exemplo com “Pague-se” e nos comandos abaixo:

- (28) Autorize-se a aquisição
- (29) Requisite-se o pagamento
- (30) Oficie-se ao Director que tratando-se da validade das provas realizadas, torna-se indispensavel o parecer do Sr. Fiscal;
- (31) Responda-se de accordo
- (32) Informe-se com urgencia quaes são os lentes mais antigos de nomeação e dentre estes, qual o mais edoso.

Vale ressaltar, nos exemplos (23) e (32), o emprego de expressões temporais que indicam a necessidade de a ação ser executada com rapidez e premência: “Para já. Urgente”, “com urgencia”, além de “Para agora”, “Para hoje” e “Já”, atestadas no *corpus*. Essas inscrições revelam que o Secretário tinha de assinalar a prioridade de determinadas tarefas, entre os comandos despachados, para que elas fossem realizadas com maior celeridade por seus subordinados – ou seja, era preciso também hierarquizar o tempo. Ademais, são indícios da rotina de trabalho incessante e exaustiva na Segunda Subdiretoria, como é sugerido pelo testemunho do Subdiretor Galhardo, analisado anteriormente, que também aponta o perigo de, nessas condições, o serviço ser “feito todo atropeladamente, na plena e absoluta impossibilidade de imprimir-lhe direção, ordem e método”.

Embora as construções de *imperativo* + *se* ocorram com verbos ilocucionários diversos, que exprimem diferentes tipos de ações burocráticas, ainda não está claro para quem o locutor dirige tais ordens, dentro da hierarquia da repartição, o que nos leva a refletir sobre a contribuição semântico-pragmática do *se* nesses casos.

Para isso, comparemos os pares a seguir, em que os itens em “b” são aqueles já apresentados:

- (33a) Archive
- (33b) Archive-se
- (34a) Responda
- (34b) Responda-se
- (35a) Requisite o pagamento
- (35b) Requisite-se o pagamento

Os casos em “a” são formas típicas de imperativo em que o locutor se dirige ao interlocutor para expressar uma ordem, e esse interlocutor é, no processo de interação, uma

categoria específica e determinada (MATEUS et. al., 1983). No contexto da Secretaria de Negócios do Interior, seria como se os comandos que partissem “das mãos” do Secretário tivessem um único destinatário (i.e., um “funcionário X”), que, por seu turno, reconheceria o conteúdo proposicional do enunciado proferido pelo locutor e realizaria devidamente a tarefa.

Todavia, a presença do *se* nos enunciados “b” bloqueia essa interpretação, pois o pronome constitui a “não-pessoa indeterminada” e, assim, deixa vaga a referência do agente verbal. Portanto, o *se* ligado ao imperativo remete o comando a um interlocutor indeterminado, um “quem quer que seja”, um “alguém”, um “cidadão” (i.e., um “funcionário X, Y ou Z”), dentro do universo referencial (e social) delimitado pela repartição pública, que é uma instância da burocracia. Essa relação está ilustrada na figura abaixo:

Figura 9 – Burocracia e expressão do imperativo (I)

A análise comparativa de todas as expressões de comando presentes no *corpus* revela que o *imperativo + se* é a forma mais utilizada, sobrepondo-se ao imperativo tradicional e ao infinitivo:

Tabela 2 – Expressões de comando mais recorrentes

verbo	imperativo	imperativo + se	infinitivo
<i>aprovar</i>		Approve-se (2)	
<i>arquivar</i>		Archive-se (8)	Archivar (1)
<i>autorizar</i>		Autorize-se (1)	Autorizar (1)
<i>comunicar</i>		Communique-se (2)	
<i>declarar</i>			Declarar (1)
<i>informar</i>		Informe-se (2)	
<i>nomear</i>	Seja nomeado (3)	Nomeie-se (4)	
<i>oficiar</i>	Oficie (1)	Oficie-se (4)	
<i>pagar</i>		Pague-se (1)	
<i>providenciar</i>		Providencie-se (1)	Providenciar (1)

<i>requisitar</i>		Requisite-se (4)	
<i>agradecer</i>	Agradeça (1)	Agradeça-se (1)	
<i>responder</i>		Responda-se (5)	Responder (6)
<i>ver</i>			Ver (1)
<i>exigir</i>		Exija-se (1)	
<i>pedir</i>		Peça-se (1)	
<i>redigir</i>		Redija-se (1)	
total: 54	5	38	11

Das 54 ocorrências de atos de comando, 38 foram expressas com o imperativo + *se*, ou seja, 70% do total, comprovando que, em se tratando de ordens passadas de superiores a seus subordinados, a não-identificação do interlocutor pelo pronome *se* era quase uma regra no contexto e na rotina da Secretaria do Interior. Tal expressão do imperativo era, portanto, uma marca da hierarquia na instituição.

Um dos pontos que despertam atenção nos dados da tabela é a variação entre o uso do imperativo tradicional e do imperativo + *se* para os verbos “nomear” e “agradecer”. De fato, esses também são os únicos verbos que aparecem no *corpus* na forma de primeira pessoa do singular do presente do indicativo – i.e., “nomeio” e “agradeço” – em registros feitos pelo Secretário do Interior, indicando *peçoalidade* e correspondendo aos “performativos explícitos” de Austin (1990). Vejamos esses casos em detalhes, começando pelas formas variáveis de “agradecer”.

O comando “Agradeça” foi redigido na folha do ofício do Ginásio de Campinas de 3 de novembro de 1909, no qual o Diretor do estabelecimento, Arnaldo de Oliveira Barreto, comunica ter recebido doação de obras literárias que pertenceram a um antigo lente do estabelecimento, que havia falecido. O irmão de tal lente entregara os livros ao colégio a fim de que passassem ao acervo da biblioteca. Tendo conhecimento do fato, o Secretário do Interior, Carlos Augusto Pereira Guimarães dirigiu o “Agradeça” a um interlocutor específico e determinado (o Diretor do Ginásio) para que este manifestasse gratidão pelos donativos. O uso do imperativo tradicional justifica-se porque a ordem se mostra bem direcionada ao Diretor do estabelecimento campineiro, uma vez que o assunto tratado é específico daquele espaço. Assim, o agradecimento não envolve um compromisso ou comportamento social do próprio Secretário do Interior, mas sim do Diretor do Ginásio.

Essa ocorrência distingue-se, pois, do “Agradeça-se” que o mesmo Secretário Carlos Pereira Guimarães aplicara em outro ofício do Ginásio, de 31 de dezembro de 1908, pelo qual

tinha sido convidado a comparecer à solenidade de entrega de diplomas aos bacharelados do ano de 1908. Pela forma em que o imperativo é expresso, aventa-se a ideia de que o Secretário recebera o ofício, tomara ciência de seu conteúdo e despachara a ordem para que qualquer funcionário da repartição manifestasse a sua gratidão (do Secretário) pelo convite recebido – a presença do *se* indetermina a referência do interlocutor. Contudo, tal gratidão estava mais atrelada às manifestações convencionais de cortesia que cabiam ao ocupante do cargo de Secretário do Interior do que a expressões de sentimentos sinceros; o enunciado representa, portanto, um “agradecimento protocolar”, *impessoal*. De fato, o “Agradeça-se” é semelhante aos comandos expressos através dos verbos exercitativos e expositivos, como “Archive-se” e “Responda-se”, de modo a figurar mais uma ação a ser cumprida na rotina de serviços da instituição.

No caso a seguir, um convite análogo é feito ao Secretário do Interior Bento Bueno, mas este redige um agradecimento *pessoal*, recorrendo ao verbo na primeira pessoa do presente do indicativo:

- (36) “Não podendo comparecer a collação de grau, *agradeço* o convite e envio saudações aos bacharelados de amanhã.” | 2 Jan 1903 | B. B.

Esse é um exemplo paradigmático do performativo de Austin: ao emitir o enunciado, o locutor está realizando a ação de agradecer. Searle (2002, p. 23) classifica esse tipo de ato de fala de “ato ilocucionário expressivo”, pois ele tem o propósito ilocucionário de “expressar um estado psicológico, especificado na condição de sinceridade, a respeito de um estado de coisas”. No caso em questão, o Secretário Bento Bueno manifesta sua gratidão pelo convite, mas justifica que não poderá comparecer ao evento. Portanto, é a justificativa “sincera” que dá carga de *pessoalidade* ao agradecimento, distanciando-o da versão “protocolar” do ato analisada acima. Reforça o tom pessoal do enunciado a maneira como o Secretário conclui a anotação, enviando “saudações aos bacharelados de amanhã”, que são seguidas pela rubrica de seu nome próprio (“B. B.”).

A oscilação entre *pessoalidade* e *impessoalidade* também é notada na expressão de atos de fala com o verbo “nomear”:

- (37) *Nomeie-se* o sr. Ernesto Lins de Oliveira. 5 Junho 1900. Bento Bueno
(Para já B. B.)

- (38) *Seja nomeado* o sr. João Cesar Bueno Bierrenbach 14-7-1900 Bento Bueno | Para
agora

(39) *Nomeio* as pessoas [indicadas], e para delegado oficial *nomeio* o Sr. Dr. Carlos Nunes Rabelo, da escola Polytechnica. | G. G.

(40) De *accordo*, e *nomeio* o Dr. Nunes Rabelo para delegado do Governo. | G. G.

As ocorrências (37) e (38) estão redigidas em ofícios da Diretoria do Ginásio da Capital que se referem a concursos para provimento de cadeiras do Ginásio de Campinas. Os candidatos aprovados pelas comissões examinadoras seriam nomeados pelo governo, mas o Secretário do Interior não tinha participação direta nessa seleção⁹⁷, atuando apenas no final do processo (nomeação). Esse “distanciamento” parece justificar o emprego de construções imperativas nas quais o locutor (Secretário) dá a ordem de “nomear” a um interlocutor indeterminado, linguisticamente representado quer pelo *se*, em “Nomeie-se o sr...”, quer pela estrutura passiva sem agente expreso, em “*Seja nomeado* o sr...”. Logo, tais despachos do Secretário sugerem o sentido de “autorizo a nomeação”, que é distinto do “Nomeio” dos exemplos (39) e (40).

Os atos diretivos são ainda acrescidos de expressões temporais que pedem urgência na execução das ações: tanto o “Para já” quanto o “Para agora” foram redigidos pelo Secretário em cor diferente da tinta com que escreveu os comandos, destacando que as nomeações deveriam ser efetivadas com celeridade.

Entretanto, quando o que está em jogo é a nomeação de membros para as bancas de concursos, o Secretário utiliza-se do performativo “Nomeio” e produz, assim, enunciados *pessoais*. Conforme já exposto, “nomear comissões examinadoras” corresponde a uma das competências atribuídas ao Secretário do Interior no decreto n. 518/1898. Nos ofícios dos quais os casos (39) e (40) foram extraídos, o Diretor do Ginásio de Campinas propõe os lentes que participarão dos concursos e solicita ao Secretário Gustavo Godoy que nomeie um delegado (“representante oficial do Governo”) para estar presente na ocasião. O Secretário responde aos pedidos elegendo uma pessoa específica, de *sua escolha*, para a função: “o Sr. Dr. Carlos Nunes Rabelo, da escola Polytechnica” / “Dr. Nunes Rabelo”. No âmbito da Secretaria de Negócios do Interior, Godoy era aquele que detinha o poder para nomear tais delegados – tinha, portanto, “excelência”; por isso, o ato ilocucionário (“Nomeio”) estava

⁹⁷ Conforme consta do Regulamento dos Ginásios do Estado de 1895, os atos dos concursos seriam feitos perante uma comissão de três examinadores nomeados pela Congregação do Ginásio da Capital, tendo por presidente o Diretor do mesmo e como representante do governo o Diretor Geral da Instrução Pública. Tal configuração se altera nos Regulamentos dos Ginásios do Estado de 1897 e 1900 (apud MOACYR, 1942), que determinam uma comissão de cinco membros, composta pelo Diretor do Ginásio (presidente), de um delegado do governo e de três examinadores, propostos pelo Diretor, dentre os lentes do Ginásio.

sendo proferido em circunstâncias de enunciação adequadas e resultaria em sucesso (AUSTIN, 1990)⁹⁸.

O tema “concurso” também é o pano de fundo para o seguinte comando, expresso através de verbo no infinitivo:

(41) *Auctorizar* a abertura | de concurso, á Fazenda | e nomeação interina | G. Godoy

O enunciado está presente na folha do parecer que os funcionários da Secretaria do Interior emitiram, em 23 de abril de 1906, sobre o conteúdo do ofício do Ginásio de Campinas do dia 19 do mesmo mês. Nesse ofício, o Diretor Arnaldo de Oliveira Barreto comunica que recebera o pedido de demissão do lente catedrático de Português, Henrique Maximiano Coelho Neto, mas, para não interromper as aulas da disciplina, designara o lente de Latim, Eduardo Gê Badaró, para regê-las interinamente. Arnaldo Barreto, então, pede autorização ao Secretário do Interior, Gustavo Godoy, para abrir concurso para provimento da cadeira e para que o lente de Latim continue a reger as aulas até a resolução do problema.

O parecer da 1ª. Seção da 2ª. Subdiretoria é favorável a tais pedidos:

Pensa a secção que se deve communicar á Fazenda a designação do Dr. Eduardo Gê Badaró p^a. substituir o lente Coelho Netto, afastado do exercício do cargo, bem assim nomear-se, interinamente, o mesmo lente para reger a cadeira vaga, pois o decreto de exoneração do referido lente está dependendo de assignatura.

O Senhor Dr. Secretario resolverá sobre a oportunidade de concurso p^a. provimento da vaga, como deseja o director.

Como a situação estava bem encaminhada pelo Diretor do Ginásio, de modo que o lente substituto já se encontrava em exercício e as aulas da disciplina não haviam sido interrompidas, ao Secretário Gustavo Godoy cabia apenas consentir tanto o prosseguimento das medidas tomadas no colégio quanto a abertura do concurso. Nesse sentido, o recurso ao infinitivo em “Auctorizar a abertura de concurso, á Fazenda e nomeação interina” parece atenuar o comando do Secretário, se comparado às demais formas possíveis (imperativo tradicional, imperativo + *se*), o que se justifica pelo fato de os responsáveis já estarem conduzindo o caso, não dependendo, assim, de providências urgentes da Secretaria.

O infinitivo com valor de imperativo impessoal é um dos meios que a língua oferece para a expressão de ordens e proibições (CUNHA; CINTRA, 2008). Por apresentar o processo

⁹⁸ Além disso, segundo Weber, “a autoridade burocrática é exercida em sua forma mais pura ali onde for claramente dominada pelo princípio da nomeação” (1971, p. 22).

verbal em potência, isto é, por exprimir a ideia da ação, o infinitivo atenua a noção de comando e, por conseguinte, reduz a agentividade – evidente nos casos de imperativo e imperativo + *se*. Ademais, conservando-se na forma impessoal, não flexionada, o infinitivo potencializa a interpretação de que a maioria dos atos diretivos que partiam do Secretário do Interior endereçava-se a interlocutores indeterminados, não a sujeitos específicos.

Retomando os resultados da tabela 2, das 54 ocorrências de expressões de comando, 11 são casos de infinitivo com valor de imperativo, destacando-se o verbo “responder”, utilizado seis vezes, como ilustram os exemplos abaixo:

(42) Responder que aprovo

(43) Responder que independe de decreto

A frequência desses casos pode ser justificada pela característica rotineira da atribuição de responder ofícios na repartição, uma ação que poderia ser conduzida por qualquer funcionário. Pode ser também a justificativa para as réplicas “Respondido”, expressas no particípio, não virem rubricadas nas anotações da Segunda Subdiretoria, pois a rubrica é um signo de identificação, de *pessoalidade*. Assim como o infinitivo, o particípio é uma forma nominal do verbo que não exprime tempo, modo e agente, dando enfoque ao estado resultante de uma ação acabada; ou seja, seu uso na burocracia potencializa a carga de *impessoalidade* das ações⁹⁹.

Nesta seção, interpretamos o *imperativo + se* à luz da relação social estabelecida entre os interlocutores (locutor-interlocutor) no contexto da Segunda Subdiretoria da Secretaria de Estado de Negócios do Interior. Interligando as características da burocracia moderna elencadas por Weber (1982) ao conteúdo semântico-pragmático do imperativo + *se*, temos, de um lado, o âmbito da *autoridade hierárquica*, pautado na hierarquia de postos e no sistema de mando e subordinação, e, de outro, o domínio da *ordenação impessoal*, que regula o tipo de relacionamento possível entre o corpo de funcionários.

O esquema seguinte ilustra o alinhamento entre as esferas social e linguística na burocracia:

⁹⁹ Outras formas verbais no particípio encontradas no *corpus* são: “Deferido, Nomeado, Aprovado, Autorizado, Providenciado, Requisitado”. A expressão “Requisitado” tornou-se, inclusive, um carimbo para marcar os ofícios.

Figura 10 – Burocracia e expressão do imperativo (II)

Contudo, devemos ressaltar que o imperativo + *se* não é uma forma linguística criada no contexto republicano, embora tenha seu conteúdo semântico-pragmático acentuado pelas características da administração pública do período – i.e, ordem, regularidade, autoridade, disciplina, impessoalidade. Na História do Brasil, a construção apareceu, por exemplo, logo após a Independência, com o “Cumpra-se” de D. Pedro I. Assinado em 4 de maio de 1822, o ato redigido pelo príncipe regente “tornou o beneplácito do Executivo central brasileiro indispensável à validade das leis, ordens e resoluções que não deixavam de chegar do governo de Portugal” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 214); ou seja, era a ordenação real para que nenhuma lei portuguesa fosse válida no Brasil sem a autorização de Pedro I. Nesse caso, mais do que destacar a impessoalidade do *se*, a construção reforça a autoridade *peçoal* do regente – o mesmo soberano que, por meio da Constituição de 1824, centralizaria os poderes em sua figura de imperador, mantendo um traço absolutista através do Poder Moderador.

Por ultrapassar os limites da burocracia, o “Cumpra-se” evidencia o aspecto hierárquico de uma dominação tradicional (de monarca/senhor a súditos), arbitrária e de limites subjetivamente definidos, que sublinha a tradição de haver uma interferência superior à formalidade do documento – é, portanto, um imperativo no *superlativo*¹⁰⁰. E, retomando o estudo de Brown e Gilman (1960), tal comando expressa a semântica do *poder*, marcada pela assimetria e pela não reciprocidade nas relações sociais e nos usos da língua¹⁰¹.

¹⁰⁰ Observação feita pelo professor Bruno Bontempi Jr. (informação verbal) em sua arguição a esta Tese.

¹⁰¹ O “Cumpra-se” ainda faz evocar uma outra construção com *se* famosa na história do Brasil do século XIX. Quando a família real desembarcou no Rio de Janeiro, em 1808, as moradias escolhidas para abrigar os membros da corte de D. João tinham inscritas na fachada as letras “PR”, cujo sentido oficial era “Príncipe Regente”. Todavia, na linguagem popular, as duas letras adquiriram os significados de “Prédio Roubado” ou do imperativo “Ponha-se na Rua” (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Esse *se*, no entanto, faz parte do verbo pronominal “por-se” (reflexivo), não sendo uma inserção à construção imperativa, conforme ocorre nos nossos dados.

Voltando à questão da burocracia paulista, o imperativo + *se* também não era uma forma restrita ao espaço da Secretaria de Estado de Negócios do Interior. Em uma ata da Congregação do Ginásio de Campinas, foi possível encontrar a ocorrência dessa expressão de ato de comando:

- (44) [...] o professor Gustavo Enge pediu licença para dizer algumas palavras elucidativas de seu officio, fazendo salientar, no entanto, que elle merecia apenas um “**Archive-se**”, expressão franca, tolerável no caso [...] ¹⁰².

Esse dado demonstra como as características do controle burocrático eram (re)produzidas nas escolas republicanas, como modo de auferir eficácia, regularidade, disciplina e ordem. De fato, tais instituições estavam educando os futuros burocratas: se os formandos do secundário cursassem o ensino superior, eles poderiam ascender a altos cargos administrativos nas hierarquias do governo estadual e se tornar autoridades, “excelências” – como ocorrera com o ex-aluno do Culto à Ciência Bento Bueno; por outro lado, aqueles que não adentrassem às academias poderiam formar o corpo de burocratas, os subordinados, os “cidadãos”. Logo, no contexto dos egressos dos Ginásios, encontra-se um novo sentido à frase de Joaquim Nabuco de que a burocracia é “vocação de todos”, sendo que todos, à sua maneira (atingindo ou não a *distinção*), seriam “cidadãos úteis à pátria” – conforme desejava Campos Sales nos anos de 1870 – e estariam “prestando serviço à coletividade” – seguindo a recomendação do Secretário Cesário Motta Júnior, na década de 1890.

Além disso, aos egressos dos colégios republicanos campineiros poderia caber o destino de se tornarem duplamente *scientes*: na primeira acepção da palavra, como aqueles que têm e “cultivam” ciência (i.e., o conhecimento adquirido pela instrução) – também chamados de sábios, doutos ou “cientificamente preparados” (RIBEIRO, 2007 [1885]); e, na segunda acepção do termo, como aqueles que tomam ou dão ciência dos assuntos que circulam nos órgãos e repartições burocráticos, atestando o conhecimento com a rubrica “*Sciente*”, tal como foi visto nos ofícios do Ginásio de Campinas.

Por fim, os resultados encontrados revelam que a estrutura com imperativo + *se* fazia parte do cenário de efervescência linguística em que se encontravam as construções com o pronome *se* no Português Brasileiro, na virada do século XIX ao XX. No entanto, os usos do *se* não eram os únicos fatos linguísticos envolvendo pronomes a chamar a atenção nesse período, conforme veremos no próximo capítulo.

¹⁰² Livro de Actas da Sessão da Congregação do Gymnasio de Campinas, 10/09/1899, folha 26 (acervo: EECC).

Capítulo 4: *Doutos, sábios, cultos e scientes*: a língua portuguesa no Culto à Ciência e no Ginásio de Campinas

*A questão da gramática é, no Brasil, tão importante como a questão do café.
É inútil fingir que uma ou outra não tem importância e só interessa a meia dúzia de curiosos.* (RIBEIRO, 1979 [1921], p. 182)

No Brasil, a cultura do café para exportação ganha impulso entre o final do século XVIII e o começo do XIX. A cidade de Campinas, cenário dos colégios estudados neste trabalho, chega à década de 1870 projetando-se como polo principal da área cafeeira do Oeste Paulista, recebendo, inclusive, o epíteto de “Princesa do Oeste” (LAPA, 1996)¹. Mantém-se nesse posto privilegiado até meados da década de 1880, quando os cafezais do Oeste Paulista “Novo” se tornam os mais produtivos.

Se a questão do café tinha valor para o desenvolvimento da Campinas desse período, a questão da língua portuguesa também ganhava destaque por entre os muros do Colégio Culto à Ciência. Entre os anos de 1876 a 1882, foi professor da disciplina na instituição Júlio Ribeiro, que viria a ser reconhecido por sua **Grammatica Portugueza** (1881) – obra considerada a divisora de águas da gramaticografia brasileira por introduzir o modelo histórico-comparativo de estudo da língua. Posteriormente, Ribeiro publicaria também o romance naturalista **A Carne** (1888) e seria afamado por protagonizar inúmeras polêmicas na imprensa com os republicanos paulistas.

Nas próximas páginas, abordamos aspectos da trajetória intelectual de Júlio Ribeiro e das reflexões sobre a língua expostas em seus textos, pois esses pontos contribuirão para a análise do padrão linguístico culto apresentado pelo autor no que concerne à colocação pronominal – fenômeno linguístico investigado neste capítulo. Fazemos ainda um panorama do ensino de Português no Ginásio de Campinas, através dos perfis dos lentes que ocuparam

¹ Cf. Capítulo 1 desta Tese.

essa cadeira, entre 1897 e 1910, e da referência a algumas obras gramaticais utilizadas no período.

Por fim, investigamos a posição do pronome oblíquo átono em orações infinitivas preposicionadas (e.g., “para *me* ver”, “para ver-*me*”), um contexto muitas vezes obscurecido nas investigações sobre o tema, pois permite variação entre próclise e ênclise. Os *corpora* examinados correspondem a textos escritos por lentes de Português tanto do Culto à Ciência quanto do Ginásio de Campinas, jornais dos alunos das duas instituições, e ofícios e atas produzidos no espaço do Ginásio.

1. Júlio Ribeiro e a língua dos doutos

O homem cientificamente preparado deve conhecer, ao menos elementarmente, as mathematicas, a physico-khimica, a bio-physiologia, a psykhologia-moral. Deve ter boas noções de arithmetica, de algebra, de geometria, de mekhanica, de cosmologia, de astronomia sideral e planetaria, de geodesia, de geographia physica, de geologia, de mineralogia, de paleontologia, de botanica, de zoologia, de anatomia, de histologia, de pathologia, de psykhologia, de moral, de anthropologia, de ethnologia, de linguistica, de historia e geographia-historica, de industria, de arte, de litteratura, de sociologia, de legislação, de politica E mais, deve ter estudos classicos solidos. (RIBEIRO, 2007 [1885], p. 23, grifos do autor)

Esse infindável elenco de áreas do saber é apresentado por Júlio Ribeiro para caracterizar a formação daquele que deveria ser o “homem *cientificamente* preparado”. Desse modo, o autor descreve o oposto do que seria, no seu entendimento, a formação exibida pelos deputados Campos Sales e Prudente de Moraes.

Os dois republicanos paulistas haviam sido eleitos para a Assembleia Geral, em 1885, em um episódio conturbado das disputas eleitorais, já que o Partido Conservador e o Partido Republicano Paulista (PRP) estabeleceram um acordo no qual o primeiro, que não tinha candidatos em disputa, contemplou o segundo com seus votos, embora os dois partidos

professassem princípios antagônicos². O fato gerou toda sorte de especulações e críticas, dentre as quais a que Júlio Ribeiro publicou nas suas **Cartas Sertanejas**³.

Para Ribeiro, as notícias que elogiavam o caráter de luta e a capacidade dos dois eleitos não seriam “precisamente, exactamente a expressão do real”. Como dizem suas próprias palavras, o autor assumia uma postura de “desmancha-prazeres” para questionar o mérito pessoal de Campos Sales e Prudente de Moraes, no sentido de que ambos eram conhecidos apenas por seus dotes de bons advogados do interior e pela atuação como deputados provinciais, “fôra d’isto, nada”, pois não haviam escrito obras importantes nem colaborado em revistas científicas ou literárias: “A sua bagagem de escriptores limita-se a alguns artigos de fôro ou de politica, esparsos nos jornais da provincia” (RIBEIRO, 2007, p. 22). Conclui, então, que os dois deputados obtiveram a vitória devido apenas à aliança feita com os conservadores, pois não eram “cientificamente preparados para debater as grandes questões que agitam a sociedade moderna”.

E, para justificar a que se referia com a expressão “cientificamente preparados”, o autor apresenta a lista mencionada anteriormente. Ribeiro concebe como primeiro requisito da educação moderna a universalidade de conhecimentos, abrangendo os saberes considerados científicos, como matemática, biologia, geografia, física, química, astronomia, antropologia, linguística, história, arte, sociologia, legislação, política, entre muitos outros, além dos estudos clássicos – por exemplo, língua grega e latina. Já os saberes de linguística estariam relacionados ao enfoque histórico-comparativo adotado por sua **Grammatica**, pois o autor questiona se os deputados conheceriam “as affinidades glotticas, o parentesco das linguas que é o das idéas, e por conseguinte dos homens!” (Ibid., p. 26).

Tal enumeração de conhecimentos remete aos currículos propostos pelo Colégio Culto à Ciência e pelo Colégio Internacional, instituições campineiras nas quais Júlio Ribeiro havia trabalhado anos antes e cujos programas de ensino, em tese, não se limitavam às disciplinas preparatórias⁴. Todavia, pode parecer estranho o autor criticar a formação de Campos Sales como não correspondendo a de um homem *cientificamente* preparado, sendo que este fora um dos idealizadores do Culto à Ciência, um estabelecimento que, como o seu nome diz, aspirava a ter alunos *cientificamente* preparados. Mais do que isso, Sales fora o orador do

² O acordo seguia uma nova lei eleitoral que definia que, na falta de candidatos próprios em algum distrito, o partido poderia escolher candidatos entre os dois partidos adversários (BLANCO, 1995).

³ Artigos publicados no **Diário Mercantil**, de Capivari-SP, de março a junho de 1885. Segundo Blanco (1995) foram também publicados no jornal **Correio de Campinas**, cujo redator chefe era, na época, Henrique de Barcelos, contemporâneo de Ribeiro no exercício do magistério no Colégio Culto à Ciência.

⁴ Cf. Capítulo 1 desta Tese.

discurso de fundação do estabelecimento, no qual proclamara “a força do espírito humano quando ele é esclarecido”⁵ e que à escola cabia o papel de “formar cidadãos”⁶.

A censura de Ribeiro recai, então, sobre a formação acadêmica de Campos Sales e de Prudente de Moraes enquanto bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo, que a seu ver, era o antro da metafísica e do pedantismo insolente, “onde se esteriliza a mocidade brasileira” (Ibid., p. 27). De fato, na época, a instituição estava marcada pela obsolescência do ensino, pautado no jusnaturalismo clássico e avesso às novas correntes de filosofia jurídico-política (ADORNO, 1988). Nos fins dos anos 1870, o aluno de Direito encontrava-se praticamente no mesmo curso que na década de 1850: “o método de ensino oral, com ênfase nas letras e na retórica, no aprendizado de línguas mortas, ausentes as ciências” (MORAES, 2006, p. 121). Entretanto, na visão da sociedade, o bacharel tinha *status* e seria o comandante ideal dos rumos da nação. Por isso, ao rebaixar as figuras de Campos Sales e Prudente de Moraes, Júlio Ribeiro atacava o cerne do funcionamento da política brasileira⁷.

Embora fosse republicano e em algumas fases de sua vida estivesse envolvido com os membros do PRP, como quando lecionou no Culto à Ciência, Ribeiro criara para si o *ethos* de “republicano intransigente” em suas polêmicas na imprensa⁸. O alvo principal de suas críticas eram os rumos tomados pelo PRP na década de 1880⁹. Naquele período, ser combativo era “uma forma de procurar legitimar-se no universo letrado, pois trabalhar em torno de uma imagem avessa às convenções e instituições sociopolíticas rende publicidade” (SILVEIRA, 2008, p. 192). Nesse sentido, a trajetória de Júlio Ribeiro revela que ele se empenhara por toda a vida na luta por reconhecimento, isto é, por capital simbólico, pois vinha de um passado de marginalização social e econômica¹⁰, o que se reforçava pela ausência de diploma

⁵ Cf. Capítulo 2 desta Tese.

⁶ A que os conhecimentos de sociologia, política e legislação, listados por Ribeiro, parecem remeter.

⁷ O antibacharelismo de Júlio Ribeiro também poderia ter uma marca institucional, já que ele estudara na Escola Militar do Rio de Janeiro. Segundo Celso Castro (apud MATTOS, 2012), aquele era o principal celeiro desse posicionamento e da “mocidade militar” positivista.

⁸ O marco da dissidência política do escritor com os republicanos de São Paulo foi o fato de ele não concordar com a espera por uma conjuntura favorável para a solução do problema da escravidão e para a proclamação da República (SILVEIRA, 2008), haja vista que os republicanos paulistas haviam incorporado o modelo de evolução histórica da política científica positivista (“oportunismo” histórico), baseado sobretudo em Littré (ALONSO, 2002). Por sua vez, Ribeiro defendia a imediata instauração do novo regime e da abolição.

⁹ Nas *Procellarias* (1887), Ribeiro descreve a si mesmo como: “Filho de republicano, neto de republicano, tendo o nome de família inscripto no livro de ouro dos fundadores da grande republica norte-americana, republicano desde que começamos a pensar em politica – nós fazemos ao partido republicano paulista toda a debil opposição que podemos [...] porque consideramos esse partido nocivo á causa que elle diz *sua*, porque entendemos que elle faz retrogradar a idéa republicana, em vez de impellil-a para a frente” (RIBEIRO, 2007, p. 30).

¹⁰ Júlio Ribeiro tinha origem humilde: mineiro, era filho de mãe brasileira (professora primária) e pai norte-americano (artista e pequeno empresário de circo), que abandonou a família. Formou-se no curso secundário no Colégio Jesuítico de Baependi (MG) e não concluiu os estudos na Escola Militar (SILVEIRA, 2008). Pensando nas camadas sociais discutidas no Capítulo 2 desta Tese, a partir do discurso de Campos Sales, Ribeiro seria um

universitário. Em meio aos bacharéis e à elite intelectual republicana, ele era um “outsider” (ELIAS, 2000), destituído de prestígio e poder. Com efeito, em crítica de Luciano de Mendonça, Júlio Ribeiro chegou a ser julgado um “sábio de título negativo, por não ser bacharel”. Tal julgamento condiz com a análise de Elias (2000) a respeito do modo como aqueles que se encontram (e se reconhecem) na categoria dos “estabelecidos” avaliam os outros, os “outsiders”:

Com frequência, os próprios nomes dos grupos que estão numa situação de outsiders trazem em si, até mesmo para os ouvidos de seus membros, implicações de inferioridade e desonra. A estigmatização, portanto, pode surtir um efeito paralisante nos grupos de menor poder. (ELIAS, 2000, p. 27)

Contudo, apesar de ser censor ferrenho do bacharelismo, Ribeiro conseguiu, por meio de concurso, o cargo de professor de Latim no Curso Anexo da Academia de Direito de São Paulo, em 1887. Isso demonstra uma grande incoerência entre seu posicionamento e suas ações: censurar práticas tradicionais do grupo dos “estabelecidos”, como a patronagem e a formação jurídica, mas, ao mesmo tempo, aproximar-se delas, e não recorrer somente à meritocracia, para conseguir o que tanto almejava, isto é, a notoriedade nos meios intelectuais¹¹.

Em sua trajetória, Júlio Ribeiro teceu críticas à *metafísica* como marca da tradição imperial brasileira, sobretudo no âmbito da formação intelectual dos grupos que conduziam a política, a educação e a cultura. Em consonância com tal postura e afinado com as teorias científicas da época, também atacou a metafísica na esfera dos estudos da linguagem.

Ao elaborar sua **Grammatica Portugueza** (1881), Ribeiro rejeitou o modelo até então vigente da Gramática Geral e Filosófica, fundamentados pelos pressupostos da **Grammaire Générale et Raisonnée** (1660), ou Gramática de Port-Royal, e aderiu ao método histórico-comparativo de estudo linguístico (FÁVERO; MOLINA, 2006; VIDAL NETO, 2010), desenvolvido ao longo do século XIX. As obras de orientação filosófica tinham como principal característica a prática de submeter os dados da língua à razão, à lógica, com explicações abstratas e influenciadas pela tradição greco-latina. Sobre isso, Ribeiro tece os seguintes comentários, presentes no “Anexo” do texto de 1881:

exemplo da categoria *pobre* na acepção dos fundadores do Culto à Ciência, pois, embora fosse cidadão ativo (votante ou eleitor), era marginalizado política e socialmente.

¹¹ Ribeiro também atuou na Escola Normal da Capital e no Instituto Nacional de Instrução Secundária, no Rio de Janeiro, como lente interino. Com relação ao último, o escritor chegou a recorrer à patronagem, enviando uma carta a Quintino Bocaiúva na qual solicitava sua efetivação no cargo (SILVEIRA, 2008).

As explicações metafísicas, mais ou menos sutis, mais ou menos engenhosas nunca satisfazem. (RIBEIRO, 1881, p. 286)

Sutilezas só engendram confusão: em metafísica, cada qual discreta a seu modo, e há sempre tantas sentenças quantas são as cabeças. (Ibid., p. 291)

e no prefácio da segunda edição, de 1884:

*As antigas gramáticas portuguesas eram mais dissertações de metafísica do que exposições dos usos da língua.
Para afastar-me da trilha batida, para expor com clareza as leis deduzidas dos fatos e do falar vernáculo, não me poupei a trabalhos.*

Opondo-se à tradição metafísica e buscando aplicar um critério *científico* à sua obra, Ribeiro se alicerça no empirismo do viés histórico-comparativo e se propõe a expor “as leis deduzidas dos fatos e do falar vernáculo”, leis estas obtidas por meio de observação e experiência¹². Ademais, recorre ao repertório de “ideias novas” surgidas dessa orientação:

E não me apresento como exibindo novidades: sigo apenas os passos dos srs. C. Waldbach e Adolpho Coelho, de Diez e de Bopp, de todos os mestres da filologia e linguística. (RIBEIRO, 1881, p. 286)

Nós temos mais de estudar as formas várias por que passou a nossa língua, temos de comparar essas formas com a atual para que melhor entendamos o que esta é, e como veio a ser o que é. [...] O estudo da linguagem diz-nos muito sobre a natureza e sobre a história do homem. (Ibid., p. 02)

Nesse sentido, sua obra representa uma ruptura epistemológica na gramaticografia brasileira. Júlio Ribeiro inovou ao publicar um estudo gramatical histórico-comparativo em língua portuguesa, destacando tanto a comparação entre as línguas românicas, e a evolução do latim para o português, quanto alguns usos considerados típicos da língua no Brasil¹³. Os *fatos* do vernáculo observados pelo autor se referiam inclusive àqueles realizados pelos “caipiras”, conforme veremos a seguir.

Dessa forma, o autor descreve diferenças entre o português do Brasil e o de Portugal, como pode ser visto no exemplo abaixo, que retrata um fenômeno de prosódia:

¹² Aproximando o estudo da língua aos princípios pedagógicos do método intuitivo (Cf. VALDEMARIN, 2006; SOUZA, 1996; 2006).

¹³ Portanto, seguindo a orientação empirista, o autor não se restringia apenas ao português literário para a coleta de exemplos, mas registrava também elementos do vernáculo.

A voz tônica comum i representa-se: [...] por e, na terminação de todos os vocábulos barítonos e na conjugação e, ex.: “cidade – mosarabe – montes e vales”, que se leem “cidadi – mosarabi – montis e valis”. A maioria dos Brasileiros assim pronuncia; em Portugal diz-se “cidadê – mosárabê – montês e valês” dando à voz terminal um som abafado, muito distinto de i. (RIBEIRO, 1881, p. 26, grifos do autor)

Todavia, em muitos trechos da gramática, é possível notar um tom normativista, de condenação e estigmatização de determinadas construções brasileiras, havendo o emprego de termos como “erro” ou “pecado”:

Os pronomes substantivos em relação adverbial nunca podem servir de sujeitos, nem mesmo nas frases infinitivas que vêm depois de uma preposição. [...] No Brasil peca-se contra este preceito dizendo-se “Para MIM comer, etc.” (Ibid., p. 228, grifos nossos)

Por em relação subjetiva o pronome substantivo que serve de objeto a um verbo é erro comezinho no Brasil, até mesmo entre os doutos; ouvem-se a cada passo as locuções incorretas: “Eu vi ele – Espere eu” (Ibid., p. 230, grifos nossos)

Com relação à fala dos “caipiras”, destacada diversas vezes na obra, Ribeiro chega a justificar as características identificadas à fidelidade que eles, a “gente do povo”, tinha aos “usos arcaicos da língua”, portanto, mais conservadores:

Os caipiras, fieis aos usos arcaicos da língua, como soe sê-lo a gente do povo, [...] substituem ter a haver e dizem: “TEM muita gente na igreja – Agora TEM muito peixe no tanque”. Este uso vai-se tornando geral no Brasil até mesmo entre as pessoas ilustradas” (Ibid., p. 257, grifos nossos)

É interessante atentar que, nos dois exemplos acima, o autor identifica os fenômenos na variedade popular, “do povo”, mas com ecos na modalidade formal, na língua dos “doutos” e das “pessoas ilustradas”. Logo, para Júlio Ribeiro, as construções estigmatizadas fariam parte do português brasileiro em sua totalidade, independentemente do grupo social a que pertencesse o indivíduo, o que incluía, inevitavelmente, sujeitos como os “doutos/ ilustrados” Campos Sales e Prudente de Moraes¹⁴.

¹⁴ Haja vista que, em suas polêmicas, era comum Júlio Ribeiro desqualificar seus adversários por meio da identificação de usos linguísticos equivocados, que desviavam da *norma*. Ele faz isso, por exemplo, com o republicano Alberto Sales, nas **Cartas Sertanejas** (1885), e com o Padre Senna Freitas, na polêmica em torno da publicação do romance naturalista **A Carne**, de 1888.

Portanto, pode-se inferir que, uma vez que o português do Brasil exibia tais “máculas” e usos arcaicos, a língua portuguesa *legítima*, isto é, a que deveria ser tida como “verdadeira”, “correta” e ponto de partida para a avaliação de todas as práticas linguísticas (PEREIRA, 2014), seria o português de Portugal¹⁵. O fato de essa conclusão não aparecer explícita na obra de Ribeiro, mas poder ser lida nas entrelinhas, evidencia que a aceitação da língua legítima não é resultado de coerção ou aceitação consciente, o que torna sua contestação bastante complexa (BOURDIEU, 2008).

Diante disso, nota-se mais uma grande incoerência entre o posicionamento e as ações de Júlio Ribeiro: querer se “afastar da trilha batida” da tradição filosófica com o intuito de observar e expor “as leis deduzidas dos fatos e do falar vernáculo”, mas, ao mesmo tempo, condenar o vernáculo e prescrever o Português Europeu (PE) moderno como língua legítima. Vale ressaltar que, ao longo da obra, o autor recorre a trechos produzidos por escritores lusitanos, e não brasileiros, para exemplificar seus pontos gramaticais¹⁶.

Ademais, posto que sua **Grammatica** se assentava sobre postulados histórico-comparativos e evolucionistas, é ainda possível interpretar que, para o autor, o PE moderno estivesse em um grau evolutivo superior ao do Português Brasileiro (PB), pois este conservava arcaísmos e produzia “erros”. Em texto anterior, de 1880, Ribeiro afirmara que “brasileiros e portugueses são um povo só. Separa-os unicamente a diversidade de interesses criada pela diferença de necessidades”¹⁷. A expressão “diferença de necessidades” remete aos princípios darwinistas da adaptabilidade ao meio e da seleção natural. Assim, o meio brasileiro teria propiciado a separação do povo português em duas “famílias”, os “portugueses da Europa” e os “portugueses da América”¹⁸, e, por conseguinte, da língua portuguesa em dois “dialetos”¹⁹: o PE e o PB.

De fato, na **Grammatica**, Ribeiro tece a seguinte consideração:

Bem como as espécies orgânicas que povoam o mundo, as línguas, verdadeiros organismos sociológicos, estão sujeitas à grande lei da luta pela existência, à lei da seleção. E é para notar-se que a evolução linguística se

¹⁵ A que nos referimos como Português Europeu moderno ou simplesmente Português Europeu (PE) para diferenciá-lo do português clássico, que corresponde ao período dos séculos XVI a XVIII (GODOY, 2006), e do Português Brasileiro (PB).

¹⁶ É curioso observar que, sendo também romancista, Ribeiro insere na **Grammatica** um trecho de sua obra **Padre Belchior de Pontes**, de 1875. No entanto, o excerto não aparece para exemplificar um tópico de sintaxe, mas, curiosamente, para demonstrar o uso do travessão em diálogos (RIBEIRO, 1881, p. 278-279).

¹⁷ In: **Diário de Campinas**, 07/09/1880 (apud BLANCO, 1995, p. 95).

¹⁸ Expressões utilizadas por Ribeiro nesse texto.

¹⁹ Na **Grammatica**, Ribeiro compara a “seleção” nas espécies e nas línguas. Um dos itens expressa: “As espécies têm suas *variedades*, obra do meio ou de causas fisiológicas”, enquanto que “As línguas têm os seus *dialetos*, obra do meio ou dos costumes” (RIBEIRO, 1881, p. 142, grifos nossos).

efetua em prazo muito menor do que o da evolução das espécies: nenhuma língua parece ter vivido por mais de mil anos, ao passo que muitas espécies parece terem-se perpetuado por centenas de milhares de séculos. (RIBEIRO, 1881, p. 142, grifos do autor)

Essa asserção também alude à doutrina sócio-evolutiva de Herbert Spencer – já que Ribeiro menciona “organismos sociológicos”, e não apenas biológicos²⁰. Dessa forma, outra incoerência possível de ser notada é que, ao manifestar que as línguas evoluíam, e em prazo menor do que o da evolução das espécies, o autor não oferecia explicação para o fato de o PB conservar arcaísmos, ou seja, de “não ter evoluído” com o decorrer do tempo²¹.

Em todo caso, o que se pode concluir desse breve panorama da obra ribeiriana é que, no exercício de sua “autoridade linguística” (PEREIRA, 2014), o autor expressava, embora de modo tácito, que a língua portuguesa *legítima* era o Português Europeu e que cabia a ele ser a *norma*. Por consequência, desvalorizava os papéis do vernáculo e do padrão culto dos “doutos”, isto é, dos bacharéis de Direito paulistas, como Campos Sales e Prudente de Moraes. Essa constatação fica clara em um trecho das **Cartas Sertanejas**:

Pois não se ouve a cada passo da boca auctorizada dos lentes da faculdade a exdrixula asneira decano?
O povo que observa sempre instinctivamente as leis da glottica, do ablativo latino decano fez deão; os verdadeiros doutos portugueses fizeram decano; a academia ignorante e parvoeirona de S. Paulo fez decano.
E o caso é que não ha bacharel que não diga decano.
 (RIBEIRO, 2007, p. 112-113, grifos do autor)

Logo, os “verdadeiros doutos” seriam os portugueses. Com efeito, Ribeiro justifica a qualificação de “academia ignorante e parvoeirona” citando o famoso comentário de José da Silva Lisboa, que, ao criticar a abertura da Academia em São Paulo, em 1828, afirmara que “a pronuncia incorrecta e o dialecto desagradavel dos paulistas havia de influir para que a mocidade adquirisse o mesmo defeito” (apud RIBEIRO, 2007, p. 113).

No esquema a seguir, apresentamos a categorização (ou hierarquização) dos falantes de português identificada nas obras de Júlio Ribeiro, na qual o *povo* (i.e., os “caipiras”) se

²⁰ Ainda de modo mais claro, tal concepção ecoa as ideias de “línguas como organismos da natureza” e de evolução natural das línguas, propostas por August Schleicher no ensaio “Darwinism Tested by the Science of Language”, de 1863. Contemporâneo de Darwin, Schleicher pretende, nesse texto, revelar pontos de contato entre a sua teoria linguística e os conceitos do naturalista inglês.

²¹ A ideia de que o português do Brasil tinha tendência arcaizante e guardava semelhanças com a língua clássica seria retomada por João Ribeiro, em 1921: “muitos dos nossos brasileirismos, e muito da nossa gramática, não passam de arcaísmos preservados na América. Sob vários aspectos, como se verifica na questão ortográfica, somos tradicionalistas, ou antes, somos indiferentes à evolução de além-mar” (RIBEIRO, 1979 [1921], p. 57).

opõem aos *doutos*, enquanto que estes se subdividem em “*doutos*” (entre aspas, em sentido irônico; i.e., os bacharéis) e *verdadeiros doutos* (i.e., os portugueses):

Figura 1 – Categorias de falantes do português por Júlio Ribeiro

Disso decorre a hipótese de que Júlio Ribeiro deveria apresentar um padrão linguístico distinto daquele dos bacharéis e, portanto, mais próximo do PE. A análise linguística de seus escritos poderá comprovar tal suposição – ratificando a diferença –, ou negá-la – indicando identidade entre os padrões de Ribeiro e dos bacharéis, de modo a elucidar mais uma incoerência na trajetória do autor²². Além disso, o padrão apresentado por Ribeiro representaria um referencial para a instituição e para a *mocidade* do Colégio Culto à Ciência, sobretudo por ele ser considerado uma “autoridade” na área.

Fato é que a **Grammatica Portuguesa** de Ribeiro tornou-se uma publicação de grande sucesso no período, sendo adotada por diversas instituições, como o Ginásio de Campinas e o Imperial Colégio Pedro II (depois Ginásio Nacional). Para produzir tal obra, Júlio Ribeiro recebeu subsídios financeiros de colegas dos estabelecimentos onde trabalhava, como, por exemplo, o Comendador Joaquim Bonifácio do Amaral (Visconde de Indaiatuba), ligado à Sociedade Culto à Ciência, e Carolina Florence, do Colégio Florence²³.

A consagração como filólogo fortaleceu seu reconhecimento no universo letrado paulista e lhe proporcionou ascensão social. Se, no princípio, Ribeiro era desprovido de capital econômico e social, após o lançamento da **Grammatica**, em 1881, o autor conquistou significativo capital linguístico e social. Mais do que isso, “tornando-se dono de um discurso legítimo sobre a língua, estaria credenciado a emitir discursos legítimos acerca do contexto

²² Cf. Seção 3.1 deste capítulo.

²³ Com efeito, a primeira edição da gramática foi consagrada à província de São Paulo e, em particular, à cidade de Campinas, e deu destaque especial ao nome de Carolina Florence na dedicatória.

social e político” (PEREIRA, 2014, p. 10). E era isso que viria a fazer nas **Cartas Sertanejas**, de 1885, e nas **Procellarias**, de 1887.

2. A língua portuguesa no Ginásio de Campinas

Dando continuidade ao enfoque sobre a língua portuguesa nos colégios republicanos campineiros, nesta seção fazemos um breve panorama do ensino de Português no Ginásio de Campinas, através dos perfis dos lentes que ocuparam essa cadeira, entre 1897 e 1910, e da referência a algumas obras gramaticais utilizadas no período²⁴.

No primeiro Regulamento dos Ginásios do Estado, de 1895 (decreto n. 293/1895), a primeira e a segunda cadeiras eram chamadas de “Português”, mas, na versão de 1900 (decreto n. 858/1900), pós-equiparação ao Ginásio Nacional, a segunda cadeira passou a ser denominada “Literatura”. A informação é interessante porque parece demonstrar que as duas áreas de estudos de linguagem eram vistas como tão intrínsecas a ponto de se aglutinarem num mesmo “nome”, ou seja, significando que “literatura é língua”. Nesse sentido, fica evidente como os autores e os textos literários selecionados para as aulas representariam o modelo de língua culta – de língua *legítima* (BOURDIEU, 2008) – a ser transmitido para e reproduzido pelos alunos. Não que isso tenha se alterado com a divisão das cadeiras, pois as aulas de Português seguiriam baseadas em compêndios gramaticais nos quais os exemplos de língua provinham quase exclusivamente da literatura, isto é, de escritores *referenciais*.

Ademais, havia o trânsito dos mesmos docentes por entre as duas cadeiras e, ainda, em alguns períodos, a regência de ambas por um único lente, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 1 – Lentes de Português e Literatura do Ginásio de Campinas (1897-1910)

1ª. Cadeira – Português	2ª. Cadeira – Literatura
1897-1900 – Henrique de Barcelos	1897-1900 – Henrique de Barcelos
1900-1906 – Bento Ferraz	1900-1901 – Bento Ferraz
1906-1910 – Américo Brasiliense Antunes de Moura	1901-1904 – Henrique Coelho Neto
	1904-1910 – Bento Ferraz

²⁴ Informações obtidas através dos “Mappas das faltas de comparecimento do pessoal administrativo e docente do Gymnasio de Campinas” (acervo: APESP) e das atas das seções da Congregação (acervo: EECC).

No caso de Henrique de Barcelos, além de agregar a docência das duas disciplinas, ele também foi diretor da instituição entre os anos de 1898 e 1901²⁵. Para alcançar o prestígio de ocupar duas cadeiras e ainda o topo da hierarquia de cargos do Ginásio, Barcelos se valeu da teia de relações estabelecidas com os campineiros, a partir de experiências sociais comuns. Isso porque ele não tinha a “distinção” do diploma de ensino superior e, ao que tudo indica, era de origem humilde²⁶: português dos Açores, chegou à cidade em 1873, aos dezenove anos, e dedicou-se ao comércio, como caixeiro de loja de ferragens (GALZERANI, 1998). Em seguida, associou-se a outros comerciantes e, juntos, fundaram o jornal **Diário de Campinas** (1875), de feição republicana e abolicionista, que fazia oposição à **Gazeta de Campinas**, periódico ligado aos bacharéis. Depois de ingressarem no jornalismo, todos os redatores do **Diário** passaram a se dedicar também ao magistério (BLANCO, 1995), e Barcelos tornou-se lente de Português no Colégio Culto à Ciência (1876 a 1884).

É intrigante o fato de Henrique de Barcelos ter se inserido no espaço do Culto à Ciência, uma vez que os idealizadores do colégio pertenciam à “socialização endógena” dos bacharéis (ALONSO, 2002). Todavia, a “rixa” não deveria ser tão grande, já que Barcelos também atuou ao lado do bacharel Alberto Sales nos jornais **A Sensitiva** (1873) e **A Mocidade** (1874), cujo nome se alterou para **Atualidade** (1875) e, finalmente, para **Diário de Campinas** (GALZERANI, 1998) – ou a “rixa” não seria tão grande a ponto de impedir que Barcelos estabelecesse relacionamentos com aqueles que poderiam conferir-lhe reconhecimento e capital simbólico²⁷. Ainda pode ter fortalecido a escolha de Barcelos como lente de língua portuguesa o fato de ele ser português – aventando-se a hipótese de que, tal qual Júlio Ribeiro, os republicanos campineiros consideravam o Português Europeu a língua *legítima*, e, assim, nada melhor do que um “nativo” para ensiná-la²⁸. Outra hipótese é que, representando o setor do comércio, sua escolha como docente se vinculasse à proposta dos fundadores do Culto à Ciência de abrir a instituição aos “pobres”, isto é, a jovens oriundos do estrato intermediário, no intento de promover o que consideravam “instrução popular”²⁹.

²⁵ Cf. Capítulo 3 desta Tese.

²⁶ As fontes biográficas não dão muitos detalhes sobre a fase inicial de sua trajetória. Blanco (1995) apenas aponta que ele não cursou a Faculdade de Direito de São Paulo.

²⁷ E esse aspecto remete a uma das incoerências que identificamos na trajetória de Júlio Ribeiro, aproximando os dois personagens: criticar os bacharéis, mas se aproximar deles para conseguir ascender na esfera intelectual. Vale ressaltar que, pertencendo a um grupo mais radical de republicanos, Barcelos apoiaria Ribeiro nas **Cartas Sertanejas** (1885).

²⁸ Hipótese a ser verificada na próxima seção do capítulo, onde analisamos a colocação pronominal em textos de Júlio Ribeiro e de Henrique de Barcelos e a comparamos com os resultados obtidos sobre escritos de intelectuais republicanos paulistas, por Santos Silva (2012), e de autores portugueses oitocentistas, por Oliveira (2011).

²⁹ Cf. Capítulo 2 desta Tese, sobretudo a acepção restritiva dada a “instrução popular” pelo discurso dos republicanos campineiros.

Nota-se como foi rápida a ascensão de Barcelos – um “outsider” – ao grupo dos “estabelecidos” (ELIAS, 2000) da cidade, o que possivelmente o levou também a compor, posteriormente, o corpo docente e diretor do Ginásio. Barcelos ainda foi redator e diretor dos jornais **Correio de Campinas** e **Comércio de Campinas**, organizador de almanaques e sócio fundador do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA). É referido como “um dos maiores homens da imprensa de Campinas” e “o mais completo jornalista da época” (MONTEIRO, 1976, p. 32).

Na cadeira de Português, Barcelos foi substituído por Bento Ferraz (1865-1944). As informações obtidas atestam que ele provinha de Araraquara, era filho de sitiantes, foi convertido ao presbiterianismo por missionários norte-americanos, em Dois Córregos, e depois encaminhado a São Paulo para estudar na Universidade Mackenzie. Tornou-se pastor e ao lado de Eduardo Carlos Pereira – lente de Português do Ginásio da Capital – foi contrário à aceitação pela Igreja Presbiteriana do Brasil de membros e pastores pertencentes à maçonaria. Dessa dissidência, formou a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, em 1903.

O lente que o sucedeu, Américo Brasiliense Antunes de Moura (1881-1953), nascido em Santa Bárbara do Oeste, difere dos anteriores por ter se formado pela Escola Normal da Capital (1903), onde posteriormente seria professor de Português (RIBEIRO, 2015), e ter se diplomado pela Faculdade de Direito de São Paulo (1920). Ingressou no Ginásio de Campinas ao vencer concurso disputado com Othoniel Motta e Raul Soares. Teve vida sociocultural ativa, sendo membro da Academia Paulista de Letras, da Sociedade Paulista de Escritores, da Sociedade Paulista de Filologia, da Sociedade Científica de São Paulo, e vice-presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Por fim, destaca-se a figura de Coelho Neto, que, embora não tenha sido lente de Português, foi escritor e professor de Literatura – pensando na relação entre esta e a língua, de que tratamos anteriormente – e, até hoje, é um dos mais afamados professores do Ginásio.

O maranhense Henrique Coelho Neto (1864-1934), filho de pai português e mãe índia, transferiu-se para o Rio de Janeiro aos seis anos de idade e estudou os preparatórios no externato do Colégio Pedro II. Ingressou mas não concluiu os estudos superiores nem em Medicina, no Rio, nem em Direito, em São Paulo e Recife. Antes de se mudar para Campinas, Coelho Neto fizera parte do grupo de Olavo Bilac, Guimarães Passos e Paula Ney, fora companheiro assíduo de José do Patrocínio, na campanha abolicionista, trabalhara na imprensa, e já havia publicado vários livros, tendo “um nome literário nacional” (LAPA, 1960), e tinha sido nomeado professor de História da Arte da Escola Nacional de Belas Artes.

Em 1901, partiu para Campinas atraído pela abertura do concurso para a cátedra do Ginásio e motivado por uma crise financeira:

Conta ainda seu filho que no ano anterior (1900) o pai chegou a interromper a sua colaboração para os jornais, devido a grave enfermidade. Estancada a fonte de renda, viu-se obrigado o escritor a vender, em leilão, os seus móveis, livros e cristais [...]. Tantos dissabores o levaram, com a família, a aceitar o aceno do magistério campineiro”. (LAPA, 1960, p. 21)

Na cidade, além de ser professor no Ginásio, Coelho Neto foi sócio do CCLA.

O fato de ter sido aprovado no concurso para lente de Literatura no Ginásio de Campinas teria favorecido, em 1909, sua nomeação para o mesmo cargo no Ginásio Nacional, sem precisar prestar novo exame (LAPA, 1960). Também em 1909 foi eleito deputado pelo Maranhão, secretário do governo do estado do Rio, professor e diretor da Escola Dramática Municipal, isso tudo sem deixar de publicar inúmeros livros e ser um dos mais assíduos colaboradores da imprensa diária e das revistas mundanas – um “polígrafo da imprensa” (SEVCENKO, 2003).

Em suma, as figuras de Júlio Ribeiro, Henrique de Barcelos e Coelho Neto ilustram como, numa época caracterizada pela inexistência de um campo intelectual “autônomo”, no qual um escritor pudesse viver exclusivamente da atividade literária, cabia aos “homens de letras” o exercício do magistério, do jornalismo, da burocracia ou de profissões liberais (MACHADO NETO, 1973). E eram essas profissões que, aliadas às teias de relações sociopessoais (ALONSO, 2002; SIRINELLI, 2003), os inseriam e legitimavam no universo letrado, proporcionando-lhes capital simbólico. Importante também é atentar que essas três personagens conseguiram adentrar ao grupo dos “estabelecidos” embora fossem “outsiders” de origem e, nas palavras de Ribeiro, “sábios de título negativo”, ou seja, não bacharéis.

Antes de investigarmos o padrão linguístico culto de tais lentes, consideremos ainda o suporte por meio do qual o modelo de língua “legítima” era transmitido aos alunos: as gramáticas³⁰.

Entre 1897 e 1910, estas foram algumas das obras utilizadas nas aulas de Português no Ginásio de Campinas³¹:

³⁰ A partir de 1900, estava em vigor a equiparação do programa do Ginásio de Campinas ao do Ginásio Nacional. Com isso, os lentes deixaram de formular os programas de ensino de suas cadeiras. Estes passaram a ser organizados trienalmente pela Congregação do Ginásio Nacional e aprovados pelo Ministério dos Negócios do Interior (decreto n. 858/1900).

³¹ Informações obtidas nas Atas da Congregação do Ginásio de Campinas (acervo: EECC).

- **Grammatica Portugueza**, de Júlio Ribeiro;
- **Grammatica Historica da Lingua Portugueza**, de António Garcia Ribeiro de Vasconcellos;
- **Grammatica Descriptiva**, de Maximino Maciel;
- **Grammatica da Lingua Portugueza**, de Pacheco Silva Junior e Lameiro de Andrade;
- **Grammatica Portugueza**, de João Ribeiro;
- **Grammatica Expositiva**, de Eduardo Carlos Pereira.

Renomado por sua **Grammatica** e autor “da casa”, Júlio Ribeiro esteve presente, por vários anos, nos títulos adotados: por escolha do lente Bento Ferraz, em 1901, 1903 e 1905, e por opção de Américo de Moura, em 1910. Se essa obra é tida como a “divisora de águas da gramaticografia no Brasil”, por representar uma ruptura epistemológica com a tradição filosófica e introduzir o modelo histórico-comparativo de estudo da língua, as demais gramáticas adotadas pelo Ginásio seguem a mesma toada, aderindo à orientação das correntes científicas (FÁVERO; MOLINA, 2006) e concedendo atenção (ainda que mínima) a dados do Português Brasileiro (COELHO; DANNA; POLACHINI, 2014).

De fato, tais obras foram publicadas posteriormente à reforma dos programas dos exames preparatórios, conduzida por Fausto Barreto, em 1887, válida para todo o Império e inspirada nas correntes científicas. Nas **Procellarias**, Júlio Ribeiro reproduz integralmente o programa de Barreto³² e tece comentários elogiosos a ele, como: “Não há negar; é este um programma organizado scientíficamente, sobre as bases largas, solidas, da sciencia da linguagem” (RIBEIRO, 2007, p. 92), “nada de superfetações escolasticas, nada de metaphysica medieval” (Ibid., p. 93); elogios que culminam com o nada modesto “auto-louvor” ao caráter precursor de sua própria **Grammatica**:

Si foramos vaidoso, era esta a hora de rejubilar: o programma de Portuguez, bem como os de todas as outras linguas que se ensinam oficialmente no Brasil, está de accordo exacto, perfeito com os principios da grammatica scientifica, que, em 1881, tivemos a ousadia de arrojar á publicidade. (RIBEIRO, 2007, p. 93)

Um dos tópicos gramaticais arrolados por Fausto Barreto, o de número 40, refere-se à “collocação dos pronomes pessoas”. Por constar de seu programa, representava um tema de

³² **Procellarias**, 17/04/1887 (apud RIBEIRO, 2007, p. 85-94).

destaque no estudo da língua portuguesa, mas, conforme veremos na próxima seção, as discussões a seu respeito não se restringiam ao espaço escolar.

3. Colocação pronominal em questão: o caso das infinitivas preposicionadas

Segundo Mário de Alencar (1919), o século XIX e o início do século XX situam no Brasil o chamado “período pronominal”, no qual domina a preocupação com a colocação do pronome oblíquo átono³³: “É cousa comuníssima ouvir-se a um colegial como a um letrado, a um negociante como a um repórter ou a um político o juízo eliminatório de um livro ou de um escritor com o simples critério e enunciado de que *não sabe colocar pronomes*” (apud PINTO, 1978, p. 457, grifos nossos)³⁴. Essa preocupação chegava a ser exacerbada a ponto de o autor compará-la a um “culto”, um “fetichismo”, e até mesmo a um “fanatismo”, uma “obsessão”: “A colocação dos pronomes ficou sendo a pedra de toque do escritor; e escritor que não queira ficar desmoralizado tem que aquilatar ali a sua linguagem” (Id., Ibid.).

Isso porque o período ficou marcado por duas grandes querelas linguísticas: a primeira, ocorrida na Monarquia, tinha como oponentes o escritor brasileiro José de Alencar e o jornalista português José de Castilho; na segunda, situada já na República, o protagonista era o jurista e senador Rui Barbosa com o seu parecer sobre o projeto do primeiro Código Civil Brasileiro, elaborado pelo jurista Clóvis Beviláqua, a pedido do presidente Campos Sales, e aprovado pela Câmara dos Deputados em 1902. Na polêmica envolvendo Alencar, este, opositor à política imperial, passou a ser criticado nos jornais por Castilho, apadrinhado por D. Pedro II, que atacou a gramática do brasileiro. O foco da censura foi a colocação pronominal, pois, “forçosamente, ao seu ouvido de português, não aclimado, soavam como senão alguns pronomes pessoais colocados naturalmente à nossa maneira” (PINTO, 1978, p. 459). No caso de Rui Barbosa, surpreendeu o fato de que seu parecer, em vez de trazer comentários sobre aspectos jurídicos do Código Civil, tinha cunho essencialmente de análise linguística, pontuando, entre outras questões, a colocação pronominal (PAGOTTO, 2011)³⁵.

³³ A que também nos referimos por “pronomes clíticos”, “clíticos pronominais” ou apenas “clíticos”. Em relação ao verbo, o pronome oblíquo átono pode estar enclítico, isto é, depois dele (“Calei-me”), proclítico, isto é, antes dele (“Eu me calei”), ou mesoclítico, ou seja, no meio do verbo quando este se encontra no futuro do presente ou no futuro do pretérito (“Calar-me-ei, Calar-me-ia”).

³⁴ Mário de Alencar, filho do escritor José de Alencar, era advogado, poeta, romancista e jornalista.

³⁵ A polêmica se estendeu por um longo período, envolvendo novos pareceres e réplicas e incluindo a atuação do professor Ernesto Carneiro Ribeiro (cf. PAGOTTO, 2011).

Com efeito, a literatura linguística tem destacado a importância do século XIX como momento de concretização da gramática do Português Brasileiro (PB) (TARALLO, 1993), em contraste com o Português Europeu (PE), e para a normatização da língua (PAGOTTO, 1998). No que concerne à colocação dos pronomes clíticos, os estudos identificam como diferença entre o PB e o PE a escolha da próclise generalizada no vernáculo brasileiro³⁶, em oposição à preferência pelo uso enclítico na variedade lusitana, que licencia a próclise em apenas alguns contextos linguísticos específicos (PAGOTTO, 1992; 1993; CYRINO, 1993; entre outros).

Porém, se a próclise se mostrava predominante no PB vernacular, verifica-se que, em textos pautados na variedade culta da língua, havia um emprego cada vez maior de ênclise. Ao analisar comparativamente o texto constitucional do Império e o da República, Pagotto (1998) constata maior presença da ênclise no segundo texto e interpreta o fenômeno dentro do projeto civilizatório das elites brasileiras do século XIX. Para o autor, tais elites pretendiam manter a estrutura de dominação existente através da distância social entre aqueles que dominassem a norma culta europeia (enclítica) e o restante da população, sobretudo as classes mais baixas, que utilizavam apenas o vernáculo. A aproximação ao modelo lusitano também é a explicação dada às ocorrências de ênclise obtidas em demais pesquisas, como Pagotto e Duarte (2005), e Cavalcante, Duarte e Pagotto (2011).

Todavia, Oliveira (2011, 2013) discorda dessa interpretação, justificando que a escolha da ênclise não representaria a aderência da variedade culta do PB à matriz portuguesa, mas uma prática linguística brasileira, uma vez que a colocação enclítica não é uma peculiaridade do PE e que a “ênclise brasileira” não é aquela mesma presente no PE, ou seja, não se dá nos mesmos contextos linguísticos. A autora chega a tal conclusão analisando a posição do clítico em construções de infinitivo não flexionado (impessoal) regido de preposição, um contexto de variação na colocação pronominal, e.g., “para vos dizer” vs. “para dizer-vos”³⁷. De fato, esse é um dos pontos gramaticais debatidos pelos polemistas José de Castilho e Rui Barbosa, nas querelas mencionadas anteriormente.

Na história da língua portuguesa, as orações infinitivas preposicionadas sempre propiciaram variação na posição dos clíticos, o que levou o contexto a escapar de “vigilância” pela gramática normativa. Tanto que Said Ali (1908) caracteriza o fenômeno como uma

³⁶ Cyrino (1993) analisa dados obtidos em peças teatrais brasileiras dos séculos XVIII, XIX e XX, “por entender que seriam uma melhor representação do vernáculo” (p. 166). A autora verifica que a ênclise foi progressivamente abandonada e, no século XX, ficou restrita ao pronome *o*, *a* quando havia um infinitivo.

³⁷ No PE atual, há ênclise depois da preposição *a* e, em geral, próclise com as demais preposições, ao passo que, no PB contemporâneo, independentemente da preposição empregada, a tendência é haver ênclise com o clítico acusativo de terceira pessoa, i.e., *o(s)*, *a(s)*, e próclise com os demais pronomes (SCHEI, 2002).

aparente “orgia de colocação” (p. 29). Além disso, o assunto é abordado apenas indiretamente na seção sobre colocação pronominal da **Grammatica** de Júlio Ribeiro, de 1881³⁸, enquanto que as demais obras do período variam no aprofundamento dado ao tema: Maciel (1918[1887]) assinala a alternância entre ênclise e próclise em contexto de verbo não finito regido de preposição; Pereira (1907)³⁹ prescreve o uso da preposição *a* como operador de ênclise. Já na **Grammatica Portuguesa** de Augusto Freire da Silva, há os seguintes comentários:

Na proposição infinitiva, quer circumstantial, quer integrante, preposicional de infinitivo impessoal, colloca-se o pronome, ou antes, ou depois do verbo. Exemplos: “Teem sido improficuos os meus esforços, para *te* convencer, ou para convencer-*te*”. “Bem contra a minha vontade deixo de *te* ensinar, ou de ensinar-*te*”.

Si porem a proposição infinitiva, tanto de infinito pessoal como de impessoal, tiver por liame a preposição *a*, o pronome só se pospõe ao verbo. Exemplos: “A darem-*se* dissabores com a tua presença, é melhor que não vás”. “Accorreu a defender-*me* dos maus tratos que me davam”. “Ao recolherem-*se* os presos, houve grande tumulto”. “Continuem a portar-*se* bem”. (1906, p. 313-314, grifos do autor)

Por essa prescrição, vê-se que a colocação pronominal nas infinitivas apresenta comportamentos diversos, dependendo da preposição empregada: com *para* e *de*, é possível posicionar o clítico antes ou depois do verbo, indistintamente; com *a*, a única opção disponível é a ênclise.

Pesquisas recentes têm enfatizado a correlação entre as ocorrências de próclise e de ênclise e o fator condicionante “tipo de preposição” nas infinitivas. Examinando a escrita literária brasileira do século XIX⁴⁰, Schei (2002, 2003) conclui que tais textos se assemelham ao padrão lusitano por empregar ênclise categórica depois da preposição *a*, mas diferem desse modelo por conta do predomínio da ênclise também com as outras preposições, sobretudo para os pronomes *o/a*. Contudo, a autora não explora o fenômeno em busca de explicações.

Enfocando esse tema e comparando cartas pessoais de escritores brasileiros e portugueses nascidos no século XIX, Oliveira (2011) atesta o sistema dual para o PE,

³⁸ Não há um tópico específico para a posição dos pronomes em contexto de infinitivos preposicionados, mas, pelo seguinte exemplo, apresentado em outro tópico, “‘sem *o* ter’ ou ‘sem tel-*o*’” (RIBEIRO, 1881, p. 223), é possível depreender que o autor era favorável à liberdade da colocação.

³⁹ Eduardo Carlos Pereira foi lente de português no Ginásio da Capital (RIBEIRO, 2015). Como já mencionado neste capítulo, sua **Grammatica** foi adotada nas aulas de português do Ginásio de Campinas, assim como as de Maximino Maciel e de Júlio Ribeiro, também citadas acima.

⁴⁰ A autora analisa a colocação pronominal em obras de autores consagrados do século XIX, quais sejam: Joaquim Manuel de Macedo, José de Alencar, Bernardo Guimarães, Manuel Antônio de Almeida, Visconde de Taunay e Machado de Assis.

determinado pela preposição, no qual há a especialização da ênclise diante da preposição *a* e a próclise ocorrendo com as demais preposições, como *de* e *para*, conforme mostram a tabela e o gráfico abaixo:

Tabela 1 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses oitocentistas (adaptado de Oliveira (2011))⁴¹

	A. Garrett	A. Herculano	C. C. Branco	E. Queirós	F. Pessoa
A	100%	100%	100%	100%	100%
DE	4%	2,3%	11,6%	-	-
PARA	4,7%	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	30%

Gráfico 1 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores portugueses oitocentistas (adaptado de Oliveira (2011))

Logo, Oliveira (2011) aponta que os portugueses oitocentistas dão continuidade ao padrão de emprego categórico da ênclise na presença da preposição *a*, iniciado no período clássico da língua, a partir do século XVIII, conforme atestado por Godoy (2006):

⁴¹ Os escritores estão distribuídos por ordem de nascimento: A. Garrett (1799), C. C. Branco (1825), A. Herculano (1810), E. Queirós (1845), F. Pessoa (1888).

Tabela 2 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores do período clássico (adaptado de Godoy (2006))⁴²

	Melo	Brochado	Gusmão	Cavaleiro	Costa
A	75%	76,9%	100%	100%	100%
DE	30%	32,5%	59%	23,3%	22%
PARA	19,3%	70,3%	51,1%	12,9%	86,2%
Outras	20,1%	57,7%	44,4%	45,8%	10%

Entretanto, no ambiente das demais preposições, como *de* e *para*, a alternância entre próclise e ênclise do período clássico – a “orgia de colocação” de que trata Said Ali (1908) – é desfeita em favor do uso proclítico pelos escritores portugueses nascidos no século XIX, que representam o PE moderno (cf. Tabela 1).

Por outro lado, nas cartas de autores brasileiros do mesmo período, Oliveira (2011) observa que o emprego da ênclise não se associa a uma preposição específica, e, portanto, o que se atesta não é o sistema dual do PE, como vemos na tabela e no gráfico a seguir:

Tabela 3 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores brasileiros oitocentistas (adaptado de Oliveira (2011))⁴³

	J. Alencar	A. Azevedo	M. Assis	L. Barreto	M. Andrade
A	76%	96,5%	34,5%	39,2%	11,4%
DE	87,5%	87,5%	40%	50%	11,8%
PARA	100%	100%	93,8%	64,7%	12,5%
Outras	100%	50%	50%	16,7%	-

⁴² Os escritores estão distribuídos por ordem cronológica de nascimento: F. M. Melo (1608), Brochado (1651), Gusmão (1695), Cavaleiro (1702), Costa (1714).

⁴³ Os escritores estão distribuídos por ordem cronológica de nascimento: J. Alencar (1829), Álvares de Azevedo (1831), M. de Assis (1839), L. Barreto (1881), M. Andrade (1893).

Gráfico 2 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas - escritores brasileiros oitocentistas (adaptado de Oliveira (2011))

O que se nota é que José Alencar e Álvares de Azevedo, nascidos na primeira metade do século, apresentam uma gramática essencialmente enclítica, para todas as preposições. Machado de Assis e Lima Barreto representam um período de oscilação, ao passo que Mário de Andrade já tem uma gramática essencialmente proclítica, independentemente da preposição empregada.

Para Oliveira (2011), a generalização da ênclise entre os autores românticos brasileiros representou um afastamento radical do modelo do PE moderno e o recrudescimento da gramática colonial seiscentista – uma espécie de conservadorismo linguístico⁴⁴, como a marcar um elo com as origens das famílias paulistanas e com os bandeirantes, em um momento relevante da formação da identidade local. Dessa forma, o uso intensivo da ênclise operava como marcador distintivo do PB culto em relação ao PE. Outro ponto importante a ressaltar é que tanto Álvares de Azevedo quanto José de Alencar cursaram a Faculdade de Direito de São Paulo (BOSI, 1994) – ou seja, eram “sábios de título positivo”, nas palavras de Júlio Ribeiro.

Já nos casos de Lima Barreto e Mário de Andrade, Oliveira (2011) detecta a incidência da tipificação pronominal na distribuição sintática dos clíticos, pois somente o clítico acusativo de terceira pessoa, i.e., *o(s)*, *a(s)*, ocorre em ênclise, enquanto os demais têm posição proclítica⁴⁵. Sob um outro viés, considerando as figuras dos escritores em questão, a

⁴⁴ Segundo a autora, o conservadorismo linguístico lembra o conservadorismo econômico justificado pelo projeto de arcaísmo social (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001).

⁴⁵ Isso porque, quando a ênclise se torna menos disponível, essa posição especializa-se para acolher o pronome sem *onset* silábico. Conforme explica Nunes (1993), os clíticos acusativos de terceira pessoa na língua

preferência pela próclise representaria também a assimilação do vernáculo, inserida no projeto modernista de valorização da cultura nacional (RIBEIRO, 2015).

Em outro trabalho, Oliveira (2013) examina correspondências de circulação pública dos séculos XVIII e XIX⁴⁶ e verifica que, no período colonial, até o século XVIII, os resultados se assemelham ao modelo do PE – i.e., de especialização da ênclise diante da preposição *a*. Contudo, após a Independência, a primeira metade do século XIX representa o “ponto de inflexão” para a colocação pronominal, assentando a ênclise na escrita padrão do Brasil, a qual se tornará generalizada nas décadas seguintes, para as três preposições (*a*, *de* e *para*), conforme ilustra o gráfico abaixo:

Gráfico 3 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – correspondências de circulação pública (adaptado de Oliveira (2013))

No ambiente das infinitivas preposicionadas, a rejeição do PE moderno como modelo de língua para as elites sociopolíticas brasileiras também se mostra evidente na comparação dos índices de ênclise obtidos na análise de cartas enviadas por D. Pedro I à Marquesa de Santos – 25% (OLIVEIRA, 2014)⁴⁷ – e no exame de cartas pessoais do senador do Império e

portuguesa – *o(s)*, *a(s)* – derivaram dos pronomes demonstrativos latinos *illum/ illam/ illud*, e, diferentemente de outras línguas românicas em que tais clíticos preservaram o /l/, o português parece ter perdido o *onset* da sílaba do clítico. Outra hipótese seria que, devido ao fato de termos formas como *lo(s)*, *la(s)*, *no(s)*, *na(s)* em determinados contextos, esta sílaba teria um *onset* subjacente.

⁴⁶ O *corpus* do século XVIII é formado por um conjunto de cartas advindas dos Aldeamentos Paulistas e de correspondências paulistas de circulação pública; a amostra do século XIX é constituída de cartas de diferentes regiões brasileiras, escritas entre 1820 e 1910.

⁴⁷ Nesses dados, o uso de ênclise se fez categoricamente com a preposição *a*; com *de* o índice ficou na faixa dos 20%; com *para*, em cerca de 5% (OLIVEIRA, 2014).

da República Christiano Ottoni – 83% (PAGOTTO; DUARTE, 2005)⁴⁸. Os resultados revelam que a gramática de D. Pedro I é marcadamente proclítica em tal contexto, ao passo que a gramática do senador é acentuadamente enclítica.

A preferência pela ênclise com todas as preposições também é conferida na escrita de intelectuais republicanos paulistas, na pesquisa de Santos Silva (2012); são eles: Prudente de Moraes, Campos Sales, João Alberto Sales e Rodrigues Alves⁴⁹:

Tabela 4 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – intelectuais republicanos paulistas (adaptado de Santos Silva (2012))

	A. Sales	C. Sales	P. Moraes	R. Alves
A	100%	100%	100%	73,3%
DE	100%	100%	100%	53,3%
PARA	94,7%	84,6%	85,7%	56,5%

Gráfico 4 – Ênclise em orações infinitivas preposicionadas – intelectuais republicanos paulistas (adaptado de Santos Silva (2012))

Os dados produzidos pelo grupo dos republicanos paulistas, com exceção dos de Rodrigues Alves, estão próximos do padrão enclítico dos escritores brasileiros românticos e, portanto, distantes dos usos dos modernistas e do PB vernacular. Há também total

⁴⁸ Christiano Ottoni era engenheiro, foi deputado pelo Partido Liberal, em Minas Gerais, e senador por duas vezes, uma pela província do Espírito Santo e outra por Minas Gerais (PAGOTTO; DUARTE, 2005).

⁴⁹ O *corpus* analisado por Santos Silva (2012) compõe-se de textos de gêneros diversos: discursos políticos, mensagens, cartas pessoais, cartas publicas, bilhetes, estudos científicos, artigos publicados em livros ou jornais.

afastamento do padrão de colocação do PE moderno, já que a ênclise não é redutível à preposição *a*.

Quanto aos resultados obtidos nos textos de Rodrigues Alves, o mais proclítico dos autores analisados, Santos Silva (2012) busca fatores que expliquem tal discrepância nas condições sociais de produção escrita. Assim, destaca o fato de Rodrigues Alves ter estudado no Imperial Colégio Pedro II, sendo possível que “tenha sido fortemente influenciado por esse ambiente letrado, que lhe ofereceu condições de aquisição da variedade linguística socialmente prestigiada na Corte” (p. 288). Porém, para a autora, os fatores mais decisivos na prática linguística de Rodrigues Alves seriam sua filiação ao Partido Conservador, durante o Império – somente após a proclamação do novo regime, ele teria se tornado republicano –, e, sobretudo, a socialização com demais indivíduos “conservadores”, que partilhavam espaços, culturas, projetos e gostos.

Por sua vez, Alberto Sales, Campos Sales e Prudente de Moraes “fizeram a propaganda republicana, difundiram a proposta de federação, cultivaram o sentimento de paulistanidade” (Ibid., p. 289), de modo que suas escolhas linguísticas podem se constituir por oposição à escolha de indivíduos que estabelecem vínculos distintos com o grupo, como é o caso de Rodrigues Alves. Vale destacar que todos foram bacharéis pela Faculdade de Direito de São Paulo, assim como os românticos Álvares de Azevedo e José de Alencar.

Nesse sentido, deduz-se que a “socialização endógena” (ALONSO, 2002) em instituições escolares – Colégio Pedro II ou Faculdade de Direito – e em demais espaços de convívio intelectual (partidos políticos, sociedades secretas, agremiações culturais, imprensa) constituía um fator relevante para os padrões de colocação pronominal encontrados nos textos de Rodrigues Alves e dos bacharéis republicanos. É possível que o mesmo processo tenha ocorrido com os alunos do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas e, mais do que isso, que o padrão enclítico dos republicanos, por apresentar valor social distintivo e ser índice de pertença ao grupo dos “estabelecidos” (ELIAS, 2000), tenha servido de modelo a todos os envolvidos nas instituições: membros do corpo administrativo, docente e discente.

Os resultados dos estudos aqui expostos confirmam a tese de Pagotto (1998) de que a elite brasileira teria adotado a ênclise em oposição à próclise característica do vernáculo. No entanto, no contexto das orações infinitivas preposicionadas, não se buscou o modelo europeu de especialização da ênclise em face da preposição *a*. Ademais, a opção pela colocação enclítica não surgiu no final do século XIX, em período republicano, como afirma Pagotto (1998), mas antes, na primeira metade desse século (OLIVEIRA, 2013).

Logo, na passagem do século XIX ao XX, estariam em jogo três modelos de colocação pronominal no contexto das infinitivas preposicionadas:

- (i) o vernáculo brasileiro: próclise generalizada;
- (ii) o PE moderno: ênclise com a preposição *a*, e próclise com as demais preposições;
- (iii) o padrão culto brasileiro: ênclise generalizada.

Esse esquema tríplice remete-nos à classificação que Júlio Ribeiro (2007[1885]) aplica aos falantes da língua portuguesa (Figura 1), por meio da qual os divide em: “caipiras”, ou o “povo”, que associamos ao modelo (i); “doutos”, ou “sábios de título positivo” (i.e., bacharéis), relacionados ao modelo (iii); e “verdadeiros doutos”, os portugueses, representados aqui pelo modelo (ii).

Cabe verificar, então, a qual modelo a escrita de Júlio Ribeiro se aproximava, sobretudo se lembrarmos que ele considerava como língua *legítima* o PE, ao mesmo tempo em que “vituperava” a língua (e o modo de ser) dos bacharéis. Apresentaremos esses resultados no próximo item.

Por outro lado, paralelamente ao uso de ênclise no ambiente de infinitivo preposicionado, na virada do século XIX ao XX, a ênclise era licenciada inclusive na presença de atratores pronominais, como expressões de negação, pronomes relativos ou conjunções subordinativas, os quais, segundo a gramática normativa de modelo europeu, deveriam levar à próclise. Os dados abaixo foram retirados dos trabalhos de Oliveira (2011) e Santos Silva (2012):

- (1) ...e talvez case com o Chiquinho Xavier que forma-se este anno e foi para obstar esse casamento que a família d'elle transplantou-se para a Paulicéa. (Álvares de Azevedo)
- (2) Saúde e estudo – é o que desejo-yos [...] (Prudente de Moraes)
- (3) Sr. presidente, quando inscrevi-me para este debate, fiz desde logo o proposito de, ao subir a tribuna, abordar immediatamente a questão, sem me occupar [...] (Campos Sales)

Por ser alvo da “vigilância” corretiva, a ênclise em orações subordinadas representava um uso estigmatizado, passível de preconceito e de juízos do tipo “não sabe colocar pronomes”, como relata Mário de Alencar (1919). Não à toa, foi um dos contextos abordados na polêmica linguística envolvendo José de Castilho-José de Alencar e na censura de Rui

Barbosa ao Código Civil Brasileiro. Contudo, a colocação mostrou-se produtiva nos textos que representam o padrão culto do PB: Schei (2002) encontra o índice de 6% dessa ênclise nas obras de autores românticos; Oliveira (2011) atesta o índice de 13,5% nas cartas de Álvares de Azevedo; Santos Silva (2012) obtém a média de 11% na escrita dos republicanos paulistas. O próprio Júlio Ribeiro, que prescrevia em sua **Grammatica** a próclise nesse ambiente⁵⁰, produziu 9% de ênclise em seus textos (COAN, 2008). Tais construções não devem ser interpretadas como casos de hipercorreção⁵¹, mas salientam como a ênclise assumia a natureza de traço distintivo dos paulistas, senão dos brasileiros (OLIVEIRA, 2011), denotando “usos linguísticos específicos, empregados por letrados brasileiros, em consonância com as condições sociais de produção e reprodução linguísticas” (SANTOS SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 879).

3.1 Ênclise e modelos de português culto no Colégio Culto à Ciência e no Ginásio de Campinas

O contexto das orações infinitivas preposicionadas é, muitas vezes, obscurecido nas investigações sobre colocação pronominal, já que permite variação entre próclise e ênclise. Entretanto, com base nos estudos mencionados na seção anterior, vê-se que a análise desse contexto específico pode esclarecer muito acerca dos padrões linguísticos cultos existentes no período, seguindo a proposta do paradigma indiciário de Ginzburg (1989), que busca o isolamento e o exame de pormenores normalmente negligenciados, mas capazes oferecer uma satisfatória interpretação qualitativa dos objetos.

Os *corpora* da presente análise compõem-se de um conjunto de textos que representam o padrão linguístico *culto* oferecido, *cultivado* (praticado) e reproduzido nas duas instituições em foco, o Colégio Culto à Ciência e o Ginásio de Campinas. Foram analisadas produções textuais diversas de lentes de Português: Júlio Ribeiro, Coelho Neto e Henrique de Barcelos; a escrita oficial do Ginásio, em seus ofícios e atas da Congregação; e, por fim, os

⁵⁰ Júlio Ribeiro, por exemplo, prescreve: “Com verbos no subjunctivo o pronome objecto antepõe-se sempre, seja a sentença affirmativa, seja negativa, ex.: “*Que elle ME veja – Si nós O soubessemos – Si elles não NOS tivessem avisado – Quando elles não ME tenham visto*”. (1881, p. 223, grifos do autor).

⁵¹ Isto é, “um uso linguístico incorreto, equivocado, motivado pela aprendizagem deficiente da gramática do português europeu” (SANTOS SILVA, 2012, p. 263).

jornais publicados pelos alunos do Culto à Ciência e do Ginásio⁵². Abaixo estão alguns exemplos de dados coletados dos materiais⁵³:

- (4) É tempo de reconhecer-se que assim como ha bachareis sabios [...] (JR, **Cartas Sertanejas**)
- (5) [...] não teve a minima razão para agredir-me [...] (JR, **Uma polêmica célebre**)
- (6) [...] com um negralhão d'aquelles a perseguil-os, que haviam de fazer? (CN, **Fagulhas**)
- (7) [...] achou a ocasião excellente para cahir-lhe em cima [...] (CN, **A Bico de Pena**)
- (8) [...] do velho José Bonifacio, do sabio naturalista que depois de cobrir-se de gloria (HB, **Diário de Campinas**, 1885)
- (9) Elle quiz ser [...] o secretario geral para o pôr em communição (HB, **Revista do CCLA**, n. 15)
- (10) [...] até o gigante do nosso exercito a perguntar-nos como ia o jornal (**O Culto á Sciencia**, 07/04/1888)
- (11) [...] não tinham esperanças de a salvar (**Gazeta Gymnasial**, 07/09/1904)
- (12) [...] para nos incutir coragem e força, energia e perseverança (**Gymnasio de Campinas**, 15/11/1903)
- (13) [...] Aproveito esta oportunidade para reiterar-vos os protestos de minha alta estima a distincta consideração. (ofício, 28/11/1896)
- (14) [...] rogo a V. Exc. o obsequio de contractal-os ahi. (ofício, 21/09/1906)
- (15) [...] Em seguida, o mesmo sr. dr. director propos, para salvaguarda de todos em geral, fosse adoptada nas promoções a fazer-se no presente anno lectivo, [...] (ata, 25/01/1898)
- (16) [...] o Sr. Dr. Miller fez menção de levantar-se [...] (ata, 05/01/1905)

A tabela e o gráfico a seguir trazem os resultados encontrados para a colocação pronominal nas infinitivas preposicionadas nos dados gerais, isto é, sem haver distinção de preposição:

⁵² A relação de fontes consultadas encontra-se ao final desta Tese.

⁵³ As fórmulas “Tenho a honra de” foram excluídas da contagem de dados dos ofícios, pois, por serem formas “cristalizadas”, poderiam enviesar os resultados. Nelas, foi atestado um percentual de 95,3% de ênclise.

Tabela 5 – Colocação pronominal orações infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência e Ginásio de Campinas (dados gerais)

	J. Ribeiro	C. Neto	H. Barcelos	ofícios	atas	jornais de alunos
próclise	04/79 5%	13/185 7%	52/99 52,5%	03/35 8,6%	07/57 12,3%	14/47 30%
ênclise	75/79 95%	172/185 93%	47/99 47,5%	32/35 91,4%	50/57 87,7%	33/47 70%

Gráfico 5 – Colocação pronominal orações infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência e Ginásio de Campinas (dados gerais)

Os resultados obtidos revelam que a ênclise é predominante nas escritas dos professores brasileiros, Júlio Ribeiro e Coelho Neto, apontando índices acima de 90%, e na escrita oficial do Ginásio, sobretudo nos ofícios. Por sua vez, os textos de Henrique de Barcelos, português, revelam equilíbrio entre a colocação proclítica e a enclítica, enquanto que os jornais de alunos, embora sigam o padrão enclítico, apresentam uma média inferior de ênclise quando comparados a seus professores brasileiros.

Entretanto, para identificar, de fato, o modelo de colocação adotado em cada material, deve-se observar a distribuição da ênclise em relação ao tipo de preposição:

Tabela 6 – Ênclise em infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência e Ginásio de Campinas

	J. Ribeiro	C. Neto	H. Barcelos	ofícios	atas	jornais de alunos
A	100%	100%	100%	100%	100%	100%
DE	92,3%	78,1%	31,1%	90%	89,5%	42,9%
PARA	96,3%	97,3%	28,6%	83,3%	87%	58,3%
Outras	85,8%	82,6%	33,3%	100%	80%	85,7%

Gráfico 6 – Ênclise em infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência e Ginásio de Campinas

Quando se considera o fator condicionante “tipo de preposição” nas infinitivas, nota-se a grande aproximação dos resultados de Júlio Ribeiro e Coelho Neto do padrão de ênclise generalizada atestado nos dados dos bacharéis – escritores brasileiros românticos e republicanos paulistas (OLIVEIRA, 2011; SANTOS SILVA, 2012) –, embora eles não tivessem essa “insígnia”. Nesse sentido, recuperando a categorização proposta por Júlio Ribeiro, eles, enquanto “sábios de título negativo”, exibem padrão igual ao dos “sábios de título positivo”. Tais resultados poderiam ser justificados pela trajetória intelectual dessas figuras, em virtude das esferas de sociabilidade de que faziam parte, sobretudo pela participação na imprensa, na política, nas instituições culturais ou religiosas, que os inseriam e legitimavam no universo letrado, no mundo dos “estabelecidos” (ELIAS, 2000). Ademais, o afastamento do padrão de colocação do PE moderno (especialização da ênclise com a preposição *a*) revela mais uma contradição entre os dizeres e as ações de Júlio Ribeiro, uma vez que ele considerava como língua *legítima* o PE, a “língua dos verdadeiros doutos”, mas se aproximava da língua dos “doutos” (i.e., os bacharéis).

Em se tratando do padrão do PE, vemos que o português Henrique de Barcelos também não o representava inteiramente, pois, apesar de produzir ênclise categórica com a preposição *a*, os índices de ênclise com as demais preposições o afastam do modelo lusitano. Assim como na situação dos outros professores aqui investigados, a ascensão de Barcelos ao grupo dos “estabelecidos” da cidade poderia tê-lo feito mimetizar a gramática deles.

Portanto, nos casos de Ribeiro, Coelho Neto e Barcelos, o fato de serem gramáticos, escritores e lentes de português revelaria uma “percepção apurada” do valor social (ECKERT,

2012) da ênclise – uma “pedra de toque” – nesse contexto de colocação dos clíticos, sobretudo porque vivenciavam o chamado “período pronominal” da língua.

Os resultados para os ofícios e as atas do Ginásio de Campinas também se aproximam do padrão culto brasileiro, com a generalização do emprego de ênclise. Nesse ponto, devemos lembrar que os Diretores do colégio no período estudado, i.e., os remetentes dos ofícios, apresentavam trajetórias intelectuais de prestígio – três em cinco eram bacharéis, um era normalista, e outro fizera carreira na imprensa da cidade (Henrique de Barcelos) –, e eram vinculados à causa republicana⁵⁴. Esses atributos os colocam próximos do grupo dos bacharéis e do modelo de posição pronominal que eles possuíam. No caso das atas, uma vez que eram redigidas pelos Secretários e estes, na hierarquia de cargos administrativos do Ginásio, ocupavam nível abaixo apenas do Diretor, pode-se inferir que, se eles não fossem bacharéis, poderiam perceber a marca distintiva do padrão enclítico de seu superior, e dos demais membros da “elite do poder” (WRIGHT MILLS, 1981) das instituições burocráticas paulistas, com quem provavelmente teriam contato, e passariam a reproduzi-lo na sua escrita.

Por fim, os dados dos alunos do Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas, considerando-os em conjunto, revelam ênclise categórica com a preposição *a*, mas médias inferiores a 60% para as demais preposições. Diante desse quadro, a ênclise com *a* poderia ser resultado da escolarização, uma vez que era um contexto em que as gramáticas prescreviam tal colocação, ao passo que a próclise com as outras preposições indicaria uma tendência ao alinhamento com o vernáculo. Pensando nas diferentes clientelas atendidas pelo colégio *particular* Culto à Ciência – mais homogênea, composta majoritariamente pelos filhos da elite campineira republicana – e do Ginásio *público* – mais heterogênea, com membros da elite e do estrato social intermediário⁵⁵, separamos os resultados obtidos nos jornais de cada instituição:

Tabela 7 – Ênclise em infinitivas preposicionadas – Culto à Ciência vs. Ginásio de Campinas

	Culto à Ciência	Ginásio de Campinas
A	100%	100%
DE	66,7%	45,5%
PARA	100%	50%

⁵⁴ Cf. Capítulo 3 desta Tese.

⁵⁵ Cf. Capítulo 1 desta Tese.

Os resultados apontam que a redução da ênclise foi maior nos dados do Ginásio, cuja clientela englobava alunos de diferentes origens sociais, isto é, tanto os “estabelecidos” quanto os “outsiders”, sendo que os últimos poderiam não perceber o valor social da ênclise, justamente por não pertencerem ao segmento da elite. Pode-se concluir que esse é um fato linguístico que resultou do rearranjo de Campinas e do ensino secundário na cidade no momento posterior à proclamação da República e, sobretudo, às epidemias de febre amarela, que ocasionam, entre outras mudanças, a transferência de famílias da elite para a capital.

Para concluir, baseando-nos nos estudos anteriores que demonstram que, na virada do século XIX ao XX, paralelamente ao uso de ênclise no ambiente de infinitivo preposicionado, esta era licenciada inclusive na presença de atratores pronominais, como nas orações subordinadas, buscamos tais dados nos jornais dos alunos e obtivemos um percentual de 14,8%, valor próximo aos encontrados pelos demais pesquisadores. Aqui estão alguns exemplos de ênclise em orações subordinadas:

(17) [...] certos que em todos os combates que empenharmo-nos (**O Culto á Sciencia**, 07/04/1888)

(18) [...] o poeta que assigna-se Sarandy, confessa-se enamorado [...] (**Gazeta Gymnasial**, 01/08/1904)

(19) A Cidade de Itapira, novo semanario que publica-se em Itapira (**Gazeta Gymnasial**, 01/08/1904)

Esses dados corroboram a interpretação de que o uso da ênclise em um ambiente alvo da “vigilância” corretiva a fazia operar como marcador distintivo do PB culto em relação ao PE (OLIVEIRA, 2011). Ademais, a semelhança dos resultados obtidos nos nossos *corpora* evidencia que os indivíduos ligados ao Colégio Culto à Ciência, depois Ginásio de Campinas, se constituíam em uma “comunidade de prática” (ECKERT, 2006; 2012), no sentido de compartilharem valores, formas de comportamento, opiniões e padrões de sociabilidade, e de ser nessa comunidade de prática que desenvolviam uma identidade e as práticas linguísticas articuladas a ela, estando atentos aos valores sociais e distintivos dos usos da língua.

Conclusão

O excerto do romance *Esau e Jacó* (1904), com o qual abrimos a Tese, revelou como as palavras adquirem significações diferentes a partir do contexto em que são empregadas. Para a personagem Custódio, em questão de um dia, o antes “célebre” nome “Confeitaria do Império” passava a significar “destruição”, em virtude dos acontecimentos do 15 de novembro. Para evitar futuros problemas com a tabuleta, a confeitaria e o respeito de seu proprietário, a saída era trocar o nome do estabelecimento, ordenando-se ao pintor do letreiro sustar a escrita: “Pare no D”. No entanto, a nova palavra que se colocasse “depois do D” poderia também conter “significação política ou figuração histórica”, seja com o “da República”, seja com o “do governo”. Dessa forma, no entendimento do Conselheiro Aires, a escolha mais “acertada”, isto é, a menos vulnerável a críticas, ficava em dar à loja o nome do próprio comerciante: “Confeitaria do Custódio”.

A famosa passagem da obra de Machado de Assis evidencia como a palavra sempre se apresenta aos locutores carregada de um conteúdo ideológico (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997). Segundo Bakhtin (Voloshinov), a palavra – e o signo, em geral – enquanto produto ideológico faz parte de uma realidade (natural ou social) como todo corpo físico, mas também “reflete e refrata” uma outra realidade, que lhe é exterior: “Tudo que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo” (p. 31, grifo do autor). No romance, as dúvidas e inseguranças em torno da inscrição na tabuleta de Custódio decorreriam, portanto, dos efeitos e das impressões causados aos sujeitos pela realidade *em transformação*.

No presente trabalho, ao analisarmos produções discursivas das instituições de ensino secundário de Campinas, o Colégio Culto à Ciência e o Ginásio de Estado, entre o final da Monarquia e as primeiras décadas da República, deparamo-nos com diversos exemplos de palavras tecidas por “fios ideológicos” (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997), que urdiam significações a partir de seu contexto concreto de uso, como *povo/ popular, cidadão, excelência, luz*, entre outras. Mas o diálogo com o episódio da tabuleta torna-se ainda mais

nítido quando atentamos a um elemento do espaço dos colégios na condição de “signo ideológico”: a palmeira-imperial¹.

Visualizada nas fotografias do Ginásio de Campinas, e provavelmente plantada ainda nos tempos do Culto à Ciência, a palmeira-imperial, como o seu próprio nome o diz, simbolizava, no imaginário popular, a altivez do Império e, por extensão, do Imperador Pedro II. Sua inserção na paisagem do Culto à Ciência poderia sugerir uma contínua presença “física” do monarca no colégio, visitado por ele três vezes entre 1876 e 1886, de modo a assinalar que o prestígio da instituição campineira era reconhecido e legitimado inclusive pelo Imperador. Por outro lado, uma vez que o Culto à Ciência resultava da iniciativa de um grupo ligado aos cafeicultores do Oeste Paulista e às esferas de propaganda republicana, grupo este que, insatisfeito, se achava em situação de marginalização ante um governo monárquico de excessiva centralização político-administrativa (ALONSO, 2002), a presença da palmeira-imperial nos jardins do colégio *republicano* fazia notar a existência do outro, isto é, marcava a alteridade. Conforme analisamos no Capítulo 1 (Figura 1), a imponência ostentada tanto pela palmeira, no eixo vertical, quanto pelo edifício, no eixo horizontal, exprime o jogo de forças entre as duas formas de governo, e, podemos acrescentar, entre os “estabelecidos” do poder político – i.e., a sociedade da corte – e os “outsiders” – i.e., os republicanos paulistas, com base nos termos de Elias (2000).

Esse cenário de coexistência do colégio com a palmeira se prolongaria até os primeiros anos da República, fase inicial de funcionamento do Ginásio de Campinas. A palmeira-imperial sobreviveu à queda do regime que a tornara “célebre”, mas, tal como a confeitaria do romance machadiano, seu nome carregava um conteúdo ideológico de valor negativo no novo governo. Porém, diferentemente do caso da tabuleta, mudar o nome da planta não alteraria o aparente estado de coisas, nem evitaria a “destruição”, pois a palmeira era, por si só, um signo ideológico do Império brasileiro. Logo, a solução foi extirpá-la da paisagem, ou seja, “destruí-la”, de forma que apenas o edifício do Ginásio passou a se destacar na cena, em sua monumentalidade (Figura 2), dando a entender que naquele momento somente os valores, práticas e tradições republicanos dominariam em Campinas e no imaginário popular (CARVALHO, 2008) – haja vista que os republicanos paulistas haviam se tornado os “estabelecidos”, com a conquista do tão desejado poder político.

A “queda” da palmeira-imperial evidencia outro fato passível de interpretação simbólica: por estar situada bem em frente ao edifício, a planta barrava, parcialmente, a

¹ Cf. Capítulo 1. As alterações no projeto paisagístico e no edifício dos colégios, que retomamos nesta Conclusão, foram identificadas no exame da figura 1 (página 48) e da figura 2 (página 50).

entrada da luz solar em determinados espaços do colégio. Se lembrarmos que, na formação discursiva e ideológica republicana, a metáfora da “luz” foi apropriada para indicar a República, o novo, o progresso, o futuro, a ciência, o saber e a instrução, em contraposição às “trevas” do Império², extrair a palmeira do jardim significava muito mais do que uma alteração de projeto paisagístico.

Com efeito, a comparação entre as duas imagens do Ginásio de Campinas, presentes no Capítulo 1, revela que a palmeira também barrava a leitura da inscrição <CULTO Á SCIENCIA>, localizada no alto da fachada. Com a remoção da planta, esse nome ganhou realce e assinalou a identidade, o *ethos*, que deveria ficar para sempre gravado na memória do estabelecimento, como *culto* (BOSI, 2014). Esse ponto também nos remete ao excerto de *Esaú e Jacó*, já que, ao final do conflito com a tabuleta, as personagens concluem que dar à confeitaria o nome do próprio Custódio era a solução mais “acertada”, pois era um nome que, além de não se ligar a nenhum dos dois regimes, salientava um aspecto fundamental para a sobrevivência do negócio até então: “muita gente certamente lhe não conhecia a casa por outra designação”. Situação semelhante é verificada no colégio campineiro: a inscrição <CULTO Á SCIENCIA> da fachada é um signo ideológico que representa a “excelência” da iniciativa republicana em prol da educação. Sua perenidade ultrapassa a transição dos regimes – o Culto à Ciência funcionou na Monarquia; o Ginásio, na República –, e, replicando as palavras de Machado de Assis, até hoje, muita gente não conhece o estabelecimento por outra designação³.

Ademais, as fotografias mostram que o corte da palmeira-imperial acompanhou a reforma do edifício do Ginásio, ocorrida no início da década de 1910 (AFFONSO; PINTO, 1986). Entre as partes modificadas, há destaque para as alterações realizadas no telhado, que suprimiram as lucarnas da fachada⁴. Embora permitisse a entrada de luz em determinados cômodos, a sequência de lucarnas recorda um desenho semelhante ao de uma coroa real (Figura 1), levando o item a aludir ao Império, assim como o fazia a palmeira. Portanto, a reforma eliminou do cenário elementos “supérfluos”, pondo fora (“out”) aquilo que poderia remeter ao antigo regime e dando uma “cara nova” ao colégio, afinada com a imagem de República que se queria passar – como diria o Conselheiro Aires sobre a “reforma” da

² Cf. Capítulo 2.

³ O nome da instituição foi alterado de Ginásio de Estado de Campinas para Colégio Estadual Culto à Ciência, em 1947 (AFFONSO; PINTO, 1986). Atualmente, denomina-se Escola Estadual Culto à Ciência. Vale salientar que a rua onde se localiza a escola também se chama Culto à Ciência, no bairro de Botafogo.

⁴ Lucarnas são estruturas que se projetam de um telhado (no sótão), geralmente contendo uma janela para a entrada de luz e a circulação de ar. É possível visualizar as lucarnas do telhado do Ginásio na figura 1 (página 48) e observar sua ausência após a reforma de 1911, na figura 2 (página 50).

tabuleta, “as revoluções trazem sempre despesas”. Como resultado, a fachada do Ginásio tornou-se mais modesta, isto é, menos ornamentada, uma vez que a mudança no telhado o deixou mais plano e singelo (Figura 2). Sem a palmeira e sem as lucarnas, não havia mais elementos salientes, com *distinção*, na vista superior do edifício, de modo que a construção “re-formada” (como “forma nova”) exprimia, por um lado, simplicidade, e, por outro, alinhamento ao “moderno”, ao “progresso”.

A fotografia do Ginásio de Campinas transformada em cartão-postal ainda realiza a operação simbólica de definir as “coisas visíveis” no espaço: o prédio é apresentado em perspectiva frontal, o que faz emergir os conceitos de “objetividade fotográfica” e de “credibilidade na verossimilhança” (RIBEIRO, 2006); por sua vez, a passarela ao centro parece conduzir o observador à entrada principal do colégio, envolvendo-o na cena e aludindo à ideia de que o caminho para se chegar à escola tornara-se livre, acessível a todos, com o advento da *res pública* (em latim, “coisa pública”). Além disso, a imagem do edifício e seu entorno (passarela e jardins) transmite as impressões de solidez, ordem, regularidade, estabilidade, segurança, clareza e salubridade. Esses são atributos valorizados pelos republicanos no poder, seja no âmbito administrativo-burocrático do governo paulista – com a reestruturação de secretarias e a hierarquização entre os setores –, seja na esfera educacional – com a reforma na área da instrução pública, na década de 1890, arquitetada “de modo racional e completo” por Cesário Motta Jr., que resultou também em regulamentos rigidamente elaborados para os ginásios estaduais –, seja na condução de políticas públicas de saneamento e combate a doenças, sobretudo em cidades recentemente devastadas por graves epidemias, como era o caso de Campinas⁵. Tais atributos se mostram inquestionáveis no cartão-postal devido à objetividade com que se faz a representação imagética do Ginásio: para quem o observa, ele *é* assim, ele concentra toda essa “excelência”.

Na ideologia do grupo dominante, também deveria ser inquestionável que o novo governo estaria voltado aos interesses de *todos*, e que, na estrutura social, os *súditos* do Império saíam de cena para dar lugar aos *cidadãos* da República, conforme a acepção *igualitária* de cidadania difundida a partir do século XVIII (SANTOS; FERREIRA, 2009). Não admitindo privilégios – como foros de nobreza e títulos honoríficos – e considerando todos iguais perante a lei⁶, justifica-se que, no chamado “governo do *povo pelo povo*”, o tratamento por *cidadão* tenha sido adotado, em princípio, sem *distinção*: “cidadão presidente, cidadão ministro, cidadão general” (CARVALHO, 2008, p. 13). Por meio da manipulação do

⁵ Todos esses aspectos foram discutidos no Capítulo 3.

⁶ Constituição Brasileira (1891).

imaginário social, as promessas democratizantes proferidas em comícios, conferências públicas e na imprensa fizeram despertar, em vários setores da população, a expectativa de expansão dos direitos civis e políticos (CARVALHO, 2014), seguindo a retórica da Revolução Francesa. Em suma, a “república dos sonhos” relacionava o novo com a ideia de liberdade (MONARCHA, 1999), articulando esta à extinção do voto censitário, à separação entre o Estado e a Igreja, à secularização do ensino e à difusão da instrução pública, à soberania do poder civil (em vez do poder *pessoal* do monarca), e à descentralização do exercício do poder (com a introdução do federalismo).

De fato, na fotografia do Ginásio de Campinas reformado (Figura 2), a “liberdade” de a fachada não estar mais encoberta pela palmeira-imperial significa que a luz solar poderia, então, atingir “igualmente” todas as salas do andar superior do prédio. Em contraste, no jardim, um pequeno meio-fio parece barrar o avanço da terra, impedindo-a de atingir o pavimento da passarela, da mesma forma que as áreas ocupadas pelas árvores e pelo canteiro que margeia o caminho central são delimitadas por uma longa e estreita faixa, aparentemente de concreto. Além de apontarem mudanças feitas sobre a configuração anterior da paisagem (Figura 1), esses pontos evidenciam a criação de barreiras e limites no espaço do jardim, sugerindo que cada elemento (árvore, canteiro, passarela) teria o seu lugar determinado (restrito) no ambiente, não podendo se expandir “livremente” ao lugar do outro. Se as interpretarmos na condição de signos ideológicos, tais “barreiras” são indícios de que, na realidade social, os sujeitos também se situariam em lugares rigidamente demarcados, sendo-lhes difícil conseguir mobilidade.

Traduz-se, assim, o cenário atestado com a consolidação da República: as promessas democratizantes não se concretizaram, de modo que muito pouco foi feito para a expansão de direitos civis e políticos – e o que foi feito já era demanda do liberalismo imperial (CARVALHO, 2014). No que se refere à questão do voto, as inovações republicanas resumiram-se em eliminar a exigência de renda, mantendo-se a de alfabetização, barreira suficiente para impedir o crescimento do eleitorado⁷. Segundo Carvalho (Ibid., p. 44), “por trás dessa concepção restritiva da participação estava o postulado de uma distinção nítida entre sociedade civil e sociedade política” – ou seja, entre os “outsiders” e os “estabelecidos”

⁷ Se considerarmos que a alfabetização está no cerne da instrução primária, pouco também foi feito para reverter o quadro de “atraso” e ampliar o acesso à educação básica no início da República. Segundo Colistete (2016), nesse período, as despesas reais do governo paulista com a instrução primária foram substancialmente inferiores ao registrado nos últimos cinco anos do Império, embora tivesse havido aumento das receitas públicas estaduais.

(ELIAS, 2000) – sendo que os últimos deixavam de fora (“out”) a grande maioria da população brasileira⁸.

Na presente Tese, tal *distinção* se manifestou também através da palavra enquanto produto ideológico: seja pela acepção hierárquica que *povo* e *cidadão* apresentaram no “discurso fundador” do Colégio Culto à Ciência, proferido por Campos Sales em 1874; seja pela inserção do adjetivo “Ilustre”, em *Ilustre Cidadão*, e pelo uso do vocativo *Exm. Snr.*, nos ofícios do Ginásio de Campinas (1896-1910), em referência ao interlocutor de alto posto na hierarquia administrativo-burocrática – opondo-o ao “cidadão”, termo utilizado para identificar apenas os funcionários com o cargo de servente do colégio; seja pela especialização da forma *Vossa Excelência* no tratamento cerimonioso a esse interlocutor, em contraste com o pronome “vós”, que pressupunha relação simétrica e recíproca. Ainda no âmbito da burocracia, as marcas distintivas de caráter *pessoal* se opuseram à *impessoalidade* expressa pelo pronome *se*, pois, enquanto as primeiras se ligavam àqueles com autoridade para *dar* ordens, como o Secretário de Estado de Negócios do Interior, o *se* remetia aos subordinados que deveriam *cumprir* as ordens, correspondendo a um interlocutor indeterminado, um “quem quer que seja”, um “mero” *cidadão*, dentro do universo referencial (e social) do órgão público.

Logo, se, nas fases de transição dos regimes e de legitimação da República, o grupo dominante manipulou o imaginário popular e propagou o sentido democratizante da palavra *cidadão*, no momento em que o novo governo já se encontrava consolidado, usos e fórmulas de valor hierarquizante ganharam corpo e revelaram que a desigualdade de poder e de direitos continuava em vigor: todos seriam, em princípio, *cidadãos*, mas somente alguns seriam *illustres* e teriam *excelência* – e assim deveriam ser reconhecidos.

Com efeito, a historiografia aponta que a República não ocasionou a subversão das estruturas de poder da sociedade, mas, pelo contrário, “suscitou uma rearticulação do próprio *establishment*, desembocando numa mudança muito mais moderada do que visavam os contestadores” (ALONSO, 2002, p. 325). Assim, o regime “continuou republicano na forma, mas oligárquico no conteúdo, e a sociedade tornou-se liberal no vestuário, mas profundamente conservadora na realidade” (SALIBA, 2012, p. 241). Não à toa, muitos dos intelectuais do período exprimiam desilusão, desencanto, com a “república dos sonhos que não aconteceu” (SEVCENKO, 2003; CARVALHO, 2014), isto é, com a imagem de

⁸ Sem contar aqueles que, mesmo podendo, escolhiam não votar, por conta de problemas como a fraude e o uso de campanhas para influenciar o processo eleitoral, que persistiram durante a República (CARVALHO, 2014).

República que ficara como *culto*, como veneração, mas não se manifestava como *cultura*, como prática (BOSI, 2014).

Em diversas apropriações de sentido, o par *culto* / *cultura* foi empregado neste trabalho para caracterizar as instituições secundárias enfocadas: vimos que o Colégio Culto à Ciência foi um *projeto* de escola para a República, um devir educacional (na ordem do *culto*), ao passo que o Ginásio foi o *produto* das reformas executadas (*cultivadas*) na instrução pública paulista na República; já em termos de programa de ensino, enquanto o Culto à Ciência tinha a *ciência* apenas na esfera do *culto* (conforme revela o seu próprio nome, inscrito na fachada), o Ginásio a apresentava como *cultura*, isto é, em exercício, como prática. Os dois estabelecimentos também diferiam em relação à clientela atendida: os alunos do Culto à Ciência (colégio particular) formavam um grupo mais homogêneo, com meninos oriundos da tradicional elite campineira, a “poderosa teia clânica” (LAPA, 1996); por sua vez, os estudantes do Ginásio (colégio público) compunham um quadro heterogêneo, com membros da elite convivendo com jovens provenientes do estrato social intermediário, filhos de estrangeiros e, a partir de 1909, meninas.

Por esse panorama dos colégios, é possível dialogar com Elias (2000), segundo o qual a relação entre “estabelecidos” e “outsiders” não se dá apenas na sociedade como um todo (nível macrosociológico), mas também é identificado em escala menor (nível microsociológico), em pequenas comunidades onde determinados grupos ocupam posições de prestígio e poder e se fazem contrastar com outros conjuntos de pessoas⁹. Dessa forma, enquanto o Culto à Ciência tinha predomínio de alunos com sobrenomes das famílias “estabelecidas”, o corpo discente do Ginásio agregava tanto “estabelecidos” quanto “outsiders”. E entre os aspectos que hierarquizavam os indivíduos dos dois grupos estava a *língua*, mais especificamente, o padrão de colocação pronominal em orações infinitivas preposicionadas¹⁰.

Nesse contexto linguístico, o modelo do Português Brasileiro (PB) culto, atestado na escrita dos bacharéis da Faculdade de Direito de São Paulo – e.g., autores românticos, intelectuais republicanos paulistas (OLIVEIRA, 2011; SANTOS SILVA, 2012) –, é de uso

⁹ De modo que um pequeno cenário pode servir como paradigma empírico do tema universal das relações “estabelecidos-outsiders”. Vale lembrar que Elias e Scotson (2000) estudaram o povoado industrial de Winston Parva, na Inglaterra, onde um grupo de habitantes se reconhecia como o “establishment” local e se opunha ao conjunto de indivíduos que consideravam “outsiders” – embora os indicadores socioeconômicos indicassem que aquela era uma comunidade relativamente homogênea. Os “estabelecidos” fundamentavam sua distinção pelo fato de habitarem o povoado há mais tempo (duas ou três gerações), encarnando, assim, valores de tradição e boa sociedade. Já os “outsiders”, residentes recém-chegados, eram estigmatizados por atributos associados sobretudo à delinquência.

¹⁰ Cf. Capítulo 4.

generalizado de ênclise com todas as preposições (*a, de, para*), diferindo-se do padrão do PB vernacular (próclise generalizada) e do Português Europeu (PE) (ênclise apenas com a preposição *a*). Portanto, o uso intensivo da ênclise no PB culto operava, por um lado, como marcador de *distinção* ao PE e ao vernáculo, e, por outro, como índice de pertencimento ao grupo dos “estabelecidos” – tal como a insígnia de família, o diploma de bacharel, a participação nas esferas política e de sociabilidade e na imprensa. Tais características e valores fazem compor não apenas um grupo, mas uma “comunidade de prática” (ECKERT, 2006). De fato, a análise de infinitivas preposicionadas em produções textuais do Colégio Culto à Ciência e do Ginásio de Campinas (escritos de lentes de Português e escritos oficiais) apontou haver a percepção do “valor social” (ECKERT, 2012) da ênclise nesse ambiente de colocação pronominal e dessa “prática” enquanto marca identitária do colégio republicano – adotada, inclusive, por quem tinha origem “outsider”, como Júlio Ribeiro.

Por sua vez, o exame do fenômeno nos jornais dos alunos revelou ênclise predominante nos dados do Culto à Ciência, aproximando-os do padrão culto brasileiro; todavia, nos periódicos do Ginásio, os índices de ênclise com as preposições *de* e *para* beiraram os 50%, indicando alinhamento ao vernáculo. Pode-se aventar que, sendo formado por “estabelecidos” e “outsiders”, o corpo discente do Ginásio configurava, na verdade, duas “comunidades de prática”: a “comunidade dos estabelecidos”, cujos membros reconheciam e *praticavam* o valor social e *distintivo* da ênclise, e a “comunidade dos outsiders”, cujos membros produziam mais próclise¹¹. Contudo, uma vez que o ensino secundário permaneceu tendo caráter elitista durante a República (NADAI, 1987), voltando-se ao encaminhamento dos alunos às academias superiores, sobretudo a de Direito, e ao preenchimento de cargos políticos, administrativos e burocráticos do governo, a distinção emanada pelo padrão enclítico poderia vir a ser percebida (e reproduzida) pelos “outsiders” de origem quando estes se inserissem nas instituições dominadas por “estabelecidos”.

Adquirindo valor social, isto é, sendo assinalada pelo horizonte social de uma época e de um grupo determinado (BAKHTIN (VOLOSHINOV), 1997), a ênclise do PB culto adentra o domínio da ideologia e se torna, tal qual a palavra, um *signo ideológico*, refletindo e refratando a realidade em transformação. Por fim, os fatos linguísticos aqui estudados denotam que a língua não é imutável, mas viva – assim como o são as inscrições nas tabuletas.

¹¹ De modo similar, Eckert (2000 *apud* 2012) realiza um estudo sobre duas comunidades de prática compostas por adolescentes de um colégio de Detroit: os “jocks” (provenientes da classe média) e os “burnouts” (oriundos da classe trabalhadora). Ambas construíam sua identidade de grupo – e os critérios de pertencimento ou exclusão – com base em um conjunto complexo de critérios estilísticos, como vestuário, gosto musical, comportamento e modos de falar.

REFERÊNCIAS

Acervos consultados

Arquivo Edgard Leurenroth (AEL) – IFCH / UNICAMP

Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP)

Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas (CCLA)

Centro de Memória Unicamp (CMU)

Escola Estadual Culto à Ciência (EECC)

Fontes documentais

Almanach A Cidade de Campinas em 1901. Org. Leopoldo Amaral. Campinas: Typ. da Casa Livro Azul, 1900.

Almanak de Campinas para 1873. Org. José Maria Lisboa. Campinas: Typ. da Gazeta de Campinas, 1872.

Almanach do Correio de Campinas para 1886. Org. Henrique de Barcellos. Typ. do Correio de Campinas, 1885.

Almanach Historico e Estatistico de Campinas de 1912. Orgs. Benedito Octávio e Vicente Melillo. Campinas: Typ. da Casa Mascotte, 1911.

Almanach Litterario Paulista para 1876. São Paulo: Typ. da Província de S. Paulo, 1875.

O Culto á Sciencia. Campinas, 07/04/1888. (APESP)

Diário de Campinas, 1875, 1880, 1885, 1887. (AEL)

Gazeta Gymnasial. Campinas, 10/07/1904. (AEL)

Gazeta Gymnasial. Campinas, 01/08/1904. (AEL)

Gazeta Gymnasial. Campinas, 07/09/1904. (AEL)

Gazeta Gymnasial. Campinas, 12/10/1904. (AEL)

Gazeta Gymnasial. Campinas, 15/11/1904. (AEL)

Gymnasio de Campinas. Campinas, 07/09/1901. (APESP)

Gymnasio de Campinas. Campinas, 15/11/1903. (APESP)

Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes de Campinas, CCLA, 1902-1910.

Relação Nominal dos Alumnos matriculados neste Gymnasio no anno lectivo de 1903 nos diferentes cursos do anno. (APESP).

Cartão-postal do Ginásio de Campinas, Edição Especial da Casa Genoud – Campinas, s/d. (AEL)

Livro de Actas das Sessões da Congregação do Gymnasio de Campinas. (EECC)

Mappa das faltas de comparecimento do pessoal administrativo e docente do Gymnasio de Campinas, 1897-1903. (APESP)

Ofícios do Gymnasio de Campinas dirigidos ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior – 1896-1910. (APESP)

CAMPOS SALES, Manuel F. Discurso de inauguração do Colégio Culto à Ciência. In: PAULA, Carlos Francisco de. **Monografia Histórica do Colégio Culto à Ciência.** Campinas, 1946. Disponível em: <http://cultoaciencia.net/pag_monografia.htm>. Acesso em: 15/10/2011.

COELHO NETO, H. M. **A Bico de Penna** – Fantasias, contos e perfis – 1902-1903. 3a. ed. Porto: Livraria Chardron, 1925.

_____. Fagulhas. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1897-1899.

RIBEIRO, Julio. **A Carne.** São Paulo: Três Livros e Fascículos, 1984.

_____. **Cartas Sertanejas; Procellarias** – edição fac-símile. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ FUNDAP, 2007.

_____. **Grammatica Portugueza.** São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

_____. **Grammatica Portugueza.** Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1911.

_____; FREITAS, Senna. **Uma polemica celebre.** São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1934.

Leis e decretos

Constituição Política do Império do Brazil, de 26 de março 1824.

Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil, de 24 de fevereiro de 1891.

Constituição Paulista, de 14 de julho de 1891.

Decreto n. 28, de 1 de março de 1892.
 Lei n. 88, de 8 de setembro de 1892.
 Decreto n. 144-B, de 30 de dezembro de 1892.
 Lei n. 169, de 7 de agosto de 1893.
 Decreto n. 218, de 27 de novembro de 1893.
 Lei n. 430, de 1 de agosto de 1896.
 Decreto n. 382, de 3 de setembro de 1896.
 Lei n. 520, de 26 de agosto de 1897.
 Decreto n. 518, de 11 de janeiro de 1898.
 Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto n. 293, de 22 de maio de 1895.
 Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto n. 503, de 18 de dezembro de 1897.
 Regulamento dos Gymnasios do Estado de São Paulo. Decreto n. 858, de 14 de dezembro de 1900.

Referências bibliográficas

- ABRAHÃO, Fernando A. **Padrões de riqueza e mobilidade social na economia cafeeira: Campinas, 1870-1940**. 2015. 235 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.
- AFFONSO, Cleide Maria de Luca; PINTO, Maria Nívea. **Culto à ciência, cento e treze anos a serviço da cultura**. Campinas: Gráfica Tecla Tipo Ltda., 1986.
- ALONSO, Angela. **Idéias em movimento – A geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz & Terra, 2002.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. 3ª. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- AMARAL, Leopoldo. **Campinas: Recordações**. São Paulo: Secção de Obras d'O Estado de S. Paulo, 1927.
- AMERICANO, Jorge. **São Paulo Naquele Tempo – 1895-1915**. 2ª. ed. São Paulo: Carrenho Editorial / Narrativa Um / Carbone 14, 2004.
- ANDRADE, Vera Lúcia Cabana. O colégio Pedro II e a metáfora do “nome do pai”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, julho 2011.
- AQUINO, Wilton Rodrigues. **Análise de ofícios sob uma perspectiva bakhtiniana**. 2011. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

ARCADAS Associação dos Antigos Alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Disponível em: < http://www.arcadas.org.br/antigos_alunos.php>. Acesso em: 12 jun. 2016.

ASSIS, Machado de. **Esaú e Jacó**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2012.

AUSTIN, John L. **Quando dizer é fazer** – Palavras e Ação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Trad. Paulo Bezerra. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. (VOLOSHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BARRETO, Lima. **Contos completos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial do Estado, 2002.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Pontes, 1995.

BIDERMAN, Maria Tereza C. Formas de tratamento e estruturas sociais. **ALFA**, São Paulo, n. 18/19, 1972, p. 339-382.

BLANCO, Silvana Mota Barbosa. **República das Letras**: Discursos republicanos na província de São Paulo (1870-1889). 1995. 218 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

BOBBIO, Norberto. Intelectuais. In: **Os intelectuais e o poder**. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 109-139.

BOSI, Alfredo. Cultura. In: CARVALHO, José Murilo (org.) **História do Brasil nação: 1808-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundación Mapfre, 2012. vol. 2, p. 225-279.

_____. **Dialética da Colonização**. 4ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **História Concisa da Literatura Brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. 3ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 183-202.

_____. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-192.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 2014.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRESCIANI, Maria Stella. **Liberalismo:** Ideologia e Controle Social – Um estudo sobre São Paulo 1850-1910. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1976.

BROWN, R.; GILMAN, A. The pronouns of Power and Solidarity. In: SEBEOK, T. A. (Ed.). **Style in Language.** Cambridge: MIT Press, 1960, p. 252-281.

CAMPINAS. **Cartilha de símbolos municipais.** Prefeitura Municipal de Campinas, Campinas, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Recortes.** 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

CANO, Jefferson. **Escravidão, alforrias e projetos políticos na imprensa de Campinas: 1870 – 1889.** 1994. 211 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CANTUARIA, Adriana Lech. **A escola pública e a competência escolar:** o caso do colégio Culto à Ciência de Campinas. 2000. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

CARDOSO, Daisy Borges. O imperativo gramatical no português brasileiro. In: **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 14, n. 2, p. 317-340, 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.17851/2237-2083.14.2.317-340>>. Acesso em: 25 mar. 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados:** o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **A construção da ordem:** a elite política imperial. **Teatro de sombras:** a política imperial. 9ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014b.

_____. **A formação das almas:** o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

CAVALCANTE, Sílvia. **O uso de se com infinitivo na história do português.** 2006. 206 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____; DUARTE, Maria Eugénia; PAGOTTO, Emilio. Clíticos no século XIX: uma questão de posição social? In: CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio (orgs.). **A norma brasileira em construção:** cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 167-217.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.

CINTRA, Luís F. Lindley. **Sobre “Formas de Tratamento” na Língua Portuguesa**. Lisboa: Livros Horizonte, 1986.

COAN, Giovanna Ike. **Construções-se em anúncios publicitários de revistas paulistanas**. 2011. 188 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. Um homem de *sciencia*: Júlio Ribeiro, sua gramática e suas polêmicas. In: Congresso Nacional Mackenzie Letras em Rede: Linguagens e Saberes, 2012, São Paulo. **Resumos...** São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2012, p. 108.

_____. **Posição dos clíticos de terceira pessoa: português culto ou *cultismo*?** 2008. 24 f. Relatório final de Iniciação Científica (Bacharelado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COELHO, Olga; DANNA, Stela Maris D. G.; POLACHINI, Bruna Soares. O Português do Brasil em Gramáticas Brasileiras do século XIX. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 46, 2014, p. 115-141.

COLISTETE, Renato Perim. **O Atraso em meio à Riqueza** – Uma História Econômica da Educação Primária em São Paulo, 1835 a 1920. 2016 (mimeo).

COLSATO, Andrea. **A inserção do se em sentenças não-finitas do PB**. 2007. 108 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CRUZ, Heloisa Faria da. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

CUNHA JUNIOR, Carlos Fernando Ferreira. **O Imperial Collegio de Pedro II e o ensino secundário da boa sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

CYRINO, S. Observações sobre a mudança diacrônica no português brasileiro. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs.) **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993, p. 163-184.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies**. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

DE LUCA, Tania Regina. **A Revista do Brasil**: um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

DICIONÁRIO da Elite Política Republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-

FGV). Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

DUARTE, Maria Eugênia. O sujeito de referência indeterminada em sentenças infinitivas. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 5, n. 1, 09-30, 2008.

ECKERT, Penelope. Community of Practice. **Encyclopedia of language and linguistics**. Elsevier, 2006.

_____. The meaning of style. In: CHIANG, Wai-Fong et. al. (Eds.). **Salsa 11** – Texas Linguistics Forum 47. Austin: Linguistics Department, University of Texas, 2004, p. 41-53.

_____. Three waves of variation study: the emergence of meaning in the study of Sociolinguistic Variation. **The Annual Review of Anthropology**. p. 87-100, jun. 2012.

ELIAS, Norbert. Introdução – Ensaio teórico sobre as relações estabelecidos-outsiders. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 19-50.

_____; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FALCON, Francisco J. Calazans. O povo brasileiro: ensaio historiográfico. **Revista USP**, São Paulo, n.46, p. 30-41, junho/agosto 2000. Disponível em <http://www.usp.br/revistausp/46/02-franciscoj.pdf>. Acesso em 10/12/2014.

FÁVERO, Leonor L. A Grammatica Portuguesa de Júlio Ribeiro. In: **Revista da Anpoll**. São Paulo: Humanitas, n. 13, Jul.-Dez., p. 75-88, 2002.

_____; MOLINA, Márcia A. G. **As concepções lingüísticas no século XIX: a gramática no Brasil**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERNANDES, Maria Fernanda Lombardi. Os republicanos e a abolição. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 27, 2006, p. 181-195.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio**. 3ª. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Salete Beatriz Braga Xavier. **A expansão escolar campineira e a grande lavoura no fim do Império (1860 – 89)**. 1982. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1982.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GALDINO, Antonio Carlos. **Campinas, uma cidade republicana: política e eleições no oeste paulista (1870-1889)**. 2006. 328 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **O almanaque, a locomotiva da cidade moderna:** Campinas, décadas de 1870 e 1880. 1998. 348 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

GALVES, Charlotte. **Ensaio sobre as gramáticas do português.** Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

GEBARA, Ademir. **Campinas, 1869-1875:** republicanismo, imprensa e sociedade. 1975. 172 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais** – Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GODOY, Mahayana. A colocação dos clíticos no ambiente das orações infinitivas introduzidas por preposição no Português Clássico, 2006. Disponível em: http://www.tycho.iel.unicamp.br/~tycho/pesquisa/monografias/MAHAYANA_MC-CRel.pdf. Acesso em 01/09/2012.

GOMES, Patrícia Michele. **A revista do Centro de Ciências Letras e Artes de Campinas (1902-1916).** 2009. 188 f. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

GURAN, Milton. A vida atrás da foto. In: RIBEIRO, Suzana Barretto. **Percursos do olhar:** Campinas no início do XX. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006, p. 11-12.

HADLER, Maria Sílvia Duarte. **Trilhos de modernidade:** memórias e educação urbana dos sentidos. 2007. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

HAIDAR, Maria de Lourdes M. **O ensino secundário no Império Brasileiro.** São Paulo: EDUSP; Grijalbo, 1972.

HAWAD, Helena. **Tema, Sujeito e Agente:** A voz passiva portuguesa em perspectiva sistêmico-funcional. 2002. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HILSDORF, Maria Lúcia S. **Francisco Rangel Pestana:** o educador esquecido. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1988.

HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: _____; RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** 2ª. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

HOMEM, Maria Cecília Naclério. **O Palacete Paulistano e Outras Formas Urbanas de Morar da Elite Cafeeira (1867-1918).** São Paulo: Martins Fontes, 1996.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo; FRANCHI, Carlos Franchi; NEVES, Maria Helena Moura. Os pronomes pessoais do português falado: roteiro para análise. In: CASTILHO, Ataliba; BASILIO, Margarida (orgs.). **Gramática do Português Falado** – v. IV. Campinas: Ed. Unicamp / São Paulo: FAPESP, 1996, p. 79-166.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 5ª. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

_____. **Hercule Florence**: A descoberta isolada da fotografia no Brasil. 3ª. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

LAPA, José Roberto Amaral. **A Cidade**: Os Cantos e os Antros: Campinas 1850-1900. São Paulo: EDUSP, 1996.

_____. Coelho Netto em Campinas (1901-1904). **Revista de História**, n. 43, São Paulo, 1960 (separata).

LUQUES, Solange U. **Metáfora e argumentação**: uma análise crítica do discurso político. 2010. 172 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MACIEL, Maximino (1918). **Grammatica descritiva baseada nas doutrinas modernas**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918 [1887].

MACHADO NETO, A. L. **Estrutura social da República das Letras**: Sociologia da vida intelectual brasileira – 1870-1930. São Paulo: EDUSP/Grijalbo, 1973.

MAGALHÃES, Wanda Moreira. **Eleitores e eleitos**: os agentes do poder em Campinas, na segunda metade do século XIX. 1992. 287 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. Analisando discursos constituintes. **Revista do GELNE**, Natal, vol. 2, n. 2, 2000, p. 1-12.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2005.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História da Escola em São Paulo e no Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado / Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 2014.

MATEUS, Maria Helena M. et al. **Gramática da Língua Portuguesa** – Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História do Brasil nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundación Mapfre, 2012. vol. 3, p. 85-131.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MELONI, Reginaldo. **Saberes em Ciências Naturais**: o ensino de Física e Química no *Colégio Culto à Ciência* de Campinas – 1873/1910. 2010. 207 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

MERTON, Robert King. Estrutura burocrática e personalidade. In: CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 107-124.

MOACYR, Primitivo. **A Instrução Pública no Estado de São Paulo – Primeira Década Republicana (1890-1900)**. 2º. volume. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça – o lado noturno das luzes**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

MONTEIRO, Aristides. **Panorama da poesia em Campinas (até 1920)**. Campinas: Publicações da Academia Campinense de Letras, 1976.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições**. Campinas: Mercado de Letras, 2006.

_____. A maçonaria republicana e a educação: um projeto para a conformação da cidadania. In: SOUSA, Cynthia Pereira de (org.) **História da educação: processos, práticas e saberes**. 3ª. ed. São Paulo: Escrituras, 2003, p. 5-26.

NADAI, Elza. **O Ginásio do Estado em São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)**. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 1987.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EDUSP, 2009.

NASCIMENTO, José Leonardo do. Julio Ribeiro: ciência, política e arte. In: **Cartas Sertanejas: Procellarias – edição fac-símile**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ FUNDAP, 2007, p. V-XXXIX.

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro. **Administração do ensino público paulista na Primeira República**. 1980. 372 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1980.

NEIBURG, Federico. Apresentação à Edição Brasileira – A sociologia das relações de poder de Norbert Elias. In: ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 7-11.

NOGUEIRA, Emilia Costa. O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do Oeste Paulista e os pródromos do movimento republicano. **Revista de História**, v. 9, n. 20, 1954, p. 379-405.

NUNES, Jairo. Direção da cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto em Português Brasileiro. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs.) **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993, p. 207-222.

_____. **O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador**. 1990. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

OLIVEIRA, Marilza de. Colocação pronominal: índice social da elite intelectual. In: Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos – SINEFIL, 5, Campo Grande, 2013. **Anais...** Campo Grande: Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, 2013.

_____. Ênclise pronominal: fatura linguística do Império (mimeo), 2014.

_____. Pluricentrismo na arena linguística. In: SILVA, A. et al. (orgs.). **Línguas Pluricêntricas** – Variação Sociolinguística e Dimensões Sociocognitivas. Braga: Universidade Católica Portuguesa, 2011, p. 681-694.

_____. KEWITZ, Verena. A representação do caipira na imprensa paulista do século XIX. In: CASTILHO, Ataliba T. (org.). **História do Português Paulista**. Campinas: UNICAMP/IEL, 2009, p. 209-236.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2007.

_____. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni P. (org.) **Discurso fundador**: A formação do país e a construção da identidade nacional. São Paulo: Pontes, 1993, p. 11-25.

PAGOTTO, Emílio. Clíticos, mudança e seleção natural. In: KATO, M.; ROBERTS, I. (orgs.) **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. São Paulo: Editora da Unicamp, 1993, p. 185-206.

_____. Norma e condescendência; ciência e pureza. **Línguas e instrumentos linguísticos** (2), 1998, p. 49-68.

_____. **A Posição dos Clíticos em Português**: um Estudo Diacrônico. 1992. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1992.

_____. Rui Barbosa e a crise normativa brasileira. In: CALLOU, Dinah; BARBOSA, Afranio (orgs.). **A norma brasileira em construção**: cartas a Rui Barbosa (1866 a 1899). Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011, p. 105-166.

_____. DUARTE, Maria Eugenia L. Gênero e norma: avós e netos, classes e clíticos no final do século XIX. In: LOPES, Célia (org.). **A norma brasileira em construção**: Fatos linguísticos em cartas pessoais do século 19. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, p. 67-81.

PAIVA, Carlos Henrique Assunção. A Burocracia no Brasil: as bases da administração pública nacional em perspectiva histórica (1920-1945). **História**, São Paulo, 28 (2), 2009, p. 775-796.

PAULA, Carlos Francisco de. **Monografia Histórica do Colégio Culto à Ciência**. Campinas, 1946.

Disponível em http://cultoaciencia.net/pag_monografia.htm. Acesso em 15/10/2011.

PAULA, João Antônio de. O processo econômico. In: CARVALHO, José Murilo (org.) **História do Brasil nação**: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundación Mapfre, 2012. vol. 2, p. 179-223.

PAULO, Marco Antonio. **A organização administrativo-burocrática da instrução pública paulista**: estudo sobre o Regulamento da Diretoria Geral de 1910. 2007. 268 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

PEREIRA, Eduardo Carlos. **Grammatica Expositiva** – Adaptada ao 1º, 2º. e 3º. anno dos Gymnasios. São Paulo: Weiszflog Irmãos & Co., 1907.

PEREIRA, Hércius Batista. O papel dos gramáticos: observações a partir de Júlio Ribeiro e suas Cartas Sertanejas. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, 43 (1), p. 161-171, jan-abr 2014.

PEREIRA, Luisa Rautner. Povo/Povos. In: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 203-224.

PINTO, Edith Pimentel. **O Português do Brasil** – Textos críticos e teóricos (1820-1920) – Fontes para a teoria e a história. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: EDUSP, 1978.

PUJOL, Hipólito G. **Notas devendo servir para a reforma do ensino do Colégio Culto á Sciencia**. Campinas: Typ. Livro Azul, 1890.

QUEIROZ, Jonas Marçal de. **Da senzala à República**: tensões sociais e disputas partidárias em São Paulo (1869-1889). 1995. 203 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez / Autores Associados, 1981.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **A educação feminina durante o século XIX**: o colégio Florence de Campinas (1863-1889). 1993. 285 f. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

RIBEIRO, João. **Grammatica Portugueza**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1889.

_____. **A Língua Nacional e outros estudos linguísticos**. Petrópolis: Vozes, 1979[1921].

RIBEIRO, Priscilla Barbosa. **A ordem de constituintes sentenciais no português paulista**. 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

_____. **Língua e sociedade**: a ordem na escola republicana paulista. 2015. 163 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

RIBEIRO, Suzana Barretto. **Percursos do olhar**: Campinas no início do XX. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2006.

RIBEIRO JUNIOR, João. **O que é positivismo**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

RUMEU, Márcia Cristina de Brito. **Para uma história do português no Brasil**: formas pronominais e nominais de tratamento em cartas setecentistas e oitocentistas. 2004.

Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SAID ALI, M. **Dificuldades da língua portuguesa**. 7ª. ed. Rio de Janeiro: ABL/ Biblioteca Nacional, 2008.

_____. **Grammatica Historica da Lingua Portugueza**. São Paulo: Comp. Melhoramentos, 1931.

SALIBA, Elias Thomé. Cultura. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História do Brasil nação: 1808-2010**. Rio de Janeiro: Objetiva; Fundación Mapfre, 2012. vol. 3, p. 239-294.

SANTOS, Laura Grazielle. Um estudo sobre a *Cartilha da infância* (188?), de Thomaz Galhardo. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, v. 7, n. 3, p. 332-342, 2007.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In: FERES JÚNIOR, João (org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 43-64.

SANTOS SILVA, Hosana. **O lugar da língua na São Paulo transformada: os usos linguísticos dos intelectuais republicanos paulistas**. 2012. 378 f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

_____; OLIVEIRA, Marilza. Questões de língua no Brasil oitocentista. **Forum linguístico**, Florianópolis, v. 12, n. 4, p. 872-882, out./dez. 2015.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Cartões-postais, álbuns de família e ícones da intimidade. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, v. 3: República: da *Belle Époque* à Era do Rádio, p. 424-512.

SCHEI, Anne. **A colocação pronominal do Português Brasileiro: a língua literária contemporânea**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2003.

_____. A colocação pronominal na literatura brasileira do século XIX. In: **Filologia e Linguística Portuguesa** (5). São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002, p. 57-84.

SCHERRE, Maria Marta. A norma do imperativo e o imperativo da norma: Uma reflexão sociolinguística sobre o conceito de erro. In: _____. **Doa-se lindos filhotes de poodle: variação linguística, mídia e preconceito**. São Paulo: Parábola, p. 115-143, 2005.

_____ et al. Reflexões sobre o Imperativo Português. **DELTA**, v. 23 (esp.), p. 193-241, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-44502007000300010>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

SCHLEICHER, August. **The Darwinian Theory and the Science of Language**. London: J. C. Hotten, 1863.

SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do imperador**. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **O espetáculo das raças:** Cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **O Império em procissão.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

_____; STARLING, Heloísa. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência:** A formação da comunidade científica no Brasil. Brasília: Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001.

SEARLE, John. R. **Expressão e Significado** – Estudos da teoria dos atos de fala. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEMEDO COSTA, José Carlos. O clima ideológico sob o qual nasceu o Colégio Culto à Ciência. Campinas: PUC, s.d. (mimeo).

SEMEGHINI, Ulysses Cidade. **Do café à indústria:** uma cidade e seu tempo. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão:** tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SILVA, Ana Rosa Cloclet. Tráfico interprovincial de escravos e seus impactos na concentração da população na província de São Paulo: século XIX. In: **Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais – ABEP.** vol. 1, 1992, p. 341-366.

SILVA, Augusto Freire da. **Grammatica Portuguesa.** 9ª. ed. São Paulo: Augusto Siqueira & Comp., 1906.

SILVEIRA, Célia Regina da. **Erudição e ciência** – As procelas de Júlio Ribeiro (1845-1890). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.) **Por uma história política.** São Paulo: FGV Editora, 2003, p. 231-267.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, Dermeval et. al. **O legado educacional do século XIX.** 2ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 33-84.

_____. **Templos de civilização:** um estudo sobre a implantação dos grupos escolares no estado de São Paulo (1890-1910). 307 f. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

STELLA, Paulo Rogério. **Ordem? Qual ordem?** A circulação de valores em um arquivo de correspondências de um grupo escolar (1905-1911). 2006. 420 f. Tese (Doutorado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____. Palavra. In: BRAIT, Beth (org.). **Bakhtin:** conceitos-chave. 5ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2012, p. 177-190.

SUGIMOTO, Luiz. O mundo dos livros e o mundo digital, segundo Antonio Candido. **Jornal da Unicamp**, edição 250, mai. 2004, p. 5.

TAKAMATSU, Sônia Midori. **A biblioteca Cesar Bierrenbach: o Centro de Ciências Letras e Artes e a utopia do conhecimento**. 2011. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

TARALLO, Fernando. Diagnosticando uma Gramática Brasileira: O Português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX. In: ROBERTS, Ian Roberts; KATO, Mary (orgs.). **Português Brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 69-105.

TAVARES, Fausto Antonio Ramalho. **Na marcha do ensino – A organização burocrática do ensino estadual no São Paulo republicano: 1892-1910**. 2004. 177 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TELES, Fernanda Alvarenga. **O sistema de normas e valores dos grupos escolares paulistas: a naturalização da ênclise**. 2014. 145 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

TRIGO, Maria Helena Bueno. **Ser e parecer: estudo sobre as práticas de reprodução social do grupo cafeicultor paulista**. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

URICOECHEA, Fernando. **O minotauro imperial – A burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Difel, 1978.

VALDEMARIN, Vera Teresa. O método intuitivo: os sentidos como janelas e portas que se abrem para um mundo interpretado. In: SAVIANI, Dermeval et. al. **O legado educacional do século XIX**. 2ª. ed. Campinas: Autores Associados, 2006, p. 85-132.

_____. Os sentidos e a experiência: professores, alunos e métodos de ensino. In: SAVIANI, Dermeval et. al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004, p. 163-204.

VENTURELLI, Vanessa Kitizo. **“Fagulhas”: uma coluna de crônicas de Coelho Neto na Gazeta de Notícias (1897-1899)**. 2010. 468 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Faculdade de Ciências e Letras e Ciências, UNESP, Assis, 2010.

VEREZA, Solange. O ‘lôcus’ da metáfora: linguagem, pensamento e discurso. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Letras e cognição**, n. 41, p. 199-212, 2010.

VIDAL NETO, José Bento C. **A Grammatica Portuguesa, de Julio Ribeiro: um corte epistemológico na gramaticografia brasileira e a questão da língua portuguesa no Brasil**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

VIOTTI DA COSTA, Emilia. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” capitalista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

_____. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In: CAMPOS, Edmundo (org.). **Sociologia da Burocracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 15-28.

WRIGHT MILLS. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZALUAR, Augusto Emilio. **Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)**. São Paulo: EDUSP; Itatiaia, 1975.

ZIMMERMANN, Maria Emília Marques. **O PRP e os fazendeiros de café: um estudo sobre a estratégia e as propostas do Partido Republicano em São Paulo – 1870-1889**. 1984. 144 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1984.